UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE RONDONÓPOLIS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

AMANDA JACINTO MENDES

REPRESENTAÇÕES, VALORES E COTIDIANO EM NARRATIVAS DE PARTICIPANTES DO PROJOVEM ADOLESCENTE

Rondonópolis-MT
2013

AMANDA JACINTO MENDES

REPRESENTAÇÕES, VALORES E COTIDIANO EM NARRATIVAS DE PARTICIPANTES DO PROJOVEM ADOLESCENTE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação do Instituto de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso – Campus de Rondonópolis, como requisito à obtenção do título de Mestre em Educação, na Linha de Pesquisa Linguagens, Cultura e Construção do Conhecimento.

Orientador Prof. Dr. Leonardo Lemos de Souza

Rondonópolis-MT
2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S538r

Mendes, Amanda Jacinto.
Representações, valores e cotidiano em narrativas de participantes do PROJOVEM Adolescente /Amanda Jacinto Mendes. – Rondonópolis, MT : UFMT, 2012.
175 f.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso, Campus Rondonópolis, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.
Orientador: Profº Drº Leonardo Lemos de Souza.

1. Educação. 2. Psicologia – educação. 3. Projovem Adolescente. 2. Narrativas. 3.Adolescência. I. Souza, Leonardo Lemos, orient. II. Título.

CDU 37:159.922.8

Ficha catalográfica elaborada por Sheila Cristina Ferreira Gabriel

Bibliotecária – CRB1 1618

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO-RONDONÓPOLIS
Rodovia Rondonópolis-Guiratinga, km 06 MT-270 - Campus Universitário de Rondonópolis
Cep: 78735-901 - Rondonópolis/MT

FOLHA DE APROVAÇÃO

TÍTULO: "REPRESENTAÇÕES, VALORES E COTIDIANO EM NARRATIVAS DE PARTICIPANTES DO PROJOVEM ADOLESCENTE"

AUTORA: Mestranda Amanda Jacinto Mendes

Dissertação defendida e aprovada em 28/02/2013.

Composição da Banca Examinadora

Presidente da Banca/Orientadora: Doutor Leonardo Lemos de Souza
Instituição: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

Examinador Interno: Doutora Carmem Lúcia Sussel Mariano
Instituição: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

Examinador Exterrno: Doutora Elizabeth Piemonte Constantino
Instituição: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Examinador Suplente: Doutora Raquel Gonçalves Salgado
Instituição: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

Rondonópolis, 05 de março de 2013.

RESUMO

A presente pesquisa tem como finalidade investigar as representações e valores dos adolescentes a respeito do ProJovem Adolescente, confrontando as narrativas dos adolescentes que participam do programa com os discursos do orientadores sociais, considerando que o ProJovem Adolescente que tem objetivo de reduzir a situação de vulnerabilidade social do país sendo referenciado pelas unidades municipais socioassistenciais denominadas Centro de Referência da Assistência Social – CRAS. A pesquisa, de tipo etnográfica, foi realizada em dois CRAS da cidade de Rondonópolis. Para tanto foram observados o cotidiano de aplicação do Projovem Adolescente; efetuaram-se entrevistas orais com onze adolescentes sobre sua vivência no programa; entrevistas com cinco profissionais que atuam diretamente com os adolescentes; análise documental, tendo como objeto o material elaborado pelo Governo Federal para orientar o funcionamento do programa. A análise foi orientada pelos conceitos de polifonia do discurso e contexto extraverbal de Bakhtin e pelas definições de referências e transações/negociações de Bruner. Os dois autores definem a linguagem como um componente indispensável para as relações humanas e apresentam uma visão dialética das trocas através da mesma. A análise buscou destacar as narrativas dos adolescentes em diálogo com os outros materiais levantados sobre o Programa, o que permitiu delinear os mecanismos e estratégias do programa para atuar junto à emancipação e autonomia dos sujeitos atendidos, bem como as formas como os adolescentes se apropriaram do programa e de seus propósitos. As representações sobre a adolescência como tempo da vida e seu papel na construção do país, estão presentes nos diálogos que empreendemos com os diferentes instrumentos, permitindo construir afastamentos e aproximações do adolescente usuário do programa com as políticas públicas do país, com destaque o papel da família como valor e a possibilidade de ascensão social a partir da frequência no Projovem. As entrevistas com os educadores do programa contrapõem as falas dos adolescentes e confirmam que as intenções do Estado para o futuro da adolescência em situação de vulnerabilidade social no país nem sempre estão de acordo com os interesses daqueles que são atendidos pelo programa. O programa configura-se como um recurso disciplinar que não se preocupa em ouvir os adolescentes e assume uma concepção de adolescência como investimento para o futuro. Os adolescentes não são apresentados pelo programa e pelos orientadores sociais como sujeitos de direitos em si, mas como oportunidade de desenvolvimento social e econômico.

Palavras chave: Projovem Adolescente. Narrativas. Adolescência.

ABSTRACT

This research aims to investigate the stories of teenagers who participate in the Program Socio Projovem Teenager, confronting the narratives of adolescents who participate in the program with the discourses of social agents, which have the goal of reducing social vulnerability of the country being referred by the municipal social assistance units called Reference Center for Social Assistance - CRAS. The research, kind of ethnographic, was conducted in two CRAS in Rondonópolis city, which were observed in the daily application of Adolescent Projovem; were made in oral interviews with eleven teenagers about their experience in the program, interviews with five professionals who work directly with teens; analysis documentary, having as object the material prepared by the Federal Government to direct the operation of the program. The analysis was guided by the concepts of polyphony speech and verbal Extra context Bakhtin and the references and definitions of transactions / negotiations Bruner. The two authors define language as an essential component for human relations and present a dialectical exchanges through the same. The analysis sought to highlight the narratives of teenagers in dialogue with other materials collected on the program, allowing to establish the mechanisms and strategies of the program to work with the emancipation and autonomy of individuals served, as well as the ways in which teenagers appropriated the program and its purpose. Representations of adolescence as a time of life and their role in building the country, which are present in the dialogues undertaken with different instruments, allowing you to build departures and approaches the teen program user with the public policy of the country, highlighting the role of family as a value and the possibility of social mobility from the frequency in Projovem. Interviews with educators oppose the program the lines of teens and confirm that the intentions of the state for the future of adolescence in social vulnerability in the country are not always in accordance with the interests of those who are enrolled in the program. The program sets up as a disciplinary action that does not bother to listen to teens and assumes a conception of adolescence as an investment for the future. Teenagers are not displayed by the program and by social agents as subjects of rights itself, but as an opportunity for social and economic development.

Keywords: Adolescent Projovem. Narratives. Adolescence.

AGRADECIMENTOS

À CAPES pela concessão de bolsa para viabilizar a realização desta pesquisa.

Ao meu orientador, Professor Doutor Leonardo Lemos de Souza, que diante de sua relação íntima com a produção do conhecimento aceitou e acreditou no tema proposto. Sou grata por ter compartilhado comigo um pouco do muito que sabe. Por ter respeitado as minhas demandas, a você todo meu carinho.

Aos membros da banca de Exame de Qualificação, pelas valiosas sugestões. À Professora Doutora Carmem Lúcia Sussel Mariano, pelas dicas e compreensão em momentos que são próprios de uma pesquisa.

À Professora Doutora Elizabeth Piemonte Constantino, por ter aceito o convite de participação nesta banca. Sua contribuição trouxe novos e valiosos aprendizados.

A todos os professores do Programa de Mestrado em Educação, em especial ao Professor Ademar de Lima Carvalho.

À Anabel de Col, pela paciência com que me orientava na secretaria do Programa de Mestrado em Educação.

Ao amigo Ozeas de Oliveira. Por cada sorriso informal, por cada contribuição acadêmica e por todo apoio no decorrer do desenvolvimento desta pesquisa.

À Anabela Ferrarini e a Nathiele Jacovais por todos os socorros nos desesperos de última hora. Por todos os encontros e cafés da tarde para compartilhar as experiências.

À minha família pelo apoio e compreensão em todas as situações, em especial ao meu irmão Manoel, que nunca desacreditou da minha capacidade e à minha mãe, Fátima, que sempre me encorajou a seguir em frente.

Aos amigos Arícia Laís, Gleycinha e Rick pela compreensão nos inúmeros momentos de ausência no decorrer dos dois anos da realização desta pesquisa.

Às amigas Vanderléia Quilante e Luzia de Oliveira por todo apoio e incentivo para a realização da pesquisa.

À Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social de Rondonópolis por ter aberto as portas de duas de suas instituições. À toda equipe do CRAS Ana Carla e do CRAS Rio Vermelho pela receptividade na realização da pesquisa.

Ao meu companheiro de todas as horas, Bruno César, que chegou em minha vida com a pesquisa já em andamento e compreendeu todas as minhas limitações e ausências.

A Deus por tudo.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 08

2 O DIREITO À ADOLESCÊNCIA: COMO A EDUCAÇÃO LIDA COM A REALIDADE JUVENIL 17

2.1 A adolescência como fase da vida 18

2.2 Educação: um direito dos jovens 21

2.3 Adolescência no Brasil 26

2.4 Jovens como Sujeitos de Direitos 30

3 NARRATIVAS, SUBJETIVIDADE E LINGUAGEM 42

3.1 A Linguagem 43

4 PASSO A PASSO: A METODOLOGIA UTILIZADA PARA O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA 52

4.1 Os sujeitos da pesquisa 54

4.1.1 CRAS Rio Vermelho 54

4.1.1.1 Os cinco Adolescentes 55

4.1.1.2 Os dois Funcionários 58

4.1.2 CRAS Ana Carla 59

4.1.2.1 Os seis Adolescentes 60

4.1.2.2 Os três Funcionários 62

4.2 Os locais da pesquisa 64

4.2.1 CRAS Rio Vermelho 64

4.2.1.1 Estrutura física 65

4.2.1.2 O ProJovem na instituição 67

4.2.2 CRAS Ana Carla 70

4.2.2.1 Estrutura Física 71

4.2.2.2 O ProJovem na instituição 72

4.3 Instrumento da Pesquisa 76

4.4 Procedimentos de Pesquisa 78

5 AS PUBLICAÇÕES DO PROJOVEM ADOLESCENTE: A VOZ DO ESTADO 80

5.1 O Programa e as publicações que o orientam 81

5.2 O caráter evolutivo do ProJovem 84

5.3 Temporalidades no ProJovem Adolescente: a ocupação como eixo fundante 86

5.4 Valores do/no ProJovem Adolescente 89
5.5 O Resultado do Programa: que tipo de jovem o programa pretende formar 94
6 A VOZ E A VEZ DOS JOVENS: O QUE DIZEM AQUELES QUE FREQUENTAM O PROGRAMA 98
6.1 O que os adolescentes dizem 99
6.2 Sobre o ProJovem Adolescente no CRAS Rio Vermelho 100
6.2.1 Narrativas sobre o ProJovem Adolescente no CRAS Ana Carla 112
6.3 A família para os adolescentes do CRAS Rio Vermelho 122
6.3.1 A família para os adolescentes do CRAS Ana Carla 127
6.4 Sobre o futuro no CRAS Rio Vermelho 130
6.4.1 Sobre o futuro no CRAS Ana Carla 134
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS 140
REFERÊNCIAS 145
APÊNDICE A – Roteiro para as entrevistas semi-estruturadas narrativas 148
APÊNDICE B – Roteiro para as entrevistas Orientadores Sociais 150
APÊNDICE C – Roteiro para as observações 152
APÊNDICE D – Termos de Consentimento Livre e Esclarecidos 153
ANEXO A - PORTARIA Nº – 848 – sobre a Implantação do Sistema de Acompanhamento e Gestão do ProJovem Adolescente 159

1 INTRODUÇÃO

A escrita é a forma mais elaborada de apresentar ideias e ideais. Casais apaixonados, por exemplo, trocam juras de amor através de cartas para apresentar, de maneira ordenada, o sentimento confuso e turbulento que vivenciam. A escrita de textos científicos não costuma fugir a esta regra. Pesquisadores escrevem artigos científicos, ensaios, monografias, dissertações, teses e tantas outras modalidades de textos acadêmicos com a finalidade de organizar e validar opiniões e reflexões até então pessoais.

Toda pesquisa é motivada por paixões pessoais do pesquisador e sua história de vida justifica o interesse no tema escolhido. Nenhuma escolha é aleatória. Sendo assim, apresenta-se, primeiramente, o encontro com o tema da presente pesquisa para elucidar os motivos e intenções com este estudo.

Sou psicóloga graduada pela Universidade Federal de Mato Grosso – Campus Rondonópolis. Como muitos jovens, comecei a graduação sem saber muito a respeito da ciência que estudaria e a pouca informação que tinha sobre a área estava relacionada à atuação clínica. À medida que conhecia a diversidade de possibilidade de atuação do Psicólogo, envolvia-me com a profissão. No entanto, foi no contato com a educação que experimentei o "amor à primeira vista", mediante um projeto de extensão[1], do qual participei como voluntária. Esta atividade oportunizou minha primeira experiência profissional com adolescentes e com a educação. Desde então tive certeza do ideário teórico com que pretendia pautar a minha atuação profissional.

O segundo estágio específico[2], realizado durante a graduação, aconteceu no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), localizado no Conjunto São José, da cidade de Rondonópolis-MT. Durante o estágio pude conhecer o Programa Socioeducativo ProJovem Adolescente e intervir junto a seus participantes – adolescentes com idade entre 15 anos e 17 anos. Esta experiência de estágio propiciou minha posterior contratação pela Secretaria

---

[1] *Projeto Ética, Gênero e Sexualidade na Educação para as Juventudes*, promovido pelo curso de Psicologia/ICHS/CUR/UFMT, no período de março de 2008 até dezembro de 2009 sob a coordenação do Professor Leonardo Lemos de Souza. O objetivo do projeto era levantar discussões com finalidade reflexiva acerca das questões de gênero, ética e sexualidade com adolescentes que cursavam o ensino médio de escolas públicas de Rondonópolis. Para tanto, foram elaboradas oficinas de discussão que eram conduzidas pelas pesquisadoras em sala de aula com os alunos.

[2] O Estágio Específico II é uma disciplina obrigatória do curso de Psicologia. O referido estágio aconteceu no ano 2009 e foi coordenado pela Psicóloga Molise de Bem Magnabosco. Sua finalidade foi oportunizar aos estagiários o contato com os Centros de Referência de Assistência Social/Programa de Atenção Integral à Família (CRAS/PAIF), inserindo-os no contexto da Proteção Social Básica do Sistema Único da Assistência Social, com o objetivo de conhecer as políticas e práticas psicológicas vigentes nestas unidades.

Municipal de Promoção e Assistência Social para trabalhar como Psicóloga no CRAS Rio Vermelho, que estava em processo de implantação.

Atuar como psicóloga de um CRAS em implantação foi uma oportunidade de testar minhas experiências de estágio e pesquisa, já que as relações com a comunidade, com as instituições e com a própria região de abrangência estavam em construção, o que exigiu que fossem planejadas e executadas em equipe diversas estratégias para sua divulgação.

A implantação do Programa Socioeducativo ProJovem Adolescente no CRAS Rio Vermelho demandou, além dos esforços mencionados, um total envolvimento em todas as atividades relacionadas ao programa, incluindo o aprofundamento teórico sobre o material que orienta o programa, sua divulgação e o acompanhamento das atividades do orientador social, profissional responsável por acompanhar as atividades dos jovens no CRAS. De maneira natural e gradativa tornei-me referência do programa dentro do CRAS, já que me interessava pelas leituras relacionadas ao mesmo e me empenhava na execução das atividades com os adolescentes.

Destarte, para orientar o exercício da minha função junto ao programa busquei a academia e dediquei-me aos estudos. Frequentei o Grupo de Estudos em Psicologia, Educação Moral e Valores a fim de envolver-me nas discussões referentes à moralidade e ética. O anseio por mais conhecimento e o envolvimento com o Programa aumentavam com as buscas teóricas. Assim, posso afirmar que o empenho nas leituras relacionadas ao ProJovem Adolescente, à educação em valores e à juventude, tornou-se importante alavanca para o ingresso no Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGEdu – de Rondonópolis e no Grupo de Pesquisa GEIJC - Grupo de Estudo e Pesquisas em Infância, Juventude e Cultura Contemporânea.

Meu envolvimento com o trabalho com os adolescentes foi percebido além dos limites do CRAS Rio Vermelho, e fui convidada para coordenar a II Conferência Regional da Juventude, realizada na cidade de Rondonópolis, em 23 de julho de 2011. Novamente busquei recursos teóricos das experiências de pesquisa e graduação para nortear minha prática profissional e, por consequência da coordenação deste evento, tive acesso a dados oficiais acerca da adolescência no Brasil.

Foi neste contexto e no encontro bem sucedido entre minhas buscas e a disponibilidade e apoio de meu orientador, Prof. Leonardo Lemos de Souza, a quem sou imensamente grata, que houve lugar para a pesquisa que resultou nesta dissertação. Para além das referências teóricas, é no ouvir atento às falas dos frequentadores do ProJovem

Adolescente, dos Orientadores Sociais e na observação de algumas atividades que busco problematizar e conhecer as estratégias de educação em valores promovidas pelo programa.

Pelo intenso contato com o ProJovem Adolescente, pude perceber as lacunas do programa com relação à atuação junto aos sujeitos com idade entre 15 e 17 anos em situação de vulnerabilidade. Embora o programa tenha um importante papel social, uma vez que a promoção social é um dos objetivos do trabalho, enquanto política pública para juventude, notei que o alcance de suas ações é limitado pela falta de estrutura e respaldo do Estado no que tange à educação em valores. Observei, ainda, que os jovens que permaneciam frequentando o programa, apesar das limitações; depositavam ali suas expectativas de melhoria de vida e de ascensão social.

Diante do contato com o programa, pude reconhecê-lo como um espaço de construção de valores. Conhecer os valores que caracterizam cada grupo de jovens e os valores que o programa almeja transmitir aos adolescentes que o frequentam, em contraposição à ideia que estes sujeitos apresentam acerca do viver adolescente, foi uma das curiosidades que motivou a realização desta pesquisa.

Dessa maneira, o tema do projeto desta pesquisa de Mestrado em Educação desencadeou a busca por produções em âmbito nacional que se relacionam ao assunto. Destaco para o leitor que, a princípio, o campo da moralidade era parte dos objetivos de investigação desta pesquisa, todavia, no decorrer do seu desenvolvimento, como é comum acontecer, ocorreram mudanças no tema da pesquisa. Todavia, o levantamento de dados relacionados à pesquisa, ainda que incluam os descritores relacionados à perspectiva da moralidade, não tornaram-se obsoletos, ao contrário, os dados deste estado do conhecimento, que será apresentado a seguir, permanecem coerentes com relação às pesquisas relacionadas à adolescência em situação de vulnerabilidade no país.

Para conhecer o cenário nacional das pesquisas relacionadas ao tema, narrativas sobre Juventude e adolescência no cotidiano do ProJovem adolescente, as categorias investigadas foram: i) a quantidade de produções acadêmicas por ano; ii) as instituições – e regiões do país – que mais produzem e as áreas do conhecimento que têm maior interesse no tema proposto. Para tanto, foi realizado um levantamento bibliográfico através de buscas na web, no banco de teses e dissertações da CAPES[3], na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do

[3] CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Órgão com a tarefa de coordenar a avaliação da pós-graduação.

IBICT[4], no Domínio Público[5] e nos artigos do SCIELO[6]. Buscou-se analisar as pesquisas voltadas para adolescência e moralidade, realizadas no Brasil, no período de 2001 a 2009, já que era o período que mais apareciam publicações e, na data das buscas, o site da CAPES disponibilizava apenas até esta data..

A busca foi realizada no primeiro semestre de 2011, caracterizando-se como uma das primeiras atividades da pesquisa. Portanto, pode haver variações nos dados a serem brevemente apresentados, posto que foram feitas em datas diferentes.

Os estudos com adolescentes e moralidade em programas socioeducativos no Brasil, sobretudo os relacionados ao atendimento socioeducativo no cenário brasileiro, foram importantes para orientar o desenvolvimento da pesquisa proposta e, não obstante, para compreender os princípios e os valores que orientam os adolescentes que frequentam os programas socioeducativos.

As buscas realizaram-se em três momentos diferentes com descritores cada vez mais específicos. O primeiro momento priorizou, como descritor mais abrangente "Adolescentes e Moral". O segundo momento teve como descritor: "Adolescentes e Conflitos Morais" e, no terceiro momento, o descritor mais específico foi: "Adolescentes, Moralidade e Programa Socioeducativo".

O período delimitado para buscas foi de 2001 a 2009, pois não havia no banco de dados da CAPES – primeiro no qual as buscas foram realizadas – informações posteriores a esse período. Nele foram encontradas 135 produções para o descritor "adolescentes e moral". Desse resultado, 36 referiam-se a teses e 99 a dissertações. Com esta primeira busca já foi possível ressalvar que na progressão dos anos (entre 2001 e 2009), o interesse pelo tema cresceu significativamente, já que, em 2001 foram encontradas sete produções, enquanto em 2009 foram localizadas vinte e quatro.

As buscas com o descritor "adolescentes e moral" no site IBICT apresentaram uma realidade bem próxima à observada com as buscas no site da CAPES. Com esse descritor apareceram cinquenta e duas produções, das quais quarenta e uma eram dissertações e onze

---

[4] IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. É um órgão público federal de administração direta, pertencente à estrutura de unidades de pesquisa do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT).

[5] O "Portal Domínio Público", lançado em novembro de 2004 (com um acervo inicial de 500 obras), propõe o compartilhamento de conhecimentos de forma equânime, colocando à disposição de todos os usuários da rede mundial de computadores – Internet, artigos e resultados de pesquisas.

[6] SciELO - Scientific Electronic Library Online (Biblioteca Científica Eletrônica em Linha) é um modelo para a publicação eletrônica cooperativa de periódicos científicos na Internet que proporciona uma solução eficiente para assegurar a visibilidade e o acesso universal a sua literatura científica, contribuindo para a superação do fenômeno conhecido como 'ciência perdida'.

teses. Igualmente, podemos observar que o número de pesquisas que apropriam os descritores mencionados foi crescendo com o decorrer dos anos, já que em 2001 nenhuma produção foi encontrada, enquanto em 2009 foram identificadas treze produções no IBICT.

A pesquisa com o segundo descritor – “adolescentes e conflitos morais” – constatou que o número de produções diminuiu significativamente. No site da CAPES foram encontradas vinte e quatro produções com esse descritor, número expressivamente menor que o apresentado anteriormente, de cento e trinta e cinco produções com “adolescentes e moral”.

Das vinte e quatro produções encontradas no banco de dados da CAPES com o descritor “adolescentes e conflitos morais”, dezessete são dissertações e sete são teses. Observa-se que do total de produções encontradas, apenas duas representaram o total anual de 2001, e cinco, em 2009, o que confirma o crescimento do número de produções no decorrer do período 2001-2.

Após as buscas no banco de dados IBICT com o descritor “adolescentes e conflitos morais”, observou-se uma significativa diminuição da quantidade de pesquisas. Em alguns anos sequer aparecem produções com esse descritor, exceto a partir de 2006 e, ainda assim, em número relativamente pequeno, isto é, onze produções acadêmicas, das quais dez eram dissertações e uma tese. A ausência de produção nos cinco primeiros anos de busca revela o quanto o interesse pelas pesquisas direcionadas pelo descritor “adolescentes e conflitos morais” é recente.

O terceiro descritor para buscas nos sites de pesquisa era “adolescentes, conflitos morais e programa socioeducativo”. Este descritor foi chamado de afunilado por acrescentar uma nova categoria e aproximar ainda mais o tema do então projeto de pesquisa.

No banco de dados da CAPES, com os descritores “adolescentes, moralidade e programa socioeducativo” apareceram três produções no período de 2001 até 2009. Todas as produções foram encontradas no ano de 2006 e destas, duas são dissertações e uma tese. Uma informação importante acerca destas produções é que estão em áreas de conhecimento diferentes: Psicologia, Educação e Economia Doméstica.

A única produção encontrada no site IBICT com o descritor “adolescentes, moralidade e programa socioeducativo”, no período de 2001 até 2009, corresponde a uma tese, na área da Educação. Neste, assim como no site da CAPES, o número de produções encontradas é bastante restrito.

No banco de dados Domínio Público nenhuma produção foi encontrada com os descritores propostos e, como a ideia inicial era não mudar os descritores, não houve dados a serem analisados, embora o trabalho de procura tenha sido realizado.

As buscas realizadas no banco de dados Scielo tiveram caráter diferenciado das demais por se tratar de produções do tipo artigo científico, não mais teses e dissertações. De toda maneira, as constatações não foram diferentes das demais buscas. O número de trabalhos aumenta conforme o ano e os títulos específicos apresentam pouquíssimas produções. No total, foram encontrados vinte e dois artigos científicos, distribuídos nos seguintes periódicos: *Paidéia, Ciência e Saúde Coletiva, São Paulo em Perspectiva, Psico USF, Educação e Pesquisa e Cadernos Pagu, Estudos de Psicologia (Campinas), Psicologia em Estudo* e *Psicologia: Teoria e Pesquisa.*

Nota-se que a quantidade de produções por ano e a diminuição dessas de acordo com a mudança dos descritores são fatos que indicam o crescimento do interesse pelas pesquisas na área e o caráter inovador do tema escolhido. Alguns dados falam por si; no entanto, outros precisam ser cuidadosamente analisados e debatidos para que possam ter significado para o pesquisador. O primeiro ponto a chamar a atenção no levantamento das pesquisas brasileiras voltadas para adolescência, moralidade e programas socioeducativos foi a discrepância na quantidade de pesquisas produzidas nas regiões do país. Enquanto certas regiões, como a sudeste, produzem uma quantidade expressiva, outras, como a região centro-oeste, quase não apresentam produção. A região norte e a região centro-oeste apresentam números baixíssimos e praticamente insignificantes diante das pesquisas das demais regiões. Um provável motivo para isso talvez seja a pequena quantidade de instituições de pesquisa, ocasionando número baixo de produção acadêmica.

É válido lembrar que a partir da leitura de outras pesquisas do gênero, pode-se afirmar que esta realidade também não se modifica com outros descritores ou temas. A liderança absoluta da região sudeste nas produções científicas indica, entre outras coisas, que essa região foi privilegiada por abrigar as primeiras instituições com interesse em pesquisa no país. Tamanha diferença entre os dados mostra, ainda, que algumas regiões do país necessitam de incentivo pontual em pesquisa. Uma provável análise a partir desses dados tem como resultado a carência de informações sobre o assunto adolescência, moralidade e programas socioeducativos nas regiões norte e centro-oeste, o que ocasiona lacunas nas pesquisas sobre o tema. Portanto, nota-se a necessidade de pesquisas nesta área de conhecimento para mostrar a realidade destas regiões.

Outra observação importante é a quantidade de pesquisas com o tema adolescentes e moralidade em determinadas áreas de conhecimento. O interesse no tema é maior em algumas áreas de atuação. A Psicologia, líder em pesquisa com o assunto “adolescentes e moral” apresenta quarenta teses e dissertações com os descritores mais abrangentes. A Educação é a

segunda área do conhecimento com mais pesquisas – 36 produções –, seguida pelo Direito, com 17 pesquisas; o Serviço Social com 08; a Sociologia com 06; a Saúde Coletiva com 05; a Enfermagem com 04; a Linguística com 03 e a Teologia também com 03. As demais áreas somam 13 teses e dissertações e não foram descritas.

O interesse na temática "moralidade e adolescência" tem aumentado com o decorrer dos anos. Podemos observar a diversidade de áreas do conhecimento que apresentam interesse nesse tema. A combinação dessas duas observações leva a crer que a tendência em se estudar o assunto permaneça e continue a crescer, o que mostra a relevância do tema para a sociedade, uma vez que as pesquisas surgem e desenvolvem-se como área de interesse dos pesquisadores a partir da demanda e relevância social.

Com a verificação proporcionada por este estado do conhecimento, aumenta, também, a segurança para pesquisar o tema já apresentado. Por meio do levantamento dos dados pôde-se observar que o tema proposto é carente de pesquisas, uma vez que não foi encontrada, até a data do levantamento, nenhuma pesquisa sobre o Programa Socioeducativo ProJovem Adolescente. Além disso, a limitação de pesquisas em geral na região contribui como justificativa da contribuição social da pesquisa aqui apresentada. Por conseguinte, esta pesquisa também poderá contribuir para o desenvolvimento de outras investigações a ela relacionadas.

Este texto dissertativo refere-se, pois, a uma pesquisa de Mestrado em Educação, do Campus Universitário de Rondonópolis, da Universidade Federal de Mato Grosso, e pertence à linha de pesquisa *Linguagens, Cultura e Construção do Conhecimento*. Para sua realização foi observada a rotina de atividades do ProJovem Adolescente, ouvidos adolescentes com idade entre 15 anos e 17 anos que frequentam o referido programa, além de profissionais que trabalham junto ao mesmo. Ademais, já que o programa é realizado em uma unidade municipal socioassistencial chamada Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, considerou-se seu local de funcionamento parte importante da caracterização de seus participantes. Deste modo, a pesquisa que será posteriormente descrita com maior riqueza de detalhes, aconteceu na cidade de Rondonópolis no decorrer do ano de 2012 e teve como *lócus* dois CRAS onde acontece o Programa Socioeducativo ProJovem Adolescente.

Portanto, foram investigadas as narrativas e o contexto dos sujeitos diretamente ligados ao Programa ProJovem Adolescente, em duas instituições da cidade de Rondonópolis, com a finalidade de destacar os objetivos educativos e as estratégias de intervenção do programa na fala dos sujeitos que o compõem, enfatizando as expectativas dos jovens em situação de vulnerabilidade social que frequentam o ProJovem Adolescente e a sensibilidade

dos profissionais responsáveis por eles em percebê-las. Deste modo, segue a breve descrição dos capítulos que compõem esta dissertação, considerando que a introdução é o primeiro deles.

O segundo capítulo faz um apanhado histórico dos relatos acerca da adolescência, a fim de explorar a construção social da adolescência como fase do desenvolvimento humano, para conhecer o trajeto percorrido para sua expressividade atual nas políticas públicas do Brasil. Busca-se na história relatos de como a adolescência foi reconhecida como fase específica do desenvolvimento humano. A seguir, aponta-se como a educação se apodera da adolescência como conceito importante no discurso pedagógico. Esquadrinhando este movimento, que se estende da Europa para o Brasil, pretende-se conhecer a assistência prestada pelo país a esse público jovem ao longo do tempo e algumas políticas públicas implantadas para esses indivíduos.

O terceiro capítulo é destinado à apreciação do referencial teórico que subsidia a análise dos dados coletados na pesquisa. Para tanto, faz-se necessário conhecer a análise discursiva proposta por Bakhtin, que afirma que a fala do sujeito não pode ser conhecida sem a apreciação do contexto, pois todo discurso é atravessado por diversos discursos que o constituem. O conceito de significado proposto por Bruner constitui importante ferramenta de análise, já que, para este autor os seres humanos produzem significados que resultam em usos de sistemas simbólicos de cultura. Neste capítulo serão apresentados os principais conceitos desses autores através de diálogo entre as duas correntes que subsidiaram a análise desta pesquisa.

O quarto capítulo desta dissertação tem a finalidade de demonstrar os caminhos metodológicos que possibilitaram o desenvolvimento das investigações propostas e os parâmetros utilizados para as idas a campo. Apresentam-se, ainda, os instrumentos de coleta de dados e a descrição dos locais nos quais a pesquisa aconteceu, ou seja, o CRAS Rio Vermelho e o CRAS Ana Carla.

O quinto capítulo contempla a análise do material elaborado pelo Governo Federal para orientar o trabalho com o ProJovem Adolescente, a fim de conhecer quais os objetivos do governo para os jovens a quem o programa é destinado. Pretende-se, desta maneira, conhecer a concepção de adolescência e de educação que se faz presente nestas publicações, bem como os objetivos do governo com a criação do programa socioeducativo ProJovem Adolescente. O Estado projeta no programa um investimento na adolescência a fim de gerar, como retorno, o desenvolvimento da nação.

Por fim, o sexto capítulo é destinado à análise das entrevistas com os adolescentes que frequentam o programa e com os orientadores sociais nos dois locais de pesquisa. Neste capítulo será apresentado o ponto de vista dos adolescentes em situação de vulnerabilidade que frequentam o programa acerca do ProJovem Adolescentes, qual a concepção que têm de adolescência e quais seus planos para o futuro, bem como as projeções dos funcionários que compõem o programa para o assunto. Esta discussão será permeada pela investigação dos valores que os sujeitos reconhecem no programa, nas atividades e na própria personalidade.

Isto posto, o leitor é convidado a adentrar no mundo da pesquisa etnográfica nos dois coletivos do ProJovem Adolescente, a fim de conhecer a diversidade de valores, visões de mundo, histórias e crenças que constituem as práticas e que se revelam em diversas vozes que, apesar de reconhecerem a importância social do programa, denunciam suas limitações enquanto política pública. Foram enfatizados, neste estudo, os conflitos e congruências entre os discursos e as práticas no programa, propondo diálogo entre as falas dos adolescentes e dos profissionais que os orientam.

2 O DIREITO À ADOLESCÊNCIA: COMO A EDUCAÇÃO LIDA COM A REALIDADE JUVENIL

Este capítulo explora a construção social da adolescência como fase do desenvolvimento humano, por meio de uma análise histórica. Nessa perspectiva, pretende-se conhecer os processos de escolarização da adolescência e como eles têm sido influenciados pela imagem socialmente construída do sujeito adolescente.

Sendo assim, delineia-se uma apreciação a respeito dos registros sobre a juventude que reconheceram a adolescência como uma fase específica do desenvolvimento humano. É de suma importância para esta pesquisa compreender como a sociedade acolheu seus jovens, que tipo de tratamentos específicos para essa fase da vida eles recebem e como as ações e comportamentos sociais dos jovens são influenciados por sua classe social e econômica. Pretende-se, com isso, compreender como uma fase do desenvolvimento ignorada em alguns tempos históricos passou a ser retratada, atualmente, como uma etapa da vida caracterizada pela ideia de crise.

A reflexão sobre o surgimento do termo *adolescência* e sobre o lugar ocupado pelos sujeitos jovens/adolescentes na sociedade possibilita uma discussão ampla com relação ao processo de escolarização. Uma vez que a educação tem sido considerada um dos principais meios de intervenção nos processos civilizadores da sociedade moderna, é preciso conhecer como o discurso pedagógico apropriou-se do discurso científico da adolescência e, principalmente, como essa faixa etária vem sendo atendida pelas políticas públicas governamentais.

Outra questão importante apresentada neste capítulo é o desenvolvimento da assistência prestada às crianças e adolescentes no Brasil em consonância ao acesso à educação. Conhecer como a criança e o adolescente eram vistos e atendidos pelas políticas públicas, pela filantropia e pela caridade cristã é primordial para entender a situação atual da adolescência e o porquê das situações de vulnerabilidades que são enfrentadas no país.

Os dados da situação atual da adolescência no Brasil, divulgados pela UNICEF[7], em 2011, através do documento intitulado *O Direito de Ser Adolescente*, busca mostrar como o país tem lidado com os adolescentes e quais as vulnerabilidades atingiriam essa etapa da vida. O documento apresenta a adolescência como uma fase de investimentos e oportunidades, que deve ser preparada e capacitada para possibilitar o desenvolvimento socioeconômico do País.

[7] Fundo das Nações Unidas para a Infância.

Portanto, partindo das ideias mencionadas, a educação e a adolescência serão analisadas através de uma perspectiva sócio-histórica. Tal apreciação possibilita a contextualização da atual situação da adolescência nos contextos educativos e na sociedade. As proposições sociais para a adolescência, que são refletidas no modelo escolar, mostram como o adolescente é visto dentro desses contextos e o que se almeja dos mesmos.

2.1 A adolescência como fase da vida

Uma representação social específica é comumente atribuída à adolescência. Representação relacionada a impulsividades, agressividade, irreverência, irresponsabilidade, acentuação dos desejos sexuais, inconsequência e outros adjetivos afins. Não apenas os adultos, mas os jovens atribuem a esta fase tais características. Como se pode observar, a ideia da adolescência perigosa vem sendo construída há muito tempo pela sociedade e refletida pela mídia através dos filmes, dos seriados, das telenovelas, e, especialmente, pelas músicas e pelos comerciais. A representação do perigo da adolescência é construída com mais intensidade para pessoas em situação de vulnerabilidade social. Pelo confronto desta imagem entre as camadas sociais e econômicas, a adolescência ameaçadora é, ao mesmo tempo, atraente e sedutora, já que os predicados que amedrontam são também objetos de desejo da atualidade. Desta forma, ela não é apenas o principal alvo de propagandas, como também é a imagem mais utilizada para a venda de bens de consumo. Por ser uma fase da vida muito temida a simultaneamente desejada desperta interesse em vários aspectos e é digna de uma atenção especial do conhecimento científico.

A adolescência é investigada por áreas do conhecimento como: a Psicologia Desenvolvimentista, a Pedagogia, a Biologia, a Medicina, a Fisiologia, entre outras. Para além das pesquisas nestas áreas de conhecimento, que já têm resultados vastamente divulgados e conhecidos, uma apreciação histórica da concepção de adolescência favorece o entendimento da visão do jovem no momento histórico contemporâneo.

Os primeiros registros históricos que contemplam dados sobre a juventude e a adolescência como uma fase distinta da idade adulta e da infância datam de meados do século XIX. Até este período a juventude não era reconhecida como uma fase específica e o termo adolescência sequer era citado. De acordo com Perrot (1996, p. 88), as estatísticas do alistamento militar na Europa, no século XIX, impulsionaram as pesquisas referentes às necessidades particulares da juventude. Os dados apresentados pelas juntas médicas mostraram “elevados índices de dispensa por pequeno porte, deformações ósseas, raquitismo,

escrófula (na verdade, tuberculose), doenças de olhos etc.” O alistamento era feito por jovens com idade de vinte anos e esses índices elevados de dispensa despertaram nos estudiosos da época a necessidade de pesquisas sobre cuidados especiais com os jovens em nome da preservação da espécie.

A longa e árdua jornada de trabalho dos jovens operários europeus logo foi apontada como responsável pelo grande número de jovens acometidos por doenças. A essa altura, a infância já era objeto de estudos, de modo que, com relação à juventude afirma-se que:

> O coletivo prevalece sobre o individual, a preocupação com os outros sobre a preocupação consigo. A infância é mais desenvolvida que a juventude, por ser matéria de pintura familiar. A juventude é vista, sobretudo, como iniciação ao trabalho e tomada de consciência. A sociabilidade juvenil, mais ainda que a sexualidade, é silenciada. (PERROT, 1996, p. 90).

A partir da segunda metade do século XIX, na sociedade europeia, observa-se que a relação entre trabalho e educação estreita seus laços com a necessidade da escolarização para a empregabilidade. Os jovens só eram contratados mediante apresentação do certificado de primeira comunhão (o que levava muitos pais a antecipá-la). Já no final do século, o certificado de estudos torna-se uma exigência, além da primeira comunhão ou mesmo como substituta. A evolução da atenção à juventude – a adolescência ainda não é mencionada – é marcada pela legislação de 1841 que garante aos jovens uma jornada de trabalho de “apenas” doze horas diárias e folgas aos domingos, até completarem dezesseis anos. Essa mesma legislação estipula que o pagamento dos jovens operários com idade até os dezesseis anos seja feito aos pais e registrado em uma caderneta. “Assim instaura-se uma categoria de jovens trabalhadores – doze a dezesseis anos – que corresponde à adolescência, cuja percepção biológica se aguça.” (PERROT, 1996, p. 92-93).

Com o conceito de adolescência e a atenção especial a esta fase do desenvolvimento humano a sociedade passa a notar os estereótipos que até o presente momento caracterizam esta fase. O adolescente é visto como aquele que apresenta um crescimento incompleto, pois tem força física para o trabalho, mas não tem maturidade para administrar os próprios rendimentos. A utilização da caderneta denota as responsabilidades da família sobre o indivíduo, mas também concede poder sobre a vida do jovem operário.

As duas instituições responsáveis pela disciplina dos jovens passam a ser a escola e o exército. A escola, como já foi mencionada, é uma instituição de passagem obrigatória a todos os jovens que pretendem trabalhar. O exército, por sua vez, é uma forma maior de estabelecer a disciplina, um confinamento para a juventude considerada difícil.

Conforme Perrot (1996), a rebeldia já é apresentada, nesse período na sociedade europeia, como característica da adolescência:

> O fim da juventude é a estabilidade, o casamento, a formação de um novo casal, única maneira de deixar a própria família, de tornar-se independente, afetiva e economicamente. Momento que as famílias operárias retardam ao máximo possível, a julgar pela idade relativamente elevada dos que se casam, ainda que ela diminua ao longo do século XIX (de 28,7 em 1821-5 para 25,2 em 1901-5, para os homens; de 26,1 para 24,1, nos mesmos períodos, para as mulheres). Assim, entre a infância que termina cedo, apesar da escolarização, e um casamento tardio, é longo o tempo da juventude operária. (PERROT, 1996, p. 97).

Observa-se que desde os primeiros registros sobre a juventude, esta fase da vida vem sendo conceituada pela psicologia e pedagogia como uma preparação para a vida adulta. O contexto teórico que concretizou a adolescência como objeto do discurso científico foi marcado pelos estudos a respeito da natureza humana, que eram realizados principalmente pela biologia e medicina higienista. A escola e a família foram as instituições sociais que mais acolheram este discurso, produzindo e reproduzindo outros significados para a adolescência.

A adolescência, enquanto conceito científico e pedagógico, desde sua estruturação foi marcada pela ideia de ser uma fase problemática. A princípio, era associada à delinquência e precisava de ambientes que a contivessem, a disciplinassem e a educassem para o convívio social harmonioso. Logo, por volta da década de 1950, a imagem do jovem masturbador passou a conceituar o termo adolescência e a sexualidade adolescente marcou a fase de modo a substituir a imagem da delinquência juvenil. Foi nesse período que o conceito científico e homogeneizado da adolescência ganhou espaço na sociedade por meio da veiculação midiática de ícones juvenis no cinema e na música. Deste modo:

> A antiga figura do “adolescente delinquente” passou a ser compreendida segundo a imagem do “rebelde sem causa”, traduzida no Brasil em termos da “juventude transviada.” Posteriormente, vieram os movimentos políticos dos anos sessenta e setenta e a imagem da estéril rebeldia “adolescente” passou a ter uma ‘causa’ vinculada às transformações políticas, sociais e sexuais. A “liberação sexual”, uma bandeira levantada principalmente pelos jovens, também demarcou um período de descontinuidade em relação ao discurso hegemônico que constituíra a “adolescência” como a fase da rebeldia inócua, pois os jovens passaram a reclamar o direito de possuir uma vida sexual ‘diferente’ daquela pautada pelos ideais que haviam orientado a sexualidade monogâmica, heterossexual e reprodutiva. (CESAR, 1998, p. 10).

Por fim, especialistas têm constituído a adolescência sob o viés da *explosão hormonal*, o que atrela a fase do desenvolvimento humano à sexualidade. A associação entre a adolescência e a sexualidade é reforçada pelas teorias psicológicas, pedagógicas e pela mídia.

A adolescência costuma ser confundida com a puberdade, que é um processo biológico que se caracteriza pelo surgimento de uma atividade hormonal, desencadeando caracteres sexuais. A puberdade inicia-se aproximadamente entre os 9 e 14 anos; enquanto a adolescência, por ser um processo psicossocial, tem seu início influenciado pelo ambiente social, econômico e cultural do sujeito, podendo ocorrer antes ou depois do início da puberdade. Por ser um processo psicossocial é preciso compreender que existem experiências distintas de adolescência que dependem dos aspectos psicológicos e sociais dos sujeitos.

Em razão de ser considerada uma fase de transição entre a infância e a vida adulta, teorias do desenvolvimento psicológico apontam que o fim da adolescência é marcado por características do início da maturidade, tais como: estabelecimento de identidade estável; aceitação da própria orientação sexual; independência dos pais; responsabilidade nas escolhas vocacionais; construção de um sistema de valores morais; estabelecimento de uma nova relação com os pais baseada numa igualdade relativa; entre outros. (OUTEIRAL, 2003).

Presença marcante na construção histórica da adolescência e em sua atual conceituação é a expectativa social da produção de um sujeito adulto ideal. Os apontamentos negativos desta etapa da vida são ressaltados a fim de serem corrigidos pelas instituições sociais como a escola e a família. O adolescente é o sujeito visto para o futuro da sociedade e, como a sociedade se transformou ao longo dos anos, os dispositivos de produção de sujeitos ideais também se transformaram.

2.2 Educação: um direito dos jovens

Se, por um lado, a infância recebeu atenção a partir da retomada social dos valores relativos à família, por outro, a adolescência tornou-se objeto de cuidado a partir do discurso médico e higienista. Com a ideia subentendida de preservação e perpetuação da espécie e da qualidade de vida humana, o discurso médico teve espaço privilegiado na família e na escola, principais instituições sociais do século XIX e XX. Deste modo, a preocupação com a saúde tornou-se tão importante quanto a preocupação com a família e a educação.

No entanto, em nenhum momento da história a adolescência foi definida apenas segundo critérios biológicos, familiares ou educativos. Mais do que isso, a adolescência é entendida como construção social. Não se podem imaginar as mesmas condições da juventude em sociedades caracterizadas por modelos demográficos absolutamente diferentes. A adolescência caracteriza-se, portanto, como um conjunto de imagens fortes, de modos de pensar, de representações de si própria e também da sociedade como um todo.

Todos estes predicados desempenham papel importante na construção das diversas políticas públicas da adolescência, seja para exclusão, seja para controle social, a fim de sancionar aos jovens o poder da ordem ou desordem da sociedade e dos costumes. É justamente devido à esta ambiguidade que tornou-se necessário conhecer e institucionalizar os jovens, atribuindo-lhes definições delimitadas pela idade e pelo direito. Progressivamente, surgem formas de controle e socialização como a escola, com a precisa identificação das idades, e o sistema jurídico.

Quanto à educação, segundo Severino (2001), ao utilizar como recurso o processo histórico pelo qual tem passado, é possível perceber que esta vem sendo articulada aos interesses políticos, econômicos e sociais dos tempos históricos. A Educação é, assim, concebida como uma prática técnica, ao mesmo tempo política e mediadora de subjetivação. Indissociável das relações sociais, é também um mecanismo de controle social e econômico. Seus objetivos têm alcance maior que apenas o da inserção das novas gerações na cultura vigente, pois, simultaneamente, ela prepara os homens e mulheres para o futuro.

Para a educação, a adolescência foi, a princípio, representada como uma fase cercada por perigos e vulnerabilidades. E a família, a primeira a ser responsabilizada pelo quadro preocupante em que se encontrava a adolescência e os problemas sociais que a rodeavam. Portanto, diante da dificuldade da família e da escola para controlar os adolescentes, o discurso higienista ganha espaço para empregar sua cientificidade no âmbito pedagógico.

De tal modo, a fim de gerar adultos que atendam aos interesses do desenvolvimento social, a educação apropria-se com rapidez do discurso médico e incorpora a adolescência como objeto de estudo e intervenção. Não obstante, a escola sob todas as suas formas tem feito parte do cenário social e cultural de diversas sociedades mundo afora, sendo a instituição mais fortemente ligada à imagem de adolescência. Enquanto o ensino primário objetiva ensinar aprendizados rudimentares necessários para o convívio social, como a leitura, o objetivo maior do ensino secundário é educar moralmente o futuro adulto.

A educação até o século XVIII (SERERINO, 2001) era função da igreja, caracterizada pela catequese. A pedagogia desenvolvida nos colégios protestantes ou jesuíticos privilegiava as humanidades, de modo que ciência e matemática eram assuntos de especialistas ou amadores. O fim deste século foi marcado por uma revolução pedagógica que, além da ânsia de novas práticas, afirma a onipotência da educação na modelagem do homem. Este foi um terreno fértil para a apropriação da adolescência pelo discurso pedagógico.

Caron (1996) apresenta um breve relato das transformações na educação e do desenvolvimento da juventude na história sociedade europeia. No que concerne à finalidade

do ensino no antigo regime pedagógico mencionado acima, visava-se mais educar que instruir. Não sendo objetivo da educação fornecer diploma ou formar para determinado ofício, acentuava-se a formação de homens de bem, protótipo da sociedade de ordem baseada no cristianismo. Um objetivo de socialização, mas com pouca promoção social.

Desde o início do pensamento iluminista, os intelectuais da época começaram a escrever sobre a educação. John Locke, ainda no século XVII, postula que a educação deve considerar a integralidade dos alunos, suas necessidades físicas e morais, sua educação e sua instrução, incluindo-se aí o aprendizado de alguns ofícios. A partir daí a educação já não enxerga a criança como cópia do adulto. Gradativamente, o objetivo da educação deixa de ser alcançar o céu e passa a ser alcançar a felicidade.

Corroborando com o pensamento iluminista, Caron (1998) afirma que:

> Conhece-se toda a importância representada pela geração educada nas Luzes em estabelecimentos religiosos quando eclode a revolução Francesa: Robespierre (nascido em 1758), Danton (1759), Desmoulins (1760), Saint-Just (1767). De Locke ao Emílio, há a distância das Luzes e a crença, nova, de que a transformação da sociedade passa prioritariamente pela educação do cidadão esclarecido, protótipo de uma sociedade de liberdade (Voltaire) ou de igualdade (Rousseau) baseado em um pensamento deísta, ou mesmo ateu para alguns (Diderot, Helverius, D'Holbach). No centro dessa educação rousseuniana sem livro (a Natureza faz-lhe a função), exceto o Robinson Crusoé, encontra-se o fruto do despertar para a sensibilidade, a observação, a autoaprendizagem, a recusa da coerção aparente ("Não há nenhuma sujeição tão perfeita quanto aquela que mantém a aparência da liberdade") e do castigo, a virtude preferida à humanidade. (CARON, 1998, p. 141).

Um dos grandes princípios que regeu o pensamento moderno foi justamente a busca de uma unidade, uma racionalidade única. A modernidade se plasmou e se firmou no iluminismo do século XVIII na crença da solidez e da certeza. E estes parâmetros foram refletivos e reproduzidos pela educação, de modo que o currículo é uma fonte de disputa por tal característica. O currículo, desde seu surgimento, é um lugar de disputas, de culturas. Ele reflete a sociedade e ao mesmo tempo produz esta sociedade. Reproduz e produz ao mesmo tempo. A criança aprende a temporalidade cultural (não interessa o tempo físico e, sim, o uso do tempo) na escola. Não apenas o tempo, mas também o espaço social é aprendido na escola. O currículo é, assim, uma máquina subjetivante.

Sendo assim, diante do momento histórico de revolução francesa e ascensão do cientificismo, percebe-se que não existe melhor meio de controle social do que a escola, que, por sua vez, torna-se lugar de frequentação obrigatória. Paralela a isto, uma evidência se impõe: a juventude se apresenta como uma aposta política e social. A crença de que a base mais inabalável da ordem social é a educação da juventude é crucial para a democratização do

acesso ao ensino. Até então, quem frequentava o colégio era uma juventude que pertencia a uma minoria privilegiada que fazia parte da elite, como afirma Caron (1998):

> Em 1880, pode-se considerar que o conjunto dos meninos e das meninas está escolarizado, ainda que essa escolarização sofra as eventualidades das estações e do vínculo a tal ou a qual categoria socioprofissional. O mesmo ocorre com inúmeros países onde o caráter obrigatório e gratuito da escola fora proclamado, se não respeitado, há muito tempo (desde o século XVIII na Prússia e nos países escandinavos). O mesmo não acontece com o ensino secundário, esse "todo-poderoso império do meio", como o definia Lucien Febvre: em uma época (fim do século XVIII – fim do século XIX) em que o ensino superior é reservado apenas a uma elite muito restrita de amadores (científicos, literários) ou de futuros profissionais (médico, juristas), o ensino secundário aparece de fato como o laboratório em que se elabora a formação das futuras gerações notáveis. (CARON, 1996, p. 147).

Após a Revolução Francesa, a Europa é influenciada por seus projetos educativos e a educação passa e ser reivindicada como direito de caráter obrigatório que o Estado deve oferecer à população. Idealiza-se uma instituição que acolha indistintamente os alunos com uma pedagogia na qual prevaleça o coletivo sobre o individual. O papel da escola é reforçado pelo contexto social europeu em cuja sociedade via-se a busca por novos valores com a queda de um pensamento baseado na busca da salvação. Havia a necessidade de se definir novas regras e novas relações sociais.

Nesse contexto, o método pedagógico que ganha força é o Método Pestalozzi, idealizado por Henrich Pestalozzi (1746-1827), cujo método baseia-se na ideia central de que não existe, para uma sociedade em ruína moral, espiritual e política outra salvação além da educação, da formação humana. O objetivo central desse método é a construção da personalidade autônoma. Para tanto, distingue-se no homem o crescimento, a formação e a educação, questionando-se as noções de aula, programa, horário, entre outros; visa-se a elaboração do saber, do saber-fazer e do saber-ser. (CARON, 1996).

Isto posto, pedagogos como Pestalozzi, Frobel e Fellenberg tentam conciliar exigência moral, ensino religioso e conhecimento científico, no ensejo de uma ideia subentendida de substituir a educação familiar. Diz-se que a escola é mãe educativa que nutre e instrui as crianças com os cuidados necessários. Nesta conjuntura, o século XIX inicia-se com a afirmação da escola como promessa para os problemas das nações e encarregada da totalidade da formação, sob vigilância, por vezes constante e pesada, nas diferentes idades, da infância à adolescência. (CARON, 1996).

Os internatos eram o que havia de mais moderno e eficiente para a educação, já que representavam uma forma de instrução através da disciplina coletiva. Como substituição do

ensino familiar, este tipo de educação ganha força no século XIX como uma tentativa de laicização da sociedade, mas perde a força já em meados do século XX, quando os colégios regulares passam a desenvolver-se com multiplicação dos campos educativos confiados aos internatos. Surgem, então, as primeiras inspirações para os chamados temas transversais no ensino regular.

Portanto, a educação é o recurso social da disciplinarização, da socialização e do desenvolvimento dos poderes econômicos e sociais. Mais do que um direito garantido pelo Estado, ela é uma tática para manter a população útil aos interesses capitalistas vigentes e, ao mesmo tempo, livre de agressões e barbáries, já que, conforme apresenta Foucault (2004),

> O poder disciplinar é, com efeito, um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior "adestrar"; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. Ele não amarra as forças para reduzi-las; procura ligá-las para multiplicá-las e utilizá-las num todo. Em vez de dobrar uniformemente e por massa tudo o que lhe está submetido, separa, analisa, diferencia, leva seus processos de decomposição até às singularidades necessárias e suficientes. "Adestra" as multidões confusas, móveis, inúteis de corpos e forças para uma multiplicidade de elementos individuais – pequenas células separadas, autonomias orgânicas, identidades e continuidades genéticas, segmentos combinatórios. A disciplina "fabrica" indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício. (FOUCAULT, 2004, p. 143).

O processo de internamento com finalidade educativa compreende o perfeito modelo disciplinar, uma vez que o controle minucioso do tempo o torna produtivo, a constante ideia de vigilância torna seus sujeitos dóceis e os conhecimentos técnicos e científicos os fazem úteis, especialmente por acontecer coletivamente, uma vez que, distanciamento familiar e a suposta ausência de privilégios facilita a ação. Para a juventude, a disciplina parece mais necessária que em outras etapas do desenvolvimento por ser considerada uma fase tendenciada a quebrar as normas e infringir as leis.

A disciplinarização, em qualquer tempo histórico, tem sido o principal recurso pedagógico com o qual a educação exerce sua função. Atendendo sempre aos anseios sociais, a educação tem disciplinado pessoas para o convívio social e tornado seus usos e costumes culturalmente aceitos e, mais do que isso, economicamente produtivos. O poder disciplinar tem apresentado sucesso no ambiente escolar também devido à simplicidade de seus recursos. Para tanto, basta que haja a ideia da hierarquia, a normatização com sanções e sua combinação com algo que marca a educação: os exames ou avaliações.

Para além do controle da "fúria juvenil", o poder disciplinar também passa pela proteção e pelo cuidado. A mesma juventude que deve ser controlada pela escola precisou

antes ser protegida para ser reconhecida como uma fase do desenvolvimento humano e ter direito à educação. Foi o reconhecimento da especificidade da infância/adolescência que levou a atribuição de direitos de proteção. E esta juventude que frequenta as escolas precisa ser cuidada para tornar-se o futuro adulto que move os interesses sociais de toda nação. A esta juventude são conferidos direitos para então poderem cumprir deveres e tornarem-se cidadãos.

2.3 Adolescência no Brasil

No Brasil há poucos registros acerca do processo histórico-social que constitui a adolescência como uma fase específica do desenvolvimento humano. Os registros brasileiros privilegiam a infância e, quando a adolescência aparece, é acompanhando e continuando a infância. De toda maneira, percebe-se que o percurso do reconhecimento da adolescência como uma fase do desenvolvimento humano no Brasil passou por um percurso semelhante ao da Europa, embora cronologicamente falando, em momento posterior.

Rizzini (1993) aponta para uma análise da construção da assistência à infância e adolescência no Brasil. O livro apresenta um minucioso estudo documental do período de 1890 até 1927, que coloca em destaque as transformações da assistência à infância. Do material levantado, a maior parte refere-se à cidade do Rio de Janeiro, que, no período pesquisado, era a capital do Brasil. Apresentam-se, assim, as condições políticas, econômicas e sociais, sob as quais a assistência à infância foi se constituindo até chegar a ser uma política de governo com diretrizes definidas e de alcance nacional.

No Brasil, as crianças passaram a ocupar o centro das atenções e preocupações dos adultos da segunda metade do século XIX até a primeira metade do século XX. Até então, toda assistência prestada à criança era de cunho religioso. A criança abandonada era atendida pela igreja com serviço de caráter caritativo. A problemática da criança desvalida no Brasil Colônia e Império são inseparáveis da sociedade colonial e escravagista, da honra das famílias e da assistência entregue à caridade e à misericórdia. Um importante marco da caridade destinada às crianças neste período foi a “Roda do Exposto” – um aparelho no formato cilíndrico que ficava no muro dos asilos. A roda preservava o anonimato de quem nela depositava crianças e rompia, sem alarde, com os vínculos de origem desta criança não desejada. (RIZZINI, 1993).

Em meados do século XIX começou a crescer o interesse pela questão da família e da infância por parte de políticos, médicos e juristas, primeiras classes a se preocuparem com os

pequenos. A infância pobre tornou-se uma preocupação, uma vez que os avanços das relações capitalistas de produção propagaram a pobreza urbana. Com o crescimento das indústrias, as cidades se expandiram e a população urbana passou então a ser constituída de 70% de famílias em situação de pobreza. Assim, as autoridades da época começaram a se preocupar com o quadro de promiscuidade e falta de condições mínimas de higiene, que provocavam doenças e epidemias, além de um alto índice de mortalidade infantil. Deste modo, a urbanização descontrolada deu suporte para o desenvolvimento da medicina social no país.

A medicina apresenta-se, assim, como o poder político e técnico capaz de esquadrinhar essa população que se caracterizou como sendo desordenada, contaminadora, que foge ao controle do poder político representado pela burguesia. Ela o faz através da análise de elementos do meio que são prejudiciais à saúde, como também por meio de propostas práticas que levam a uma reorganização do espaço urbano no sentido de uma maior vigilância e controle da população. Recurso importante na operacionalização da intervenção médica na sociedade brasileira é a criação de instituições de assistências públicas, que começaram a surgir no final do século XIX em diante. A higiene torna-se, então, a principal estratégia do controle social exercido pela assistência pública (RIZZINI, 1993).

Com a expansão desordenada das cidades criam-se demandas peculiares de organização social, como, por exemplo, a assistência extra-asilar que surge neste período como estratégia do governo para expandir seu raio de controle sobre a sociedade. As medidas sanitárias de cunho preventivo aglutinam as atenções e os recursos, enquanto que a assistência asilar é vista como foco de doenças e como medida preventiva. Neste período, o Estado define a população como um problema econômico e político. As medidas de preservação da saúde da população representam não apenas uma preocupação com o bem-estar do indivíduo, mas, sobretudo, com a prosperidade e à segurança do Estado. A prevenção é uma das estratégias da medicina no projeto de normatização da sociedade (RIZZINI, 1993).

A assistência à infância começa a surgir no Brasil nas três primeiras décadas do século XX, quando o movimento eugênico, já difundido na Europa, repercute na intelectualidade brasileira. Como uma forma de mostrar a preocupação com a constituição ética do povo, propõe-se que o Estado adote um programa de prevenção dos fatores de degeneração da raça. Essa estratégia é concretizada pela disseminação dos socorros na puericultura e pela forte propagação das ideias de higiene infantil. Apesar do sucesso das ideias eugênicas, foi a teoria da degenerescência que fundamentou a maior parte dos projetos e as iniciativas de transformação da assistência à infância na prática. (RIZZINI, 1993).

As degenerescências contribuem como fator importante na preocupação médica com a prevenção da delinquência infantil. Os projetos de intervenção nas famílias pobres aparecem como prevenção à possibilidade da criança herdar os males dos pais e utiliza recursos como palestras e serviços dirigidos às mães e crianças pobres. Na ausência da família, o alvo era o "menor abandonado" a quem esteve reservada a internação em instituições de prevenção, já que o ambiente salutar evitaria que sua herança patológica emergisse (RIZZINI, 1993).

A melhoria da raça era um projeto para o futuro. Assim, as teorias da eugenia e da degenerescência justificam o surgimento de projetos e programas de cunho filantrópicos voltados para prevenção dos desvios sociais. A família e a infância marginalizadas eram importantes alvos dessas intervenções, de modo que o papel do médico junto à família pobre era primeiro o de higienista que instruía a família em como evitar doenças infecciosas, chegando ao ponto de ultrapassar a esfera técnica, tornando-se um *conselheiro dos costumes* (RIZZINI, 1993).

De acordo com Rizzini (1993), dois passos importantes que marcaram o posicionamento do Estado na questão da infância desviante foram: a criação do Juízo de Menores, em 1923, e a promulgação do primeiro Código de Menores, em 1927. Estas ações foram possíveis através da cobrança, por parte das iniciativas filantrópicas, de uma participação mais efetiva do Estado com medidas diretas na assistência ao menor. De acordo com relatos da elite intelectual da época, a criança pobre é maltratada em todos seus ambientes (na família, na rua, nos asilos e nas fábricas). As estatísticas de mortalidade infantil comprovam o fato: morrem crianças demais nas cidades brasileiras. As estatísticas criminais mostram outro lado da questão da infância não assistida: se ela está em perigo, também pode ser perigosa. É neste contexto que cobra-se do governo do país uma atenção especial para a infância marginalizada a fim de "aliviar a consciência de uma sociedade envergonhada e ameaçada com a sua presença" (RIZZINI, 1993, p. 23).

A noção médica de prevenção fundamentou a ideia de uma assistência organizada, dirigida não somente aos órfãos expostos, mas também aos desvalidos, aos moralmente abandonados e aos delinquentes. Quando a assistência a este grupo começa a tomar corpo, o foco deixa de ser o adoecimento e passa a ser a prevenção das desordens e criminalidade sociais. O modelo caritativo é então acusado de fomentar a miséria e a improdutividade dos sujeitos marginalizados. Assim, a assistência ao sujeito em situação de menoridade penal, em meados do século XX, é baseada na cientificidade racional e atende ao objetivo de disciplinarizar os sujeitos vulneráveis para que se tornem indivíduos produtivos e cientes dos seus direitos e deveres (RIZZINI, 1993).

Quando o foco da assistência a menores passa a ser a adaptação do indivíduo ao meio social, começa a haver consenso entre intelectuais da época de que a internação em asilo deve restringir-se aqueles que podem trazer danos à sociedade. A ideia era preparar o indivíduo para a vida social e não afastá-lo, e antes que esta criança, percebida como estando em perigo, torne-se perigosa para a sociedade. Destarte, as duas formas de assistência à infância, a asilar e a extra-asilar, já estão bem delimitadas neste período, bem como seus objetivos. Todavia, progressivamente começam a aparecer determinadas lacunas que comprometem a eficácia de sua ação. Com relação a isto Rizzini (1993) afirma que:

> Um rápido paralelo entre a assistência extra-asilar do início do século e a assistência comunitária desenvolvida no país a partir da década de 60, nos indica que a assistência caminhou no sentido do ajustamento do desviante ao meio, produzindo a 'inadaptação', onde o indivíduo é responsabilizado por não se ajustar ao processo produtivo e às normas sociais dominantes. (RIZZINI, 1993, p. 98).

Por tais razões, a idealização de uma assistência comunitária surge com o mesmo viés intelectual da assistência extra asilar: uma estratégia de vigilância dos que não se adaptam e de controle social. Assim, notamos que os modelos de assistência destinada à infância em situação de vulnerabilidade eram destinados para dois públicos: para os filhos da *pobreza honrada,* um atendimento de cunho preventivo; já para a *infância perigosa,* o afastamento da sociedade (RIZZINI, 1993).

Se a história da assistência à infância e à adolescência no país apresenta um quadro de atraso em relação aos grandes centros culturais europeus, na educação esta situação não foi diferente. O Brasil tardou a apresentar preocupação com o ensino. Embora a educação escolar tenha se tornado obrigatória ainda em 1834[8], não era possível garantir à maioria dos brasileiros o exercício do seu direito. Uma preocupação efetiva com a educação do povo brasileiro surgiu como um problema de ordem política, uma vez que, em 1882, com a Lei da Câmara dos Deputados de 1881/Lei Saraiva, os analfabetos foram proibidos de participar das votações. (MORTATTI, 2004).

O analfabetismo constituiu, especialmente ao longo do século XX, um problema não apenas político, mas, principalmente, sociocultural e econômico acentuado com o discurso de incapacidade do analfabeto em atitudes de discriminação e marginalização. Assim, o secular processo de implantação e expansão de um sistema público de ensino foi acompanhado de

[8] A educação escolar torna-se política pública obrigatória durante o governo de império, com a Constituição de 1834.

intensas discussões sobre o fracasso escolar e a busca de formas de se efetivar o direito à educação (MORTATTI, 2004).

No Brasil, o desenvolvimento das ideias pedagógicas conviveu, durante aproximadamente quatro séculos, com atividades educativas excludentes. Até 1759 a educação era responsabilidade dos jesuítas; no entanto, a soma dos alunos atendidos "não atingia 0,1% da população brasileira, pois dela estavam excluídas as mulheres (50% da população), os escravos (40%), os negros livres, os pardos, filhos ilegítimos e crianças abandonadas" (SAVIANI, 2008, p. 442).

A mistura entre ideias pedagógicas católicas e leigas caracterizou o Brasil Império no século XIX. A instalação do regime de república, no fim do século XIX, influenciou o predomínio das ideias leigas, de modo que, a partir de 1930, estas assumem a forma de um ideal pedagógico renovador. As pedagogias católicas absorvem os métodos novos, todavia, sem abrir mão da doutrina tradicional. Na década de 1970, com as ideias tecnicistas, aumentam os esforços do movimento renovador para dotar o Estado de instrumentos capazes de instituir um sistema público de ensino amplo e democrático. O século XX caracteriza-se, pois, para o Brasil como um período de significativo salto na expansão escolar, já que "a matrícula geral passou de 2.238.773 alunos, em 1933, para 44.708.589 em 1998" (SAVIANI, 2008, p. 444). Isto posto, a educação reafirma a situação da assistência à infância e adolescência apresentada, visto que, embora a educação não seja exclusividade de crianças e adolescentes, estes sujeitos são seus alvos primeiros. Assim, contar a história da educação no Brasil é contar nuances da história do reconhecimento da infância e da adolescência como fases específicas do desenvolvimento humano.

Tanto na história da educação como da assistência à infância e adolescência no Brasil, a visibilidade dada a estes sujeitos é uma novidade recente e ainda em construção. Questões como gênero, cor e classe econômica por muito tempo foram critérios de segregação entre crianças e adolescentes brasileiros e o país ainda trabalha para diminuir este rastro deixado pelo processo de desenvolvimento histórico e político. Muitos avanços para o reconhecimento dos direitos protetivos da infância e da adolescência tiveram visibilidade a partir da década de 1980, quando crianças e adolescentes são legalmente reconhecidos como cidadãos de direitos.

2.4 Jovens como Sujeitos de Direitos

O conceito que surgiu como criação social que personificou e sintetizou a promoção da igualdade na política moderna, foi o *direito.* A partir da Revolução Francesa, na disputa

entre dominadores e dominados, o direito emergiu como a expressão de um contrapoder político simbólico e prático. Assim, todo ser humano reconhecido como cidadão passou a ser portador de direitos, o que influenciou para a garantia formal à igualdade de condições sociais. Por meio da promoção de oportunidades iguais de acesso às experiências, conhecimentos e patrimônios produzidos e acumulados pela sociedade, buscou-se a diminuição da distância entre a elite e as classes populares. Portanto:

> É devido à ação discursiva e concreta do "direito", como ferramenta pública, que as lutas por sua consagração, efetivação e ampliação podem ser entendidas como expressão – por excelência – da cultura política dos nossos tempos. A partir de uma geração de direitos outra é criada, em um jogo dinâmico em que a consolidação da uma abre espaço para a emergência da outra. A primeira geração foi a que consagrou os direitos civis e políticos depois vieram a segunda, marcando a emergência dos direitos sociais e, por último, como produto da ação de diversos movimentos sociais nas últimas décadas do século XX, é reconhecida há certo tempo – inclusive em nossa Constituição Federal – a terceira geração de direitos, caracterizada pela consagração dos direitos difusos. Ao contrário das duas outras gerações, seus titulares são grupos sociais como negros, mulheres homossexuais, crianças, adolescentes, jovens e idosos, e não mais indivíduos. A função desses direitos é a de garantir condições para que esses grupos sociais possam existir e se desenvolver integralmente, sem serem subjugados ou discriminados. (BRASIL, 2006, p. 6).

Um eixo da Política Nacional da Juventude é a consagração dos direitos de terceira geração é o reconhecimento de que não se pode falar em uma sociedade livre se grupos sociais como as mulheres, as crianças, os negros, os homossexuais ou os jovens são reprimidos ou estereotipados dentro dela. Assim, o mundo político sofreu forte mudança em sua orientação pública. Se a modernidade se caracterizou pela busca da igualdade através dos direitos individuais, no momento atual a pressuposição da matriz política é definida pelo reconhecimento e valorização da diferença. (PNJ, 2006).

Desse modo, no cenário brasileiro, o auge da democratização foi a Constituição da República Federativa do Brasil[9] que foi promulgada em 05 de outubro de 1988. A chamada constituição cidadã representou avanço em diversos direitos sociais. Entre os principais direitos segurados pela constituição estão: a garantia da qualidade da saúde pública, como direito universal de todos os cidadãos, através da criação do SUS (Sistema Único de Saúde); direito de voto facultativo para os jovens com idade entre 16 anos e 17 anos; maior autonomia para os municípios administrarem os recursos públicos; garantia da demarcação de terras indígenas; criação de legislação em defesa ao meio ambiente; garantia de aposentadoria para

[9] A promulgação da Constituição de 1988 marcou o início da consolidação da democracia, após os anos da ditadura militar. Em 1986, o novo governo foi marcado pela necessidade de um texto constitucional mais democrático e, em fevereiro de 1987, o deputado Ulysses Guimarães abriu as sessões da Assembleia Nacional Constituinte, composta por 559 congressistas. Fonte: http://www.brasil.gov.br/sobre/o-brasil/constituicao

trabalhadores rurais sem precisarem ter contribuído com o INSS; fim da censura às emissoras de rádio e TV, filmes, peças de teatro, jornais e revistas, etc.; redução do mandato presidencial de cinco para quatro anos, entre outros.

A constituição de 1988 mostra-se como documento oficial que relaciona os três aspectos do direito, sendo o primeiro documento de importância nacional a privilegiar os direitos difusos. Com relação à adolescência, a necessidade de articular a busca da igualdade individual de condições com a valorização da diferença torna-se atributo essencial para a afirmação de direitos e, consequentemente, para elaboração de políticas públicas. Os jovens vêm representando o contingente populacional mais vitimado pelas distintas formas de violência no Brasil, uma vez que enfrentam enorme dificuldade de ingresso e permanência no mercado de trabalho; sofrem impedimentos no acesso a bens culturais; não têm assegurado o direito a uma educação de qualidade e não recebem tratamento adequado no tocante às políticas públicas de saúde e lazer.

Até finais da década de 1980, havia um debate em nível mundial que discutia a necessidade do reconhecimento de crianças e adolescente como sujeito de direitos. Eventos e campanhas sob a impulsão de ideias e debates sobre os direitos e representações da infância e da adolescência discutiam a necessidade de formulação de um documento internacional sob os cuidados da Organização das Nações Unidas - ONU. Pretendia-se que o documento fosse mais abrangente que os criados até o momento e mais próximo da representação de infância da época, além de ter um caráter efetivamente legal e extrapolar a dimensão de uma simples declaração, respondendo energicamente às problemáticas de sobrevivência e desenvolvimento da criança e do adolescente. Deste modo, em 20 de novembro de 1989 é finalizado o trâmite da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, que entrou em vigência em 02 de setembro de 1990 (MARIANO, 2010).

Neste contexto da realidade brasileira de uma infância e adolescência com poucos direitos reconhecidos no âmbito legislativo também no Brasil, a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (aplicáveis a pessoas de 0 a 18 anos) significou solo fértil para que o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA pudesse ser sancionado, em 13 de julho de 1990. A representação das crianças e dos adolescentes como cidadãos e sujeitos de direitos surgiu com a ideia de intermediar a relação das crianças e dos adolescentes nos diversos espaços que transitam, conferindo ao estado e à família responsabilidades com finalidade de proteger integralmente tais sujeitos.

Assim, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – define, segundo o Artigo 2º, que será considerada criança a pessoa até os doze anos de idade, e adolescente, aquela com

idade entre doze e dezoito anos. Nas disposições preliminares, o ECA garante à criança e ao adolescente alguns direitos, tais como: à proteção integral; à prioridade para sobrevivência; a não ser humilhado ou negligenciado; a serem respeitadas como pessoas em desenvolvimento. Os direitos conferidos pelo documento seguem o eixo das disposições preliminares. (ECA, 1991).

No geral, o documento confere direitos às crianças e adolescentes no âmbito familiar e público, sendo estes: direito à vida e à saúde; direito à liberdade, ao respeito e à dignidade; direito à convivência familiar e comunitária; direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer; direito à profissionalização e à proteção no trabalho; direito à garantia de prevenção; direitos a políticas de atendimento específicas na União, Estados, Distrito Federal e Municípios; direito a medidas de proteção sempre que seus direitos forem violados; direitos a medidas punitivas específicas voltadas para a socioeducação quando incidirem a prática de ato infracional; direito ao órgão permanente e autônomo para zelar pelo cumprimento dos seus direitos – O Conselho Tutelar – e direito de acesso à justiça.

O Estatuto da Criança e do Adolescente representou grande avanço com relação à atenção dada a crianças e aos adolescentes no país. No entanto, por ser inspirada na Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, esta legislação não focaliza as necessidades específicas da realidade brasileira.

Com foco na juventude/adolescência brasileira o UNICEF elabora o material para caracterizar a adolescência brasileira produzido pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF[10]. O UNICEF criado em 1946 com o propósito de ajudar a reconstruir os países mais afetados pela Segunda Guerra Mundial e que passou a atuar em outras nações e outras esferas como a garantia dos direitos humanos. Hoje, está presente em mais de 150 países. No Brasil chegou em 1950 e contribui na garantia dos direitos das crianças e adolescentes, como, por exemplo, na elaboração do artigo 227 da Constituição de 1988, que estabelece a infância e a adolescência como prioridade absoluta, e no Estatuto da Criança e do Adolescente. Desde sua institucionalização no País, o UNICEF tem atuado nas seguintes questões: a eliminação da poliomielite (que teve o último registro de ocorrência em 1989); o direito das mulheres a amamentar seus filhos; a criação do programa de merenda escolar; a redução de mortes por diarreia através da promoção do soro caseiro, entre outras. Com a recente atenção dada à adolescência, o UNICEF tem planejado intervenções com intuito de

[10] Para maiores informações acessar site do UNICEF no BRASIL: http://www.unicef.org/brazil/pt/overview.html e site da ONU no Brasil: http://www.onu.org.br/onu-no-brasil/unicef/

promover a participação cidadã de adolescentes em suas famílias, comunidades e nos espaços e políticas que lhes dizem respeito. Desta forma, o documento intitulado *O Direito de Ser Adolescente: Oportunidade para reduzir vulnerabilidades e superar desigualdades* foi pensado com o objetivo de mapear a adolescência brasileira até 2011, a fim de facilitar posteriores intervenções.

É importante esclarecer que a atenção dada pelo UNICEF à adolescência brasileira pode representar um recurso disciplinar de prevenção à marginalidade perigosa (imagem que costuma ser atribuída aos adolescentes em situação de pobreza) e, simultaneamente, uma iniciativa com intuito de aumentar o desenvolvimento econômico do país. Olhar para a adolescência em situação de vulnerabilidade além de boas intenções, pode constituir uma estratégia para proteger a sociedade dos supostos frutos podres que são gerados pela pobreza não assistida. A publicação da UNICEF é atravessada por discursos, interesses e não são neutras as informações apresentadas por ela. De toda maneira, as discussões relacionadas a tais questões não serão aprofundadas neste trabalho. Já que nas páginas iniciais do material constata-se que:

> O Brasil vive hoje o que vem sendo chamado de **bônus demográfico**. Com 11% de sua população vivendo a adolescência, o País tem uma oportunidade única: nunca houve e nunca haverá no futuro tamanho contingente de adolescentes. Um universo de 21.083.635 de meninos e meninas, um momento inédito de possibilidades reais para se fortalecer os importantes avanços das últimas duas décadas nas áreas da saúde, da educação, da inclusão, já realizadas para as crianças. Sem deixar de investir na garantia dos direitos da primeira e segunda infância, é chegada a hora de se avançar em conquistas para o adolescente brasileiro. O presente do Brasil é um presente. (UNICEF, 2011, p.13 – grifo nosso).

Nota-se com isso que o investimento na adolescência não é uma proposição vazia de interesses, mas uma medida pensada para aproveitar o chamado *bônus demográfico*. O bônus demográfico é apresentado como consequência positiva do investimento na infância nas últimas duas décadas e de acordo com a publicação, se bem aproveitado, representa meio para o desenvolvimento econômico e social do país. Isso por que a população que hoje se encontra vivenciando a adolescência, em poucos anos representará a população adulta. Ao sujeito na fase adulta atribui-se a função do trabalho e do controle familiar, portanto, responsável pela movimentação da economia.

A ideia essencialista implícita na publicação do UNICEF é que, para aproveitar este momento histórico, os adolescentes precisam ter garantido o reconhecimento de sua especificidade. Atualmente os adolescentes estão presentes na sociedade com um jeito próprio de ser, se expressar e conviver e, portanto, precisam ser vistos como o que são: adolescentes.

“O que experimentam nessa etapa determinará sua vida adulta” (UNICEF, 2011, p.14). A adolescência é então chamada de *tempo de oportunidade*, como se a responsabilidade pelo desenvolvimento ou não desenvolvimento da nação fosse responsabilidade exclusiva da adolescência. Essa fase da vida é apresentada, então, como a fonte para a solução dos problemas que, na verdade, são responsabilidade do Estado, como demonstra o trecho abaixo:

> O reconhecimento da importância dos processos de desenvolvimento que ocorrem na adolescência, da oportunidade que a adolescência representa para o País, do benefício que as vivências da adolescência representam tanto para sua vida presente quanto, posteriormente, para sua vida de adulto, resulta na afirmação de que esses meninos e meninas são detentores do direito de ser adolescentes. O que significa, sob a ótica da cidadania, o direito de ter direitos, de conhecer seus direitos, de criar novos direitos, de participar das conquistas de seus direitos. (UNICEF, 2011, p. 16).

Se aos adolescentes é conferida a responsabilidade com o futuro do país, eles devem ser reconhecidos como sujeitos de direitos e como fase de oportunidade. Isso apenas por serem o futuro da nação, não por serem cidadãos brasileiros desde o seu nascimento. Nesta ótica, o documento segue suas análises a respeito do panorama atual da adolescência em nossa sociedade, sempre acenando para os direitos desta fase e para as peculiaridades de cada adolescência, em diferentes contextos. Em um país tão diversificado como o Brasil não se pode caracterizar apenas um tipo de vivência para a adolescência, portanto, fala-se no documento do direito de ser adolescente dentro da sua própria realidade cultural.

De acordo com a publicação do UNICEF *O direito de ser adolescente*, esta oportunidade chamada adolescência tem tido seu desenvolvimento afetado especialmente por duas questões: as vulnerabilidades produzidas pelo contexto social e as desigualdades resultantes dos processos históricos de exclusão e discriminação. Situações de desigualdades sociais historicamente determinadas, como pobreza, violência, exploração sexual, baixa escolaridade, exploração do trabalho, gravidez, DST/AIDS, abuso de drogas e privação da convivência familiar, atingem mais fortemente os adolescentes que os demais segmentos etários e estabelecem obstáculos para a realização do direito de ser adolescente dos brasileiros. Segue, então, este capítulo apresentando os dados contidos no material elaborado pelo UNICEF para caracterizar as principais vulnerabilidades vividas por adolescentes no país.

A pobreza extrema aparece como um dos principais fatores de risco a que se submetem os adolescentes no país. Ela aumenta o risco de abusos e exploração uma vez que torna frágeis os ambientes que deveriam ser de proteção. É uma vulnerabilidade que passa de geração em geração. Dados preliminares do Censo 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia

e Estatística (IBGE), indicam que quatro em cada dez brasileiros (40%) que vivem na miséria são meninos e meninas de até 14 anos. Quanto aos adolescentes com idade entre 12 e 17 anos de idade, 38% estão em condições de pobreza. Romper com o ciclo de pobreza não é simples, mas é fundamental para reduzir outras vulnerabilidades. (UNICEF, 2011).

Outra "situação de risco" enfrentada pelos adolescentes brasileiros é a baixa escolaridade, pois impõe limites às oportunidades que têm e terão os adolescentes ao longo de toda a sua vida. Ela resulta de um processo de exclusão que tem suas origens nos primeiros anos de vida. Desde a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente o país fez importantes avanços em direção a universalização do acesso ao ensino fundamental; no entanto, o acesso é apenas o primeiro passo na garantia de aprender. As crianças e adolescentes chegam à escola, mas muitos deles não conseguem aprender e conquistar avanços em sua escolaridade por uma série de fatores relacionados à qualidade da educação e à precariedade do ambiente de aprendizagem, como demonstra o trecho abaixo:

> No Brasil, em 2009, do total de meninos e meninas de 15 a 17 anos, 85,2% estavam matriculados na escola. Porém, apenas pouco mais da metade deles (50,9%) estava no nível adequado para sua idade: o ensino médio. Os demais ainda cursavam o ensino fundamental. Além disso, 1,4 milhões de meninos e meninas desta faixa etária já haviam abandonado os estudos e estavam fora das salas de aula em 2009. (UNICEF, 2011, p. 31).

Receber educação de qualidade é condição *sine qua nom* para o desenvolvimento das pessoas e das sociedades e ajuda a pavimentar o caminho para o presente e para um futuro produtivo e cidadão. Contudo, o acúmulo de repetências e abandono faz com que a escolaridade média dos adolescentes brasileiros de 15 a 17 anos seja de 7,6 anos de estudo. Isso quer dizer que, em média, os brasileiros nessa faixa etária sequer completaram o nível fundamental de ensino, que implica nove anos de estudo. Se a educação transforma vidas, a baixa escolaridade restringe transformações, pessoais e sociais, limita o desenvolvimento. (UNICEF, 2011).

Assim, a inquietação da UNICEF com estas duas vulnerabilidades, que aparecem na publicação como as mais comuns entre os adolescentes, ecoa como a voz do Estado que responsabiliza pessoas em situação de pobreza e com baixa escolaridade pelas dificuldades que enfrentam, já que aparece nas estatísticas dos sites oficiais do Governo a quantidade de investimentos feitos em escolas públicas e transferências de renda para pessoas em situação de vulnerabilidade. Todavia, o que não está claro nestes dados é a qualidade do serviço

oferecido às famílias nesta situação e as limitações dos serviços de acompanhamento de famílias.

Outro fator de vulnerabilidade mencionado no documento que caracteriza a situação da adolescência brasileira até 2011, apontado como de grave incidência, é a exploração do trabalho, recorrendo-se ao argumento de que o trabalho, quase sempre, interfere na educação de meninos e meninas, além de submetê-los a riscos físicos e psicológicos, como acidentes, exposição a substâncias tóxicas, a movimentos repetitivos que comprometem a saúde destes adolescentes ainda em fase de desenvolvimento. Embora a legislação brasileira proíba o trabalho formal até os 16 anos, exceto como aprendiz a partir dos 14 anos, "dos 4,3 milhões de brasileiros com idade entre 05 e 17 anos que exercem algum tipo de atividade laboral[11], 77% - ou 3,3 milhões – são adolescentes de 14 a 17 anos" (UNESCO, 2011, p. 32). Dos meninos e meninas que trabalham, 82% também estão matriculados na escola; no entanto, ainda de acordo com a publicação do UNICEF, estudos e pesquisas mostram que adolescentes que trabalham e estudam estão mais vulneráveis ao mau desempenho na escola, à repetência e à evasão. O trabalho do adolescente no país representa uma vulnerabilidade que vem cedendo aos poucos, ao longo dos anos, e parece sempre se alimentar de uma cultura de precariedade, gerando mais um ciclo de exclusão e violação de direitos, de desproteção e insegurança.

Ao invés de pensar o enfrentamento da exploração do trabalho adolescente como uma questão pontual a ser enfrentada pelos sujeitos nesta faixa-etária é preciso pensar no que tem feito esses jovens buscar trabalhos informais. No nosso país, em muitas famílias de baixa renda, mais do que uma fonte de renda, o trabalho representa um motivo de orgulho e um recurso disciplinar. Muitos destes jovens em situação de trabalho são filhos de sujeitos que sentem orgulho em dizer que trabalham desde a infância. O trabalho aparece, então, como um valor cultural muito forte no Brasil, e, ao invés de pensar sua erradicação, pensar em estratégias para ampliar o acesso a serviços legalizados e que seguem as exigências do Estatuto da Criança e do Adolescente. Além disso, pensar desta forma implica chamar a responsabilidade para o Estado daquilo que é sua obrigação, não apenas culpando famílias e criticando práticas culturais.

A publicação aponta ainda que a privação do direito à convivência familiar e comunitária, assim como a pobreza, a exclusão da escola e a exploração do trabalho deixam os adolescentes desprotegidos e representam riscos. O documento aponta que a sensação de

[11] A partir de 1992 a PNAD passou a considerar como ocupação atividades desenvolvidas durante uma hora na semana : agricultura, estração vegetal ou mineral, caça, pesca, entre outros. Tal conceituação acarretou crescimento formidável na taxa de atividade de crianças e adolescentes.

segurança é uma experiência fundamental para os adolescentes, que começa na convivência familiar e comunitária vivida de forma saudável e é crucial para oferecer as bases necessárias ao amadurecimento e à constituição de uma vida adulta também saudável. No Brasil, estima-se que 54 mil crianças e adolescentes até 2009 viviam em abrigos[12]. Para os adolescentes, este quadro é muito complexo, já que, à medida que aumenta a idade, diminuem as possibilidades de retorno à convivência familiar. Ainda não existe experiência sustentável de abrigos que consigam desenvolver estratégias eficientes para garantia do direito a uma família ou mesmo para buscar alternativas que apoiem os adolescentes que crescem nessas instituições a desenvolver um projeto de vida, estabelecer autonomia e construir redes afetivas. (UNESCO, 2011).

Além dos meninos e meninas internados em abrigos, entre os adolescentes privados do direito à convivência familiar e comunitária, estão os 24 mil meninos e meninas em situação de rua no Brasil, segundo dados de um estudo do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos, divulgado em 2011. Estes sujeitos em situação de rua são o ápice da exclusão social, pois são privados de todos, ou quase todos, os direitos das crianças e adolescentes, e existem poucas políticas públicas direcionadas a esta população. Outra realidade que se enquadra na privação do direito à convivência familiar é a atribuição da liderança familiar conferida a adolescentes. Em 132 mil municípios, esta é a realidade na qual meninos e meninas de 10 a 14 anos são os principais responsáveis pela casa, de acordo com o Censo 2010, do IBGE, que revela ainda que outros 661 mil lares são chefiados por adolescentes com idade entre 15 e 19 anos. (UNESCO, 2011).

Esta afirmação vai ao encontro das representações cotidianas sobre a adolescência como um período de não responsabilidade. Além do mais, a preocupação com a privação dos direitos à convivência familiar e comunitária retoma a discussão apresentada no tópico anterior deste capítulo acerca da criança em situação de rua como um perigo para a sociedade.

O assassinato de adolescentes também tem se mostrado uma preocupante vulnerabilidade a ser enfrentada. Segundo dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde, 19,1 meninos e meninas de 12 a 17 anos em cada grupo de 100 mil pessoas da mesma faixa etária morreram vítimas de homicídio em 2009. No mesmo ano, a taxa de mortalidade por homicídios entre adolescentes de 15 a 19 anos era de 43,2 em

[12] Dados do Levantamento Nacional de Crianças e Adolescentes em Serviços de Acolhimento, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

cada grupo de 100mil adolescentes da mesma faixa etária. A este respeito, Antony Lake, diretor executivo do UNICEF, diz que:

> No Brasil, as reduções na taxa de mortalidade infantil entre 1998 e 2008 mostram que foi possível preservar a vida de mais de 26 mil crianças. No entanto, no mesmo período, 81 mil adolescentes brasileiros, entre 15 e 19 anos de idade, foram assassinados. **Com certeza, não queremos salvar crianças em sua primeira década de vida para perdê-las na década seguinte.**" (UNICEF, 2011, p. 41, grifo do autor).

No Brasil, ao contrário da maioria dos outros países, os homicídios superam os acidentes de trânsito como primeira causa de mortalidade na adolescência. Esta realidade aponta para o descumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente que garante ao sujeito nesta faixa etária o direito de não ser objeto de discriminação, negligência, exploração, violência, crueldade ou agressão dentro e fora de casa.

Mais uma forma de situação de vulnerabilidade apresentada pelo UNICEF como tendo impacto profundo na vida dos adolescentes é a maternidade e paternidade na adolescência. Assim como a pobreza, a baixa escolaridade e a entrada precoce e precária no mercado de trabalho, a gravidez na adolescência é um dos mais importantes fatores para a perpetuação de ciclos intergeracionais de pobreza e exclusão. No Brasil, 2,8% das meninas entre 12 e 17 anos já tiveram filhos, segundo dados do Sistema Nacional de Nascidos Vivos (Sinasc), do Ministério da Saúde. E de acordo com estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), entre as meninas com idade entre 10 e 17 anos, sem filhos, 6,1% não estudavam, no ano de 2008. Na publicação é relatado ainda que na mesma faixa etária, entre adolescentes que tinham filhos, essa proporção chegava a impressionantes 75,7%. A gravidez na adolescência é um fenômeno complexo com múltiplas causas e consequências. Por isso, essa vulnerabilidade que impacta de forma contundente a vida das adolescentes demanda respostas multissetoriais. (UNICEF, 2011).

No que concerne às vulnerabilidades é preciso pensar nos motivos de gestações nesta fase da vida. Pensando nisso e problematizando o assunto, Rosa, Mariano e Reis (2012) apontam que a questão não é a gravidez em si, mas a ausência de suporte social para acomodar as necessidades da mãe adolescente. Em outras palavras, os autores questionam a falta de políticas públicas para atender às necessidades específicas das adolescentes que se tornam mães.

A exploração e o abuso sexual são outras situações de vulnerabilidade apontada no documento do UNICEF a que estão submetidos os adolescentes brasileiros. Esta condição deixa marcas profundas em meninos e meninas, comprometendo sua integridade, sua

autoestima e sua capacidade de confiança. Por ainda serem cercados de preconceitos, os crimes sexuais cometidos contra crianças e adolescentes muitas vezes sequer são denunciados, o que dificulta conhecer a dimensão do problema.

No quadro das vulnerabilidades apontadas na publicação do UNICEF encontram-se ainda os efeitos da epidemia do HIV/AIDS. Segundo dados do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (Unaids), 1/3 dos 40 milhões de pessoas infectadas pelo HIV no mundo tem menos de 24 anos. A convivência com esta doença tem impacto em todos os aspectos da vida dos adolescentes: seu bem-estar emocional, sua segurança física, seu desenvolvimento e sua saúde, em geral. Pesquisas revelam que os adolescentes têm acesso às informações a respeito dos perigos do sexo inseguro, no entanto, não basta difundir informações e tornar os métodos de prevenção acessíveis, é preciso agir no plano das mentalidades, dos hábitos, costumes e crenças. (UNICEF, 2011).

O abuso de drogas, como apresenta a publicação do UNICEF, também representa importante quadro de vulnerabilidade a que estão sujeitos os adolescentes no Brasil. Dados da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad) em 2001 e 2005 mostram que, em 2005, 54,2% dos brasileiros entre 12 e 17 anos de 108 cidades com mais de 200 mil habitantes do Brasil afirmam ter feito uso de álcool; e, em 15,2% havia prevalência de uso de tabaco, pelo menos uma vez na vida. Em relação às drogas ilícitas, na mesma faixa etária, 4,1% afirmam ter usado maconha; 3,4% solventes; 0,5% cocaína, pelo menos uma vez na vida. O uso e abuso de drogas criam situações de risco pessoal e coletivo. No Brasil, dados de diferentes estudos apontam uma tendência de aumento do uso, da dependência e indicam facilidade ao acesso e tolerância, pelos adultos e pelos próprios meninos e meninas com as drogas. (UNICEF, 2011).

Estas situações de vulnerabilidade social que foram apresentadas pela publicação da UNICEF têm seu impacto sobre os adolescentes brasileiros com idade entre 12 e 17 anos. As situações de vulnerabilidade tornam-se mais profundas e graves quando combinadas a quatro formas de desigualdade que são: a cor da pele; ser adolescente homem ou mulher; ter algum tipo de deficiência; o local onde se vive. Estas são circunstâncias de vida características de identidade que ainda determinam oportunidades, por uma série de processos históricos. Essas características marcam o dia-a-dia de meninos e meninas e determinam seu acesso aos direitos à saúde, à educação, ao esporte, ao lazer e à cultura, a ser adolescentes, entre outros. (UNICEF, 2011).

> Passados mais de 20 anos de vigência da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da criança e do Adolescente, legislação considerada uma das mais avançadas do mundo no que diz respeito aos direitos de meninos e meninas, e analisando o conjunto de vulnerabilidades e desigualdades a que parcelas significativas da adolescência brasileira estão submetidas, vemos que as conquistas obtidas nas políticas públicas voltadas a esse segmento ainda carecem de duas lógicas fundamentais na abordagem de direitos humanos. A universalização, ou seja, a política para todos os adolescentes, e a especificidade, ou seja, a política para cada adolescente. (UNESCO, 2011, p. 75).

Desta forma, para superar as vulnerabilidades e desigualdades apresentada,s a UNESCO sugere que é necessário que o conjunto de legislação já vigente no país seja capaz de garantir e defender os direitos das novas gerações com políticas universais para todos e também específicas para cada adolescente. Mais do que isso, a proposta do material elaborado pela UNESCO é que a adolescência seja tratada com prioridade e com urgência, para que o *bônus demográfico* do país seja aproveitado. Assim, nota-se que o Brasil é apresentado como um país com todas as condições para avançar na promoção dos direitos dos adolescentes, visto que parece haver uma preocupação com esta fase do desenvolvimento humano no Brasil devido ao que podem significar para a nação.

A publicação propõe ainda, uma agenda para ações governamentais que compreenda um conjunto de ações imediatas que, em curto prazo, assegure respostas às situações de violações de direitos presentes na vida dos jovens; e, simultaneamente, um amplo processo de reflexão e aprofundamento de conceitos, com o desenvolvimento de estratégias e a promoção de iniciativas voltadas a garantir um novo olhar sobre a adolescência, um olhar de projeção e investimento para o futuro e, principalmente, de desenvolvimento da nação.

O material elaborado pela UNICEF tem a finalidade social de garantir a visibilidade da adolescência brasileira no cenário de investimentos internacionais e das políticas públicas no país. De toda maneira, é preciso problematizar em todos os dados apresentados os interesses e o poder desta organização. A finalidade da apresentação de parte desta publicação é mostrar um pouco do cenário atual de investimentos na adolescência brasileira, bem como os motivos e preocupações que impulsionam tal empenho, pois o ProJovem Adolescente, como será apresentado a seguir, caracteriza-se como um dos resultados deste cuidado.

3 NARRATIVAS, SUBJETIVIDADE E LINGUAGEM

Uma vez apreciados os caminhos percorridos pelo tema adolescência até seu reconhecimento como uma fase do desenvolvimento humano, e sabendo que atualmente o olhar para a adolescência não é desinteressado, já que esta fase tem tido grande visibilidade como projeto vinculado ao progresso para a nação brasileira, cabe-nos dar voz à adolescência.

Ao avaliar que os sujeitos estão imersos em uma infinidade de discursos e, portanto, são seres atravessados pela linguagem, o conceito de polifonia é importante referencial sob o qual se apoia este texto. Não apenas este conceito, mas a teoria bakhtiniana, com suas contribuições para a linguagem, será apresentada como recurso para a análise das vozes que aparecem na pesquisa. Para Bakhtin, todo e qualquer texto é atravessado por diversas outras vozes; no entanto, essas vozes não estão suficientemente claras. Para conhecer um pouco das outras vozes presentes em um texto é preciso estar envolvido em seu contexto e em sua história.

A teoria acerca da constituição do significado, de Jerome Bruner, também representa instrumento privilegiado de análise. O interesse de Bruner pela evolução da habilidade cognitiva das crianças e pela necessidade de estruturar adequadamente os conteúdos educativos, levou-o a desenvolver uma teoria que, em alguns aspectos, se aproxima da teoria de Piaget. No entanto, no lugar dos quatro estágios do desenvolvimento de Piaget, o autor fala de três modelos de aprendizagem: inato, icônico e simbólico. Bruner vê o processo mental como constituidor e constituído pelos contextos sociais, sendo toda a mente, uma mente social, criadora de significados. Todos os seres humanos são produtores de significados e deles são resultados, através do uso de sistemas simbólicos de cultura. O foco de uma psicologia cultural seria a de analisar as ações e seus caracteres situacionais e a criação dos significados.

Neste capítulo, é proposto um diálogo entre os autores Bruner e Bakhtin a fim de familiarizar o leitor com a postura da pesquisadora nas buscas dos dados de pesquisa, deixando claro o olhar para análise sobre os elementos coletados em campo. As teorias de ambos aproximam-se em inúmeros aspectos, e são estas aproximações, bem como ideias complementares, que compreendem a ferramenta de apreciação e esquadrinhamento dos dados.

3.1 A Linguagem

Com relação à linguagem, o primeiro conceito importante apresentado por Bruner é o de *sintaxe*. O autor a define como responsável por fornecer um "sistema extremamente abstrato para efetuar funções comunicativas" (BRUNER, 1997, p. 66). Estas funções são imprescindíveis na regulação de atenção e ação conjuntas, na criação de tópicos segmentados na realidade, na imposição de perspectivas aos acontecimentos, na indicação de postura com relação ao mundo ao qual se refere e aos interlocutores, no desencadeamento de pressuposições, entre outros. Assim, as regras de sintaxe são mutuamente usadas na comunicação e o sujeito está ciente desta mutualidade – sabe-se que o outro usa as mesmas regras e o uso conjunto e mútuo da linguagem é um enorme passo em direção ao entendimento da mente do outro.

Na obra de Bakhtin a língua é entendida como a base para o pensamento e o conceito que se relaciona intimamente com a definição de sintaxe mencionada acima é o *enunciado*. Cada enunciado é um elo da cadeia muito complexa de outros enunciados. O enunciado só existe com o contato com o outro e é sempre um trânsito, é sempre um ir e vir. A fala só existe como forma de enunciado, mas este está para além da palavra. Todo e qualquer enunciado é pleno de expressividade e tem um colorido emocional valorativo que é chamado de *entonação expressiva*. O signo é também o enunciado, uma vez que reflete e refrata a realidade.

O enunciado não tem fronteira; pode ser a possibilidade de análise que se lança sobre ele, mas não um fechamento da fala. "A fala só existe, na realidade, na forma concreta dos enunciados de um indivíduo: do sujeito de um discurso-fala" (BAKHTIN, 1992, p. 293). Uma vez que o enunciado só existe no contato com o outro, o discurso é enunciação. O discurso tem a forma do enunciado. "O discurso se molda sempre à forma do enunciado que pertence a um sujeito falante e não pode existir fora dessa forma" (BAKHTIN, 1992, p. 293).

Bakhtin apresenta a ideia de que a palavra é um signo ideológico importante, no entanto, não é o único e não substitui os demais. Para que a palavra faça sentido a quem a ouve ela precisa de um contexto claro. A palavra é assim, um fenômeno acompanhante em todo ato consciente. Por tais características, a palavra é "o objeto fundamental do estudo das ideologias" (BAKHTIN, p. 38, 1995).

A comunicação verbal não é a única possível entre sujeitos, os sujeitos podem se comunicar com olhares, gestos e tantas outras formas, no entanto, por sua clareza e simplicidade, o diálogo é uma forma clássica de comunicação verbal. Então, as palavras e

orações são unidades linguísticas que ajudam a constituir os enunciados, mas não são o enunciado em si. Pessoas trocam enunciados com a ajuda de unidades da língua.

Ao fazer uso da linguagem, o sujeito oferece pistas sobre o contexto no qual os enunciados são produzidos e desencadeia pressuposições que situam o referencial. O agir sobre as pressuposições compartilhadas e sobre os contextos compartilhados dos falantes é chamado por Bruner de *referência.* A este respeito Bruner afirma que:

> Tem-se que concluir que a base sutil e sistemática sobre a qual se apoia a referência linguística deve refletir uma organização natural da mente, uma organização na qual nos *transformamos* através da experiência e não uma organização que atingirmos através do aprendizado. [...] Então este é, de fato, o meio através do qual conhecemos Outras Mentes e seus mundos possíveis. (BRUNER, 1997, p. 68 grifo do autor).

A partir destes conceitos, pode-se conhecer o que Bruner define como *significado*. A referência junto com a relação das palavras e expressões com outras palavras e expressões constitui a esfera do significado e ele é sempre indeterminado e ambíguo. Portanto, o domínio do significado não é o domínio no qual se vive em conforto. E este desconforto parece ser o que motiva a construção de produtos de linguagem de larga escala por meio dos quais se podem construir normas a fim de transacionar e negociar os esforços na busca do significado.

A capacidade da linguagem de criar e estipular realidades próprias denomina-se, para Bruner, *constitutividade.* Ela externaliza e dá um status aparentemente ontológico aos conceitos que as palavras incorporam. Desde modo, todo sujeito encontra-se em um mundo de realidade partilhada e a constitutividade da linguagem é o que cria e transmite a cultura e situa o lugar do sujeito nela.

Bruner afirma, então, que aprender o uso da linguagem envolve simultaneamente o aprendizado da cultura e de como expressar com congruência as intenções com a cultura. Portanto, aponta-se para uma concepção de cultura e de suas formas de fornecer meios não apenas para se transacionar com os outros, mas para conceber-se, enquanto sujeito, em tais transações.

Para Bruner a narrativa se situa entre as brincadeiras infantis e conversas dos adultos como instrumento de organização destas experiências multidimensionais. As narrativas permitem às crianças sentidos e continuidade. Na narrativa infantil as crianças gradativamente organizam relações lógicas multidimensionais. Esse tipo de texto, ocupando um lugar essencial na investigação da mente, seria o princípio organizador da experiência humana, uma forma de dar acesso aos dados e oferecer subsídios à psicologia orientada pela cultura. (BRUNER, 1991).

Bruner declara que as narrativas, como expressões de forças sociais e históricas, mantém suas características, não importa se imaginárias ou reais, e são estas que hasteiam a questão sobre sua origem. A narrativa possui relação com o significado dado pelo autor às coisas e envolve a negociação e renegociação de significados entre os seres. As experiências, o material de ação e intencionalidade humanas dos indivíduos seriam transformados em narrativas e isso não pode ser ignorado, pois nelas residiriam interpretações da vida em ação. A linguagem seria, pois, uma das principais ferramentas da investigação psicológica para a busca dos significados, visto que ela não apenas transmite, mas cria realidades e consciências. (BRUNER, 1991).

Bakhtin compartilha com Bruner a ideia de que os gêneros do discurso são dados aos sujeitos da mesma forma que a língua materna, que se domina com facilidade antes mesmo do estudo formal da gramática. O autor afirma ainda que:

> A língua materna – a composição de seu léxico e sua estrutura gramatical -, não aprendemos nos dicionários e nas gramáticas, nós a adquirimos mediante enunciados concretos que ouvimos e reproduzimos durante a comunicação verbal viva que se efetua com os indivíduos que nos rodeiam (BAKHTIN, 1992, p. 301).

O aprendizado da fala é o aprendizado da estruturação dos enunciados, já que, para o autor, a comunicação se dá através desses. Bakhtin é um estudioso da literatura que faz confluências com outras ciências. A partir da literatura, ele trata o fenômeno social e utiliza a linguagem como recurso para abordar o sujeito e as questões que o permeiam. Para esse estudioso, o discurso recebe um acabamento a partir da interpretação que o completa, isto é, o olhar ou a apreciação (mesmo estética) sobre o discurso. O outro dá acabamento ao eu, uma vez que o outro tem uma imagem do eu que o sujeito jamais vai possuir. Assim, o acabamento nunca se dá de uma vez por todas, é um acabamento que sempre se abre pra outros acabamentos.

A resposta ao discurso é sempre provocação, ela não é jamais passiva. Quem ouve, não ouve simplesmente, mas reflete de maneira pessoal sobre o que ouviu, ainda que não fale acerca desta reflexão. A isso, Bakhtin chama de *atitude responsiva* e referindo-se a ela diz que: “toda compreensão é prenhe de resposta e, de certa forma ou de outra, forçosamente a produz: o ouvinte torna-se o locutor” (BAKHTIN, 1992, p. 293). Logo, todo discurso gera uma resposta ativa, como afirma Brait (1994).

> Bakhtin afirma que tudo que é dito, tudo que é expresso por um falante, por um enunciador, não pertence só a ele. Em todo discurso são percebidas vozes, às vezes infinitamente distantes, anônimas, quase impessoais, quase imperceptíveis, assim

> como as vozes próximas que ecoam simultaneamente no momento da fala. (BRAIT, 1994, p. 14).

Tudo que é dito por um enunciador não pertence só a ele, sempre ecoam vozes. O diálogo é condição do discurso, e no discurso podemos encontrar textos polifônicos e monofônicos. Nos textos polifônicos as vozes, a que Brait se refere na citação acima, se mostram claras e fáceis de ser percebidas. Já nos monofônicos, as vozes ecoam apenas por uma voz, se abafam, é diálogo mascarado no qual apenas uma voz se faz ouvir. A palavra autoritária é um exemplo de discurso monofônico.

Bakhtin e Bruner compartilham de ideias semelhantes com relação à apropriação da linguagem. Bakhtin, porém, fala de uma comunicação que vai além do que é dito. O autor trata do enunciado como o ato de comunicação entre dois sujeitos, de modo que as narrativas são para ele um recurso de comunicação que, embora seja importante, não é suficiente para a compreensão do enunciado. Para compreender o enunciado é preciso conhecer o contexto do sujeito que fala, o lugar de onde este sujeito fala e um pouco dos discursos que atravessam o discurso deste sujeito.

Bruner, por sua vez, fala da linguagem como um recurso de interpretação às vontades e intenções do outro. Afirma que a linguagem, bem como seus requintes, só pode ser transmitida através da cultura, o que faz com que linguagem e cultura não possam ser dissociadas. A linguagem é, ainda, uma forma de expressar os significados pessoais aos outros e esta tentativa está sujeita à interpretação deste outro sujeito. E como a linguagem, e a própria interpretação, estão intimamente ligadas à cultura, não há controle sobre o significado que o outro produzirá a partir do que foi dito.

Tanto para Bakhtin quanto para Bruner, o conceito de narrativa não se limita às palavras ditas pelos sujeitos. As narrativas só são possíveis a partir da apreciação aprofundada do contexto histórico e cultural dos sujeitos que narram. E aquilo que é dito pelos sujeitos em diálogo deve ser interpretado como um texto já elaborado de outro discurso, que pode ou não ser conhecido por quem ouve. Este é o conceito de narrativas assumido pela pesquisadora no decorrer desta pesquisa. Sabe-se que o discurso do sujeito deve ser respeitado e que o alcance das análises do pesquisador sobre as narrativas dos sujeitos é limitado.

Bruner, assim como Bakhtin, admite que os seres humanos se relacionam entre si especialmente por meio da linguagem. No entanto, por ser psicólogo, o estudo na linguagem para ele tem conotação diferenciada. Para entendê-la, o autor aponta primeiramente para o conceito de *transações*. Transações, para Bruner (1997, p. 61), são “as negociações que são estabelecidas numa mútua partilha de pressupostos e convicções sobre como o mundo é,

como a mente funciona, sobre o que vamos fazer e como a comunicação deveria acontecer". As transações estão relacionadas com a postura que o sujeito acredita que deve possuir no diálogo – e que depende muito do sujeito que o ouve –, com o sentido que se atribui ao que se ouve do outro, e com o nível de inteligência ou ignorância que se atribui ao interlocutor.

Em razão disso, presume-se que, para Bruner, exista ligação entre o pensamento de pessoas próximas, sendo fácil saber o que alguém próximo espera. Portanto, os sujeitos têm acesso ao pensamento um do outro. As pessoas normalmente são transparentes com relação às próprias reflexões e suas preferências ficam claras. Algo que chama atenção nas transações humanas é o fato de que "se nos *sentirmos* escolhidos por alguém, escolheremos aquela pessoa também" (BRUNER, 1997, p. 62 grifo do autor). Portanto sentir-se aceito por alguém faz com que se goste deste alguém.

A sensibilidade de reconhecer no outro determinado investimento sentimental e a inclinação de também direcionar investimento sentimental a este outro são duas questões indispensáveis para o convívio social. Assumindo esta postura e considerando a importância da confiança recíproca nas relações e dos investimentos sentimentais dos sujeitos em diálogo, Bakhtin representa importante referencial para caracterizar as intencionalidades presentes nos diálogos, já que os investimentos sentimentais acontecem no que o autor define como *campo ideológico*.

O processo ideológico desde muito cedo faz parte da formação do sujeito. E suas visões, percepções, intenções e sentidos dão vida ao que Bakhtin define como signos. Esse autor afirma que "tudo o que é ideológico possui um *significado* e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um *signo"* (BAKHTIN, 1995, p.31, grifo do autor). Assim, não há signo que seja neutro ou esvaziado de intenções, ideologias, valores, etc. O signo está repleto de sentido e o sentido ideológico do signo só é possível de ser compreendido para além da palavra. O signo sempre emerge de uma interação social e pode reproduzir significações de sentido além da primeira retratada.

Sendo a linguagem um acordo social, o signo só existe entre dois sujeitos em comunicação. Deste modo, a cultura é sempre interativa, compartilhada com outro. "Um signo não existe apenas como parte de uma realidade; ele também reflete e refrata outra" (BAKHTIN, 1995, p. 32). Esta refração a que o autor se refere é a atribuição de sentido. Refratar é desviar, é uma nova possibilidade de sentido e de compreensão que, por sua vez, é a resposta do signo por meio de signos que é íntima, subjetiva e interna. Neste sentido, a compreensão é semiótica. O processo de produção de valores, bem como o processo de significação só pode ser observado a partir da compreensão semiótica do discurso.

Partindo deste pressuposto, a consciência individual é um acontecimento sócio ideológico alimentado pelos signos. A lógica da consciência é sempre a lógica da comunicação ideológica, da interação semiótica de um grupo social. A consciência, para Bakhtin, só é concebida através da linguagem e a linguagem está na cultura ao mesmo tempo em que está no sujeito numa relação interindividual. Assim sendo, o encontro entre consciências é sempre um encontro conflituoso. E o olhar para a análise de um discurso deve estar preocupado com este confronto.

A teoria de Bruner acerca da análise do discurso assemelha-se à de Bakhtin, apresentada acima. Para Bruner, a análise do discurso deve considerar a sensibilidade e disposição de quem analisa e de quem é analisado. E as consequências sociais desta sensibilidade e inclinação produzem resultados tais como a estabilidade dentro dos grupos. Assim, o processo transacional parece se intensificar com o tempo de convívio. Para Bruner, o processo de transação acontece deste cedo quando nota-se na criança um sentido de mutualidade em suas ações. “Por volta de seu primeiro ano de vida, as crianças já estão aptas a seguir a linha do olhar de outra para procurar um objeto que está atraindo a atenção de seu parceiro” (BRUNER, 1997, p. 64).

A posse da linguagem oferece regras para gerar enunciados bem formados que dependem da interação entre dois sujeitos. Não é preciso saber todas as coisas da linguagem, como os linguistas sabem, basta que se saiba que é possível esperar do outro o uso das mesmas funções para formar enunciados.

Nos estudos relacionados à cultura, Bruner chama de *selfhood* a capacidade de decidir entrar na transação linguística com outros e a escolha dos intercâmbios pelos quais deseja fazê-lo. Para ele, essa decisão molda a ideia pessoal do que constitui transações culturalmente aceitáveis e a definição pessoal do próprio escopo e possibilidade de fazê-lo. A cultura determina a definição das intenções pessoais e até mesmo da história individual; portanto, não há como conceber a existência de um *self* independente da existência cultural-histórica de um indivíduo. (BRUNER, 1997).

Bruner postula, igualmente, uma análise do sujeito para além do sujeito. Para compreender melhor os enunciados e narrativas de alguém, é preciso antes conhecer a sua realidade a fim de ter uma orientação cultural. Não só quem é o sujeito, mas todo o seu contexto, inclusive onde nasceu, suas atitudes, falas e situações, suas intenções, aspirações e crenças devem ser estudados. Assim, a *Revolução Cognitiva* proposta por Bruner à Psicologia, é justamente o entendimento da mente no processo de produção de significados e sua interação com a cultura. A Psicologia como uma orientação cultural impõe duas

exigências intimamente relacionadas com o estudo do self. Uma delas é que tais estudos devem focalizar os significados em cujos termos o self é definido tanto pelo indivíduo como pela cultura na qual ele participa. A segunda exigência está em sintonia com as práticas nas quais os significados do self são atingidos e colocados em uso, o que oferece uma visão mais distribuída do sujeito. (BRUNER, 1991).

Os conhecimentos de todos os indivíduos têm como alicerce o contexto social, o *self* situa-se cultural e historicamente. Os conhecimentos não se encontram isolados, mas distribuídos em infinitos suportes que permitem usos específicos para diferentes situações. A criança, desde o nascimento, começa a construir significados, estabelecendo comunicações estruturadas, que vão se enriquecer ainda mais com o desenvolvimento da linguagem. (BRUNER, 1991).

Bruner concentra suas análises, em alguns aspectos importantes, na questão da educação, pois ele considera o contexto educacional o ideal para testar sua proposição de uma psicologia orientada pela cultura, seja observando como a cultura influencia a aprendizagem, seja verificando seu papel capacitador no desenvolvimento mental. O desenvolvimento intelectual viria do amadurecimento do aluno no processo de exploração de alternativas propiciadas pelos ambientes abertos ou conteúdos do ensino, aprendizagem por descoberta através de situações de desafio que levem à resolução de problemas. (BRUNER, 1991).

Para os dois autores supracitados, é inconcebível qualquer análise de discurso que não considere o contexto de quem fala. Para além do contexto ambiental, para tentar (sempre será uma tentativa de interpretação, já que a intenção do indivíduo com o próprio discurso pertence somente a ele e quando passa pelo olhar do outro já está afetado por suas crenças e valores) realizar uma análise do que é dito, é preciso conhecer a história, as crenças, os valores, o momento e uma série de outros fatores que influenciam diretamente o discurso.

Para a análise do discurso é preciso reconhecer a influência que a própria pergunta e a pessoa que a faz exercem sobre a resposta; é preciso respeitar as limitações e ouvir as vozes para além da linguagem. Desta maneira, antes de ouvir o sujeito é preciso conhecer seu contexto, sua cultura, sua vida, e só então dar voz às palavras conscientes. Enfim, antes de dar voz ao sujeito é preciso ouvir o contexto extraverbal que envolve os indivíduos para só então desenvolver uma interpretação do que se diz.

O contexto do discurso, para Bakhtin, é chamado de extraverbal. O que ele chama de *extraverbais* são as questões que compõem o texto e que se relacionam com valores, culturas, condições sociais, objetivos do texto, etc. Esses pontos não estão claros no discurso; portanto, para analisar o dito é preciso olhar para a história social e cultural de quem diz e conhecer o

que não foi dito. A proposta de Bakhtin é que se olhe para o texto buscando enxergar além do aparente, além do claro, além do relatado.

O distanciamento ou recuo do discurso é chamado por Bakhtin de *princípio da exotopia*. O princípio de exotopia apontado nos estudos desse linguista assemelha-se ao que Bruner define como princípio da alteridade. É como se fosse um lugar que está fora de lugar no falante. Como se houvesse uma lente que possibilitasse olhar de fora. É este distanciamento que um pesquisador precisa assumir para fazer a análise de sua pesquisa, por exemplo. Sabendo que não terá como conhecer todos os enunciados que compõem seus sujeitos de pesquisa, assume uma postura ética ao reconhecer que interfere no contexto pesquisado e que olha a partir de uma visão alheia. O *princípio da exotopia* é o primeiro ponto necessário para analisar um discurso. Além dele, para análise do discurso em Bakhtin é necessário reconhecer os gêneros *discursivos*, a *entonação expressiva* e o dialogismo no enunciado.

O *gênero discursivo* é a desconstrução da coisa. A análise do gênero discursivo é importante, pois, até mesmo o como dizer apresenta subversão. A *entonação expressiva* é um dos recursos para expressar a emoção ativo-valorativa para entoar o discurso. O dialogismo no enunciado está relacionado a três aspectos de palavra: a palavra neutra, a palavra do outro e a minha. A *palavra neutra* é a palavra língua, a palavra sem signo, a palavra da gramática. A *palavra do outro*, como o próprio nome sugere, é a palavra que vem do outro. A *palavra minha*, por sua vez, tem um tom garantido pelo eu. É a palavra minha que confere subjetividade à palavra da língua e à palavra do outro.

A análise do discurso é um diálogo. A compreensão, assim, é uma resposta de quem analisa uma produção de sentido com relação àquilo que investiga. Portanto, a análise dialógica é uma análise política. Quem analisa não pode se contentar com o aparente e deve sempre questionar. O extraverbal apresenta importância imensa para a análise de um enunciado. Mais do que isso, ele constitui o enunciado. E este extraverbal é composto por forças centrífugas – descentralizadoras, escapam, evadem, (atuam no discurso polifônico) e por forçar centrípetas – centralizadoras (atua na palavra autoritária).

Além disso, é preciso compreender no discurso as variações da palavra ou os modos de assimilação da palavra do outro, lembrando que não existe a palavra em si, ela depende de como o outro a assimilar, e este modo de assimilação determina a conotação que o discurso tem. A palavra autoritária é a que carece de persuasão interior para a consciência; é a palavra encontrada de antemão. A Palavra do Pai aproxima-se do tabu, do nome que não se pode tomar em vão. Além dela, existe também a palavra interior persuasiva, também chamada de

palavra semi-alheia, que é metade do indivíduo, metade do outro. Mobiliza o processo de transformação ideológica da consciência. Desperta nosso pensamento e nossa nova palavra autônoma. É a interpretação pessoal do discurso do outro. Ambas são reconhecidas e assimiladas para que ocorra a produção da palavra minha.

O contexto extraverbal é, para ambos os autores, o que vai além da palavra dita pelos sujeitos. Este contexto é um importantíssimo elemento na composição dos discursos e narrativas e somente a partir da apropriação de parte do contexto extraverbal dos indivíduos é possível interpretar o que é dito. O contexto extraverbal, muitas vezes, justifica o discurso de modo a tornar claro o por quê dele ser apresentado de determinada maneira. O extraverbal é para Bruner e Bakhtin aqui que vai além do alcance da fala. O interlocutor é parte deste contexto extraverbal, bem como o momento histórico, econômico e político que se vive, o local onde é dito e por aí vai. Aqueles que ouvem um discurso não conseguem ter o completo alcance do contexto extraverbal, já que este é absolutamente pessoal. De toda maneira, é preciso respeitar e considerar a parte do discurso que não se transforma em palavras tanto quanto a que é falada. Ressalta-se que a palavra é uma parte muito importante da comunicação, no entanto, não é suficiente para a interpretação.

Conhecendo um pouco dos conceitos de Bakhtin e de Bruner a respeito da comunicação pode-se dar sequência a este texto, apresentando os caminhos percorridos para a realização desta pesquisa, a fim de dar voz aos sujeitos que frequentam o ProJovem Adolescente.

4 PASSO A PASSO: A METODOLOGIA UTILIZADA PARA O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

Este é o capítulo no qual serão apresentados os passos percorridos para o desenvolvimento da pesquisa e com que concepções a pesquisadora foi a campo. Mais do que apenas ouvir os jovens, conhecer a sua rotina no programa foi indispensável para que suas falas não fossem descontextualizadas e apartadas de sentido. O enunciado só faz sentido quando o contexto do sujeito é considerado. Sua história, sua cultura e suas experiências de vida aparecem nas falas. A aproximação da rotina do programa é uma tentativa de conhecer os discursos para além da fala e, a partir daí, atribuir significado para análise. Assumindo esta postura deu-se início à investigação.

Esta é uma pesquisa qualitativa, já que Marconi e Lakatos (2006) a como sendo uma metodologia em que o pesquisador preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Portando, a pesquisa qualitativa fornece análise mais detalhada sobre a investigação, hábitos, atitudes, tendências de comportamento dos sujeitos e objetos a serem analisados.

As ciências sociais, que sãos as que normalmente realizam pesquisas qualitativas, estudam fenômenos complexos pela impossibilidade de determinação e causalidade. Assim, DaMatta (2010, p. 20) afirma que: “Nos eventos que constituem a matéria-prima do antropólogo, do sociólogo, do historiador, do cientista político, do economista e do psicólogo, não é fácil isolar causas e motivações exclusivas”. Isto por que o objeto das ciências sociais nas pesquisas qualitativas não é estável, ao contrário, é circular e determinado por fatores que vão além dos limites da pesquisa. As situações vivenciadas na pesquisa qualitativa não podem ser reproduzidas, mas podem ser observadas. Considerando os pormenores que definem esse tipo de pesquisa, a questão que determina a metodologia aplicada é *como* se dá esta observação.

Do mesmo modo, esta é considerada uma pesquisa etnográfica, uma vez que, como afirma André (2010, p. 28), um trabalho é de tipo etnográfico quando, antes de qualquer coisa, “faz uso das técnicas que tradicionalmente são associadas à etnografia, ou seja, a observação participante, a entrevista intensiva e a análise de documento”. Explicando a declaração acima, a autora diz que:

> A observação é chamada de participante porque parte do princípio de que o pesquisador tem sempre um grau de interação com a situação estudada, afetando-a e sendo por ela afetado. As entrevistas têm a finalidade de aprofundar as questões e

> estabelecer os problemas observados. Os documentos são usados no sentido de contextualizar o fenômeno, explicitar suas vinculações mais profundas e completar as informações coletadas através de outras fontes. (ANDRÉ, 2010, p. 28).

Esta pesquisa faz uso das três técnicas de coletas de dados que caracterizam a de tipo etnográfica. Outra questão importante desse tipo de estudo é o princípio da interação constante entre o observador e o observado. O pesquisador é, nesse caso, um instrumento na coleta de dados. Apesar das diferenças de contexto social, econômico e até cultural, o pesquisador é ainda muito próximo do seu objeto de estudos na pesquisa etnográfica. Mais do que isso, André afirma que, na pesquisa de tipo etnográfica, "o pesquisador é o instrumento principal na coleta e na análise dos dados" (2010, p. 28). Já que a pesquisa é caracterizada pela investigação daquilo que está em processo e não daquilo que já é um resultado final, este tipo de investigação preocupa-se com a visão pessoal dos participantes, tentando entendê-la e conferir-lhe significado. A este respeito, DaMatta (2012, p. 26) afirma que:

> Apesar das diferenças e por causa delas, nós sempre nos reconhecemos nos outros e eu estou inclinado a acreditar que a distância é o elemento fundamental na percepção da igualdade entre os homens. Deste modo, quando vejo um costume diferente é que acabo reconhecendo, pelo contraste, meu próprio costume.

O objeto da pesquisa de tipo etnográfica é falante e interativo, de modo que, ao mesmo tempo em que observa e analisa, o pesquisador está simultaneamente sendo observado e analisado. As pesquisas com sociedades humanas são sempre espelhos por meio dos quais a própria experiência do pesquisador se reflete. Aliás, não há outra maneira de captar a realidade social na pesquisa, senão colocando-se como semelhante aos sujeitos pesquisados.

Deste modo, a ida a campo deve estar aberta à troca de experiência com o objeto de pesquisa, já que o pesquisador que opta por este tipo de pesquisa tem contato direto com os seus pesquisados e, por consequência deste contato, vê-se obrigado a relativizar todo o conjunto de crenças e valores que lhe é familiar. A ida a campo é o momento no qual se vivencia, sem intermediações, a diversidade humana na sua essência e nos seus dilemas, problemas e paradoxos. E para ter acesso à complexidade do contexto social humano é preciso buscar conhecê-lo por todos os meios disponíveis. Os dados históricos, econômicos ou políticos que surgirem devem ser usados. Nada é excluído no processo de entendimento de outra forma de vida. DaMatta afirma que a pesquisa de campo deve acontecer quando:

> Se tem de algum modo o exótico, e o exótico depende invariavelmente da distância social, e a distância social tem como componente a marginalidade (relativa ou absoluta), e a marginalidade se alimenta de um sentimento de segregação e a

> segregação implica estar só, desbocando tudo – para comutar rapidamente essa longa cadeia – na liminaridade e no estranhamento. (DAMATTA, 2010, p. 180).

O pesquisador precisa ir a campo buscando familiaridade com uma realidade que lhe é distante e, apesar de ter que se aproximar desta realidade para conhecer os detalhes de sua constituição, é preciso que esta familiaridade não o impeça de estranhar aquilo que é relevante e passível de análises e observações. Foi partindo deste referencial metodológico que a presente pesquisa realizou-se. Como uma pesquisadora que antes fazia parte do quadro de funcionários de uma das instituições pesquisada, foi preciso "realizar uma dupla tarefa que pode ser grosseiramente contida nas seguintes fórmulas: (a) *transformar o exótico no familiar e/ou* (b) *transformar o familiar em exótico"* (DAMATTA, 2010, p. 180 grifo do autor). Buscando novas formas de entendimento acerca de determinada realidade, a presente pesquisa desenvolveu-se em contato com os sujeitos que serão apresentados a seguir.

4.1 Os sujeitos da pesquisa

Para a realização desta pesquisa, foram efetivadas entrevistas com dezesseis pessoas diretamente ligadas ao ProJovem Adolescente, em duas instituições de Rondonópolis-MT: Centro de Referência da Assistência Social – CRAS Rio Vermelho e Centro de Referência da Assistência Social – CRAS Ana Carla. No total, foram entrevistados 11 adolescentes que frequentam o programa, dois orientadores sociais, dois psicólogos que são os técnicos responsáveis pelo programa no CRAS e uma funcionária responsável pela prestação de conta do programa a nível municipal ao MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. O modelo de autorização utilizado e enviado aos sujeitos que foram entrevistados para a execução desta pesquisa compõe os anexos deste trabalho.

Tendo em vista a apresentação acima dos paradigmas desta pesquisa, no que concerne aos sujeitos, pretende-se apresentar informações que possibilitem a visualização desses sujeitos e seus contextos, já que o enunciado não pode ser analisado sem o conhecimento contextual. A apresentação dos sujeitos compõe parte do contexto extraverbal da pesquisa.

4.1.1 CRAS Rio Vermelho

No CRAS Rio Vermelho não houve resistência à realização da pesquisa. A pesquisadora foi bem recebida por toda equipe e, com relação ao convite para a entrevista, apenas uma adolescente não teve o termo de consentimento livre e esclarecido assinado pelos

responsáveis e, portanto, não participou. No entanto, outro adolescente foi convidado para a entrevista em seu lugar e este, por sua vez, aceitou a participação direta na entrevista. As informações apresentadas a respeito dos sujeitos foram obtidas através das entrevistas e de diálogos informais com os adolescentes e funcionários do CRAS. Assim, segue-se a apresentação dos sujeitos entrevistados.

4.1.1.1 Os cinco Adolescentes

Como será possível observar nos próximos tópicos deste capítulo, direta ou indiretamente, todos os jovens entrevistados souberam do ProJovem Adolescente por intermédio da divulgação realizada pela equipe. O critério de escolha dos entrevistados foi o da amostragem por conveniência, de modo que convidei os jovens aparentemente mais assíduos nas atividades do programa ou que, mesmo impedidos de estarem presentes rotineiramente – já que alguns adolescentes estavam direcionados a cursos profissionalizantes ou oportunidades de primeiro emprego – ainda mantinham o vínculo na instituição.

Este é o caso da adolescente **L. P. G.**, uma jovem com 16 anos, que mora com os avós e cursa o 2º ano do Ensino Médio em uma escola pública da região de abrangência do CRAS Rio Vermelho. Ela faz um curso técnico em meio ambiente na instituição SENAI, por intermédio da intervenção da equipe do CRAS Rio Vermelho. Ela soube do programa através da divulgação, pela busca ativa dos técnicos do CRAS. Na escola em que estuda é uma das participantes mais antigas e frequenta o programa deste o início do seu funcionamento na região. Quando as atividades do ProJovem Adolescente se iniciaram em 2010, L. P. G. ainda não tinha a idade adequada para frequentar o programa (15 anos); então, a equipe abriu uma exceção e permitiu sua participação no programa.

A menina vivencia uma importante situação de vulnerabilidade, uma vez que a mãe biológica é drogadicta e não se dedicou aos cuidados maternos nem dela nem de seu irmão mais novo. Eles foram criados desde o nascimento pelos avós, a quem cotidianamente chamam de pai e mãe, e receberam atenção importante de uma tia que é mencionada na fala de L. P. G. como uma referência na construção de sua personalidade moral. L. P. G. tem uma ótima relação com toda a equipe do CRAS e é tratada com muito carinho pelos profissionais, pois apesar da complexidade vivenciada, é uma jovem bastante responsável e atenciosa com os colegas. É como se ela fosse a personificação da possibilidade de enfrentamento de situações de vulnerabilidade com sucesso.

Seu primo, **W. A. O.** vive com ela e também tem sido educado pelos avós. Contudo, diferente de L. P. G e do irmão, ele mora com os avós desde o início de 2010. Sua mãe, assim como a mãe de L. P. G., é drogadicta. Ele também é um dos mais antigos participantes do ProJovem na região e soube do programa pela prima. W. A. O. tem 17 anos e cursa o primeiro ano do Ensino Médio. Estaria frequentando o segundo ano, no entanto, durante o primeiro ano decidiu cursar a escola técnica no Instituto Federal de Mato Grosso em regime de internato em São Vicente. W. A. O. se mantém vinculado ao ProJovem por gostar das atividades, e, sempre que está na cidade, frequenta o programa.

Ao ir morar com os avós, W. A. O sofreu o impacto da modificação de dinâmica familiar e era referenciado pela família como um jovem "sem limites". De acordo com seus familiares, ele apresentava dificuldade em cumprir as regras de convívio, como a divisão de serviços domésticos, tinha o hábito de questionar as ordens que recebia e por vezes era rude. A tia que L. P. G., referência importante na construção de seu jeito de ser e no processo de adaptação do jovem à nova morada. A tia também é referenciada pelo jovem como responsável pela sua "conscientização".

A jovem **F. M. L.,** de 16 anos, vive com a mãe e com a irmã. Ela soube do programa através da busca ativa realizada na escola que estuda. Frequenta o programa há pouco tempo, desde o início de 2012. Ela cursa o primeiro ano do Ensino Médio em uma escola pública da região de abrangência do CRAS. Antes de frequentar o ProJovem Adolescente, seu período de contraturno escolar era ocupado pelas atividades de ajudante de cabeleireiro em um salão. É um trabalho informal e não regulamentado que, de acordo com a jovem, tem o incentivo da mãe por ser uma iniciativa na busca por uma profissão. Com a participação no programa, F. M. L. passou a intercalar as atividades de ajudante de cabeleireiro com as atividades do ProJovem Adolescente.

A jovem é uma das frequentadoras mais pontuais e presentes do programa. Ela participa das atividades propostas com interesse, costuma questionar as dúvidas que lhe surgem e não gosta de participar das atividades que não considere interessantes, deixando isto claro com a retirada da sala. Comumente a jovem fala com os colegas sobre assuntos alheios ao programa e indisciplinas nas atividades, representando o discurso da orientadora social. Pela sua situação familiar, pelo ingresso prematuro no mercado de trabalho e pelas vulnerabilidades que enfrenta, a jovem deixa claro que se considera uma pessoa madura para sua idade.

O jovem **T. E. O.** tem 18 anos e, embora ainda frequente, está se desvinculando do programa pela idade. Assim como L. P. G. e W. A. O. ele está entre os participantes mais

antigos do programa. Ele cursa o terceiro ano do Ensino Médio em uma escola pública próxima ao CRAS e vive com a família composta pelo pai, a mãe e outros quatro irmãos. Soube do programa quando cursava o primeiro ano do Ensino Médio, durante a atividade de divulgação do programa. Por intermédio das parcerias do CRAS, T. E. O. fez um curso de Técnico em Computação no SENAI.

T. E. O. chegou ao programa com o rótulo de ser um jovem rebelde. Segundo o próprio adolescente, ao iniciar o programa ele cometia pequenos vandalismos e andava acompanhado de amigos que faziam uso de entorpecentes. O jovem afirma jamais ter feito uso de drogas, no entanto, relata que até este momento encarava com naturalidade a drogadicção. A mãe do jovem e a orientadora social do programa tentaram integrar suas ações a fim de modificar o comportamento do jovem, que era considerado perigoso. As ações conjuntas surtiram efeito e, como afirma T. E. O., seu comportamento atual é bem diferente do descrito.

Já **M. A. C.** tem 15 anos de idade e frequenta o programa deste o começo de 2012. Como os demais, ele estuda em uma escola pública e cursa o nono ano. Ele vive com o pai, a mãe e outros dois irmãos mais velhos. M. A. C. soube do programa através de sua irmã, que o frequentava anteriormente, e deixou o programa por ter sido inserida no mercado de trabalho através de uma iniciativa de primeiro emprego.

M. A. C. frequentava anteriormente o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI. O jovem apresenta uma personalidade tranquila, pouco se expressa nas atividades do programa e demonstra ser religioso. Sua família mostra-se muito presente e preocupada com as questões do filho. Prova disso é que seus pais foram os únicos a entrar em contato com a orientadora social do programa, quando receberam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, para informarem-se acerca da pesquisa que o filho estava sendo convidado para participar. Embora seja um adolescente com boa frequência no programa, ele expressa-se pouco e não costuma participar ativamente das atividades do ProJovem Adolescente.

Cada um dos jovens entrevistados apresenta uma situação de vulnerabilidade específica e o enfrentamento destas situações tem apoio no discurso da educação, da medicina higienista e, em alguns momentos, até na religião. É importante lembrar que todos os jovens que foram entrevistados estão incluídos em famílias que recebem a transferência de renda do Programa Bolsa Família, embora nem todos os jovens tenham sido contemplados com o Benefício Variável Jovem – BVJ, uma vez que este benefício é sujeito ao critério de liberação de vagas.

4.1.1.2 Os dois Funcionários

Nesta instituição foram entrevistadas duas orientadoras sociais[13] de contato direto com o programa. A primeira é a orientadora social que acompanha os adolescentes nas atividades cotidianas, planeja e executa as atividades voltadas aos jovens. A segunda é a psicóloga e técnica responsável pelo programa no CRAS Rio Vermelho. A função desta profissional é acompanhar o trabalho de quem acompanha os adolescentes na maioria do tempo e auxiliá-lo no preparo das atividades do programa, além de intervir junto aos jovens de acordo com as demandas que aparecem cotidianamente. No CRAS Rio Vermelho, esta profissional é a psicóloga.

A orientadora social **L.O.G.M.**, é formada em geografia, pós-graduada em educação ambiental e tem Mestrado em meio ambiente. Tem 42 anos e mora com os dois filhos adolescentes. Ela afirma que a experiência como mãe de dois adolescentes auxilia na prática com os adolescentes do ProJovem Adolescente. L.O.G.M., afirma ter dado aula na rede pública e privada do município por aproximadamente 16 anos. A orientadora tem uma relação pessoal de amizade com a antiga Secretária Municipal de Promoção e Assistência Social, e foi através desta relação que ela foi convidada a trabalhar como orientadora social no ProJovem Adolescente.

A princípio, a então Secretária Municipal de Promoção e Assistência Social convidou L.O.G.M. para trabalhar no CRAS Rio Vermelho por saber que as funcionárias da instituição tinham o projeto de organizar um espaço lúdico para o atendimento de mães com crianças de zero a cinco anos – uma brinquedoteca, e por acreditar que ela poderia contribuir com o projeto. Neste período, L.O.G.M. trabalhava na secretaria municipal do meio ambiente, mas por ter afinidade com o trabalho com adolescentes e também por acreditar que poderia contribuir com o projeto da brinquedoteca do CRAS, ela aceitou o convite. A orientadora social trabalha no CRAS desde o final do ano de 2010.

A psicóloga **S.A.R.** tem 28 anos e vive com o marido e a mãe idosa. Atua como psicóloga há seis anos, e sempre trabalhou na área social. Era coordenadora do ProJovem Adolescente em Guiratinga, município vizinho a Rondonópolis. A psicóloga foi escolhida pela equipe do CRAS Rio Vermelho para ser a técnica responsável pelo programa por esta experiência anterior de atuar na coordenação do ProJovem Adolescente.

---

[13] Todos os funcionários que trabalham com o ProJovem Adolescente estão sendo chamados de orientadores sociais, independentemente da intensidade do contato e do nível de formação.

Uma interessante observação a respeito desta funcionária é que durante o período da pesquisa, a pesquisadora jamais presenciou atividades dela com o coletivo. Ao indagar à orientadora social sobre a participação da psicóloga, ela também confirmou a ausência observada. Nas entrevistas, nota-se que os jovens mencionam pouco a sua intervenção enquanto psicóloga no programa, referenciando-a como um membro da equipe do CRAS, sem perceber ligação alguma da mesma com o programa. A técnica afirma que sua postura profissional com relação ao programa tem sido "passiva" em relação a outras épocas – anteriores ao período de realização da pesquisa –, que se considerava mais ativa no programa.

As técnicas responsáveis pelo ProJovem Adolescente no CRAS Rio Vermelho mostram-se pouco articuladas entre si, talvez porque a psicóloga interage pouco com o grupo, ao ponto de nenhuma intervenção dela ser presenciada nas observações. Tanto a psicóloga como a orientadora social demonstram conhecimento técnico acerca da proposta do programa e o trabalho com os jovens desde coletivo[14] é voltado para o atendimento às orientações metodológicas propostas nos materiais que orientam o trabalho com programa. Deste modo, o ProJovem Adolescente é visto pela equipe como um espaço de ascensão social dos jovens em situação de vulnerabilidade.

4.1.2 CRAS Ana Carla

No CRAS Ana Carla também não houve resistência à realização da pesquisa. A pesquisadora foi bem recebida por toda a equipe e, com relação ao convite para a entrevista, apenas um adolescente não teve o termo de consentimento livre e esclarecido assinado pelos responsáveis e, portanto, não participou. No entanto, outro adolescente foi convidado para a entrevista em seu lugar e este, por sua vez, aceitou a participação direta na entrevista. Este CRAS teve o diferencial de ter um adolescente a mais do que o previsto participando da entrevista, pois uma menina pediu para ser entrevistada, além dos adolescentes convidados. As informações apresentadas a respeito dos sujeitos foram obtidas através das entrevistas e de diálogos informais com os adolescentes e funcionários do CRAS. Isto posto, segue a apresentação dos sujeitos entrevistados.

---

14 Coletivo é a denominação que os grupos de adolescentes do programa recebem.

4.1.2.1 Os seis Adolescentes

Neste CRAS, a maioria dos jovens entrevistados souberam do ProJovem Adolescente por intermédio de amigos. Há relatos de adolescentes que conheceram o programa por buscar no CRAS uma alternativa para ocupar o tempo. Como o objetivo da pesquisa era conhecer a relação dos jovens com o programa, assim como no CRAS Rio Vermelho, o critério de escolha dos entrevistados foi o da amostragem por conveniência, de modo que convidei os jovens que percebia serem mais assíduos nas atividades do programa. A exceção no critério de escolha foi a adolescente que pediu para ser entrevistada, que esteve afastada do CRAS por estar fazendo um curso preparatório para o ENEM.

A adolescente **L.M.M.S.** tem idade de 16 anos, cursa o segundo ano do Ensino Médio e está no Programa há um ano. Ela morava em Alagoas e veio para Rondonópolis há dois anos. Em Alagoas a jovem vivia com a avó e afirma ter vindo para Rondonópolis, onde vive com a mãe, o padrasto e quatro irmãos. Ela soube do programa através de uma amiga, que a convidou para participar, em 2012.

A jovem parece levar a sério o objetivo de investir em seu futuro e, para tanto, afirma não querer perder oportunidades. L.M.M.S. é a adolescente que pediu para ser entrevistada e a jovem relata que o fez justamente por ter o propósito de participar do máximo de atividades possível. Ela participa da maioria dos cursos que são disponibilizados para o ProJovem Adolescente e de atividades extracurriculares na escola e, quando está presente no coletivo, participa de todas as atividades propostas para os jovens, sem distinção.

O jovem **A. E. O.** tem 15 anos de idade e cursa o nono ano do Ensino Fundamental. A. E. O. veio de Guiratinga, uma cidade próxima à Rondonópolis, e vive com os pais adotivos. O menino vivia com o pai quando veio passar férias em Rondonópolis em 2011. De acordo com o menino, o pai se envolveu no que ele denominou de “uns rolos aí” e foi preso, enquanto ele e o irmão mais novo foram encaminhados ao conselho tutelar, que intermediou a adoção do menino, e, desde então ele vive com os pais adotivos, cuja mãe adotiva está gestante. O menino não soube explicar as questões legais do seu processo de adoção, mas afirma não saber até quando viverá com esta família.

A. E. O. soube do programa logo que ele mudou-se com os pais adotivos para Rondonópolis. Antes, eles moravam em São José do Povo, município próximo a Rondonópolis, mas a família buscou uma ocupação para o jovem e, conversando com os moradores da região, foram informados da existência do CRAS. O jovem foi inscrito no programa e iniciou as atividades no mesmo dia, tendo sido bem recebido pelos colegas que

frequentavam o programa. A. E. O é participativo e interage bem com os demais colegas. Demonstra apreciação por atividades esportivas e muito respeito com os adultos da instituição.

O adolescente **J. S. S.** tem 16 anos de idade e cursa o primeiro ano do Ensino Médio, mora com a mãe e a irmã e soube do programa pela professora da escola, embora tenha começado a participar pelo incentivo dos colegas. Este menino teve dois momentos no programa, pois iniciou as atividades no programa em 2010 e desistiu, mas retornou ao programa em 2012 e se mantém frequentando.

J. S. S. é um dos líderes do grupo, os colegas costumam ouvi-lo muito e seus conselhos parecem prudentes. O jovem costuma orientar os colegas com relação às normas de convívio e sempre incentiva o respeito à equipe do CRAS. Ele não esconde a orientação sexual homossexual e os colegas não demonstram preconceito.

A adolescente **J. D. S.** é uma jovem que vive com a mãe, o padrasto e outros quatro irmãos. Ela tem quinze anos e está no primeiro ano do Ensino Médio. A menina veio de Goiás e já conhecia o programa ProJovem Adolescente desde antes da vinda para Mato Grosso. No entanto, por ainda não ter a idade exigida pelo programa não pôde participar do mesmo no estado de Goiás. Ela mora em Rondonópolis desde janeiro de 2012 e logo que completou a idade exigida iniciou a sua participação no programa. Ela afirma que o ingresso no programa foi incentivado pela mãe.

J. D. S. é uma jovem de orientação religiosa protestante e, pela sua religião, a menina usa apenas saias. Ela é uma pessoa discreta e afirma ser uma jovem tímida. Salvo as atividades esportivas, ela geralmente participa das atividades propostas. A menina relaciona-se bem com os colegas.

A jovem **E. S.** tem quinze anos de idade e vive com os pais. Cursa o primeiro ano do Ensino Médio e frequenta o programa há aproximadamente seis meses. E. S. afirma ter entrado no ProJovem Adolescente por influência de um amigo que a convidou insistentemente. Este amigo é o adolescente F. C. S. que frequenta o Programa e também foi entrevistado. A menina conta que teve que aguardar ter a idade exigida para frequentar o programa.

E. S. é uma jovem que se destaca pela espontaneidade. Muito interativa com os colegas, está sempre presente, mas não gosta de participar da maioria das atividades propostas pelos orientadores sociais. Costuma fazer só as atividades que considera interessantes. Geralmente fica presente no espaço físico onde acontecem as atividades do ProJovem Adolescente conversando com os colegas ou utilizando o celular.

O adolescente **F. C. S.** cursa o segundo ano do Ensino Médio e tem 17 anos. Ele mora com a mãe e um irmão e frequenta o programa há dois anos, tendo entrado por intermédio do contato com amigos que participavam. F. C. S. mora em frente ao CRAS e, ainda assim, embora frequente o programa, costuma chegar bem atrasado ao local. F. C. S. quase não participa das atividades propostas aos adolescentes do programa e costuma ocupar seu tempo na instituição com conversas com colegas.

F. C. S. é o adolescente que falou do programa e teve influência na participação de E. S.. O menino tem a orientação sexual homossexual aparentemente bem resolvida. No entanto, diferente de J. S. S., que não faz distinção no contato com os colegas, F. C. S. relaciona-se melhor com as meninas do grupo. Em alguns momentos ele faz brincadeiras ofensivas a colegas do gênero sexual masculino. Não presenciei nenhuma situação contrária, de ofensas contra ele, e, ao questionar o orientador social sobre este comportamento do jovem, ele afirma já ter conversado com ele e pedido para evitar algumas brincadeiras. Com relação aos colegas, parece não se sentirem ofendidos.

Uma característica que chama atenção neste grupo é a heterogeneidade e, apesar das diferenças que vão desde a opção religiosa até a orientação sexual, o grupo é marcado pela relação de respeito mútuo. Mesmo com algumas brincadeiras pejorativas, o grupo mostra-se unido, especialmente com relação às reivindicações. Ficam claros os laços de amizade que permeiam o grupo e a busca de melhorias para o programa tem relação direta com a manutenção destas relações, já que o programa, para estes jovens, parece ter como principal função a de ser uma oportunidade de interação social entre os adolescentes da região.

4.1.2.2 Os três Funcionários

Neste local, a quantidade de profissionais entrevistados também foi diferente da do CRAS Rio Vermelho, já que esta instituição acolhe uma funcionária a mais ligada ao ProJovem Adolescente. Os funcionários entrevistados no CRAS Ana Carla foram: o orientador social, o psicólogo e a profissional responsável por enviar as informações referentes ao ProJovem Adolescente no município para o MDS.

O orientador social **S. L. S.** tem 47 anos de idade e vive com a esposa e a filha mais nova. Ele é graduado em História e está prestes a concluir a segunda graduação em Serviço Social. S. L. S. afirma gostar de trabalhar com jovens e ter experiência com este público a partir dos compromissos religiosos. O orientador social no ano anterior exercia a função de conselheiro do conselho tutelar. Em conversa informal, ele afirma já ter tido contato com

alguns dos jovens que frequentam o ProJovem Adolescente no CRAS Ana Carla por ocorrência do Conselho. Ele não informou o tipo de ocorrência ou mesmo a identidade desses jovens, no entanto, ele afirma que o fato de conhecer o histórico conflituoso de alguns faz com que ele pense na rotina do ProJovem Adolescente com atividades recreativas.

S. L. S. vê o ProJovem Adolescente como um espaço de convívio. Tinha contato superficial com programa devido ao cargo que ocupava no Conselho Tutelar e conseguiu a vaga de orientador social através de um processo seletivo a que se submeteu. Ele trabalha com o programa desde o mês de março de 2012 e desde sua chegada ao programa enfrenta a resistência de alguns jovens pela troca de orientadores sociais.

O psicólogo **F. N. H.** tem vinte e seis anos e mora com a esposa grávida e a filha de dois anos. Ele trabalha no CRAS há um ano e quatro meses e desde então é sua atribuição acompanhar o ProJovem Adolescente. F. N. H. afirma ter afinidade com o trabalho com os jovens e relata que ele representa um apoio para esses jovens enfrentarem as situações conflituosas que vivenciam e que o fato de não ter obrigações pedagógicas com os adolescentes facilita esta função. Ele aponta que uma limitação de sua atuação com os adolescentes é o fato de não ter imposto muitos limites na relação com os mesmos, o que os faz sentirem-se muito à vontade com o profissional. De acordo com F. N. H., esta liberdade faz com que alguns jovens extrapolem os limites da convivência saudável.

Nas observações do coletivo nota-se que o psicólogo F. N. H. é um profissional presente no cotidiano dos adolescentes. Em todos os encontros ele vai até os jovens para observar suas atividades e cumprimentá-los e, quando suas demais atribuições estão em ordem, participa das atividades com eles. Quando mencionado nas entrevistas com os adolescentes, ele foi referenciado como um profissional de apoio ao programa e alguém que os jovens poderiam buscar como auxílio na resolução de conflitos.

A profissional responsável por lançar as informações municipais do programa no sistema do MDS, **M. J. S. L.** mora com o esposo e dois filhos. Ela tem 42 anos de idade e é licenciada em Letras. Iniciou seu trabalho na Secretaria Municipal de Promoção e Assistência social como digitadora no Programa Bolsa Família e pela formação de nível superior, formação esta que não é necessária para exercer a função de digitação no Programa Bolsa Família, foi transferida para o Programa ProJovem Adolescente no cargo de orientadora social. M. J. S. L. sente-se realizada com o trabalho no ProJovem Adolescente e está no programa desde 2008. Como orientadora social trabalha desde o início de 2012. Ela afirma preferir o trabalho diretamente ligado à comunidade e não gosta da função que exerce no momento.

A fala de M. J. S. L. na entrevista foi como um desabafo da profissional pela pouca estrutura oferecida ao programa. Durante a entrevista ficou claro que ela pouco se aproximava do coletivo do ProJovem Adolescente. Ela afirma que teve esta postura pela dificuldade pessoal de deixar o trabalho diretamente com os jovens e pela dificuldade dos jovens em aceitar a mudança de orientadores sociais. Com a saída dela do cargo de orientadora social houve evasão significativa do grupo do programa, esta evasão é mencionada também pelo psicólogo e por alguns adolescentes durante a entrevista.

A equipe de trabalho direto com o ProJovem Adolescente neste CRAS mostra-se bem articulada com os jovens, embora o trabalho prático com o grupo em algumas situações não contemple a proposta do Governo Federal para o programa. O psicólogo oferece o suporte esperado do técnico responsável pelo programa na instituição, sendo o profissional a tomar a iniciativa de iniciar o diálogo com os jovens em situações pontuais. Seguindo esta dinâmica de trabalho, é possível compreender que a equipe compartilha do mesmo olhar sobre o programa, de que ele é o espaço privilegiado de convivência e contato social entre os jovens e esta ideia é superior às normatizações técnicas exigidas pelo programa.

4.2 Os locais da pesquisa

Esta pesquisa aconteceu simultaneamente em duas instituições na cidade de Rondonópolis. O CRAS Ana Carla foi escolhido por ser o pioneiro na implantação bem sucedida do programa socioeducativo ProJovem Adolescente no município, e o CRAS Rio Vermelho, por sua vez, foi escolhido por ser uma das instituições na qual o programa foi instalado há menos tempo. Como o programa foi recentemente implantando em dois dos cinco CRAS da cidade, o segundo critério de escolha entre as duas instituições que abrigavam o programa por menos tempo foi a familiaridade da pesquisadora com o local escolhido, que foi o local de trabalho da mesma antes do início da pesquisa. As duas instituições serão agora apresentadas e com relação ao programa ProJovem Adolescente, segue em anexo, neste trabalho, a portaria que subsidia o funcionamento do programa

4.2.1 CRAS Rio Vermelho

O Centro de Referência da Assistência Social Rio Vermelho localiza-se na Rua Rio Vermelho, Jardim Ipanema, s/n. O CRAS está instalado nesta localidade deste março de 2010. É uma unidade pública municipal que atua com famílias e indivíduos, no seu ambiente

comunitário, visando à orientação e ao convívio sóciofamiliar. O horário de atendimento é de segunda a sexta-feira, das 07h às 11h e das 13h às 17h. Os bairros de abrangências do CRAS são: Belo Horizonte; Boa Esperança; Centro; Jardim Amizade; Jardim Esmeralda; Jardim Ipanema; Jardim Marilei; Jardim Marinópolis; Jardim Morumbi; Jardim Urupês; Loteamento Alves; Loteamento Jacob; Maria Tereza; Maria Vetorasso; Moradas Parati; Novo Horizonte; Planville; Residencial Acácia; Residencial Bela Vista; São Francisco; Verde Teto; Vila Andréa; Vila Birigui; Vila Boa Esperança; Vila Canaã; Vila Goulart; Vila Lurdes; Vila Mamed; Vila Olímpica; Vila Romana; Vila Rosely; Vila Salmen; Vila São Paulo; Zona Rural Cabeceira do Almoço; Zona Rural Carimã; Zona Rural Chácara; Beira Rio; Zona Rural Marajá; Zona Rural Sucuri.

Conta com uma equipe psicossocial constituída por duas assistentes sociais, sendo uma delas a coordenadora do CRAS; duas psicólogas; orientadora social; auxiliar administrativo; digitadora do Programa Bolsa Família; auxiliar de serviços gerais e um vigilante. No local desenvolvem-se grupos psicossociais, cursos de capacitação profissional e geração de emprego e renda, encaminhamentos sociais diversos, atendimento individual, palestras socioeducativas, etc. O CRAS Rio Vermelho recebe mantimentos do Governo Federal, do Governo Estadual e do Governo Municipal, através da Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social. O prédio de funcionamento pertence à Prefeitura Municipal de Rondonópolis. Por ser um antigo centro de eventos esportivos criado com a finalidade de realizar eventos comunitários para preservação do meio ambiente, o local foi construído à beira do Rio Vermelho e dispõe de quadra poliesportiva; as salas localizam-se sob a arquibancada e o espaço foi adaptado para o funcionamento das atividades.

4.2.1.1 Estrutura física

O local dispõe de seis salas, uma cozinha e dois banheiros, todos os cômodos adequados embaixo de uma arquibancada. A primeira sala é de uso exclusivo das atividades do ProJovem. A sala tem parede pintada de branco e, como decoração, imagens de dançarinos desenhadas em papel pardo coladas na parede do fundo, mesas e cadeiras de plástico que ficam empilhadas em um canto e são desempilhadas para uso em atividades com os adolescentes e um ar condicionado. Logo ao lado estão a cozinha e os banheiros feminino e masculino. A cozinha tem uma geladeira antiga, um armário de madeira para guardar alimentos e utensílios de cozinha (como panelas, copos, vasilhas e etc.), uma mesa ampla de madeira, um fogão de quatro bocas, um bebedouro, uma pia e um pequeno espaço ao fundo

que serve como despensa. O único acesso aos banheiros é através da cozinha. O banheiro masculino tem um espelho grande em frente a duas pias, dois mictórios e dois vasos separados por divisórias. O banheiro feminino tem dois vasos, também separados por divisórias e duas pias em frente às quais tem um espelho grande.

Com exceção da cozinha, todos os espaços têm identificação na entrada. Ao lado da cozinha, está a sala nomeada de *sala de atendimento individual*, menor que as demais e normalmente utilizada para os atendimentos específicos. Nessa sala há uma mesa de escritório, três cadeiras, sendo uma para a profissional de área especifica (psicóloga ou assistente social) e duas para os sujeitos a serem atendidos, e um ar condicionado antigo. Ao lado fica a sala de serviços administrativos chamada de *sala de atendimento administrativo e cadastramento do PBF*. Nela fica o profissional responsável pelos serviços administrativos do CRAS e a digitadora do Programa Bolsa Família. Os funcionários dividem seus espaços com armários metálicos. A entrada da sala fica para o auxiliar administrativo. Neste espaço encontra-se uma mesa, um computador, um aparelho de telefone, a cadeira do profissional, duas cadeiras para as pessoas a serem atendidas, ao lado dos armários que dividem a sala há um banco para que os usuários aguardem o atendimento. Do outro lado dos armários encontra-se uma mesa, sobre a qual há um computador e uma impressora, uma cadeira para a digitadora do Programa Bolsa Família e duas cadeiras para o atendimento.

A sala ao lado é destinada à equipe de nível superior e é identificada como *sala da equipe psicossocial*. Ali estão dispostas cinco mesas de escritório com uma cadeira para cada profissional e, ao fundo, estão dispostos três armários. Nesta sala ficam duas psicólogas, duas assistentes sociais e a orientadora social do ProJovem Adolescente. Nesse ambiente não há cadeiras para atendimentos.

A seguir, está o espaço denominado *brinquedoteca*. Neste cômodo estão dispostos brinquedos por toda parte. O local funciona como laboratório de ludicidade e a equipe técnica utiliza o espaço para atendimentos a mães e crianças com idade entre dois e cinco anos.

Por fim, a última sala do espaço é para atividades em grupo. Encontram-se apenas cadeiras e mesas de plástico empilhadas em um canto da sala e são desempilhadas apenas para uso. Com exceção da sala de atendimento individual que tem aproximadamente oito metros quadrados (8m²), todas as salas e a cozinha têm o mesmo tamanho, aproximadamente vinte metros quadrados (20m²).

4.2.1.2 O ProJovem na instituição

O CRAS Programa ProJovem Adolescente Rio Vermelho, na época da pesquisa, contava com aproximadamente 15 jovens frequentando-o assiduamente. As atividades diretamente ligadas ao programa acontecem no local, no período vespertino, entre as 13 e as 17 horas, três vezes por semana, além do encontro facultativo ofertado pela orientadora social de aula de dança do ventre em um dos dias não ocupados pelas atividades do programa, aos adolescentes que tiverem interesse.

O ProJovem Adolescente foi implantado na instituição no final do ano de 2010. Até então, o CRAS ainda era uma instituição em processo de implantação e parte da estrutura para o funcionamento das atividades ainda não pertencia ao mesmo. A implantação do programa ocorreu para atender à exigência da Secretaria Municipal de Proteção e Assistência Social pela necessidade de aumento numérico dos atendimentos no espaço. Naquele momento, a pesquisadora fazia parte da equipe técnica do local.

Considerando que o CRAS ainda não era conhecido pela comunidade devido à recente implantação na região, para divulgação do início das atividades do programa no local foi preciso buscar uma parceria com as escolas que ministravam aulas do nono ano do Ensino Fundamental até os três anos do Ensino Médio, já que é nesta fase escolar que os alunos costumam ter a idade entre 15 e 17 anos. A estratégia para divulgação do programa foi a *invasão concedida*[15], com o intuito de explicar sobre o ProJovem Adolescente e convidar os alunos a ingressarem no programa, em todas as salas de aula que compreendiam a fase escolar acima referenciada. Antes desta ida às salas de aulas, a equipe do CRAS reunia-se com a direção e com o corpo docente de cada uma das escolas que tinham estudantes na faixa etária exigida pelo ProJovem Adolescente. Nesta reunião apresentava-se o funcionamento do programa, a relação do programa com o CRAS e era pedido o apoio dos professores na divulgação do mesmo.

A equipe teve bons resultados nesta primeira divulgação, já que houve uma grande quantidade de jovens que buscou o CRAS para inscreverem-se no programa. A partir das inscrições, os pais dos adolescentes eram convidados a participar de uma reunião que marcaria o início das atividades do programa. A reunião tinha finalidade de explicar aos pais o funcionamento do ProJovem Adolescente. Poucos pais compareceram a esta reunião e, com

[15] Pedia-se aos professores e à direção e coordenação das escolas que autorizassem os profissionais do CRAS a entrarem em sala de aula durante os horários de aula. A intenção era obter maior atenção dos adolescentes nas informações a serem transmitidas sobre o ProJovem Adolescente.

o início dos encontros com os jovens, notou-se que uma parte dos jovens desistiu de frequentá-lo ainda na fase de inscrição. Ainda assim, o coletivo iniciou com aproximadamente quarenta jovens, número maior que o permitido pela normatização do programa.

Por estar em fase de implantação, o CRAS enfrentava problemas estruturais, tais como a falta de facilitadores para conduzir as atividades artísticas, a falta de aparelho de ventilação que amenizasse a alta temperatura na sala onde aconteciam as atividades do programa, a falta de um profissional responsável pelo lanche dos jovens, o que limitava o cardápio a bolachas e alimentos prontos, entre outros. Logo alguns jovens desistiram do programa e, quando indagados sobre a desistência, alegaram ser pelas questões estruturais do mesmo. Um tempo depois do começo das atividades do coletivo no CRAS Rio Vermelho, o orientador social da instituição foi mandado para outro local e em seu lugar entrou outra orientadora social, que até o desenvolvimento da pesquisa permanecia na instituição. Com a troca de orientadores sociais houve novamente um índice de evasão no programa. No entanto, a esta altura, os adolescentes que frequentavam o programa já atuavam como seus divulgadores, e novos adolescentes nele ingressavam. Ao final do ano de 2010 o coletivo do CRAS Rio Vermelho firmava-se com o número aproximado de vinte adolescentes. No ano seguinte, as buscas na escola voltaram a acontecer e foi definido pela equipe que estas idas às escolas aconteceriam anualmente para reforçar o convite aos estudantes veteranos e convidar pela primeira vez os novos alunos atendidos pelas escolas, já que a estratégia rendeu bons resultados.

A rotina do ProJovem no CRAS, durante as observações da pesquisa, compreendia três dias da semana de atividades de participação obrigatória dos adolescentes e outro de participação facultativa. Os dias de atividades indispensáveis do programa no CRAS Rio Vermelho eram segunda-feira, terça-feira e quarta-feira e cada dia tinha uma proposta de atividade aos jovens. A segunda-feira era o dia destinado às palestras e atividades dialogadas, neste dia a orientadora social costumava convidar alguém para palestrar para os jovens ou então preparar atividades de discussões acerca de temas que achasse conveniente trabalhar. Na terça-feira os adolescentes tinham aula de dança de salão e o facilitador que ministrava a aula ia ao CRAS para fazê-lo. Alguns jovens participaram de apresentações artísticas de dança de salão em inaugurações de instituições públicas municipais, quando solicitado pela Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social.

Na quarta-feira os jovens participavam de atividades esportivas. Eles tinham acesso a esportes como judô, vôlei, futebol, atletismo, entre outros. No entanto, essas atividades esportivas eram realizadas no espaço destinado ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI. Os adolescentes tinham que se dirigir diretamente ao local, ao invés de irem

para o CRAS no dia das atividades, pois o espaço do PETI estava localizado em um bairro vizinho ao bairro de localização do CRAS. Durante o período de observações, os adolescentes solicitaram à orientadora social que suspendesse as atividades esportivas da quarta-feira, pois os jovens tinham que dividir espaço com as crianças que frequentavam o PETI no desenvolvimento das atividades. Queixavam-se ainda que os funcionários dali não os atendiam com satisfação e alegavam parecer que não queriam a presença deles no local. A falta no dia destinado a tais atividades foi o primeiro sinal que deram da insatisfação com as atividades no espaço do PETI. Logo, essas atividades foram substituídas por outras no CRAS.

Como já foi dito, havia um dia da semana com atividades de participação opcional. Este dia era a quinta-feira. Na quinta-feira a orientadora social ministrava aulas de dança do ventre aos jovens que tivessem interesse pela dança. Esta atividade foi uma proposta de estagiários do curso de psicologia da UFMT que, ao questionarem o interesse dos adolescentes que frequentam o programa, perceberam o entusiasmo dos mesmos pela dança e, ao conversarem com a orientadora social do programa, souberam que esta tem conhecimento aprofundado da modalidade artística. A atividade, que era frequentada assiduamente apenas pelas meninas do coletivo, foi tão bem aceita que mesmo com o fim do estágio as aulas continuaram.

Nas atividades preparadas pela orientadora social, notava-se uma ênfase nas questões relacionadas à sexualidade e à drogadicção. Tal destaque é justificado pelo contexto da comunidade onde o CRAS está instalado. Esta comunidade faz parte de uma região conhecida em toda a cidade pelo tráfico de drogas e o CRAS foi instalado neste local com a finalidade de atuar preventivamente nesta situação de vulnerabilidade. O ProJovem Adolescente configurou-se como mais uma estratégia de atuação na prevenção ao envolvimento juvenil com drogas ilícitas. As questões de sexualidade também é um quadro marcante, pois, desde sua criação, em meados de 2010, cinco adolescentes grávidas já participaram do coletivo. Uma delas já iniciou as atividades gestante, as outras quatro, apesar da orientação recebida na instituição, engravidaram quando já participavam do programa. Portanto, atualmente, a prevenção à gestação na adolescência, caracterizada como uma vulnerabilidade que provoca outras, é o principal objetivo das atividades do ProJovem Adolescente no CRAS Rio Vermelho. Para tanto, uma parceria com o exército foi realizada e um sargento vai rotineiramente ao CRAS oferecer palestra acerca do tema DST/AIDS e métodos contraceptivos – reforçando o uso do preservativo.

Os adolescentes que frequentam o Programa Socioeducativo ProJovem Adolescente no CRAS Rio Vermelho são jovens que vivem em uma comunidade que enfrenta uma

situação de vulnerabilidade complexa: o abuso de drogas ilícitas. Assim, muitas ações da instituição, não apenas com o coletivo do ProJovem Adolescente, são voltadas para o enfrentamento preventivo ao uso de drogas. A parceria com o programa da polícia militar PROERD[16], por exemplo, é uma das estratégias que elucida a preocupação da equipe com o quadro da comunidade. Nesta parceria, os profissionais do PROERD adaptaram seus serviços, que inicialmente são voltados para as escolas, para atender o ProJovem Adolescente e a comunidade de maneira integrada aos serviços de convivência do CRAS.

Como o programa dá ênfase à inserção dos jovens no mercado de trabalho, uma preocupação da equipe é a profissionalização dos adolescentes. Deste modo, a orientadora social, com o apoio da equipe técnica do CRAS Rio Vermelho, busca parcerias com escolas que oferecem cursos de capacitação profissional e programas de inserção de adolescentes no mercado de trabalho. Embora seja uma demanda do programa, é importante reforçar que a busca das parcerias citadas até o momento é de iniciativa da equipe técnica deste CRAS. Assim, este coletivo tem a peculiaridade de ter jovens vinculados ao programa que não estão frequentando o CRAS por estarem, no período das atividades, envolvidos com cursos de capacitação.

Uma vez caracterizado o CRAS Rio Vermelho e o funcionamento do programa socioeducativo ProJovem Adolescente nesta instituição, ao descrever uma pouco de sua rotina e as situações marcantes no local, pretende-se fazer uma aproximação das informações apresentadas com os discursos dos sujeitos entrevistados. A seguir será apresentada uma apreciação semelhante referente ao funcionamento do ProJovem Adolescente no CRAS Ana Carla.

4.2.2 CRAS Ana Carla

O Centro de Referência da Assistência Social Ana Carla localiza-se na Rua D, s/n, Jardim Ana Carla. Está instalado nesta localidade desde 2010 e já atendia, desde 2005, em um bairro vizinho denominado Parque Universitário. No entanto, as instalações neste local não eram adequadas para o funcionamento da instituição; além do mais, este antigo prédio era alugado. Por conseguinte, em 2010 o CRAS mudou de endereço para um local pertencente à prefeitura municipal. Assim como o CRAS Rio Vermelho, o CRAS Ana Carla é uma unidade

[16] O Programa Educacional de Resistência às Drogas – PROERD – é um programa da polícia militar voltado para a prevenção ao abuso de drogas. O recurso para tal prevenção são palestras com alunos e pais de alunos em escolas públicas.

pública municipal que atua com famílias e indivíduos, no seu ambiente comunitário, visando à orientação e ao convívio sociofamiliar. O horário de atendimento é de segunda a sexta-feira, das 07h às 11h e das 13h às 17h. Os bairros de abrangências do CRAS são: Assentamento Neuma de Moraes; Distrito Industrial; Jardim Alvorada; Vila Estrela Dalva; Cidade Salmem (atrás DNIT); Jardim Ana Carla I; Jardim Ana Carla II; Jardim Ana Carla III; Jardim Maracanã; Jardim Oásis I; Jardim Oasis II; Jardim Paineiras; Jardim Santo Antônio; Jardim Vila Rica; Lot. Antônio Geraldino; Parque Universitário; Pedra 90; Residencial Magnólia; Residencial Padre Lothar I; Residencial Padre Lothar II; Rui Barbosa; Tancredinho; Tancredo Neves; Vila Olinda I; Vila Olinda II; Vila Olinda III; Zona Rural Gleba Rio Vermelho; Zona Rural Boa vista.

Conta com equipe psicossocial de duas assistentes sociais, sendo uma a coordenadora do CRAS, dois psicólogos, orientador social, auxiliar administrativo, digitadora do Programa Bolsa família, auxiliar de serviços gerais e a técnica responsável pelas informações do ProJovem no sistema do Governo Federal que também trabalha neste CRAS. No local desenvolvem-se grupos psicossociais, cursos de capacitação profissional e geração de emprego e renda, encaminhamentos sociais diversos, atendimento individual, palestras socioeducativas, etc. O CRAS Ana Carla recebe mantimentos do Governo Federal, do Governo Estadual e do Governo Municipal através da Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social e conta ainda com algumas parcerias com instituições privadas para doação de material para trabalhos com os grupos.

4.2.2.1 Estrutura Física

A estrutura física do local abrange um salão, de aproximadamente quarenta metros quadrados (40m²); três salas, sendo que duas têm aproximadamente 20 metros quadrados (20m²) e outra com aproximadamente quinze metros quadrados cada (15m²); uma cozinha, também com aproximadamente 15 metros quadrados (15m²); dois banheiros de aproximadamente dez metros quadrados (10m²), e uma pequena área de frente, com cerca de dez metros quadrados (10m²). Todos os cômodos são dispostos em torno deste salão, de modo que, para ter acesso a qualquer espaço do CRAS, é preciso atravessá-lo.

A pequena área da frente dá acesso ao salão e nela está a placa de identificação do CRAS. O salão que dá acesso a todos os cômodos do prédio, por sua vez, é um espaço com múltiplas utilidades. No seu espaço dianteiro central estão dispostas cadeiras para que aqueles que aguardam o atendimento acomodem-se até chegar sua vez, no canto direito há uma

prateleira com alguns brinquedos infantis, que servem para o atendimento de crianças e/ou famílias com crianças com idade entre zero a cinco anos. No fundo do salão há uma mesa de madeira grande, de oito lugares, onde costumam ser servidos os lanches dos grupos. No lado esquerdo do salão está a porta de acesso à sala onde acontecem os atendimentos do Programa Bolsa família e os serviços do auxiliar administrativo. Nesta sala há duas mesas de escritório, cada uma com um computador, e três cadeiras ao redor de cada mesa, uma cadeira acomoda o profissional que ocupa a mesa e na outra as pessoas que recebem o serviço. Ao lado desta sala, está o banheiro masculino que tem dois vasos sanitários separados por uma divisória e uma pia. O banheiro feminino tem a mesma estrutura do masculino. Ao lado das portas de acesso aos banheiros está a porta de acesso à cozinha, na qual há duas mesas pequenas de madeira, uma geladeira e um fogão industrial. Esse cômodo dá acesso a outro, pequeno, que é feito de despensa, e onde há duas prateleiras, dentro das quais ficam guardados os alimentos e as vasilhas de uso para a cozinha. O material de limpeza do CRAS também é guardado neste local.

Ao lado da cozinha está localizada a pequena sala que é utilizada para os atendimentos individuais. Ali há uma mesa de escritório, duas cadeiras em cada lado, um armário de ferro e uma prateleira em cujo interior estão acomodados os brinquedos para atendimentos com crianças. Ao lado desta sala, já na parede do fundo do salão, está a sala da equipe técnica. Nesta sala estão dispostas seis mesas, todas com uma cadeira e sobre uma das mesas há um computador. Nesta sala há ainda dois armários metálicos onde ficam os arquivos do CRAS. Ao lado desta sala está montada uma sala de inserção digital, onde há treze mesas com computadores, cada mesa é acompanhada de uma cadeira de plástico preta. Nesta sala há ainda uma pilha de cadeiras de plástico, no canto direito da sala, e uma mesa de madeira um pouco à frente, também encostada na parede. Na parede onde a mesa está encostada está fixado um quadro negro, e, na parede que fica em frente à porta de entrada para a sala há dois murais com fotos dos adolescentes e dos profissionais que trabalham e já trabalharam com eles.

4.2.2.2 O ProJovem na instituição

O CRAS Ana Carla foi o primeiro a ser implantado na cidade de Rondonópolis. Este CRAS está na região desde o ano de 2005. O ProJovem Adolescente compõe os programas sociais do CRAS Ana Carla desde 2008, quando foi lançado pelo governo federal. Antes deste período os adolescentes da região de abrangência do CRAS eram atendidos através do

programa Agente Jovem[17]. Como se sabe, o ProJovem Adolescente foi uma reformulação do programa Agente Jovem.

Com as modificações do programa, poucos jovens permaneceram. Isto aconteceu, entre outros motivos, porque uma das diferenças entre o Agente Jovem e o ProJovem Adolescente é que, no primeiro, o adolescente que participava regularmente do programa recebia um benefício financeiro e podia ter total autonomia sobre o dinheiro, já que este era disponibilizado ao jovem através de um cartão de uso pessoal, enquanto no ProJovem Adolescente o benefício está sujeito à disponibilidade, e vem como um acréscimo ao benefício do Programa Bolsa Família no mesmo cartão.

Pela troca na gestão municipal entre os anos de 2008 e 2009, pouco se sabe sobre o processo de implantação do programa na cidade. No entanto, a pessoa responsável por ser a orientadora social do ProJovem Adolescente no CRAS Ana Carla desde o ano de 2009 permaneceu nesta função até o início de 2012, quando deixou de ser orientadora social e passou a ser a profissional responsável pela alimentação das informações do ProJovem Adolescente no município do sistema do Governo Federal. Ela é a funcionária que trabalha com o ProJovem Adolescente há mais tempo no município, por isso ficou responsável por alimentar o sistema, já que os demais orientadores sociais não conseguiam enviar as informações no sistema de maneira correta. E nesta nova função, ela continuou trabalhando no mesmo local e, portanto, foi uma das entrevistadas.

Esta funcionária, além do cargo na prefeitura municipal, também atuava como professora de língua portuguesa e artes em uma escola próxima ao CRAS da rede estadual há um longo período. No município de Rondonópolis as escolas estaduais são responsáveis por oferecer o Ensino Médio e as municipais oferecem o Ensino Fundamental à comunidade. De modo que, na condição de professora da rede estadual, ela tinha contato com muitos adolescentes da faixa-etária estipulada pelo ProJovem Adolescente para terem acesso ao programa. Logo, aproveitou o contato na escola da região de abrangência do CRAS para convidar os jovens a participarem do programa. E a estratégia foi muito bem sucedida, até porque os jovens que frequentavam o programa já haviam estabelecido vínculo com ela na função de professora.

Quando esta professora teve que deixar a atuação direta com a comunidade no serviço de orientadora social, para exercer a função de enviar as informações municipais do programa

[17] Não foram encontradas informações precisas acerca do Programa Agente Jovem no site do Governo Federal. Neste é informado apenas que o ProJovem Adolescente é uma variação do Programa Agente Jovem, no entanto, não há informações precisas sobre o seu surgimento, suas idealização e os motivos que fizeram o Governo Federal substituir o programa pelo ProJovem Adolescente.

ao Governo Federal através do sistema, a quantidade de jovens frequentando a instituição do CRAS Ana Carla diminuiu sensivelmente. Com a função de orientador Social do ProJovem Adolescente, ficou um senhor que trabalhou anteriormente como conselheiro do conselho tutelar. Ele iniciou como orientador social no início de 2012. E quando as observações ocorreram, o coletivo já estava sob sua responsabilidade.

Antes de apresentar a rotina do ProJovem Adolescente na instituição, é importante mencionar um fato presenciado pela pesquisadora no primeiro dia de observação, pois este exemplifica a dinâmica grupal do coletivo deste CRAS. Ao chegar ao CRAS, encontrei os jovens reunidos com o orientador social e o facilitador que ministrava aulas de teatro. Nesta ocasião, os jovens estavam argumentando com o facilitador porque não queriam participar das atividades por ele indicadas. Os jovens explicaram ao profissional que já haviam reivindicado modificações em sua metodologia de trabalho, que já mencionaram a desaprovação das peças que levava, pois as consideravam infantis, e reclamavam ainda dos papéis que oferecia à maioria dos jovens, como parte do cenário (árvores, pedras ou postes). Portanto, munidos destes argumentos, os jovens do coletivo estavam comunicando ao facilitador que não participariam das atividades propostas por ele.

O orientador social, compreendendo a demanda dos jovens, ligou para a Secretaria de Promoção e Assistência Social e comunicou o acontecimento aos superiores, que pediram que dissesse ao facilitador para dirigir-se até a secretaria onde seria encaminhado a outros serviços. A partir deste dia, que foi o primeiro de observação, os adolescentes não tiveram mais atividade dirigida por um facilitador. A pesquisadora, em conversa com o orientador social, levantou a possibilidade que pedissem a secretaria um novo facilitador para conduzir as atividades com aquele grupo, já que naquele outro CRAS os adolescentes pareciam estar satisfeitos com as aulas de dança de salão. Todavia, de acordo com o orientador social, este pedido já havia sido feito aos superiores, mas o facilitador alegou não poder oferecer seus serviços ao CRAS Ana Carla pela distância. De fato, o CRAS Ana Carla é o Centro de Referência da Assistência Social localizado na região mais distante do centro da cidade.

O ProJovem Adolescente tinha atividades no CRAS Ana Carla na segunda-feira, quarta-feira e na sexta-feira. No período observado, os jovens estavam se preparando para um evento denominado “Copa Social”. Este é um evento esportivo organizado pelo município com a finalidade de reunir todos os programas e instituições, municipais ou não, que ofereçam apoio social às famílias em situação de vulnerabilidade, a fim de competirem entre si em várias modalidades esportivas, como o vôlei e o futebol. Como os jovens, a princípio, estavam se preparando para este evento, não havia planejamento de outras atividades além do treino de

vôlei e futebol. Os três dias da semana eram destinado a estes treinos, salvo quando outros programas ou instituições ofereciam palestras aos jovens. No período que estive observando o CRAS, houve uma palestra sobre diversos temas da área da saúde que foi oferecida pelo NASF – Núcleo de Apoio à Saúde da Família -; outra atividade com um facilitador sobre a primeira entrevista de emprego; um passeio, que só puderam participar alguns dos jovens que compõem o coletivo, para conhecer o campus da Universidade Federal de Mato Grosso, e uma reunião com os técnicos do CRAS para discutir o comportamento dos jovens. Além destas, as atividades dos jovens eram o treino do futebol ou do vôlei nos três encontros semanais.

Os adolescentes jogavam em uma quadra pública localizada muito próxima das imediações do CRAS. Para os jogos, levavam as bolas de futebol e vôlei e a rede de vôlei que pertence ao ProJovem Adolescente. Os treinos aconteciam com meninos e meninas jogando junto e sem uma orientação técnica de como deveriam proceder no jogo. Os jovens eram colocados para jogar, selecionavam seus times e então entravam em quadra. Muitos não usavam roupa ou calçado adequado para a prática esportiva durante as atividades. A maioria dos jovens participava dos jogos. Além do orientador social, o psicólogo responsável pelo ProJovem no CRAS e o auxiliar administrativo também se envolviam nas atividades esportivas. Os jovens que não participavam das atividades ficavam sentados na arquibancada assistindo os demais colegas jogarem.

Depois que a copa social foi realizada, os adolescentes ocupavam seu tempo com a decoração da festa julina, realizada em meados de julho pela equipe do CRAS, como forma de confraternização entre os grupos e programas do CRAS. O ProJovem Adolescente ficou responsável por fazer a decoração. Os adolescentes não quiseram dançar quadrilha, portanto, foram chamados para uma conversa com o técnico responsável pelo ProJovem no CRAS, que era o psicólogo, a assistente social e o orientador social. Nesta conversa, os funcionários do CRAS expuseram suas queixas com o desânimo dos jovens, questionaram o que os deixava apáticos e apontaram queixas de comportamento. Os jovens manifestaram o desejo de terem atividades com mais planejamento e, juntamente com a equipe do CRAS, montaram um cronograma de atividades sugeridas. Os funcionários se mostraram dispostos a ouvi-los, e apresentaram as limitações com relação ao recurso financeiro para a realização de alguma das atividades. Foi montado o cronograma das atividades que incluía palestras e capacitações, além das atividades esportivas, que ocupariam um único dia de atividades, não mais os três. Após a organização do cronograma, os adolescentes sugeriram ainda que fosse montado um

código de conduta para os adolescentes do ProJovem Adolescentes. Ficou decidido na reunião que este código seria montado por eles e entregue à equipe do CRAS na semana seguinte.

No código que foi elaborado pelos adolescentes, sem interferência dos adultos, eles abordaram questões como a vestimenta adequada para estar na instituição, a proibição do uso de celulares quando houvesse atividades em sala, o respeito aos funcionários, palestrantes e colegas, a presença, a participação, entre outros. Os jovens queriam estipular sanção mediante o descumprimento das normas, mas os profissionais do CRAS sugeriram que não houvesse punição direta, argumentando que o descumprimento das normas criadas por eles mesmos geraria vergonha, o que já seria uma medida punitiva. Os adolescentes concordaram.

Destarte, este coletivo configurou-se como um grupo unido que reivindica aquilo que consideram de seu interesse. Uma característica marcante na região atendida pelo programa no CRAS Ana Carla é o alto índice de homicídios juvenis. O bairro enfrenta a vulnerabilidade da drogadicção, mas, diferente do quadro apresentado no CRAS Rio Vermelho, o tráfico de drogas na região influencia no índice de violência e os jovens são as principais vítimas desta situação.

4.3 Instrumentos da Pesquisa

Conhecendo os sujeitos que participaram desta pesquisa e os locais onde a mesma aconteceu, serão apresentados ao leitor os instrumentos que foram utilizados para a coleta de dados. As três ferramentas de coleta de dados utilizadas nesta pesquisa foram: entrevistas, observação participante e análise documental. Com os sujeitos descritos do primeiro tópico deste capítulo foram realizadas as entrevistas. O tipo de entrevista realizada com os sujeitos mencionados foi a entrevista centrada no problema, que, de acordo com Flick, caracteriza-se pela:

> Utilização, em particular, de um guia de entrevista, que incorpora questões e estímulos narrativos, é possível coletar dados biográficos com relação a um determinado problema. Essa entrevista é caracterizada por três critérios centrais: *centralização no problema* (ou seja, a orientação do pesquisador para um problema social relevante); *orientação ao objeto* (isto é, que os métodos sejam desenvolvidos ou modificados com respeito a um projeto de pesquisa); e, por fim, *orientação ao processo* no processo de pesquisa e no entendimento do objeto de pesquisa. (FLICK, 2010, p. 154, grifo do autor).

Assim, as entrevistas seguiram um roteiro a fim de conhecer as narrativas acerca do programa. Para os orientadores sociais, as perguntas da entrevista foram norteadas pelas seguintes questões centrais: i) o que levou o/a profissional a trabalhar no programa; ii) quais

os conhecimentos do/da profissional a respeito do programa; iii) como ele/ela diz que executa a prática profissional no programa. Para os adolescentes, a investigação circunda as seguintes questões: i) o que levou o jovem a buscar o programa; ii) o que o/a jovem sabe a respeito da estrutura formal do programa; iii) como o/a jovem vê o programa e o que espera do programa; iv) como o programa influencia sua vida (discussão sobre valores); v) como o/a jovem se sente no programa.

No que concerne à observação, para Marconi e Lakatos (2006) é uma técnica metodológica da coleta de dados para conseguir informações utilizando os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se deseja estudar. Assim, a observação ajuda o pesquisador na identificação e obtenção de provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento. A observação é uma forma de contato direto com a realidade dos sujeitos pesquisados e a observação participante implica assim num contato ainda mais próximo e direto com o contexto observado. Nesta pesquisa foi realizada observação participante, já que esta:

> Implica a interação entre investigador e grupos sociais, visando coletar modos de vida sistemáticos, diretamente do contexto ou situação específica do grupo. Para Mann (1970:96), a Observação Participante é uma "tentativa de colocar o observador e o observado do mesmo lado, tornando-se o observador um membro do grupo de modo a vivenciar o que eles vivenciam e trabalhar dentro do sistema de referência deles". (MARCONI E LAKATOS, 2006, p. 277).

Este foi o referencial que orientou as observações nas idas à campo. As observações e as entrevistas não foram a única forma de coleta de dados desta pesquisa. Além delas, a análise documental também acrescentou informações ímpares para o desenlace deste trabalho e contribuiu para as análises aqui apresentadas. As análises documentais se deram a partir da seguinte conceituação:

> Os documentos não são somente uma simples representação dos fatos da realidade. Alguém (ou uma instituição) os produz visando a algum objetivo (prático) e a algum tipo de uso (o que também inclui a definição sobre a quem está destinado o acesso a estes dados). Ao decidir-se pela utilização de documentos em um estudo, deve-se sempre vê-los como meios de comunicação. O pesquisador deverá também perguntar-se acerca de: quem produziu esse documento, com que objetivo e para quem? Quais eram as intenções pessoais ou institucionais com a produção e o provimento desse documento ou dessa espécie de documento? Os documentos não são, portanto, apenas simples dados que se pode usar como recurso para a pesquisa, ao mesmo tempo o pesquisador deve sempre focalizar esses documentos enquanto um tópico de pesquisa: quais são suas características, em que condições específicas foram produzidas, e assim por diante." (FLICK, 2010, p. 232).

Portanto, a análise das publicações que orientam o ProJovem Adolescente é recurso primordial para a análise dos objetivos do programa. A partir da leitura deste material se pôde conhecer quais os objetivos do governo com o programa, a quem o programa é destinado e quais as estratégias propostas para que o governo alcance tais objetivos. A análise documental desta pesquisa não se restringiu à análise dos traçados metodológicos do programa, mas foram analisados também os planejamentos regionais de cada um dos coletivos a pesquisados, as portarias lançadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome referente ao programa e demais documentos passíveis de análise que surgiam no decorrer das observações.

As análises documentais, juntamente com as entrevistas e as observações possibilitaram o acesso a dados importantes para esta pesquisa e as informações obtidas por cada uma das técnicas de coleta de dados foram sendo confrontadas com as demais. A diversidade de fontes proposta pela pesquisa de tipo etnográfico garante um mergulho do pesquisador no seu objeto de estudo. É uma maneira de aproximar-se ainda mais da sua pesquisa, conhecendo e contrapondo os valores e crenças referentes a mesma.

4.4 Procedimentos de Pesquisa

O primeiro passo da pesquisa foi o contato com a Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social que é responsável pela instituição CRAS e pelo programa ProJovem Adolescente no município de Rondonópolis. Explicou-se os passos e objetivos da pesquisa a fim de obter a autorização da Secretária Municipal de Promoção e Assistência Social e da Gestora Municipal da Proteção Social Básica para a realização da mesma. Com estas autorizações em mãos, realizou-se contato com as duas instituições escolhidas para falar sobre a proposta de investigação. Nas duas instituições foi feita reunião com as coordenadoras dos CRAS e com os técnicos responsáveis pelo ProJovem Adolescente para explicar sobre a pesquisa e pedir a autorização da equipe para a realização da mesma. O mesmo procedimento de obtenção de autorização ocorreu com todos os sujeitos entrevistados. Isto posto, deu-se início às observações.

Considerando que as atividades do ProJovem Adolescente acontecem com a carga horária de 12 horas semanais, portanto, três vezes por semana, as observações aconteceram de forma que a rotina do programa pudesse ser acompanhada em pelo menos dois dos três encontros semanais em cada CRAS. Para tanto, a pesquisadora montou um revezamento para intercalar os dias de observação no programa semanalmente, conhecendo assim, todas as atividades propostas para os jovens em cada dia da semana destinado ao programa. Além do

mais, as observações também foram realizadas em outros horários, quando os adolescentes do programa estavam presentes em outras atividades – como no caso das aulas de dança do ventre no CRAS Rio Vermelho e a preparação para a quadrilha no CRAS Ana Carla, que serão mais bem elucidados posteriormente. As observações tiveram início no dia 28 de maio de 2012 e foram até o dia 27 de julho de 2012, com uma carga horária semanal de observação que variava entre aproximadamente 16 e 20 horas nas duas instituições.

Nas idas aos locais da pesquisa era possível perceber que a presença da pesquisadora afetava a rotina do funcionamento do programa. Em algumas ocasiões era solicitado que a mesma respondesse questionamentos e tirasse dúvidas sobre temáticas discutidas. Provavelmente pelo anterior envolvimento profissional da pesquisadora com o programa os orientadores sociais sentiam-se à vontade para solicitar intervenções sempre que pensassem ser necessário. E nenhuma destas solicitações deixou de ser atendida. As observações seguiram um roteiro, mas de maneira aberta às questões inesperadas, que rotineiramente surgem no contato social humano. Segue em anexo neste documento o roteiro utilizado pela pesquisadora para direcionar as observações.

Além das observações, foram realizadas entrevistas com os sujeitos acima apresentados e as análises documentais dos documentos que compõem o programa. As entrevistas aconteceram depois de um tempo que a pesquisadora ia a campo já que, para obter maior riqueza de dados, além de conhecer o contexto dos sujeitos entrevistados foi preciso adquirir a confiança dos mesmos. As análises documentais foram acontecendo no decorrer da execução prática da investigação. Portanto, estes foram os passos da realização da pesquisa e utilização dos recursos de coleta de dados. Com estas informações dá-se início às análises dos dados desta dissertação.

5 AS PUBLICAÇÕES DO PROJOVEM ADOLESCENTE: A VOZ DO ESTADO

O programa socioeducativo ProJovem Adolescente será apresentado neste capítulo como uma estratégia para minimizar os impactos das situações de vulnerabilidades apresentadas no primeiro capítulo desta dissertação. Será problematizada a proposta de intervenção do Programa Socioeducativo ProJovem Adolescente apresentada nas publicações que norteiam o funcionamento do programa em nível nacional. A análise ocorrerá pensando em uma apreciação sócio histórica do tempo e dos objetivos educacionais do programa.

As publicações do ProJovem Adolescente têm o objetivo de orientar os profissionais que atuam diretamente com os jovens com relação ao fundamento, à concepção e aos referenciais e princípios metodológicos estruturantes e norteadores das ações do mesmo enquanto Serviço Socioeducativo. Neste material encontram-se as bases conceituais e sugestões de subsídios teóricos e práticos para a implantação e o desenvolvimento do programa.

O conceito de idade trazido por Caterina Lloret configura-se a partir da ideia de que a idade é, na verdade, um grupo social que determina as ações e o comportamento do sujeito de acordo com seu grupo etário. Ter uma idade é mais do que classificar quanto tempo de vida cada sujeito possui, é ter a obrigação social de comportar-se de acordo com o que é pertinente para tal classificação. Portanto, é possível afirmar, a partir do conceito apresentado pela autora, que a idade é um determinante identitário e que as pessoas, ao longo da vida, transitam por grupos etários. Assim, conheceremos um pouco sobre os sujeitos a quem o programa é destinado pela restrição etária que o compõe.

Para Maria Cristina Gouvêa e Carlos Henrique de Souza Gerken (2010), o conceito de evolução está intimamente atrelado ao desenvolvimento do conhecimento científico e à sua supremacia na história da humanidade. Esta definição de evolução por um olhar de progresso social não é uma grande novidade, a grande inovação que estes autores apresentam com relação a este conceito é apresentar o progresso científico e social vinculado à formação moral da sociedade. Este conceito de evolução como formação da moral será imprescindível para a análise das publicações do ProJovem Adolescente.

A noção de tempo mostrada por Norbert Elias (1998) está relacionada à questão da inexorabilidade do tempo. Elias reflete que o tempo não está nem dentro e nem fora dos sujeitos, na verdade ele é aprendido. O tempo, assim, pode ser definido como um saber construído a partir de saberes já adquiridos. Deste modo não é o tempo que se modifica, é a

humanidade que se transforma. E o controle do tempo é então entendido com um importante mecanismo no processo de civilidade dos frequentadores do ProJovem Adolescente.

5.1 O Programa e as publicações que o orientam

A adolescência têm tido lugar privilegiado nas ações do Estado para o enfrentamento das situações de vulnerabilidades e desigualdades sociais no Brasil. Como já foi visto nas informações do primeiro capítulo desta dissertação, as intenções e motivos desta atenção à adolescência relacionam-se ao momento histórico atual do país, com a adolescência fazendo parte do maior contingente populacional, o que é chamado de bônus demográfico. Além do aproveitamento do bônus demográfico que o país vivencia, o investimento na adolescência em situação de vulnerabilidade social é a confirmação da imagem de que é possível promover o crescimento econômico aliado ao desenvolvimento social.

Assim, em 2005, os programas governamentais voltados à juventude – Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, Saberes da Terra, ProJovem, Consórcio Social da Juventude, Juventude Cidadã e Escola de Fábrica –, foram reformulados e integrados como estratégia de intersetorialidade nas políticas públicas a fim de otimizar ações e potencializar resultados. O resultado desta integração foi a reformulação do Programa Nacional de Inclusão dos Jovens – ProJovem. O programa passa a atender à faixa etária de 15 a 29 anos e subdivide-se em quatro modalidades que são: ProJovem Adolescente – serviço socioeducativo; ProJovem Urbano (direcionado a jovens entre 18 e 29 anos. A Secretaria Geral da Presidência da República é a responsável pela execução e gestão deste programa); ProJovem Trabalhador (direcionado a jovens entre 18 e 29 anos. O Ministério do Trabalho e Emprego é o responsável pela execução e gestão deste programa.); e ProJovem do Campo – saberes da terra (direcionado a jovens entre 18 e 29 anos. O Ministério da Educação é o responsável pela execução e gestão deste programa). A lógica do programa é que os jovens tenham assegurado atendimento integral desde os 15 aos 29 anos, tendo a possibilidade de participar das diversas modalidades do ProJovem. Embora tenha sido idealizado em 2005, o novo ProJovem foi lançado em setembro de 2007 pelo então Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, e posteriormente regulamentado pela Lei n.º 11.629, de 10 de junho de 2008. (BRASIL, [19--?]).

Esta dissertação refere-se a uma pesquisa com umas das modalidades do programa, o ProJovem Adolescente. Este programa é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, e voltado para jovens com idade entre 15 e 17 anos.

Preferencialmente, os frequentadores do programa devem ser jovens de família beneficiárias do Programa Bolsa Família[18] e jovens vinculados ou egressos de programas e serviços de proteção social especial, como o Programa de Combate à Violência e à Exploração Sexual e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, ou, ainda, jovens submetidos a medidas de proteção ou socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente. (Brasil, [19--?]).

Como se pode observar através das informações referentes ao Programa Bolsa Família no site do MDS, o Programa Bolsa Família enfoca três eixos principais de ações de impacto social que são a promoção do alívio imediato da pobreza através da transferência de renda; o reforço do acesso aos direitos sociais básicos nas áreas da educação, saúde e assistência social através das condicionalidades; e o desenvolvimento das famílias, de modo que elas superem sua situação de vulnerabilidade através de ações e programas complementares. O ProJovem Adolescente é um destes programas complementares. O jovem que completa a idade de 16 anos, e cuja família é beneficiária do Programa Bolsa Família, deixa de ser contemplado pela transferência de renda. No entanto, se este jovem participar do ProJovem Adolescente ele terá acesso através do Programa Bolsa Família à transferência de renda denominada Benefício Variável Jovem – BVJ.

O ProJovem Adolescente configura-se, então, como um serviço socioeducativo de convívio e de assistência social, que integra as ações de proteção social básica do SUAS[19] - Sistema Único de Assistência Social, voltado exclusivamente para a faixa etária de 15 a 17 anos. Visa complementar a proteção social básica da família, criando mecanismos para garantir a convivência familiar e comunitária, bem como condições para a inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema educacional. É uma modalidade do Programa Nacional de Inclusão de Jovens.

O ProJovem Adolescente articula em suas publicações três eixos estruturantes, que são: convivência em sociedade; participação cidadã e mundo do trabalho. A definição dos eixos estruturantes está disponível nas páginas iniciais dos materiais. Podem-se observar as

---

[18] O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País. Fonte: http://www.mds.gov.br/bolsafamilia

[19] O Sistema único da Assistência Social – SUAS materializa o conteúdo da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS prevê que a assistência social é direito do cidadão e dever do estado, que tem obrigação de garantir o atendimento às necessidades básicas da população através do conjunto e iniciativas públicas e da sociedade, cobrando as exigências para a realização dos objetivos e resultados esperados que devem consagrar direitos de cidadania e inclusão social. Desta forma, o SUAS define e organiza os elementos imprescindíveis à execução da política de assistência social, possibilitando a normatização dos padrões nos serviços, qualidade no atendimento, indicadores de avaliação e resultado, nomenclatura dos serviços e da rede socioassistencial. (BRASIL, 2005).

seguintes definições na introdução do caderno do Orientador Social – Ciclo I: Percurso Socioeducativo I:

> **A Convivência Social** – valorização da pluralidade e da singularidade da condição juvenil, das formas particulares de socialidade e sociabilidade dos jovens e da criação de vínculos e interação com os seus pares, a família, a escola, o mundo do trabalho e a comunidade; **A Participação Cidadã** – sensibilização para os desafios da realidade socioeconômica, cultural, ambiental e política de seu meio social; reconhecimento de direitos; estímulo às práticas associativas e a todas as formas de expressão, aos posicionamentos e visões de mundo no espaço público; **O Mundo do Trabalho** – introdução aos conhecimentos, técnicas e práticas sobre o mundo do trabalho; desenvolvimento de habilidades gerais e capacidades transversais; orientação para a escolha profissional consciente e com visão crítica; inclusão digital e nas tecnologias de comunicação, associando o trabalho à realização pessoal e à transformação da realidade." (BRASIL, [19--?], p. 16, grifo do autor).

Também são articulados seis temas transversais relacionados à juventude: direitos humanos e socioassistenciais; trabalho; cultura; meio ambiente; saúde, esporte e lazer. Os jovens são organizados em grupos de 25 integrantes, denominados de coletivos, sob a responsabilidade de um orientador social. O serviço deve estar referenciado ao CRAS[20] uma vez que:

> O Serviço Socioeducativo do Projovem Adolescente integra-se a outras estratégias de ação voltadas para as famílias, tais como o Programa Bolsa Família – PBF e o Programa de Atenção Integral à Família – PAIF, implementados no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, e aos programas e serviços de proteção social especial executados pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, voltados aos jovens, às famílias e à comunidade. Essa integração se dá de forma complementar e não substitutiva, de modo a proporcionar alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social decorrente das condições de pobreza e de desigualdades sociais, as quais afligem milhares de famílias nas diversas regiões do Brasil. (BRASIL, [19--?], p. 7).

A elaboração do material se deu por uma equipe multidisciplinar e Inter setorial coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, conforme se pode ler na introdução dos três exemplares do Caderno do Orientador Social.

> É importante ressaltar que todos os conteúdos apresentados nas publicações do Projovem Adolescente foram construídos em parceria com os Ministérios da Cultura, do Esporte, da Saúde, do Meio Ambiente, do Trabalho e Emprego, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e da Secretaria Nacional de Juventude, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Mais do que um esforço disciplinar e temático, o grande desafio desta equipe interministerial,

[20] O Centro de Referência da Assistência Social pode ser definido como uma unidade pública estatal descentralizada da política da assistência social, localizado em áreas de vulnerabilidade social e de base territorial. Nele, executam-se serviços de proteção social básica, além de coordenar a organização da rede de serviços socioassistenciais locais da política de assistência social. O objetivo destas medidas é prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidade e risco social no território de abrangência.

> juntamente com a equipe de consultores constituída pelo MDS para a elaboração deste material – e que se expressa no texto de cada um dos volumes – foi o esforço de explorar as inter-relações entre os diversos temas, num enfoque intencionalmente interdisciplinar. Além disso, o trabalho articulado teve sempre o intuito da integração das políticas públicas conduzidas por estes Ministérios e Secretarias, na perspectiva de contribuir ao desenvolvimento integral e pleno dos jovens do nosso país. (BRASIL, [19--?], p.11).

No que concerne aos objetivos dos investimentos no programa, o então Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias de Souza, faz a seguinte pontuação na apresentação do Caderno do Orientador Social – Ciclo I: Percurso Socioeducativo I (que é comum aos três cadernos do orientador social):

> Mais do que superar a fome e a miséria – estabelecendo um patamar mínimo obrigatório de dignidade humana – é necessário garantir a todos as oportunidades para desenvolverem plenamente suas potencialidades e capacidades e, assim, viverem de forma digna e autônoma. Esse é o propósito que une as pessoas de bem, comprometidas com a justiça social, que tratam as políticas sociais de forma republicana e suprapartidária, como uma responsabilidade do poder público com a melhoria da qualidade de vida de nossos cidadãos, principalmente daqueles historicamente alijados do processo de desenvolvimento do País. O investimento que estamos fazendo hoje em nossa juventude seguramente trará frutos não apenas para seus beneficiários diretos, mas para toda a nação brasileira. (BRASIL, [19--?], p. 3-4).

A partir da leitura destas informações, pode-se relacionar o referencial teórico apresentado na introdução deste texto com às proposições do programa socioeducativo ProJovem Adolescente. Nesta breve apresentação das publicações do programa, foi possível ver uma concepção de sujeito, de tempo, de evolução/desenvolvimento e de idade, o que permite entrelaçar o referencial teórico apresentado da introdução do capítulo com o material proposto pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome para orientar o trabalho com os adolescentes que frequentam o programa.

5.2 O caráter evolutivo do ProJovem

O primeiro fato interessante a ser ressaltado é que o programa é destinado a adolescentes de uma determinada faixa-etária que se encontrem em situação de vulnerabilidade social e tem todos seus moldes pensados para o enfrentamento desta realidade social; entretanto, não se questiona em momento algum o porquê da sociedade vulnerabilizar parte dos jovens. Ao não questionar a sociedade, o programa adota uma ideia implícita de que não são os modelos e as cobranças sociais que vulnerabilizam e que, ao invés disso, os sujeitos em situação de vulnerabilidade são os responsáveis pela situação em que se encontram, e que, com a instrução correta, poderão deixar esta situação. Nota-se, assim, um

modelo de evolução social onde o ápice é a não vulnerabilidade. Gouvêa e Gerken (2010) apontam para a construção de um modelo linear de evolução nas sociedades humanas onde o homem é compreendido como parte de uma totalidade regida pela lei geral do progresso.

Deste modo, a vulnerabilidade social é apresentada como uma exceção que deverá alcançar ainda a seu lugar na ascensão social. A este respeito Benjamin (1995, p. 226) faz uma crítica pertinente ao afirmar que "a tradição dos oprimidos nos ensina que o "estado de exceção" em que vivemos é na verdade a regra geral". As pessoas em situação de vulnerabilidade, apesar de serem entendidas como exceções, não são a minoria no contexto social atual.

Característica importante implícita nas publicações do ProJovem Adolescente é o desenvolvimento moral como estratégia de processo civilizador e recurso para o enfrentamento às situações de risco social. De modo que durante a leitura dos eixos nota-se a expectativa de como dever ser a conduta e o caráter dos jovens depois de concluírem seu tempo no programa. Os eixos são: convivência em sociedade, participação cidadã e mundo do trabalho.

A *convivência em sociedade* é definida, entre outros, pela criação de vínculos e articulação nos diversos grupos sociais que o jovem percorre. Este eixo traz a ideia de que os adolescentes do programa devem ser educados para o bom convívio, polido e agradável, com quem convivem, e isso inclui familiares, professores, patrões, entre outros.

O eixo *participação cidadã* faz menção à sensibilização para os desafios socioeconômicos e o reconhecimento dos direitos, trazendo a ideia de que todos os homens são iguais e podem conseguir a ascensão social a partir do esforço próprio, além da imagem de que, para chegar a este ponto, ele precisará executar boas ações para com a sociedade.

O eixo *mundo do trabalho* traz a proposta explicita de que o trabalho é o edificador do homem, portanto, o recurso indispensável para o processo civilizador. Salienta-se que o trabalho é tratado pelo programa com extrema importância, o que é notado não apenas por configurar-se um eixo exclusivo, mas pelo fato de estar presente em todos os outros eixos estruturantes.

Outra questão a qual é dada atenção especial no ProJovem Adolescente, embora não represente um eixo estruturante propriamente dito, mas permeia os três eixos mencionados, é a educação escolar. A educação é tratada com tamanha importância que um dos objetivos do programa é a inserção, reinserção e permanência dos jovens no sistema escolar. A escola é vista então como recurso primordial para a emancipação destes jovens.

Ao analisar as concepções norteadoras do programa ProJovem Adolescente, é possível perceber que a disciplina é o recurso metodológico e teórico presente a todo o tempo nos cadernos que orientam o trabalho com os jovens. Tem-se a impressão de que ao disciplinar os jovens, o programa o habilita para uma vida social bem sucedida, como se esta fosse uma receita para a civilidade. Pensando a disciplinarização, Foucault[21] afirma que:

> O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe. Uma "anatomia política", que é também igualmente uma "mecânica do poder", está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos "dóceis". A disciplina aumenta o poder do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). (FOUCAULT, p. 118, 2004).

A disciplina, como recurso para ascensão social, tende a homogeneizar os sujeitos e levá-los a um comportamento comum que pode ser previsto e controlado. O controle é uma estratégia atrelada aos objetivos do programa. A sociedade que se pretende construir a partir da intervenção na juventude apresenta não apenas traços que revelam preocupação com o desenvolvimento socioeconômico destes sujeitos que frequentam o programa, mas também se atenta para a formação moral dos mesmos. Para respaldar tal observação pode-se recorrer à Gouvêa e Gerken (2010) que definem o conceito de civilização a partir de dimensões culturais, econômicas, cognitivas e psicológicas ou morais. A ação de civilizar é apresentada como a correção dos próprios costumes. Podemos dizer que para o ProJovem Adolescente a sociedade civil é espaço da moral, da disciplina, do poder econômico e do conhecimento científico

5.3 Temporalidades no ProJovem Adolescente: a ocupação como eixo fundante

Neste tópico será problematizada a questão específica da delimitação da idade do programa. Como já foi dito, o programa socioeducativo ProJovem Adolescente é destinado *exclusivamente* a adolescentes com idade entre 15 e 17 anos. Importante observação é que os jovens cadastrados no programa precisam ter sua frequência mensal lançada em um sistema de acesso nacional, como maneira de prestar contas ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Este programa rejeita cadastros de jovens que não estejam exatamente na

[21] Embora Foucault não dialogue com Bakhtin e Bruner com relação às raízes de suas teorias, ele está sendo utilizado nesta dissertação para finalidade diferenciada. Enquanto Bakhtin e Bruner são utilizados para a análise das narrativas, Foucault neste trabalho representa suporte de discussão dos relações de poder das instituições.

idade estipulada pelo sistema. O que mostra que, para o programa, a idade é o critério mais importante a ser considerado, já que não tê-la representa a ausência até mesmo do registro no programa. Esta inflexibilidade comprova que a idade para o programa é mais do que um registro do tempo vivido, mais do que um registro civil, é um identitário social.

A expectativa com relação à idade cristaliza o desenvolvimento psicossocial dos indivíduos, já que não o permite escolher viver como deve. Antes mesmo que possa perceber, as pessoas envolvem-se em uma complexa relação que os levam a comportarem-se como se aquilo que viveram até aquele momento já não tivesse valor algum. (LLORET, 1998).

Dos jovens com idade entre 15 e 17 anos espera-se que tenha o comportamento previsto para que as metodologias do programa sejam adequadamente aplicadas. O tempo não é individual, e sim, normatizado por um padrão social que delimitou os comportamentos e a maturação pertinentes a esta faixa etária. Desta maneira, fica caracterizado que não há espaço ou tempo para as diferenças cronológicas no desenvolvimento.

Além do mais, tal posicionamento ostenta a imagem de que os anos vividos anteriormente devem ser desconsiderados, como se cada fase da vida substituísse a outra. Como se a vida humana acontecesse em progressão e cada idade representasse a superação da idade anterior. Como se tudo aquilo que se viveu anteriormente devesse ser descartado em nome do presente e do devir. Pensar de outra maneira seria certificar que as idades não substituem umas às outras, mas acoplam-se. (LLORET, 1998).

A delimitação inflexível da idade pelo programa, então, está além de um critério de seleção dos sujeitos a quem o mesmo destina-se. Refere-se na verdade a uma expectativa com relação a esta faixa etária de que é esta a idade que necessitará dos seus objetivos. A idade assim adquire forma para além da atribuição cronológica. E olhando além da questão etária do programa, é preciso refletir quem são as pessoas a quem o ProJovem Adolescente almeja atender.

Ao delimitar o ProJovem para jovens com as idades de 15 a 17 anos, além de restringir uma idade, além de caracterizar uma etapa da vida, delimita-se um tempo para o programa. Sua duração será de três anos. A proposta do programa é de tentar fazer parte de um determinado tempo da vida de outros seres-humanos.

Pensar sobre o tempo é também uma maneira de pensar um controle. Todo programa socioeducativo é marcado por uma característica em comum: acontecem a partir da ocupação do tempo. No caso do ProJovem Adolescente, o jovem estará no CRAS durante três dias da semana no período contrário ao que estudam. A duração de cada um destes encontros é de

quatro horas. O programa pressupõe desta maneira uma ocupação do tempo dos jovens que ali estiverem. E qual a finalidade desta ocupação?

> Ao crescer, com efeito, toda criança vai-se familiarizando com o "tempo" como símbolo de uma instituição social cujo caráter coercitivo ela experimenta desde cedo. Se, no decorrer de seus primeiros dez anos de vida, ela não aprender a desenvolver um sistema de autodisciplina conforme a essa instituição, se não aprender a se portar e a modelar sua sensibilidade em função do tempo, ser-lhe-á muito difícil, se não impossível, desempenhar o papel de um adulto no seio dessa sociedade. A transformação da coerção exercida de fora para dentro pela instituição social do tempo num sistema de autodisciplina que abarque toda a existência do indivíduo ilustra, explicitamente, a maneira como o processo civilizador contribui para formar os hábitos sociais que são parte integrante de qualquer estrutura de personalidade. (ELIAS, 1998, p. 14).

A ocupação de tempo dos adolescentes é, portanto, uma estratégia para a coerção social. Além de estarem em um ambiente onde estarão sob o olhar de adultos (que nos remete à noção de adolescente com a qual o programa trabalha), estes sujeitos aprenderão uma importante regra social: o tempo deve ser ocupado com atividades produtivas. O programa configura-se como uma atividade produtiva, uma vez que existe com a finalidade de viabilizar o progresso de toda a nação.

O controle do tempo cronológico carrega consigo a ideia do tempo produtivo. Agamben (2005, p. 122) afirma ainda que "quer seja pensado como círculo, quer seja pensado como linha, o caráter que domina toda a concepção ocidental do tempo é a pontualidade." Assim, para serem 'formadas' pessoas autônomas e cidadãos socialmente produtivos, os participantes do ProJovem Adolescente precisam ser inseridos nesta cultura de apropriação do tempo e de produtividade no tempo, eles devem saber sobre a importância da ocupação do controle do tempo e tornar este controle natural em sua existência.

Outra questão que merece atenção é que o programa tem um caderno com orientações de como o serviço deve acontecer e esta é, sem dúvida, uma tentativa de equiparar as características do programa em todos os espaços, mas também é uma maneira de tentar igualar as práticas em todos os tempos.

Para o programa, não é suficiente ocupar o tempo dos adolescentes, é preciso também controlá-lo. Elias (1998, p.15) relata que "o tempo não se reduz e uma 'ideia' que surja do nada, por assim dizer, na cabeça dos indivíduos. Ele é também uma instituição cujo caráter varia conforme o estágio de desenvolvimento atingido pelas sociedades". A ideia de ocupar e controlar o tempo com uma finalidade específica de progresso, desta forma, é mais do que uma exclusividade do programa, é uma característica social. O ProJovem Adolescente apenas

responde a uma inserção cultural. Desta forma, é possível pensar que o conceito de tempo também se transforma de acordo com as transformações sociais.

As restrições do tempo, para o ProJovem Adolescente, configuram-se como uma estratégia para levar os indivíduos a autodisciplinarem-se. A autodisciplina é parte singular do processo civilizador e tais características ressaltam-se na configuração do programa socioeducativo aqui analisado.

O controle sobre o tempo é justificado a partir da demanda social que caracteriza a cultura do programa. A sociedade em que o programa está inserido configura-se como uma sociedade do controle para a civilidade e a disciplina e o tempo é entendido pela sociedade e pelo ProJovem Adolescente como um mecanismo de coerção social, já que o controle sobre a sociedade é mais relevante que o controle sobre o indivíduo.

5.4 Valores do/no ProJovem Adolescente

Diante das discussões apresentadas até o momento notamos algumas análises passíveis de serem interpretadas a partir da leitura do material que orienta a prática no ProJovem Adolescente. Estas discussões representam grande importância para responder a proposta no início deste capítulo: O ProJovem Adolescente propõe-se a educar em valores? Pelas análises apresentadas até o momento a conclusão é que a resposta a esta questão é positiva. Se o programa apresenta uma proposta de educação em valores, outras questões carecem de investigações. É preciso, antes de outros questionamentos, pensar quais os valores que o programa apresenta em suas orientações.

A cidadania é indiscutivelmente o principal valor do programa socioeducativo ProJovem Adolescente. Ela aparece já no enunciado dos eixos estruturantes e se caracteriza também nos objetivos do programa. A educação em valores aparece como tentativa de responder aos problemas sociais comumente enfrentados pelos jovens. Os temas transversais já mencionados – direitos humanos e socioassistenciais, cultura, esporte e lazer, meio ambiente, saúde e trabalho, são apresentados no caderno metodológico como a linha de trabalho do programa. Todos os temas transversais apresentados foram cuidadosamente escolhidos pelos idealizadores do programa por sua relevância no processo de formação do jovem. E todos estes temas transversais ligam-se diretamente à cidadania.

O material que orienta o ProJovem Adolescente prevê as ações socioeducativas em um patamar diferenciado, já que as direções para o trabalho com os adolescentes remetem a um viés prático das ações socioeducativas, uma vez que é previsto que os jovens executem ações

sociais nos territórios que protagonizam e projetos coletivos de interesse social. Ao mesmo tempo este jovem participante do programa deve receber formação técnica visando sua futura inserção no mercado de trabalho. (BRASIL, s/d).

Assim, através desta ênfase no reconhecimento das limitações territoriais e ações práticas para o enfrentamento das vulnerabilidades da comunidade em que vivem, nota-se que as publicações orientam para uma formação ética da cidadania como prioridade do programa. O programa deveria ser o espaço de articulação livre entre o conhecimento popular trazido pelos adolescentes que o frequentam e o conhecimento científico apresentado pelo orientador social e pelo profissional de nível superior responsável pelo ProJovem Adolescente no CRAS. Mais do que isso, os temas cotidianos e os saberes populares são apresentados como recurso metodológico para o trabalho dos temas transversais com os adolescentes. O que concebe significado diferente aos temas trabalhados no programa.

Interessante observar que, no programa, os valores morais são trabalhados pelos temas transversais. Este trabalho acontece com a pressuposição de algumas escalas desenvolvimentistas, de modo que, em cada ciclo, as atividades propostas giram em torno de temas integradores. Estes temas integradores são o direcionamento das atividades propostas para cada ciclo. Os demais temas transversais já mencionados são trabalhados em todos os ciclos, mas aqueles que são privilegiados como temas integradores recebem maior atenção durante o decorrer do desenvolvimento do programa socioeducativo.

Notamos no “Caderno do Orientador Social Ciclo I – Percurso socioeducativo I”, que é denominado “criação de coletivo”, os temas integradores: juventude e cultura, juventude e esporte e lazer. Estes são os temas privilegiados a partir das ações de cada um dos temas transversais, e são apresentados no material como estratégias para atrair, envolver e comprometer os adolescentes com a participação no ProJovem Adolescente. Os objetivos deste momento inicial do ciclo são: recepção e acolhimento dos jovens, agrupando-os e promovendo seu autoconhecimento, o conhecimento mútuo e o estabelecimento de vínculos entre todos os participantes do serviço (BRASIL,2009a).

No material que orienta o segundo momento do ciclo, denominado “Caderno do Orientador Social Ciclo I – Percurso socioeducativo II – Consolidação do Coletivo” os temas integradores são: juventude e meio ambiente e juventude e saúde. Nesta fase o objetivo do trabalho com os adolescentes é a consolidação dos diferentes agrupamentos de jovens em Coletivos que planejam, decidem e vivenciam a experiência autogestionária de organização e divisão de tarefas e participação coletiva nas ações socioeducativas (BRASIL, 2009b).

Já no material que orienta o terceiro momento do primeiro ciclo, denominado "Caderno do Orientador Social Ciclo I – Percurso socioeducativo III – Coletivo Pesquisador" os temas integradores são: juventude e direitos humanos e socioassistenciais, juventude e meio ambiente, juventude e trabalho. Os objetivos desta etapa são de ampliação do conhecimento dos jovens sobre o território em que vivem e convivem, por meio de levantamentos, pesquisas, expedições e visitações, objetivando sua participação, atitude crítica e proativa nesses espaços, bem como o usufruto dos serviços e equipamentos públicos neles ofertados. (BRASIL, 2009c).

No material denominado "Caderno do Orientador Social Ciclo I – Percurso socioeducativo IV – Coletivo questionador", por seu turno, todos os temas transversais - Juventude e Direitos Humanos e Socioassistenciais, Juventude e Cultura, Juventude e Esporte e Lazer, Juventude e Meio Ambiente, Juventude e Saúde, Juventude e Trabalho recebem a mesma atenção através de propostas de atividades parecidas ou quase complementares. A esta altura, o objetivo para o coletivo é a proposição de vivências concretas em práticas de produção diversas, envolvendo os conteúdos e os valores que mediaram as ações socioeducativas ao longo do Ciclo I, com vistas ao aprofundamento da formação técnica geral para o mundo do trabalho e de realização de ações comunitárias durante o Ciclo II do ProJovem Adolescente (BRASIL, 2009 d).

Estas quatro etapas do primeiro ciclo, denominadas percursos socioeducativos, apresentam uma ordenação progressiva no ensino dos valores. Em cada publicação referente às quatro etapas há, em virtude de seus objetivos específicos, uma ordenação temática que tem como fio condutor a ênfase de temas integradores que articulam interdisciplinarmente os conteúdos e as ações socioeducativas desenvolvidas pelos temas transversais.

Assim, é como se o Estado estivesse dizendo que, a principio, os jovens precisam adquirir conhecimentos relativos à cultura, esporte e lazer, depois, o jovem precisará ser preparado com os ensinamentos acerca de meio ambiente e saúde, depois o adolescente precisa ser educado com relação aos direitos humanos e socioassistenciais e trabalho para, só então, ter todos estes temas trabalhados simultaneamente. A estrutura do material que orienta o trabalho com o primeiro ciclo do ProJovem Adolescente deixa clara a ideia de uma moralidade progressivamente construída, onde o apreço pela sociedade é trabalhado simultaneamente aos cuidados individuais. A concepção de personalidade moral é apresentada a partir de uma linha desenvolvimentista de modo que, os últimos valores a serem trabalhados - no caso os direitos humanos e socioassistenciais e o mundo do trabalho, apresentam maior elaboração e, portanto, importância para o programa, já que, para chegar às discussões

relativas a estes valores é preciso ter uma bagagem de discussões sobre outros temas transversais.

Enquanto o primeiro ciclo é voltado para o eixo da Convivência Social, o segundo ciclo, por sua vez, tem outro caráter nas suas atividades, o que comprova a afirmação acima sobre a tendência desenvolvimentista da construção da personalidade moral dos adolescentes. No segundo ciclo, os eixos Participação Cidadã e Mundo do Trabalho são enfatizados.

O primeiro material que orienta o trabalho com o segundo ciclo do ProJovem Adolescente é chamado de "Percurso Socioeducativo V – Participação cidadã" e como o próprio nome sugere, tem o objetivo de formar os adolescentes para a cidadania. Através da leitura desta publicação, pode-se compreender que, para o ProJovem Adolescente, o conceito de cidadania é compreendido como um processo permanente de abertura de novos espaços de participação na vida social e política e de conquista de novos direitos que se realiza pela capacidade de organização, mobilização, intervenção na dinâmica social e pela presença proativa no espaço público. Nesse sentido, a cidadania é resultante de novas formas de sociabilidade e da conquista de novos pactos entre cidadãos, instituições e governos em torno do que é de interesse coletivo, do bem comum, em busca de maior equidade, igualdade e justiça social. Nessa perspectiva, para o programa, a formação para a cidadania pressupõe o desenvolvimento de valores éticos, a informação sobre direitos, a aprendizagem de práticas democráticas, o estímulo à expressão e manifestação de interesses comuns, à capacidade de formular proposições, reivindicações, visões de mundo e o incentivo às diferentes formas de organização e associativismo para defesa de interesses coletivos (BRASIL, 2009e).

A segunda publicação referente ao segundo ciclo – e também a última com sugestões metodológicas para o programa, é intitulada "Percurso Sócioeducativo V – Formação Geral Técnica" e apresenta caráter de formação para o mercado de trabalho. Esta formação é fundamentada, de acordo com a publicação, em princípios e valores para o pleno exercício da cidadania e dos direitos humanos, com vistas ao desenvolvimento da autoestima, ao estímulo da convivência e ao fortalecimento do protagonismo e da responsabilidade, a partir dos valores de autonomia e solidariedade. Conhecimentos sobre técnica, tecnologia e organização do trabalho e da produção, são apresentados na publicação com a finalidade de permitirem aos jovens situarem-se no abrangente mundo do trabalho, sendo imprescindíveis para que eles entendam quem são, identifiquem o que querem ser e projetem seu futuro, vivenciando situações coletivas de trabalho de interesse social, que ensejem sua participação em sociedade e realização pessoal. Deste modo, este material propõe uma Formação Técnica Geral que amplie as perspectivas e a mobilidade dos jovens em situação de vulnerabilidade atendida

pelo programa, no mundo do trabalho. A mobilidade é apresentada como um valor caro ao ser humano. Para o jovem que busca novas experiências, entre elas as vinculadas ao trabalho, o conceito torna-se ainda mais importante. A formação proposta nesta publicação, então, aposta no desenvolvimento das potencialidades dos jovens adolescentes e na preparação para estarem mais conscientes e em melhores condições para suas escolhas profissionais e para o enfrentamento dos desafios atuais e futuros no mundo produtivo. (BRASIL, 2009f).

Os recursos metodológicos para o trabalho com valores do programa são as ações socioeducativas. Estas, de acordo com a sua natureza e tipo de organização, apresentam-se em três modalidades distintas: encontros; oficinas de convívio e oficinas de formação técnica. Estas modalidades de ações deverão ser pensadas e adaptadas de acordo com a criatividade do orientador social e tais metodologias foram elaboradas para envolver os adolescentes na proposta de trabalho do programa.

No material intitulado "Traçado Metodológico" os *encontros* são definidos como espaços de responsabilidade do orientador social, nos quais se desenvolve com os jovens um itinerário formativo, orientado pelos percursos socioeducativos e por seus objetivos. Nessas ocasiões se desenvolvem ações de pesquisa, estudos, reflexão, debates, experimentações, visitas a equipamentos institucionais, públicos ou privados do território e ações na comunidade. Os encontros são semanais e organizam-se em torno dos temas transversais e do planejamento, avaliação e sistematização da participação dos jovens no Projovem Adolescente (BRASIL, 2009g).

Já as *oficinas de convívio* acontecem por meio do esporte, lazer, arte e cultura e define-me como espaços de práticas e vivências culturais, lúdicas, esportivas e de lazer, desenvolvidas pelos respectivos facilitadores, e também pelo orientador social. Buscam estimular a criatividade, propiciar o acesso dos jovens a serviços públicos e sua participação em eventos e manifestações artísticas, culturais e de esporte e lazer. As oficinas são estratégias pedagógicas para a integração dos temas transversais e contribuem para reforçar a adesão e o compromisso dos jovens com o serviço. Por meio do acesso dos jovens à arte, à cultura e ao esporte, busca-se ampliar as oportunidades de inclusão social (BRASIL, 2009g).

As *oficinas de formação técnica geral*, por sua vez, são espaços/tempos de trabalho socioeducativo de responsabilidade do facilitador de formação técnica geral, com o objetivo geral de desenvolver atividades teóricas e práticas sobre os conhecimentos do mundo do trabalho, integradamente ao desenvolvimento da comunicação em diferentes linguagens, com a utilização dos recursos técnicos os mais variados, incluídos os digitais, e ao desenvolvimento de capacidades e habilidades transversais, que estão presentes no mundo

escolar e no mundo do trabalho. Através da indissociabilidade da relação teoria e prática busca-se, nessas oficinas, contextualizar a construção do saber de cada um e do saber coletivo (BRASIL, 2009g).

Estes três recursos metodológicos apresentados nas publicações indicam como o programa deve funcionar e ao mesmo tempo representam um recurso metodológico para a transmissão dos valores morais. O programa, além de apresentar os valores que pretende transmitir aos sujeitos que o frequentam ainda indicam como deve acontecer esta transmissão de valores.

Conhecendo um pouco do viés de trabalho de cada um dos cadernos metodológicos do ProJovem Adolescente, atinamos para o fato de que a proposta socioeducativa do programa é voltada para uma educação em valores no sentindo de complementar a educação curricular. O objetivo do programa é formar jovens que sejam úteis para a sociedade, que se preocupem com as questões sociais e intervenham nestas questões, ao invés de cobrar do governo uma postura com relação a superação das vulnerabilidades, e que este jovens sejam também úteis e produtivos ao mercado de trabalho, atendendo, assim, às expectativas do desenvolvimento econômico do país.

5.5 O Resultado do Programa: que tipo de jovem o programa pretende formar

Ainda na análise do material do Programa, é possível perceber que na publicação cujo nome é “Traçado Metodológico” são dadas as coordenadas e apresentadas todas as exigências para a implantação do programa nos municípios. Nesta publicação, pode-se perceber a expectativa do impacto do programa sobre cada município que agregue o ProJovem Adolescente em suas políticas públicas de atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade. Espera-se a diminuição das consequências sociais da vulnerabilidade social juvenil, como a violência, os roubos e furtos, o uso e abusos de drogas entre outras.

Para tanto, anseia-se que os jovens que frequentarem o ProJovem Adolescente, ao final de sua trajetória de participação no serviço socioeducativo, adquiram as seguintes capacidades com relação à sua formação cidadã: o conhecimento seus direitos civis, políticos, socioassistenciais e direitos da coletividade, bem como saber acessar os meios necessários para exercerem e defenderem esses direitos; o aprofundamento do conhecimento acerca da realidade social, cultural, ambiental, política e do trabalho no bairro, no território e na cidade onde moram; a ampliação da circulação, acesso e usufruto a serviços e a equipamentos

públicos existentes na cidade; o conhecimento dos serviços, programas e equipamentos públicos das áreas sociais no território em que vive (BRASIL, 2009g).

Com relação ao desenvolvimento individual dos jovens o programa afirma poder auxiliar nas seguintes questões: no uso melhor de seu tempo livre, desenvolvendo práticas qualificadas no esporte, no lazer e na cultura; na identificação de problemas e necessidades de suas comunidades e participação de iniciativas voltadas à sua superação; no exercício da leitura, da escrita e das diversas linguagens para produção de conhecimentos, se informarem, aprender, se expressar, estudar e trabalhar; na realização da crítica na recepção de informações, contextualizando-as em seus diferentes processos de produção de sentido; na demonstração da capacidade argumentativa para a expressão e defesa de seus pontos de vista (BRASIL, 2009g).

Tais ações nos níveis individual e social preveem impacto na sociedade através de consequências como: o combate pelos jovens a qualquer forma de racismo e discriminação; o reconhecimento dos diversos fatores que incidem na melhoria da qualidade de vida, na preservação de um meio-ambiente saudável e no uso sustentável dos recursos naturais; o cuidado com sua saúde de forma mais qualificada, valorizando a importância das informações em saúde e da boa saúde para suas tarefas da vida cotidiana e de suas redes sociais; o comprometimento com o autocuidado e a manutenção das informações sobre direitos e responsabilidades sexuais e reprodutivos; a ampliação de seus conhecimentos sobre o mundo do trabalho e sobre condições e alternativas de formação e de aprendizagem profissional (BRASIL, 2009g).

Para o desenvolvimento econômico da nação o programa afirma poder causar os seguintes resultados na juventude em situação de vulnerabilidade: reconhecer sonhos para o mundo do trabalho e suas necessidades de aprendizagem e de formação em áreas profissionais de seu interesse; apropriar-se dos recursos de inclusão digital necessários ao desenvolvimento pessoal, à vida profissional, social e cultural; conviver e trabalhar em grupo, valorizando a diversidade de opiniões e a resolução negociada de conflitos; assumir responsabilidades em relação ao seu grupo familiar, à sua comunidade, bem como aos problemas que afetam a sociedade, o país e o planeta; investir no seu processo de aprendizagem, tanto pela permanência no sistema de ensino, como aproveitando as diversas oportunidades educativas; e, finalmente, ampliar seus exercícios de participação social e política, a partir de sua inserção em grupos, movimentos e instâncias de organização e ação social, de cidadania, de defesa de direitos, controle de orçamentos e políticas públicas e de participação política (BRASIL, 2009g).

Sintetizando os objetivos apresentados para o jovem que conclua os dois ciclos do programa socioeducativo ProJovem Adolescente, salienta-se que todos os indícios apontam para um ideal de cidadão trabalhador cuja personalidade é moralmente formada para a cooperação e para o desenvolvimento econômico do país. Pode-se afirmar que o programa tem caráter de incentivar o amor à pátria e a colaboração para o desenvolvimento social. Além do mais, o programa ainda compreende a expectativa de resultados ao nível pessoal dos sujeitos, considerando uma boa relação familiar e social nos meios em que transitam os adolescentes do programa. Desta forma, o programa compreende-se como uma promessa, aos municípios que o implantarem, de ser um investimento em médio prazo para diminuir os posteriores gastos com muitas das questões que são de responsabilidade do Estado.

O programa apresenta-se, assim, como uma ferramenta, aparentemente muito eficiente, de enfrentamento à complexidade da pobreza e da desigualdade social que caracterizam de forma marcante a economia do Brasil. O investimento na adolescência aparece aqui como um investimento na evolução da espécie. Foi com semelhante discurso que a medicina higienista do século XVIII chamou a atenção para a ênfase a esta fase da vida – como apresentado no capítulo I. É importante assegurar que o mesmo discurso que chamou a atenção para as peculiaridades e necessidades específicas da adolescência é utilizado pelo programa para esquadrinhar um modelo de sujeito social ideal.

Outra semelhança com o período histórico do reconhecimento da adolescência como fase da vida destacado no programa é a questão da transferência de renda. Embora os adolescentes tenham garantido o recebimento de um valor pela participação no programa, este dinheiro não vai diretamente para as mãos deles, ao invés disso, o dinheiro, que lhes é garantido, é transferido para os pais através do Programa Bolsa Família.

Para a garantia da transferência de renda aos jovens é preciso conhecer a criação do "benefício variável vinculado ao adolescente" do Programa Bolsa Família, também conhecido pela sigla BVJ – Benefício Vinculado ao Jovem. A mesma Lei n° 11.692, de 2008, que reformulou o ProJovem, alterou os critérios de concessão dos benefícios variáveis do Programa Bolsa Família, estabelecendo um novo variável para famílias com jovens de 16 e 17 anos, que estejam frequentando regularmente a escola (ou que tenham concluído o ensino médio). É concedido para estas famílias um benefício no valor de R$ 30,00 mensais por jovem, até a quantidade máxima de dois jovens. A criação deste benefício variável resultou de um complexo debate, em que se avaliou possíveis vantagens e desvantagens dessa transferência de renda realizada diretamente à família, reforçando as responsabilidades legais de pais e responsáveis para com os jovens, ainda adolescentes, em detrimento de um auxílio-

financeiro pago diretamente aos jovens do ProJovem Adolescente, como acontecia anteriormente no Projeto Agente Jovem, reforçando a autonomia do jovem. Pesou na decisão pelo benefício variável, que não foi simples nem unânime, a possibilidade de universalização do benefício entre as famílias do Bolsa Família que possuem jovens nesta faixa etária – o benefício é pago a mais de 1 milhão de famílias –, com o estabelecimento da condicionalidade da frequência escolar, o que, paralelamente, potencializa o alcance de um dos objetivos gerais do ProJovem, de elevar o nível de escolaridade dos jovens. Em outras palavras, o benefício não fica restrito aos jovens que participam do serviço socioeducativo, embora atinja grande parte deles, e integra-se ao programa maior de transferência de renda, fortalecendo-o (BRASIL, 2009g).

Ressalta-se que os idealizadores do programa admitem que o fato dos jovens não terem acesso direto ao benefício financeiro apresenta caráter contraditório com os ideais do programa, já que o programa tem o objetivo de formar os adolescentes para autonomia e sem o acesso livre ao benefício os jovens permanecem submetidos à autoridade dos pais. Esta situação remete-se à situação dos adolescentes trabalhadores do início do século XIX, que tinham seu pagamento entregue aos pais, como uma maneira de coagi-los a permanecer sobre a guarda e a autoridade dos mesmos.

Ainda que a justificativa dada para o não recebimento direto dos jovens que frequentam o programa seja o fato de que o benefício não se restringe apenas aos jovens que o frequentarem, o ProJovem Adolescente, ao transferir o benefício diretamente para os pais também apresenta um modelo familiar de autoridade como responsabilidade paterna. Os adolescentes são, assim, os sujeitos ainda não preparados – ou não maduros – para lidar com as próprias finanças, e cabe aos pais a decisão sobre os recursos deles.

Considerando o que tem sido apresentado, até o momento, sobre a voz do Estado a respeito da adolescência e o tipo de intervenção nas vulnerabilidades enfrentadas pelos adolescentes brasileiros que o ProJovem Adolescente se propõe a ser, segue-se a leitura deste texto ouvindo agora aqueles que lidam com o programa na sua prática cotidiana. Enquanto a proposta deste capítulo foi conhecer o material que orienta o programa para fins analíticos, o próximo capítulo é destinado às análises das entrevistas e realizadas com adolescentes, com orientadores sociais e técnicos responsáveis pelo ProJovem Adolescente em dois CRAS de Rondonópolis.

6 A VOZ E A VEZ DOS JOVENS: O QUE DIZEM AQUELES QUE FREQUENTAM O PROGRAMA

Este é o capítulo destinado à analise das entrevistas realizadas com os jovens e com os orientadores sociais. A ele cabe a função de apresentar a opinião daqueles que estão em contato direto com o programa acerca de como o vêem. Esta é a parte da leitura desta dissertação em que os sujeitos que protagonizaram esta pesquisa, e foram apresentados no terceiro capítulo, são ouvidos. Os referenciais teóricos apresentados no segundo capítulo fazem parte das ferramentas de análises utilizadas para dar sentido às vozes que aparecem.

Com fragmentos das entrevistas realizadas com os sujeitos de pesquisa, considerando as trajetórias, e os contextos que dão vida à fala, serão apresentadas as apreciações elaboradas pela pesquisadora. As falas foram analisadas a partir de sua relação com outras falas e discursos tecidos no contexto do estudo. Nas falas dos adolescentes que frequentam o ProJovem Adolescente busca-se o entrelace de suas opiniões com os discursos presentes na instituição. Nas falas dos orientadores sociais busca-se a relação de suas práticas discursivas com os interesses dos adolescentes. A intertextualidade e a cultura presentes nos discursos dão a tônica às análises.

As análises das falas dos adolescentes e dos orientadores sociais foram divididas em três aspectos de destaque. O primeiro aspecto destacado para a análise foi a visão dos adolescentes e orientadores sociais acerca programa – como eles veem a instituição que frequentam; o que eles dizem ser o objetivo do programa e qual sua relevância na região que habitam.

A visão dos adolescentes e dos orientadores sociais que frequentam o programa sobre a família – o que eles afirmam sobre a família; como definem família e esta definição que apresentam é condizente com a realidade que vivenciam e com a visão dos orientadores sociais.

O último tema de análise das falas dos adolescentes é a perspectiva do que enxergam para o futuro, em contrapartida com a fala do que os orientadores sociais atribuem importância para o desenvolvimento dos adolescentes – o que consideram importante em suas vidas; quais suas expectativas para o futuro; como o programa contribui para a melhoria de suas vidas.

6.1 O que os adolescentes dizem

Apesar de ser o mesmo programa, ele configura-se de maneira diferente em cada instituição. Os sujeitos que compõem cada coletivo dão vida à normatização do programa e à cultura da comunidade em que o ProJovem Adolescente está inserido. Estas questões são parte importante da caracterização do grupo. Deste modo, neste tópico será analisado um pouco da cultura de cada coletivo.

Nas análises, alguns conceitos aparecerão como suporte teórico, como os conceitos disciplinares forjados por Foucault (2004). A vigilância é característica comum nas duas instituições e está presente nas falas dos adolescentes como forma de proteção e recurso disciplinar. O autor afirma que:

> As instituições disciplinares produziram uma maquinaria de controle que funcionou como um microscópio do comportamento; as divisões tênues e analíticas por elas realizadas formaram, em torno dos homens, um aparelho de observação, de registro e de treinamento (FOUCAULT, 2004, p. 145).

Os adolescentes que frequentam o programa apresentam em suas falas a constante vigilância do programa. Os jovens reconhecem ainda a importância deste recurso para o controle do próprio comportamento, caracterizado como perigoso devido à fase da vida que vivenciam – a adolescência. A vigilância tem também a função de treinamento e auxilia em outro recurso disciplinar, o controle das atividades. No discurso dos adolescentes, o controle das atividades caracteriza o programa e justifica a sua existência. De modo que:

> O controle disciplinar não consiste simplesmente em ensinar ou impor uma série de gestos definidos, impõe a melhor relação entre o gesto e a atitude global do corpo, que é a sua condição de eficácia e de rapidez. No bom emprego do corpo, que permite um bom emprego do tempo, nada deve ficar ocioso ou inútil: tudo deve ser chamado a formar o suporte do ato requerido (FOUCAULT, 2004, p. 129).

O controle disciplinar do ProJovem Adolescente, conforme apresentado no capítulo anterior, é voltado para a formação de cidadãos responsáveis que impulsionem o desenvolvimento social e econômico do país. Deste modo, o controle do tempo no programa, na fala dos jovens, aparece como importante recurso metodológico. Os jovens falam nas entrevistas do quanto criam expectativas com o controle do tempo no programa e do quanto acreditam na relevância deste controle.

Além do mais, observa-se nos discursos dos entrevistados o que Bruner (2002) define como realidade partilhada. Como o uso da linguagem é também um aprendizado cultural, mas que torna possível o posicionamento acerca da própria cultura, e a linguagem ocorre em

transação com outros sujeitos, a conceituação cultural de um grupo é comumente partilhada, já que, através da linguagem: “O privado torna-se público. E com isso, uma vez mais, nos colocamos num mundo de realidade partilhada. A constituição da linguagem, como um antropólogo insistiu, cria e transmite a cultura e situa nosso lugar nela” (BRUNER, 2002, p. 69). Os grupos – denominados coletivos –, de adolescentes que frequentam o ProJovem Adolescente apresentam consenso no discurso com relação a várias questões, devido à realidade que partilham nas vivências grupais.

Esta definição de cultura partilhada dá suporte às análises das falas dos sujeitos, uma vez que os jovens que frequentam o programa influenciam e são influenciados pela estrutura grupal do mesmo. Reconhecendo que os sujeitos da pesquisa compartilham o mesmo contexto cultural e reproduzem discursos de outros sujeitos, os estudos linguísticos de Bakhtin (1992) constituem importante ferramenta de análise, já que o autor admite que:

> O sujeito falante – o *autor* da obra – manifesta sua individualidade, sua visão do mundo, em cada um dos elementos estilísticos do desígnio que presidia à sua obra. Este cunho de individualidade aposto à obra é justamente o que cria as fronteiras internas específicas que, no processo da comunicação verbal, a distinguem das outras obras com as quais se relaciona dentro de uma dada esfera cultural – as obras dos antecessores, nas quais o autor se apoia, as obras de igual tendência, as obras de tendência oposta, com as quais o autor luta, etc. A obra, assim como a réplica do diálogo, visa a resposta do outro (dos outros), uma compreensão responsiva ativa, e para tanto adota todas as espécies de forma (BAKHTIN, 1992, p. 298, grifo do autor).

A obra do diálogo no contexto desta pesquisa é a fala dos jovens na situação de entrevista e para a compreensão dos discursos é utilizada outras formas de comunicação, não apenas o que é dito. Isto posto, pretende-se neste item de análise dar voz àqueles que compartilham a esfera cultural do programa, sem perder de vista os aspectos individuais e coletivos que permeiam os discursos dos sujeitos-adolescentes.

6.2 Sobre o ProJovem Adolescente no CRAS Rio Vermelho

A região ao redor do CRAS Rio Vermelho é caracterizada pelo tráfico de entorpecentes ilegais e o coletivo do ProJovem Adolescente oferece aos seus participantes atividades voltadas ao enfrentamento desta situação na região. Todavia, além de atividades com esta finalidade, a equipe deste CRAS tem preocupação especial com a inclusão dos adolescentes do programa em cursos e capacitação e iniciativas de primeiro emprego para contribuir com a inserção dos jovens no mercado de trabalho. Para tanto, busca-se parcerias

com outras instituições que oferecem vagas nos cursos de capacitação ou em empresas, como se caracteriza no trecho de entrevista com a orientadora social:

> Pesquisadora: E no geral, o que costuma ser a principal intenção deles ao frequentarem o ProJovem?
> L. O. G. M.: Primeiro emprego. É o primeiro emprego.
> Pesquisadora: E o programa oferece isso?
> L. O. G. M.: Olha. Assim... A partir agora do segundo semestre vai ter. A gente está preparando pra vir um palestrante pra ficar falando sobre primeiro emprego, né?! Mas nós não temos essa... Disponibilidade de tá... Assim... A gente vai nas empresas e pede pra eles tá empregando esses adolescentes, mas é meio complicado, não é toda empresa que pega não.
> Pesquisadora: A gente quem? De quem é a responsabilidade de fazer essa ligação?
> L. O. G. M.: É da orientadora né?! E da coordenadora do CRAS.
> Pesquisadora: Vocês que vão? A responsabilidade é de vocês ou vocês vão por iniciativa própria?
> L. O. G. M.: Nós vamos por iniciativa própria. Não... Nós não temos assim... Como fala... Assim a gente não é obrigado a fazer isso. A gente vai porque a gente percebe que os adolescentes, eles querem trabalhar, por obrigação. (ENTREVISTA COM L. O. G. M.).

A orientadora social alerta sobre uma demanda dos adolescentes com relação à inserção no mercado de trabalho, mas percebemos em sua fala um movimento institucional de aceitação e conivência com esta demanda. Como podemos perceber nas observações do contexto da instituição, para a equipe que trabalha com o ProJovem Adolescente no CRAS Rio Vermelho, o ingresso no mercado de trabalho é uma estratégia de enfrentamento às situações de vulnerabilidade vivenciadas pelos sujeitos que frequentam o programa. A fala da orientadora remete-se à importância dos jovens terem uma profissão. A este respeito Foucault afirma:

> Deve-se (...) ter uma profissão, uma identidade reconhecível, uma individualidade definitivamente fixada: Qual é sua profissão? Esta pergunta é a expressão mais simples da ordem que se estabelece na sociedade, a qual repugna e perturba a vagabundagem; é preciso ter uma profissão estável, contínua, de largo fôlego, ideias que vejam o futuro, ideias de construção do futuro, para premunir a sociedade de qualquer ataque (FOUCAULT, 2004, p.241).

A iniciação no trabalho formal é, para a equipe do CRAS Rio Vermelho, um recurso disciplinar. Já que ao combater a “vagabundagem”, mencionada acima por Foucault, a equipe acredita estar contribuindo para o enfrentamento às situações de vulnerabilidade que perpassam o contexto cultural dos adolescentes do programa. E esta ideia internalizada pela equipe é uma reflexão subjetivada da expectativa do Estado para os sujeitos que frequentam o ProJovem Adolescente. Vejamos então, como esta ideia aparece nos enunciados dos adolescentes.

Ao considerar que a linguagem é um meio de referência que, de acordo com Bruner (2002, p. 67) “usa pistas para o contexto no qual os enunciados são produzidos e desencadeia pressuposições que situam o referencial”, podemos afirmar que as pressuposições da equipe do CRAS são influenciadas pelo discurso do Estado – da adolescência como oportunidade de desenvolvimento econômico da nação –, e simultaneamente influenciam os sujeitos que compartilham o contexto. O que pode ser percebido na fala da jovem F. M. L.:

> Pesquisadora: Eu queria que você me falasse a sua opinião sobre o ProJovem, sobre o programa.
> F. M. L.: É... Podia ter mais curso aqui.
> Pesquisadora: Que tipo de curso?
> F. M. L.: Ai... Como eu vou poder explicar? Curso sobre... Administração, marketing, esse tipo de curso.
> Pesquisadora: Hum...
> F. M. L: O tempo que a gente está aqui, já poderia tá ocorrendo um curso, tipo... Já tem mais de seis meses que eu estou aqui, poderia já ter tido um curso aqui. (ENTREVISTA COM F. M. L.).

A jovem F. M. L. cobra a produtividade do tempo de permanência no programa. Nesta fala, ela admite participar do programa com a expectativa de ter acesso a cursos de capacitação e queixa-se de frequentar o programa há aproximadamente seis meses e não perceber atividades deste caráter. Como Bakhtin (1992, p. 313) afirma “o que se ouve soar na palavra é o eco do gênero em sua totalidade”. O discurso da adolescente carece de informações relativas ao contexto que vivencia para fazer sentido ao leitor. Portando, é importante lembrar que ela é uma adolescente que é incentivada pela mãe à iniciação profissional. Não apenas o discurso familiar, mas a fala da orientadora social do programa sempre menciona a importância de aproveitar as oportunidades do programa para modificarem a sua realidade social.

De todo modo, é preciso lembrar que a F. M. L. foi convidada a participar da pesquisa por ser uma jovem que frequenta o programa assiduamente. Sabe-se também que, para estar no programa, a jovem deixa de estar presente no local onde trabalha como manicure – um pequeno salão de beleza. Portanto, analisando o contexto extraverbal do discurso de F. M. L. afirma-se que a fala da jovem é contraditória com sua atitude, já que, na ausência de cursos da capacitação, ela permanece com assiduidade no programa há quase meio ano, atitude esta que se observou ser justificada pela interação com jovens da mesma faixa etária. Bakhtin (1992, p. 296) postula que “a oração representa um pensamento relativamente acabado, diretamente relacionado com outros pensamentos do mesmo locutor, dentro do todo do enunciado”, de maneira que a afirmação de F. M. L. é um pensamento daquilo que a adolescente acredita ser

o correto pelos discursos que atravessam seu enunciado, mas não atribui tamanha importância, como afirma, senão já teria deixado de participar do programa.

Respondendo à mesma questão feita pela pesquisadora à F. M. L., a jovem L. P. G. que frequenta o programa há mais tempo e já teve oportunidade de fazer cursos de capacitação por intermédio do programa, apresenta o seguinte discurso:

> L. P. G.: Então, eu acho que deveria ter... Assim, não só a minha opinião, mas a opinião de todo mundo, dos adolescentes que faz o ProJovem aqui. Eles deveriam opinar também, "ah, isso não tá bom! Deve melhorar". Igual à gente teve na brinquedoteca aqui, né? Tá vindo crianças pra cá?
> Pesquisadora: Hum?
> L. P. G.: Pra brinquedoteca?
> Pesquisadora: Eu acredito que sim, eu não estou sabendo da brinquedoteca, mas eu acredito que sim.
> L. P. G.: Então, é muito importante a brinquedoteca, né?! Os jovens também ajudam a cuidar das crianças e tem a psicóloga acompanhando, a orientadora... Então é muito importante. Ah! Eu acho que deve melhorar esse terreno baldio aqui do lado que fica um monte de pessoas abandonadas, né?! Tô dizendo, os mendigos de rua, né?! E acaba acontecendo briga e isso pode ocorrer risco pra gente que tá aqui, principalmente pra vocês que trabalham aqui.
> Pesquisadora: É. Só isso que você acha que deveria melhorar no programa? Na estrutura? E nas atividades? Tá tudo certo?
> L. P. G.: Precisa de uma reforma também, né?! (risos) Às vezes o ar condicionado... Um calor que aqui é... O ar condicionado... Você chega suando e o ar condicionado não funciona. Ano passado veio pra colocar um ar condicionado aqui, demorou um século pra colocar o ar condicionado... Maior burocracia, né?! O ar condicionado não chegava e pra conseguir alguém pra colocar o ar condicionado foi o maior sacrifício. Deu maior trabalho. Acho que precisa melhorar essas coisas. (ENTREVISTA COM L. P. G.).

A jovem L. P. G. queixa-se da ausência de atividades voltadas para o valor moral da cidadania. Ela lembra que os jovens participaram da construção do espaço de ludicidade no CRAS Rio Vermelho, e que no decorrer desta construção os adolescentes puderam expressar sua opinião. A jovem refere-se em seu discurso a uma formação cidadã para os adolescentes que frequentam o programa, e lembra-se da satisfação que sentiu durante a atividade voltada para formação cidadã da qual teve oportunidade de participar. Com relação à participação dos adolescentes, a orientadora social L. O. G. M. faz a seguinte afirmação:

> Pesquisadora: E... Como os jovens participam da escolha das atividades aqui?
> L. O. G. M.: Ai...
> Pesquisadora: Ou não participam?
> L. O. G. M.: Participam, eles é... Voluntários. Eles não tem assim... Você não obriga ninguém, eles que simplesmente...
> Pesquisadora: Sim, mas eles sugerem o que eles querem?
> L. O. G. M.: Eles sugerem, no inicio do ano a gente faz todo um planejamento que vai acontecer. né?! Durante o primeiro semestre assim... Nós fizemos um planejamento junto com eles e eles que escolhessem o que eles queriam, ou as vezes a gente põe assim umas dez aí eles escolhem. Mas esse ano os adolescentes que... O planejamento foi feito em cima das escolhas deles, o ano passado já era diferente.

> Pesquisadora: É ano passado...
> L. O. G. M.: Você acabava tendo que impor, né?! Porque eles não... Pra eles nada estava bom (Risos). É, o ano passado era diferente os... A equipe... O coletivo era diferente, então eles, Você acaba tendo que impor o que eles tinha pra fazer, porque eles não tinham muito interesse, desse ano não. (ENTREVISTA COM L. O. G. M.).

A orientadora social, assim como a adolescente, fala da falta de participação dos jovens. Não se menciona em nenhum dos dois discursos a respeito do motivo da pouca participação dos sujeitos naquilo que podem opinar, ou mesmo de algum tipo de incentivo com relação à aquisição da habilidade da fala. Apenas categorizam-se os adolescentes como pouco ou muito participativos. De acordo com Bakhtin, o pouco uso das intervenções dos adolescentes acontece pelo seguinte:

> Não é por causa de uma pobreza de vocabulário ou de estilo (numa acepção abstrata), mas de uma inexperiência de dominar o repertório dos gêneros da conversa social, de uma falta de conhecimento a respeito do que é o todo do enunciado, que o indivíduo fica inapto para moldar com facilidade e prontidão sua fala e determinadas formas estilísticas e composicionais; é por causa de uma inexperiência de tomar a palavra no momento certo, de começar e terminar no tempo correto. (BAKHTIN, 1992, p. 304).

O autor afirma que a inexperiência em situações que são chamados a opinar leva o sujeito a apresentar dificuldade de expressar suas opiniões. Como pessoas em situação de vulnerabilidade, marginalizados pela sociedade, vivendo em bairros e estudando em escolas periféricas, é natural pensar que os adolescentes que frequentam o ProJovem Adolescente não são colocados em situações que propiciem o desenvolvimento do gênero discursivo. Ressalta-se que a jovem L. P. G., que frequentou cursos e conheceu realidades diferentes dos limites da comunidade, é capaz de tecer posicionamento crítico e falar com objetividade os pontos que acredita que devam ser melhorados no programa.

A jovem queixa-se ainda da falta de estrutura e investimento no programa. Ela lembra uma situação do período de implantação do programa no CRAS, quando este não tinha um local apropriado para o seu funcionamento. L. P. G. afirma que o investimento na adolescência é necessário pelo jovem ser o futuro do país, reproduzindo um discurso do governo, e logo em seguida, na mesma entrevista, queixa-se da falta de investimento no programa que atende à adolescência em situação de vulnerabilidade. O adolescente T. E. O. também apresenta em seu discurso uma queixa à falta de investimentos públicos no programa, quando instigado a falar sobre a própria opinião acerca do mesmo.

> T. E. O.: A critica é que, eles podem incentivar mais as pessoas a fazerem o ProJovem e ir mais às escolas, passando no programa de TV, falando. Porque até

> hoje eu não vi falando sobre o ProJovem na televisão. Eu só vejo falando do ProJovem Trabalhador só, mas os outros não.
> Pesquisadora: Ah! Você acha que devia ser mais divulgado?
> T. E. O.: Acho que devia ser mais divulgado.
> Pesquisadora: Você acha que devia ter mais adolescentes aqui?
> T. E. O.:Ahãm, com certeza.
> Pesquisadora: Por quê?
> T. E. O.: Porque tem muitos que não tem mais o que fazer. Eles começam a entrar em amizades... Más amizades... Começam querer a fazer o que as pessoas estão fazendo e daquele jeito lá eles vão pra bandidagem... Ou então viram traficantes. (ENTREVISTA COM T. E. O.).

É importante postular que T. E. O. compara o jovem do ProJovem Adolescente com o ProJovem Trabalhador. Ressaltando-se que o programa ProJovem é dividido em quatro modalidades, pode-se perceber no discurso do jovem qual modalidade que tem mais incentivo financeiro do governo. T. E. O. fala, ainda, da importância social do ProJovem Adolescente na região em que vive, marcada pelo uso abusivo de entorpecentes ilegais.

Assim, pelo que afirmam L. P. G. e T. E. O., percebemos que o único recurso que o Estado preocupa-se em disponibilizar para o ProJovem Adolescente são as publicações com a normatização do programa, o salário do orientador social e alguns recursos metodológicos para aplicação de atividades com aqueles que participam do programa. Se os adolescentes afirmam querer inserção no mercado de trabalho e o Estado não garante, se os adolescentes criticam a inadequação da estrutura física e nada é feito pelos responsáveis pelo programa, se questionam a falta de divulgação e não são ouvidos pelo poder público, então o único recurso com que o Estado conta para atingir as metas esperadas, como impacto social, é a disciplina.

> A disciplina faz “funcionar” um poder relacional que se autosustenta por seus próprios mecanismos e substitui o brilho das manifestações pelo jogo ininterrupto dos olhares calculados. Graças às técnicas de vigilância, a “física” do poder, o domínio sobre o corpo se efetuam segundo as leis da ótica de mecânica, segundo um jogo de espaços, de linhas, de telas, de feixes, de graus, e sem recursos, pelo menos em princípio, ao excesso, à força, à violência. Poder que é em aparência ainda menos “corporal” por ser mais sabidamente “físico” (FOUCAULT, 2004, p. 148, grifo do autor).

Continuando o raciocínio a respeito da disciplina como recurso de transformação social, perguntou-se aos adolescentes como o programa ProJovem Adolescente influenciou suas vidas. Com relação às respostas instigadas por esta questão, nota-se que os jovens afirmam modificações em suas crenças, de modo a adquirirem o hábito de refletir sobre as situações cotidianas que vivenciam. Assim, a jovem F. M. L. afirma que o programa a influenciou da seguinte maneira:

> Influencia as minhas atitudes, umas coisas que eu poderia fazer assim sem pensar, e hoje eu já paro pra pensar pelas essas (sic) palestras que já teve, né?! Faz a gente pensar um pouco mais antes de fazer as coisas, ver e não pensar só naquela hora: "vamos fazer? Vamos!" Entende?! Nesse sentido. (ENTREVISTA COM F. M. L.).

Já a jovem L. P. G. apresenta outro tipo de modificação em seu modo de pensar. Ela diz que o programa a ajudou a pensar na importância da qualificação, incentivando-a a preocupar-se com o futuro. No discurso da menina acerca da influência do programa em sua vida, pode-se supor que ela complementa a ideia apresentada anteriormente por F. M. L. de que o programa é um processo civilizador, de modo que a inserção no mercado de trabalho e os cursos de capacitação são estratégias para tal objetivo. A este respeito L. P. G. afirma:

> Então eu... Antes eu não pensava em fazer curso. "Ai, pra que eu fazer curso? Será que eu vou consegui um emprego qualificado? Vou ganhar bem?". Só que hoje eu já vejo a importância, porque depois que eu estou aqui no CRAS Rio Vermelho no ProJovem eu já fiz três cursos mandados pelo ProJovem, que eles conseguiram pra eu fazer. Então acho muito importante, adoro fazer curso agora, sempre quando tá tendo oportunidade eu não dispenso, eu procuro mesmo fazer, adquirir conhecimento. (ENTREVISTA COM L. P. G.).

L. P. G. confirma em seu discurso a ênfase no desenvolvimento econômico que permeia o ideário teórico do material que orienta o trabalho com o ProJovem Adolescente enquanto F. M. L. apresenta o seu caráter protetivo para a adolescência, que é uma perigosa fase da vida. Ambas relatam que, com o programa, aprenderam a ter uma preocupação com o futuro que antes afirmam não existir. Para o desenvolvimento econômico de um país é de suma importância que seus cidadãos preocupem-se com o próprio futuro e acreditem poder melhorar sua qualidade de vida através deste investimento. De outra maneira, se desacreditados do próprio futuro, os habitantes do país não trabalharão para o progresso do mesmo, e, em alguns casos, buscarão meios de deixá-lo. A disciplina permanece como importante recurso de desenvolvimento social na fala dos adolescentes.

Neste sentido, o discurso das meninas sobre o programa ser um investimento para o futuro vai de encontro aos objetivos do programa apresentados no material que orienta o trabalho com o mesmo. A esperança de um porvir promissor é uma tática de incentivo à superação das dificuldades enfrentadas pelos jovens. Um ânimo para a superação das vulnerabilidades instaladas nas vidas dos jovens. Para tanto, necessário se faz que os jovens sejam educados em valores para não corromperem-se pelos atrativos que a marginalidade lhes proporciona. Com relação aos trabalhos voltados para os adolescentes, eles reconhecem os valores trabalhados com os mesmos, como se vê a seguir.

> M. A. C.: A L. O. G. M. fala muito com a gente que a gente não pode ter preconceito com as pessoas que são homossexuais.
> Pesquisadora: É? E além desse, que outro valor você acha que é trabalhado?
> M. A. C.: Não ter preconceito com as pessoas que usam drogas, porque eles estão sendo usados. Mas um dia eles vão largar se conseguirem.
> Pesquisadora: E como esses valores são trabalhados?
> M. A. C.: Através de palestras. (ENTREVISTA COM M. A. C.).

M. A. C. enfatiza os valores trazidos pela orientadora social L. O. G. M. relacionados ao respeito. A fala do garoto reproduz o discurso da maioria dos jovens entrevistados neste coletivo. Além do respeito, o jovem T. E O. apresenta outro valor trabalhado pelo programa.

> T. E. O.: O valor da honestidade, como a L. O. G. M sempre fala. Também o valor que você tem que ter respeito sobre os mais velhos, você tem que respeitar sempre seu pai e sua mãe e não fica sempre brigando nas escolas, respeitando os professores... Foi.
> (...)
> Pesquisadora: Hum, entendi... Agora com relação aos valores, e pensando também tudo isso, toda essa nossa conversa sobre o futuro. Você falou do que você acha que é trabalhado aqui, o respeito, a honestidade, o que você acha que deveria ser trabalhado?
> T. E. O.: Trabalhado... O respeito, porque tem muito adolescente que não respeita os seus pais, não respeita seu avós, chega bate neles também, sempre passa no programa de TV e filho matando pai por causa de dinheiro, pai matando seu próprio pai por causa de drogas... E tem muitos adolescentes também que eles praticam o roubo pra fumar, pra roubar... Tem sempre... Tinha que ser mais trabalhado isso pelo programa, de falar mais sobre. (ENTREVISTA COM T. E. O.).

Embora o garoto T. E. O. fale do valor da honestidade, fica claro que o valor que ele percebe ter ênfase no programa ProJovem Adolescente no CRAS Rio Vermelho é o respeito. Ao justificar os motivos da importância do valor do respeito ser trabalhado entre os adolescentes, T. E. O. apresenta sua importância nas relações para o bom convívio social e afirma que é realmente o valor moral que deve ser trabalhado no programa.

É imperativo afirmar que os jovens não mencionam a cidadania como um valor trabalhado no programa, embora este seja o valor moral mais recomendado de trabalho no material que orienta o trabalho com os jovens. Em outro momento a jovem L. P. G. afirma a importância da existência de um trabalho voltado para a cidadania. Nesta fala dos jovens sobre os valores trabalhados no programa é possível perceber que a solicitação da menina não é incoerente já que os jovens não reconhecem o trabalho do programa ProJovem Adolescente voltado para a cidadania.

O tempo livre é comumente visto como um perigo pela sociedade capitalista. Pode-se dizer que no caso de pessoas em situação de vulnerabilidade social, esta ociosidade é um perigo ainda maior. Se estas pessoas são adolescentes o perigo parece ser triplicado. Interessante observação é que este discurso moralista, e extremamente voltado para a

alimentação de uma sociedade de consumo, é dito e redito não apenas pelos responsáveis pelo programa ProJovem Adolescente, mas pelos frequentadores do mesmo.

Os jovens internalizaram um importante artifício disciplinar da sociedade capitalista. Sendo verdade que "o tempo penetra o corpo, e com ele todos os controles minuciosos do poder" (FOUCAULT, 2004, p. 129), podemos dizer que o discurso dos adolescentes que frequentam o programa é o enunciado de uma cultura de controle, eficácia e rapidez, já que no bom emprego do tempo nada fica ocioso ou inútil.

Desta forma, observa-se, na fala dos adolescentes da instituição CRAS Rio Vermelho, que o ProJovem Adolescente é uma oportunidade de ocupação do tempo ocioso. No programa, eles têm atividades em todo momento. É proposto ainda, aos que queiram outra ocupação, opções de atividades além das programadas. A fala de L. P. G. elucida esta questão:

> Pesquisadora: Como você soube do ProJovem Adolescente?
> L. P. G.: Então, os orientadores daqui e a L. O. G. M. foram até a escola e falaram sobre o programa, que estava começando, iniciando, né?! E eu me interessei, achei importante, porque à tarde eu não fazia nada, então é um jeito de ocupar minha cabeça com algumas coisas e adquirir conhecimento.
> Pesquisadora: Por que você quis fazer parte do programa?
> L. P. G.: Pra ocupar a minha mente a tarde.
> Pesquisadora: O que a sua família pensa sobre a sua participação aqui?
> L. P. G.: Muito bom, que eu vou adquirir conhecimento, vou fazer novas amizades, vou tá estudando, vou tá fazendo um curso profissionalizante, uma dança... (ENTREVISTA COM L. P. G.).

Por conhecer parte da realidade de L. P. G. e saber – conforme apresentado no terceiro capítulo desta dissertação – que ela é criada pelos avós maternos que, por sua vez, têm duas filhas que fazem uso de entorpecentes, o discurso da jovem é coerente com o discurso preocupado de uma família já sensibilizada com uma situação de vulnerabilidade recorrente, e que reforça nos descendentes a preocupação com a ociosidade. A fala de W. A. O., primo de L. P. G., que também é educado pelos avós maternos, traz elementos que confirmam o discurso familiar.

> Pesquisadora: E porque que você quis fazer parte do programa? Você falou que a sua tia falou com você do programa e sugeriu. Mas e ai? Porque que você falou: "não, isso pode ser bom"?
> W. A. O.: Não, porque ela falou assim: "eu fiquei sabendo que lá você aprende várias coisas", aí eu falei: "não, então pode ser". Aí comecei e até hoje eu tô seguindo aqui.
> Pesquisadora: E o que a sua família pensa sobre a sua participação no programa?
> W. A. O.: Ah! Pensa assim: "é melhor ele estar lá e a gente sabendo onde ele está do que ele na rua, sem nos sabermos o que ele está fazendo". (ENTREVISTA COM W. A. O.).

Observa-se, na fala dos dois adolescentes, que L. P. G. soube do programa e contou para a tia, que por sua vez propôs ao W. A. O. que participasse também. Bakhtin (1992, p. 313) apresenta que "a utilização da palavra na comunicação verbal ativa é sempre marcada pela individualidade e pelo contexto". Deste modo, o discurso do adolescente carrega um discurso que é seu, a partir da influência de outro discurso. Lembrando que o menino foi morar com a família no mesmo ano em que iniciou as atividades do ProJovem Adolescente, e que era considerado um jovem rebelde, a preocupação da tia era ocupar o tempo ocioso do garoto. Ocupar o tempo de um adolescente que apresentava um comportamento de inadequação pareceu, naquele momento, uma estratégia de intervenção voltada para a socialização do rapaz.

A questão aqui analisada não é a ocupação do tempo em si, proposta pelo programa, mas quais os discursos que perpassam essa ocupação do tempo. O maior de todos os problemas em considerar a ocupação do tempo como eixo fundante para o enfrentamento de uma situação de vulnerabilidade é que fica subentendido que as situações de vulnerabilidades são pontuais e individuais, e não um problema da sociedade. A ocupação do tempo como estratégia importante, aparecendo de maneira tão clara e marcante na fala do adolescente, é o reconhecimento de que os perigos existentes na sociedade têm que ser enfrentados por eles mesmos, sozinhos, ocupando o próprio tempo. Descaracterizam assim as situações de vulnerabilidades como situações que precisam de apoio social.

Além disso, a rua é tida como um lugar perigoso e o programa é, então, apresentado como um abrigo da rua. Um espaço seguro e com a supervisão de adultos profissionalizados. A rua e o tempo ocioso aparecem nos discursos com definições e riscos muito próximos. A fala de F. M. L. Demonstra esta proximidade.

> Pesquisadora: Vamos falar um pouco do programa agora. O que você sabe a respeito do ProJovem? O que você pode me dizer?
> F. M. L.: Que é uma ação social, que tira os adolescentes da rua?!
> Pesquisadora: E...
> F. M. L.: Tira não, faz com que no horário que não esta na escola, e as pessoas que não estudam, no lugar de ficar em casa, fica no projeto. Assim, fica no projeto e pode saber varias coisas como... Como.. Como eu posso explicar? Algumas palestras sobre doenças sexualmente transmitidas, sobre que é ação social é essa... Porquê ela tá aqui... É isso! (ENTREVISTA COM F. M. L.).

A adolescente F. M. L. coloca em sua fala a expectativa que tem no programa e, a priori, sua maior importância parece ser a ocupação do tempo. "Nossa fala, isto é, nossos enunciados [...], estão repletos de palavras *dos outros*, caracterizadas, em graus variáveis, pela alteridade ou pela assimilação" (BAKTHIN,1992, p. 314 grifo do autor). Portanto, a fala da

garota está repleta de enunciados dos outros. O enunciado na fala da jovem defende a argumentação de que a ocupação do tempo tira o adolescente da rua e afasta do provável perigo. Mas este perigo não é o mesmo para todos os jovens. Considerando que ela é uma jovem que vive em uma família totalmente feminina (com mãe e irmã), os perigos da rua e as vantagens do programa estão, para ela, relacionados aos riscos sexuais. Aparece então uma questão de gênero. Além de a rua ser um perigo, ela representa um risco específico para meninas. Nesta fala, a jovem traz também a condição do jovem como um sujeito que precisa ser controlado e ensinado até mesmo em sua sexualidade. O jovem que precisa ser tutoreado ou fará coisas erradas.

Considerando que F. M. L. é uma adolescente que já trabalha em um serviço informal, pode-se afirmar que, para sua família, ocupar o tempo é questão *sine qua nom* para o desenvolvimento protetivo. Mais do que apenas aprender, a jovem trabalha para ser protegida dos perigos que pode encontrar na rua e na ociosidade. Já os perigos que a rua pode apresentar para o menino estão relacionados a outros tipos de vulnerabilidades. T. E. O. elucida a definição do termo "rua" para o gênero masculino.

> Pesquisadora: Se um amigo chegasse a você e perguntasse: "e ai o que é o ProJovem, T. E. O.?" Como você iria explicar?
> T. E. O.: Eu ia falar que o ProJovem é um programa que incentiva os alunos a sair da... Quer dizer... A gurizada sair da rua... Incentiva também os meninos e as meninas a fazer curso, a também ocupar o seu tempo com alguma coisa boa.
> Pesquisadora: É? Mas se ele falasse assim, por exemplo, pra você... Chegasse à sua casa à uma hora da tarde e você dissesse: "ai cara, agora eu não posso conversar com você, tenho que sair, vou pro ProJovem." E seu amigo dissesse: "O que você faz lá? O que tem lá? O que é isso?"
> T. E. O.: Ai eu falo que o ProJovem é uma coisa boa e minha mãe incentiva eu ir por que lá aprende muitas coisas. E também eu não fico andando com muitos marginais, eu não fico muito na rua. Que minha mãe, ela acha muito ruim eu ficar na rua por tanto tempo, de noite ela começa a ligar pra mim: "T. E. O. vem pra casa".
> Pesquisadora: Sua mãe?
> T. E. O.:Aham.
> Pesquisadora: Não gosta que você fique na rua?
> T. E. O.: Não, por causa que tem muito drogado, lá na esquina de casa, Está tendo muito drogado e ela não gosta que fique não, ela fica toda hora ligando. (ENTREVISTA COM T. E. O.).

Para o menino, a rua é o espaço de trânsito livre para a marginalidade e o perigo recorrente para a drogadicção. Assim, seja para o gênero masculino ou feminino, a rua é sempre um risco. Enquanto o rapaz está sujeito ao risco da marginalidade e do abuso de drogas, a menina está sujeita aos perigos da sexualidade e à gravidez na adolescência. A rua é o lugar onde se aprendem coisas ruins, pois na rua se oferecem coisas ruins. Portanto, os cuidados para evitar a rua devem ser de toda a sociedade. O jovem T. E. O. traz em sua fala o

discurso da mãe, o discurso do governo, o discurso do programa, da mídia, enfim... o discurso social. O adolescente, seja homem ou mulher, é conhecido por ser tendenciado a tudo que é errado e a rua é o lugar de todos os perigos. Cabe às instituições sociais alertar quanto aos perigos da rua e vigiar para que os jovens sejam preservados destas situações. Surge então, outra discussão que está presente nestas falas. Qual o objetivo ao se preservar o jovem? A fala da adolescente L. P. G. traz indícios desta resposta:

> Pesquisadora: E quais os objetivos desse programa? Você sabe?
> L. P. G.: Os objetivos é... Então... Qualificar o adolescente. Mostrar um caminho bom pra ele, profissionalizante, fazer vários cursos profissionalizantes, aprender a dançar, aprender varia tipos de coisas. (ENTREVISTA COM L. P. G.).

Em outro momento a jovem diz:

> Pesquisadora: E o que você teria a me dizer sobre a faixa etária do ProJovem? Que é de quatorze anos e onze meses a dezessete anos e onze meses, né? Como você falou, dos quatorzes aos dezessete. O que você acha dessa idade? E você acha que essa idade é a idade que mais precisa mesmo dessa intervenção do governo? Porque que essa idade precisa tanto dessa intervenção? Conseguiu entender a pergunta?
> L.P.G.: Sim. Ah! Eu acho que essa idade é muito importante, porque é na hora que eles começam a se envolver com... Ter mais amizades com... Relacionadas com amiguinhos... Amiguinhos fazem a cabeça... Então isso é muito importante que evita que comece a já entrar no mundo das drogas, né?! E aqui no ProJovem ele tá oferecendo uma atividade a mais pra você, é como se fosse estudar integralmente.
> Pesquisadora: É? E você acha que foi nisso que o governo pensou quando criou o ProJovem?
> L.P.G.: Sim eu acho que sim. Eu acho que o governo pensou em afastar, tirar um pouco os jovens das drogas, da rua, né?! Pra não... Pro futuro do Brasil crescer mais, porque o Brasil depende do adolescente. (ENTREVISTA COM L. P. G.).

Consoante Bakhtin (1992, p. 24) "quando se subestima a relação do locutor com *o outro* e com seus enunciados (existentes ou presumidos), não se pode compreender nem o gênero nem o estilo de um discurso)". A fala da adolescente L. P. G. apresenta uma riqueza polifônica de discursos *do outro* que só pode ser percebida através do conhecimento do contexto extraverbal que atravessa o que diz. Vejamos as análises. L. P. G. fala do ProJovem Adolescente como uma oportunidade de qualificação para adolescentes em situação de vulnerabilidade. E falar em qualificação em um país globalizado como o Brasil é também falar em preparação para a inserção no mercado de trabalho. Como sabemos, o CRAS Rio Vermelho dá ênfase à profissionalização e busca parcerias que reforçam esta preocupação. L. P. G. apresenta um discurso polifônico sobre preparação para o futuro, vindo da família, que vê nela uma oportunidade de consertar os possíveis erros da criação das filhas drogadictas; vindo da equipe técnica CRAS Rio Vermelho, que vê na profissionalização um recurso para o enfrentamento às situações de vulnerabilidade social; e, além disso, ela reproduz o discurso do

Estado que se preocupa em aproveitar o bônus demográfico do Brasil para gerar desenvolvimento econômico para o país.

A menina deixa claro que, em sua visão, o ProJovem Adolescente é uma programa voltado para a o futuro do país em inúmeros aspectos. Cuida-se do jovem preparando-o para que seja útil e sirva à sua nação. L. P. G. diz com todas as letras que investe-se na adolescência em situação de vulnerabilidade "pro futuro do Brasil crescer, porque o Brasil depende do adolescente". A jovem, que recebe a atenção do programa, sabe que este investimento não é desinteressado e que, na verdade, o país agora depende desta população adolescente. Se investir na adolescência pode ser recurso para ascensão social do país, não investir pode ter o efeito contrário e causar danos desastrosos à economia nacional. Para além da família de L. P. G., para além do ambiente do CRAS Rio Vermelho, para além da cidade de Rondonópolis, o investimento nesta adolescência tão específica, que vivencia situações de vulnerabilidade em uma cidade do interior do Mato Grosso, representa impacto a nível nacional.

Bruner (2002, p. 61) define transações como "as negociações que são estabelecidas numa mútua partilha de pressupostos e convicções". No que concerne à visão sobre o programa, os adolescentes desta instituição estabeleceram transações acerca de sua importância. Logo, os adolescentes desta instituição ressignificam os discursos que os perpassam e dão-lhe nova roupagem para que possam chamar-lhe de seus. Incluem suas visões de frequentadoras e frequentadores do programa, alunas e alunos, filhas e filhos, sobrinhas e sobrinhos, mas, principalmente, adolescentes em uma sociedade com múltiplos discursos sobre a adolescência. Deste modo, no que concerne ao ProJovem Adolescente, mostram que não estão alheios às discussões e interesses que o envolvem e são sujeitos ativos no processo de ascensão econômica do país ao qual estão submetidos. Embora também reproduzam os discursos institucionais que apresenta a regulação do tempo como um recurso disciplinar, o trabalho como uma escada social e econômica e o tempo ocioso e não assistido, como o tempo na rua, como um perigo iminente.

6.2.1 Narrativas sobre o ProJovem Adolescente no CRAS Ana Carla

Os adolescentes entrevistados no CRAS Ana Carla trouxeram como ponto importante do ProJovem Adolescente o fato de ser uma opção de ocupação do tempo em que os jovens poderiam estar na rua. A rua é vista como um local perigoso. No entanto, os jovens apresentam um tipo de ocupação de tempo diferente do que é apresentado pelos jovens do

CRAS Rio Vermelho. Neste CRAS os adolescentes reconhecem como ponto positivo para a participação no programa o fato de ser um lugar onde são assistidos. A ocupação do tempo para que seja produtivo, ideia muito presente na cultura da outra instituição, não tem para estes adolescentes tanto valor quanto a vigilância do tempo por um adulto responsável.

> O poder da vigilância hierarquizada das disciplinas não se detém como uma coisa, não se transfere como uma propriedade; funciona como uma máquina. E se é verdade que sua organização piramidal lhe dá um "chefe", é o aparelho inteiro que produz "poder" e distribui os indivíduos nesse campo permanente e contínuo. (FOUCAULT, 2004, p. 148).

A vigilância como dispositivo disciplinar, coloca os sujeitos em um estado de atenção com relação a suas atitudes a todo o tempo. A vigilância representa a segurança, já que garante, ao menos no nível simbólico, que os indivíduos sintam-se observados, e por isto, protegidos. "É visto, mas não vê; objeto de uma informação, nunca sujeito numa comunicação" (FOUCAULT, 2004, p. 166). Ao indagar ao adolescente A. E. O. sobre os motivos que o levaram a buscar o programa e o que sua família pensa a respeito do mesmo, ele respondeu:

> A. E. O.: Como eu fico em casa sem fazer nada, nós estávamos procurando, nós ficamos sabemos de... Uma pessoa falou né?!"não tem um curso ali em cima, lá no CRAS, que é um curso grátis". Aí entrei aqui. Conversamos tudinho, aí fiz a inscrição, e tô aqui hoje. (...)
> Pesquisadora: E porque você quis fazer parte do ProJovem?
> A. E. O.: Ah, porque eu achei bem interessante, né?!Têm várias atividades...Essas coisas... E interte a gente, todo mundo aqui.
> Pesquisadora: E a sua família o que ela acha disso?
> A. E. O.: Uma coisa boa também que tira muita gente da rua... Dá abrigo... Não totalmente abrigo, mas um lugar que possa passar o tempo. (ENTREVISTA COM A. E. O.).

O jovem apresenta em sua fala a ideia que tem do programa como um espaço assistido e livre de perigos. O tempo útil não é tão importante como o tempo assistido. Estar sendo vigiado, cuidado, "abrigado", como ele mesmo disse, é então a principal função social do programa. Ainda que neste tempo de vigilância não haja atividades direcionadas, de modo que o programa socioeducativo é considerado um local para "passar o tempo".

Na fala do adolescente F. C. S. é possível reforçar o discurso de A. E. O., uma vez que, ao ser indagado sobre a opinião da família na participação no programa, o jovem relata que: "Ah! eles acham bom porque em vez de eu ficar na rua, né?! Porque antes eu só ficava na rua... Aí em vez de eu ficar na rua, agora eu tenho alguma ocupação pra mim fazer" (Entrevista F.C.S.). Pelo que o jovem diz, a família tranquiliza-se com a frequência do menino

no programa. A rua traz aos familiares a sensação de multidão, muitos sujeitos desconhecidos com ideia desconhecidas que podem representar perigo. Quando o sujeito acredita estar em um ambiente vigiado, a sensação é diferente. “A multidão, massa compacta, local de múltiplas trocas, individualidades que se fundem, efeito coletivo, é abolida em proveito de uma coleção de individualidades separadas” (FOUCAULT, 2004, p. 166). Estar no CRAS, envolvido com as atividades do programa, representa estar em segurança, sem os riscos do ambiente externo do bairro, sem os riscos da multidão. E, como já foi falado, este bairro é marcado pela violência juvenil. Ao questionar o jovem J. S. S. sobre a relevância do ProJovem Adolescente no CRAS Ana Carla ele afirma:

> Assim é um programa muito bom que vem pra cá na hora que tava precisando, porque antes de ter esse programa aqui, nós fazíamos algumas brincadeiras aqui também. Mas não aqui no CRAS, na quadra. Tava tendo muita morte aqui, aí depois que começou ter esse ProJovem, aí começou o jovem interagir uns com os outros, assim ter uma boa comunhão, entre a comunidade também. (ENTREVISTA COM J.S.S.).

O menino denuncia em sua fala uma característica marcante do bairro que influencia a maneira dos jovens interagirem com o programa. A violência direcionada a adolescentes é característica marcante do bairro, e os jovens moradores que frequentam o ProJovem Adolescente vêm no programa uma opção de se protegerem desta situação. Como foi elucidado no primeiro capítulo desta dissertação, esta é uma das vulnerabilidades que atinge boa parte dos adolescentes no país, e na região do CRAS Ana Carla esta vulnerabilidade é acentuada pela distância da região central da cidade.

Os adolescentes não estão alheios a esta perigosa realidade, e suas famílias também não. É por reconhecerem o perigo a que estão submetidos que se dispõem a participar do programa, ainda que seja como um passatempo. O mecanismo disciplinar da vigilância é, para os jovens do bairro, uma intervenção bem vinda e necessária. Esta espécie de proteção que os jovens recebem no programa é o que os faz permanecer frequentando o programa, ainda que critiquem suas condutas e percebam suas limitações. Na fala do orientador social S. L. S. confirmamos esta característica do grupo:

> Pesquisadora: E hoje, porque você trabalha no programa?
> S. L. S.: Porque eu acredito que os adolescentes além da educação que recebem na escola, da educação que recebem da família, é... Precisam mesmo de um espaço em que eles buscam aprimorar essa sua educação e convívio social de maneira mais é... Não vou dizer organizada, né?! Mas da melhor forma possível sem ser aquela lá da rua com o coleguinha, onde não teve uma orientação. (ENTREVISTA COM S. L. S.).

O recurso disciplinar mais presente nas falas dos adolescentes é a fiscalização do adulto e do orientador social que admite postura semelhante com relação à importância dada ao trabalho no programa. Mas não é todo adulto que transmite a segurança desejada, apenas aquele capacitado, que porta o poder delegado pelo Estado, por ser funcionário do município. O poder conferido pela vigilância reforça a ideia da hierarquia. Foucault (2004, p.167) afirma que a vigilância é um "dispositivo importante, pois automatiza e desindividualiza o poder". O poder de proteger não é conferido à pessoa S. L. S., mas ao cargo de orientador social. Os jovens parecem sentir-se seguros por estarem sob os cuidados do governo e, neste sentido, mostram sua confiança no poder público. Em outro momento da fala de J. S. S. vê-se que, apesar dos adolescentes deste grupo não considerarem o ProJovem Adolescente como um espaço voltado para a capacitação, eles depositam no programa expectativas de ser uma facilidade para a inserção no mercado de trabalho.

> Eu acho assim como nós já... Desde os quinze anos né?! Nós já começamos entrar na adolescência, aí tipo assim, eles vão dando uma oportunidade pra gente conhecer... É porta de emprego. E até os dezoito, porque daqui nós já saímos com a porta de emprego aberta pra gente futuramente, assim, ter um emprego melhor, né?! (ENTREVISTA COM J. S. S.).

Nesta fala, o adolescente havia sido indagado sobre a importância da existência de uma política pública para a adolescência, como o ProJovem Adolescente. Em sua resposta, o jovem torna clara sua visão do programa como uma forma de ascensão social. Portanto, ainda que os jovens não reconheçam a característica de formação para o mercado de trabalho, eles demonstram ter esta expectativa. Por estar sob os cuidados do Estado, acredita-se que está protegido. Mais do que isso, "o trabalho é a providência dos povos modernos; serve-lhes como moral, preenche o vazio das crenças e passa por ser o princípio de todo bem" (FOUCAULT, 2004, p. 204). A expectativa com relação ao trabalho, é ainda a expectativa do reconhecimento enquanto cidadão na sociedade. Ao respeito conferido a estes cidadãos, e também aos seus direitos.

A vigilância que os jovens apreciam no programa está relacionada ao cuidado que a família não pode oferecer. O programa é a proteção do perigo iminente que é consequência de problemas sociais, como a violência e o desemprego. Na fala dos adolescentes, vê-se que estes riscos a que os jovens estão submetidos pela sua classe econômica e social, só podem ser enfrentados por um poder hierarquicamente superior, como é o caso do poder político.

Os jovens reconhecem ainda a importância da aquisição de conhecimentos como uma forma de se preparar para o mercado de trabalho. Nota-se na fala dos jovens que eles

gostariam que o programa oferecesse atividades de capacitação para que o tempo que estão sob a proteção do programa fosse aproveitado para apoiá-los na inserção no mercado de trabalho. É o que observa-se na fala abaixo:

> Pesquisadora: Você já ajudou a escolher alguma atividade do programa?
> L. M. M. S.: Já. Na verdade no começo do ano eles perguntavam a nossa opinião. O que a gente queria que mudasse no ProJovem, ai eu falei a respeito da... A respeito do conhecimento. Que a gente precisa ter um conhecimento. Aí o F. N. H. falou que ia ajudar a gente a escolher uma profissão. Isso marcou muito a minha presença aqui. Eu ajudei a gente ter uma tarefa na segunda-feira.
> Pesquisadora: É, e porque que você sugeriu isso?
> L. M. M. S.: Acho que a respeito do conhecimento a gente tem querer tudo. Ao nosso redor tem uma competição. Quem tem mais poder... Quem tem mais conhecimento intelectual... Tipo, já tem mais. Já é... Já ta praticamente garantido no caso do trabalho. Isso que falta no jovem de hoje em dia, ter interesse pra adquirir conhecimento, porque o conhecimento é algo que é só seu, ninguém tira de você. (ENTREVISTA COM L. M. M. S.).

Em sua fala a jovem L. M. M. S. fala da competição desleal imposta pelo capitalismo na busca de empregabilidade. Na mesma fala a jovem admite que os jovens não estão tendo vantagem nesta competição e afirma que se deve buscar todo tipo de conhecimento para superar os adversários com quem se compete. Deste modo, ela sugere ao programa, quando indagada pelos técnicos responsáveis sobre o que poderia melhorar no ProJovem Adolescente, atividades voltadas para o conhecimento. Ela não determinou o tipo de conhecimento que gostaria de adquirir, apenas sugeriu atividades "produtivas". O psicólogo, atendendo à solicitação da jovem, propôs atividades de orientação vocacional às segundas-feiras.

Durante as observações, estas atividades de orientação vocacional, propostas pelo psicólogo, não estavam acontecendo. Logo, é possível analisar que, embora os jovens vejam o trabalho como um meio de ascensão social e cobrem os investimentos em conhecimentos profissionais, os profissionais do programa, nesta instituição, não têm reconhecido a profissionalização como uma função do programa. Vejamos o que diz o orientador social a respeito do que verifica como preferências dos adolescentes:

> Pesquisadora: E que tipo de atividades eles gostam de desenvolver aqui?
> S. L. S.: O que mais eles... Anseiam é a prática esportiva.
> Pesquisadora: E o que eles menos gostam?
> S. L. S.: Sala de aula.
> Pesquisadora: No geral qual costuma ser a principal intenção dos jovens que buscam o ProJovem?
> S. L. S.: Diversão. (ENTREVISTA COM S. L. S.).

Nota-se que o orientador social tem uma percepção das intenções dos adolescentes diferente das que eles afirmam ter. A fala do orientador é contraditória com o discurso dos

frequentadores do programa, já que estes afirmam desejar, e esperar do programa, iniciativas voltadas para a capacitação. Notamos que os jovens deste CRAS reconhecem no programa o mecanismo disciplinar da vigilância e tornam-se dependentes deste mecanismo por considerarem-no um recurso de proteção frente à violência que caracteriza o contexto social da região em que vivem. No entanto, os frequentadores do programa não estão alheios às demandas sociais e econômicas do país e trazem em suas falas a importância da capacitação profissional. Os profissionais que atuam junto aos jovens, por sua vez, não parecem estar preocupados com a profissionalização dos jovens e vêm o programa como um espaço de socialização e interação social, não como um espaço de apoio e preparação de jovens à inserção no mercado de trabalho.

A queixa dos jovens que frequentam o programa é a falta de investimento em capacitação. Além de ocupar o tempo e estarem em um ambiente seguro, os participantes cobram atividades dirigidas e direcionadas à profissionalização. Ainda que não utilizem o termo, a profissionalização está presente nas cobranças dos jovens para o programa, como vemos no trecho abaixo:

> Bom, eu acho assim que quando você entra... Assim... É... Tá lá fora para o mercado de trabalho, você tem que ter conhecimento. Eu acho que o que falta no ProJovem é transmitir mais conhecimento. Que a gente tem que aprender a trabalhar em grupo, a ter um bom relacionamento interpessoal, a ter uma boa comunicação, eu acho que falta isso tudo no ProJovem. (ENTREVISTA COM L. M. M. S.).

Ao ser interpelada acerca das sugestões que faria para o programa, a garota L. M. M. S. apresenta a necessidade de atividades de instrumentalização e preparação para o mercado do trabalho. Ao considerar que no período observado o ProJovem Adolescente no CRAS Ana Carla estava sem atividades metodologicamente preparadas, contando apenas com as atividades esportivas, a fala da menina denuncia a falta da orientação e direcionamento para aproveitar o tempo de presença na instituição. Deste modo, seus frequentadores apontam a necessidade de atividades voltadas à capacitação. A adolescente L. M. M. S., apresenta uma linguagem formal e muito bem elaborada para falar da importância da capacitação para pessoas em sua faixa etária. De acordo com Bakhtin (1992, p. 308), “a relação valorativa com o objeto do discurso (seja qual for o objeto) também determina a escolha dos recursos lexicais, gramaticais e composicionais do enunciado”. A linguagem formal e bem composta da garota revela a possível expectativa que a jovem tinha com a pesquisadora, mas também a importância dada para as atividades voltadas à capacitação. Esta jovem veio de Alagoas em

busca de melhores condições de vida, portanto, ela almeja sinceramente oportunidades para melhoria de sua classe econômica e social.

Todavia, o desejo dos adolescentes é também um anseio da sociedade na qual estão inseridos, já que "se a oração está dentro de um contexto, alcança sua plenitude de *sentido* unicamente no interior desse contexto, ou seja, unicamente dentro do todo do enunciado" (BAKHTIN, 1992, p. 306 grifo do autor). Os jovens mostram, desta forma, que conhecem a realidade da sociedade capitalista em que estão inseridos e reconhecem as limitações da própria realidade. A preparação para o mercado de trabalho, mais do que uma demanda social, é uma necessidade individual de cada participante do programa. Eles reproduzem o discurso do Estado e apontam para o desenvolvimento econômico como um recurso para o desenvolvimento social.

A fala da jovem que reivindica e sabe o que quer para a melhoria do programa nos remete a outra característica marcante deste coletivo e que, de acordo com os participantes, influencia no desenvolvimento da personalidade individual de cada jovem. Os jovens deste coletivo têm uma formação crítica que lhes permite posicionar-se com relação às atividades do coletivo. Eles dizem o que gostam, ou não, o que querem, ou não. E, nas entrevistas, percebe-se que os adolescentes atribuem esta característica ao grupo e afirmam terem desenvolvido no decorrer das atividades nele. Como é o caso da jovem J. D. S. que ao ser questionada sobre a influência do programa em sua vida, responde da seguinte maneira:

> J. D. S.: Tipo assim, ser mais comunicativa... Menos nervosismo... Que eu era mais.
> Pesquisadora: Risos.
> J. D. S.: Mais eu não dava conta de falar, começava a rir. Então foi isso...Ajudou na escola, porque tipo... Igual a professora falou esses dias, que eu tava falando muito, que eu tava mais comunicativa. Nos primeiros dias que eu cheguei lá eu era muito quietinha, muito calada, hoje não. Agora dou minhas opiniões. (ENTREVISTA COM J. D. S.).

A jovem J. D. S. descreve na fala acima um desenvolvimento expressivo significativo e atribui este desenvolvimento à participação no ProJovem Adolescente. Os risos da pesquisadora mostram a ironia da situação, onde a jovem mostra-se tímida no decorrer da entrevista e afirma ter desenvolvido a fala pela convivência no programa. Ao perceber a impressão da pesquisadora com relação à sua fala, a jovem afirma que antes de frequentar o programa era ainda mais tímida. Ao perguntar para o orientador social que acompanha este coletivo o que acontece quando os adolescentes não gostam de uma atividade, sua resposta foi simples e direta: "Simplesmente saem da sala (Risos)". (ENTREVISTA COM S. L. S.). A resposta do orientador quanto à insatisfação dos jovens com alguma atividade proposta

confirma as habilidades que J. D. S. afirma ter desenvolvido no grupo. Referindo-se a conhecimento, afeto e ação das pessoas, Bruner (2010, p. 73) afirma que "uma das funções de uma cultura é mantê-las relacionadas e juntas naquelas histórias, imagens e afins através das quais se confere coerência e relevância cultural a nossa experiência". As características individuais dos sujeitos vão moldando-se para que fiquem coerentes com a cultura na qual estão inseridos.

Como notamos, posicionar-se é uma cultura grupal deste coletivo que influencia individualmente seus membros. Respondendo a mesma pergunta que J. D. S. responde acima, L. M. M. S. faz a seguinte afirmação:

> Ele, o programa, influencia é...Na medida em que eu vou conhecendo as coisas, eu acho que eu tinha a minha... Meu lado, minha opinião, minha liberdade de expressão. Eu não argumentava. O programa, ele fez com que eu aprendesse a lidar com os jovens ao meu redor, argumentar, a falar das minhas necessidades. A falar das coisas que a gente quer que aconteça no ProJovem. E na escola me ajudou muito, porque eu chego, e falo: "o gente isso tá errado, tinha que fazer assim. Vamos fazer isso que vai ser legal". E me ajudou muito a... Aprender as coisas, a liderar as coisas. Eu gosto de tá mandando. Em alguma atividade, de ser líder. Acho que é isso. (ENTREVISTA COM L. M. M. S.).

Não apenas o contato social com jovens que vivenciam a mesma fase da vida, mas a característica do grupo também impulsiona as modificações descritas pelas garotas. Dessa maneira, o grupo posiciona-se com relação às atividades que os agradam e que os desagradam, como fizeram quando se recusaram a continuar as atividades com o facilitador de teatro. Uma característica do grupo exerce influência sobre a característica individual dos sujeitos que o frequentam, pois "jamais um *self* independe da existência cultural-histórica de um indivíduo" (BRUNER, 2010, p. 71).

Uma vez conhecendo a influência da estrutura grupal do coletivo sobre a personalidade individual de cada jovem, é necessário pensar sobre os valores que o programa tem buscado transmitir aos jovens. Pensando nisso, apresenta-se o diálogo abaixo:

> Pesquisadora: Gostaria de saber quais os valores que você acha que tem sido trabalhados no ProJovem?
> F. C. S.: Ah! Educação, respeito ao próximo, sem diferença, sem preconceito. Acho que são os valores principais que o ProJovem tem trabalhado.
> Pesquisadora: E como trabalha esses valores?
> F. C. S.: Bom, nós entramos assim, né?! Em debate, porque na verdade acontece isso. Mas só que eles tentam abrir a mente das pessoas pra que isso não aconteça assim. (ENTREVISTA COM F. C. S.).

O jovem apresenta em sua fala outra característica do grupo: o respeito às diferenças. O respeito ao próximo é um valor reconhecido pelo adolescente que está presente não apenas

nas atividades e nos debates do programa, como afirma F. C. S., mas no direcionamento e na condução de todas as atividades do coletivo. Os profissionais que entram em contato com o programa deixam clara a postura ética de respeito na relação com os jovens e exigem o mesmo tratamento respeitoso nas relações dos jovens com os colegas.

Quando situações de discriminação aparecem no grupo, mesmo que em forma de brincadeira, um dos profissionais do CRAS toma a iniciativa de conversar com o jovem que realizou a ação. A pesquisadora pôde presenciar uma situação em que o jovem F. C. S., dirigiu-se a um colega do gênero masculino, que tinha a cor da pele branca, chamando-o de "branca de neve". No mesmo dia o orientador social chamou o F. C. S. para uma conversa reservada e, logo em seguida, conversou particularmente com o adolescente que recebeu o apelido pejorativo. Ao ser questionado sobre a conversa que havia tido com os meninos, o orientador afirmou ter pedido para F. C. S. não fazer mais este tipo de brincadeira, por ser ofensiva, e que o ambiente exige respeito. Já para o jovem que foi chamado de "branca de neve" o profissional questionou se ele havia se sentido prejudicado pelo comentário do colega, ao que o menino respondeu que estava bem e que não havia levado em consideração o comentário do colega.

Ressalta-se aqui que a situação, aparentemente displicente – como uma brincadeira - não passou despercebida ao olhar do orientador. E a fala do jovem F. C. S. ao afirmar que situações de discriminação acontecem, mas que, diante destas os profissionais do programa intervêm para "abrir a mente" dos adolescentes, seguramente é a fala de um jovem que vivenciou uma situação assim. Quando o jovem apresenta como valores do programa a educação, o respeito ao próximo e o convívio com as diferenças, ele reproduz um discurso que é passado pelos profissionais do programa e que caracteriza a dinâmica grupal deste coletivo. Pode-se observar que o discurso do orientador social diante da mesma indagação feita ao adolescente F. C. S. no trecho apresentado acima, sobre quais valores são trabalhados pelo programa, não estava distante da resposta do jovem.

> S. L. S.: Respeito, né?! Primeiro alto do conhecimento. Ter seus valores, seus direitos, o respeito.
> Pesquisadora: Por quê?
> S. L. S.: Né?! , Eu acho que a partir do momento que ele passa a respeitar o seu semelhante, eu acho que ele vai ser, dever melhor consigo mesmo. Se ele respeita seu colega, então ele vai respeitar na casa dele, ele vai respeitar os seus professores, e esse é o foco principal. (ENTREVISTA COM S. L. S.).

O orientador social S. L. S. mostra nesta fala que, para ele, enquanto profissional responsável pelas atividades com os adolescentes do ProJovem Adolescente, o respeito é o

valor que deve ser trabalhado em suas atividades. Ele justifica que o respeito é um valor que tem influência direta em vários grupos e instituições sociais que os jovens perpassam.

Ao questionar o que os jovens consideram importante para se tornar uma pessoa melhor, a fim de continuar analisando como o programa estimula o desenvolvimento dos sujeitos que frequentam o programa, uma vez que os entrevistados relacionam suas considerações nesta resposta às iniciativas do ProJovem Adolescente. A estas questões a jovem L. M. M. S. respondeu da seguinte maneira:

> L. M. M. S.: Eu acho que assim: o caráter, a educação que você recebe em casa é a educação que as pessoas te transmitem. É... Tipo... Se ver os outros. É, acho que é isso. Que a pessoa ela tem que formar seu caráter é primeiro em casa, pra depois ela ser um cidadão fora de casa.
> Pesquisadora: O ProJovem ajuda nisso?
> L. M. M. S.: Ajuda bastante. Aqui mesmo tem pessoas assim, que querem fazer... Querem ser dono do seu nariz. Só que não adianta, porque a gente tá em constante aprendizagem.
> Pesquisadora: Querem ser dono do seu nariz, como assim?
> L. M. M. S.: É... Exemplo: eu entro a hora que eu quiser no ProJovem, saio a hora que eu quiser. Não tô nem ai pra isso. Eu faço o que eu quiser. As pessoas... Tipo... Tem é claro que a exceção, mas tem pessoas que não respeita o outro, não respeita sua liberdade de expressão. (ENTREVISTA COM L. M. M. S.).

A fala da menina é o reforço do que os jovens entrevistados neste local repetiram por diversas vezes no decorrer das entrevistas: a importância do respeito ao próximo. A jovem E. S. confirma a fala da colega em sua sucinta resposta sobre o que é preciso para se tornar uma pessoa melhor. Ela afirma: ”Eu acho assim que a gente não pode julgar ela, só pelo que a gente tá vendo” (Entrevista com E. S.). Mais uma vez o respeito aparece como um recurso para tornar alguém melhor. O garoto J. S. S. também apresenta opinião semelhante à das colegas. Ele diz que para tornar alguém melhor:

> Assim, deveria ser feito mais... Ali entre nós mesmos. Tratar mais sobre o respeito. Assim, conversar mais sobre o respeito, assim com o próximo. Várias coisas, tipo assim: não falar que aquela pessoa é melhor que a outra porque sabe isso, sabe aquilo. Não. Porque nós todos somos iguais, não tem branco, preto, moreno. (ENTREVISTA COM J. S. S.).

É interessante notificar que os jovens deste coletivo falam muito do valor do respeito entre as relações. Nota-se assim que, para este coletivo com grande diversidade cultural, o valor moral trabalhado com os jovens é o respeito. Este valor é claramente reconhecido por aqueles que frequentam o programa e por aqueles que direcionam as atividades do mesmo. Houve uma transição entre a opinião do orientador e a percepção do grupo.

> Sensibilidades e inclinações compartilhadas podem produzir algumas consequências sociais impressionantes. Em primeiro lugar, elas produzem uma surpreendente estabilidade dentro de grupos. As pessoas agem de acordo com suas percepções e escolhas e correspondem dessa maneira. [...] O processo transacional pareceu se intensificar com o tempo (BRUNER, 2010, p. 63).

As percepções do grupo e as percepções individuais são coniventes pela eficiência das transações estabelecidas entre orientador social e adolescentes. A fala do orientador social confirma a fala do adolescente o que expõe a eficiência da educação em valores do programa, uma vez que, o valor eleito pelo profissional como imprescindível no trabalho com o grupo, é também o valor reconhecido pelo participante do programa como eficientemente trabalhado. No entanto, é importante mencionar que a diversidade cultural não é a única característica que define o grupo.

Ao ponderar que os jovens vivem em uma região considerada violenta, o trabalho com outros valores poderia contribuir para o enfrentamento desta vulnerabilidade instalada na região. A educação em valores, voltada para a justiça e para a cidadania, poderia ampliar as ações do programa ao nível da comunidade e fazer os jovens pensarem nas dificuldades enfrentadas pela comunidade e sugerirem alternativas de desenvolvimento social para a região em que vivem. Aliás, atividades voltadas para o desenvolvimento comunitário são preconizadas nos materiais oferecidos pelo MDS como suporte metodológico ao programa ProJovem Adolescente.

Os jovens deste coletivo destacam-se por serem críticos e participativos com relação às atividades direcionadas a eles. Portanto, afirmar que eles teriam tanto interesse por atividades de educação em valores como cidadania e justiça, como têm pelas atividades voltadas ao respeito ao próximo, não parece uma afirmação equivocada. A impressão que se tem é que os jovens almejam atividades assim, mas não houve a percepção por nenhum profissional de como esta característica grupal de tomar frente nas decisões do grupo pode ser explorada em atividades valorativas.

6.3 A família para os adolescentes do CRAS Rio Vermelho

Os valores constituem a personalidade dos jovens, portanto, para conhecê-los de maneira mais aprofundada é preciso conhecer o que os jovens valorizam em sua vida. Para responder a esta indagação o roteiro de entrevista contemplou uma questão sobre o que os jovens consideram importante em sua vida. Os trechos abaixo trazem um pouco das respostas:

> F. M. L.: Na minha vida? A minha família.

> Pesquisadora: Sua família. E quando e porque que você acha que sua família se tornou importante?
> F. M. L.: Uai, porque ela que me vai... Como é que eu vou falar? Porque ela que me apoia pra fazer as coisas, elas que... Minha mãe... Uma pessoa que vai sempre estar do meu lado para o que der e vier.
> Pesquisadora: E quando que você teve essa noção? Você sabe?
> F. M. L.: Sim, desde pequena.
> Pesquisadora: Alguém ajudou você com isso? Alguém conversou sobre isso como você?
> F. M. L.: Não, porque isso vem de casa mesmo, a mãe está ali do lado sempre te apoiando. (ENTREVISTA COM F. M. L.).

F. M. L. responde prontamente que a família é o que há de mais importante em sua vida e justifica esta importância com clareza. No que concerne à mesma indagação feita à F. M. L., o jovem M. A. C. afirma que considera mais importante em sua vida a família. Segue o trecho da entrevista abaixo:

> M. A. C.: Minha família.
> Pesquisadora: Sua família? Quando e porque isso se tornou importante pra você?
> M. A. C.: Por que neste mundo de hoje em dia se não tiver uma família é muito difícil. A pessoa vai se envolver com drogas. E vai praticamente morar debaixo da ponte.
> Pesquisadora: Alguém ajudou você a pensar na importância da sua família?
> M. A. C.: Meu tio.
> Pesquisadora: E como ele fez isso?
> M. A. C.: Sempre ele falava assim pra mim... Quase toda hora ele ficava falando que em primeiro lugar você tem que respeitar a família. Depois vem os estudos, mas em primeiro lugar vem Deus. (ENTREVISTA COM M. A. C.).

De cinco adolescentes entrevistados nesta instituição, quatro consideram a família o que há de mais importante em suas vidas. Todos que afirmaram que a família é o que há de mais importante em suas vidas o fizeram prontamente logo que questionados, sem pausa para pensar antes da resposta. Desta forma, pode-se afirmar que a importância das relações familiares é uma característica do coletivo. Bakhtin afirma que:

> O discurso vive fora de si mesmo, na sua orientação viva sobre seu objeto: se nos desviamos completamente desta orientação, então sobrará em nossos braços seu cadáver nu a partir do qual nada saberemos, nem de sua posição social, nem de seu destino. *Estudar o discurso em si mesmo, ignorar a sua orientação externa, é algo tão absurdo como estudar o sofrimento psíquico fora da realidade a que está dirigido e pela qual ele é determinado.*(1998, p. 99, grifo do autor).

Deste modo é preciso conhecer outros elementos do contexto dos adolescentes que frequentam o ProJovem Adolescente para estudar o porquê do reconhecimento da família como sendo muito importante em suas vidas. Comumente vemos pessoas comuns proferindo discursos que levam a crer que pessoas em situação de vulnerabilidade social não se importam com os vínculos familiares, e costumam tê-los rompidos. Vez ou outra se ouve discursos em

noticiários sensacionalistas culpando a falta de estrutura familiar pelos elevados índices de marginalidade juvenil.

Ao questionar com a orientadora social como é a estrutura familiar dos adolescentes que frequentam o ProJovem Adolescente nesta instituição, ela respondeu:

> L. O. G. M.: É muito relativo tem adolescente que mora com os avós, tem adolescente que mora com a irmã, com a tia. Então essa composição familiar é... Muito... Como que fala... Quando não tem pai e mãe juntos? Acho que... Olha, só tem um adolescente que mora com a mãe, o restante é cada um, assim... Com a vó, é com a tia né?! Não tem uma família composta de pai e mãe. (ENTREVISTA COM L. O. G. M.).

Pela fala da orientadora social percebemos que a maioria dos frequentadores do programa não tem uma estrutura familiar nuclear patriarcal. Ainda assim os jovens alegam que a família é importante pelo seu caráter de proteção, de modo que as relações familiares dão suporte para o desenvolvimento seguro e saudável. A família aparece na fala dos jovens com a função de orientar e corrigir.

Bakhtin (1998, p. 99, grifo do autor) afirma que "o fato é que entre as 'linguagens', qualquer que elas sejam, são possíveis relações dialógicas (particulares), ou seja, elas podem ser percebidas como ponto de vista sobre o mundo". Mais do que a importância protetiva, os jovens trazem a família a partir de outros olhares e um deles é o de compartilhamento de pontos de vista sobre o mundo. Durante a entrevista indagou-se sobre o que os jovens acreditavam que deveria ser feito para tornar uma pessoa melhor. Vejamos as respostas:

> Pesquisadora: Hum, entendi. Então, no geral, diante disso tudo que você estava me falando, o que você acha que é preciso ser feito, ou ser oferecido, pra uma pessoa se tornar alguém melhor?
> T. E. O.: Tem que procurar a escola, trabalhar muito, procurar também um esporte pra você fazer e também procurar se cuidar.
> Pesquisadora: Sim, mas esses são coisas que a pessoas fazem pra se tornar melhor, né? Quero saber o que vem independente das pessoas fazerem? Porque ela fazer é uma escolha dela, quero saber o que pode ser oferecido, o que alguém pode chegar e fazer pra tornar a outra pessoa melhor, entende? O que pode ser dado? O que pode ser dito? Pra tornar a outra pessoa melhor?
> T. E. O.: Procurar uma ajuda sobre o que deve fazer, o que não deve... Conversando mais com seus próprios pais, ou com uma pessoa mais velha, e que sabe muito da vida.
> Pesquisadora: E o programa você acha que torna a sua vida mais feliz?
> T. E. O.: Sim, com certeza.
> Pesquisadora: Por quê?
> T. E. O.: Porque o tempo que eu não ficava em casa eu ficava na rua. Eu também começava andar com quem fumava droga. Aí eu vi que eles começaram a pegar no pé, e falava pra mim q eu tinha q fazer outra coisa, aí por isso eu vim fazer o ProJovem.
> Pesquisadora: Hum, e aí agora as coisas estão melhor?
> T. E. O.: Estão melhor. Agora a minha mãe vê que eu estou no caminho certo. (ENTREVISTA COM T. E. O.).

T. E. O. fala sobre a força de vontade que motiva toda mudança entre os seres humanos, apresenta a importância do ProJovem Adolescente neste processo e coloca-se como alguém que melhorou o próprio comportamento pelas intervenções do programa. Em todo este discurso a presença da família pode ser notada como protagonista no processo de disciplinarização. Além do que a família, para o jovem, é o grupo que foi mais beneficiado com esta melhoria no comportamento. W. A. O. falando sobre como se deu a própria mudança de atitude, confirma uma aproximação com o discurso de T. E. O.:

> Pesquisadora: Sua tia... O que sua tia fez pra te fazer uma pessoa melhor? A sua prima... E assim vai.
> W. A. O.: Não, Nós sentamos e entramos em acordo: "Vamos fazer isso e isso, tem que mudar isso e isso e isso". Ai foi ao longo do tempo... Fui mudando algumas coisas e hoje tá aí.
> Pesquisadora: E o programa, você acha que esse programa ajuda nisso, nessa melhora?
> W. A. O.: Ajuda
> Pesquisadora: Como?
> W. A. O.: Ela ajuda diante das palestras, do que você aprende a fazer que você não sabia antes. Dentre outras coisas ai você vai aprendendo no decorrer. (ENTREVISTA COM W. A. O.).

O diálogo com a família aparece nos dois trechos de entrevistas apresentados como o recurso que os adolescentes que frequentam o programa acreditam ser primordial para tornar alguém melhor. Novamente a família aparece nos discursos dos adolescentes com protagonismo ímpar. Eles reconhecem que a motivação para toda mudança é pessoal, particular de cada indivíduo, mas apontam para o papel da família como importante incentivadora de mudanças de comportamento.

Percebemos na fala da orientadora social que a família é tida por ela como algo importante de ser trabalhado no programa. O discurso dela não está distante do discurso dos jovens.

> Pesquisadora: Qual valor você acha que é mais importante? Que o ProJovem trabalha com os jovens?
> L. O. G. M.: Família.
> Pesquisadora: Família, por quê?
> L. O. G. M.: Porque a família tá muito desestruturada. E isso aí acaba causando dano emocional no adolescente. Talvez hoje não, mas quando ele tiver na fase da juventude... Quando tiver na fase do casamento... Isso é muito interessante, porque eles reclamam dessa família desestruturada que eles têm. Então a gente... Assim... Tenta no máximo tá conversando com eles, e eles falando o que eles gostariam que mudassem na família. Pra eles chegarem numa idade, ou quando casar tiver os filhos, eles não praticarem as mesmas coisas que aconteceu na família deles. (ENTREVISTA COM L. O. G. M.).

A fala da orientadora social relacionada ao aproveitamento das experiências dos adolescentes com suas vivências familiares, a fim de construírem famílias melhores, desencadeia uma série de reflexões possíveis do diálogo entre os sujeitos que frequentam o programa e ela. A orientadora utiliza-se, então, dos próprios conhecimentos para orientar as experiências vividas pelos jovens. Ela toca com esta estratégia o que há de mais subjetivo para eles.

> Uma das contribuições da revolução cognitiva na psicologia foi que ela tornou possível considerar a questão de como o conhecimento e a experiência eram organizados em suas inúmeras formas. E já que a linguagem é nossa ferramenta mais poderosa para organização de experiências e, de fato, para constituir "realidades", os produtos da linguagem em toda sua rica variedade estavam se apresentando para uma investigação mais profunda. (BRUNER, 2010, p. 8).

Nas entrevistas os adolescentes trouxeram, através da linguagem, suas experiências e conhecimentos de vida. Notamos que parte do resultado destas experiências é a percepção da família como importante instituição em suas histórias. Ressaltamos, ainda, a influência das experiências e conhecimento da orientadora social acerca da família para a organização destas ideias. Assim, vejamos o que a orientadora afirma serem os recursos para que houvesse a referida relação transacional sobre o valor da família.

> Pesquisadora: E como você trabalha esse valor da família? Eu queria que você descrevesse mesmo uma ou outra atividade que você faz com eles. Como eles agem nas atividades? Nesse sentido.
> L. O. G. M.: O interessante era que os pais estivessem presentes. Só que a gente marca reunião e é assim: de vinte a vinte cinco adolescentes, aparece dois pais, aí a gente acaba conversando individual, porque a família não está presente. Essa é a nossa preocupação. Como mudar a cabeça, o pensamento desse adolescente? Se a família não está participando, entende?! Então é essa fala que a gente tem bastante com eles, que assim... A gente não julga a família, quando ela não esta presente, mas a gente dá... É... Eu mesmo falo muito com eles a respeito dessa convivência familiar, entende?! Será que as vezes nos finais de semana, que eles teriam que estar com os pais? O que eles fazem? Vão pra rua, vão jogar bola ou vão estar com os amigos e deixa o pai e a mãe, que às vezes naquele dia tá sem trabalhar, pra estar junto com os colegas. Essa... É a convivência que a gente gostaria que os pais tivessem, e às vezes a gente conversa com os pais. Eles dizem: "Ah eu preciso trabalhar", entendeu?! Mas no final de semana não. E porque não acontecer esse diálogo no final de semana? Com o filho né?! (ENTREVISTA COM L. O. G. M.).

A orientadora social afirma que, além das tentativas de reuniões para aproximar os pais do programa ProJovem Adolescente, ela e a equipe técnica do CRAS faz visitas nas casas das famílias que acredita precisarem de algum tipo de intervenção psicossocial. Em situação de faltas dos adolescentes ela não hesita em entrar em contato com a família. Ressalta-se que, além de estar presente no discurso de L. O. G. M., a família, como relevante instituição, ocupa importante tempo em sua prática profissional. Deste modo, pode-se pensar que o trabalho da

orientadora social influenciou nas opiniões dos que frequentam o ProJovem Adolescente no CRAS Rio Vermelho. Todavia, o leitor perceberá, no tópico a seguir, que o coletivo do ProJovem Adolescente no CRAS Ana Carla compartilha da mesma ideia acerca da importância da família.

6.3.1 A família para os adolescentes do CRAS Ana Carla

Assim como no CRAS Rio Vermelho, a característica que chama atenção nas entrevistas com os adolescentes do coletivo do CRAS Ana Carla é que, ao serem questionados sobre o que consideram importante em sua vida, a maioria respondeu que considera a família. Entre seis adolescentes entrevistados, quatro responderam desta maneira. E destas quatro, duas resposta chamam a atenção pela emoção na fala dos jovens. O trecho de entrevista abaixo chama atenção por tratar-se da resposta de um adolescente adotado.

> Pesquisadora: O que você acha que é mais importante na sua vida?
> A. E. O.: Mais importante na minha vida...São meus pais, que eu tenho por enquanto.
> (...)
> Pesquisadora: E quando e porque, eles se tornaram importantes pra você?
> A. E. O.: Porque na verdade, como eu tô nessa idade. É muito difícil de uma pessoa querer adotar alguém da minha idade. Como já tem muitas crianças que são menores, a ideologia delas está bem pouca, aí os pais vão falando, e vão pegando o ritmo. Como eu já sou de ritmo diferente, pra eles é mais complicado. Aí eles vão levando e eu vou colaborando... Não sendo muito cabeça-dura, essas coisas. Ai eu vou vivendo assim, tranquilo, sem problema nenhum.
> Pesquisadora: É? Por isso então que você os considera muito importantes? E quando eles se tornaram importante?
> A. E. O.: Desde quando eles me adotaram. (ENTREVISTA COM A. E. O.).

Outra entrevista que chama atenção pela emoção na fala é a da jovem L. M. M. S., que viveu até os 16 anos de idade com a avó em Alagoas, e passou a viver com a mãe há pouco tempo. Segue abaixo o trecho da entrevista da jovem:

> Pesquisadora: E o que você acha que é mais importante na sua vida?
> L. M. M. S.: Bom, a coisa mais importante na minha vida é minha mãe. Eu acho que sem ela eu não seria nada, nada mesmo. E eu faço de tudo pra agradar ela, é... Evito fazer as coisas que ela não gosta, e vindo ProJovem é fazer isso. Porque se você tá na rua, você tem... Você convive com pessoas que não presta você faz coisas que não prestam sim, e aqui dentro do ProJovem não. Você aprende a fazer o que é certo, você aprende a conviver com as pessoas, e lá fora não. Lá fora no mundo a gente não tem essa cabeça assim, de: “olha, não vou fazer isso com aquela pessoa que é errado”, e aqui no ProJovem não, aqui eu faço... Eu faço o que é certo aqui dentro.
> Pesquisadora: E porque que você considera a sua mãe a coisa mais importante na sua vida?
> L. M. M. S.: Ah, eu acho porque eu fiquei muito tempo sem ela, sabe? Desde os meus dezesseis anos, eu sempre morei com a minha vó. Eu vejo que agora é... Ela é

> uma pessoa muito especial pra mim, porque sem ela eu não seria nada, eu faço tudo pra agradar ela... Ela, eu lembro que ela me falou que... Que não conseguiu terminar a escola e eu vou terminar. Não só pra agradar ela, mas porque eu quero dar uma vida melhor pra ela. Eu acho que o que ela tem agora não é tão... Não é o essencial pra ser feliz. (ENTREVISTA COM L. M. M. S.).

Nos dois fragmentos de entrevista acima apresentados nota-se que os jovens carregam em sua história situações de abandono, e, por sentirem-se acolhidos em suas famílias, sentem-se gratos. O jovem A. E. O. mostra em sua fala a culpa que sente pela idade que tem, ao considerar a dificuldade de adoção para crianças mais velhas. Ele afirma fazer o possível para evitar conflitos com os pais adotivos justamente por não ter uma idade menor. A garota L. M. M. S. apresenta no que diz o desejo de proporcionar à família melhores condições de vida, especialmente à mãe. L. M. M. S. reconhece as condições de precariedade a que a família está submetida e pensa na melhoria destas condições como um investimento para o futuro. Deste modo, o apreço a família, descrito pelos dois sujeitos, aparece por situações particulares vivenciadas por eles que compõem suas biografias. Pode-se dizer então que "A consciência individual não só nada pode explicar, mas ao contrário, deve ela própria ser explicada a partir do meio ideológico e social. *A consciência individual é um fato socioideológico"* (BAKHTIN, 1995, p. 35 grifo do autor).

O fato de jovens em situação de vulnerabilidade social considerarem a família o que há de mais importante em suas vidas é um dado que chama a atenção, uma vez que normalmente atribui-se às pessoas nesta condição uma imagem de sujeitos com vínculos familiares enfraquecidos. Notamos que seus vínculos familiares não seguem o padrão ditado pela sociedade da família nuclear patriarcal.

Ao indagar para o orientador social sobre o perfil dos jovens que frequentam o ProJovem no CRAS Ana Carla ele afirma: "Adolescentes cursando na sua maioria o ensino médio, de famílias de pais separados, adolescentes criados com avós, ou vivendo só com pai também temos" (ENTREVISTA COM S. L. S.). O fortalecimento dos vínculos familiares é um dos recursos comumente lembrados nas políticas de promoção e assistência social para o desenvolvimento social e comunitário. Portanto, o fato dos jovens que frequentam o programa ProJovem Adolescente pensarem na importância da família em suas vidas, pode ser uma consequência das ações do programa, ou mesmo das ações do CRAS. A consciência individual dos sujeitos, que tem seus motivos em argumentos particulares da vida de cada um, passou a compor a ideologia do grupo todo. Bakhtin (1995, p. 35) afirma que:

> A consciência adquire forma e existência nos signos criados por um grupo organizado no curso de suas relações sociais. Os signos são o alimento da

> consciência individual, a matéria de seu desenvolvimento, e ela reflete sua lógica e suas leis. A lógica da consciência é a lógica da comunicação ideológica, da interação semiótica de um grupo social.

A natureza social da consciência individual é algo muito presente nas preferências dos sujeitos entrevistados. As lógicas e leis compostas nos grupos são refletidas através da consciência individual e comprovadas através da linguagem. Assim, não é uma coincidência que este grupo todo apresente ideia semelhante com relação à importância da família. Ainda que este tema não seja tão explorado pelo orientador social quanto é explorado pela orientadora social do CRAS Rio Vermelho. O orientador social S. L. S. relata, de maneira diferente, enfrentar problemas semelhantes aos descritos no item acima pela orientadora do CRAS Rio Vermelho com relação às intervenções junto às famílias. Ele fala da ausência da família e de uma tentativa de resgate dos vínculos familiares como responsabilidade do CRAS.

> Pesquisadora: você falou a respeito da família, né?! Que você acredita que a educação em valores é função da família. O ProJovem tem um acesso a família também? Tem algum... Direcionamento a família? Vocês aqui no CRAS fazem alguma coisa direcionada a essas famílias desses jovens?
> S. L. S.: Fazem de forma superficial, né?! Porque quando a família vem, a mãe vem fazer, ou avó vem inscrever o adolescente, primeira coisa ela vem pro CRAS, ela vem buscar beneficio. E quando você fala da posição família, então sempre assustam. Quando você fala da necessidade da participação da família na vida do adolescente, na vida da comunidade eles assustam. Eles não quererem ter responsabilidade com isso, então o... Tem uma equipe que trabalha com um grupo de família, começando com as mães, com as gestantes. (ENTREVISTA COM S. L. S.).

Diferente do discurso da orientadora social L. O. G. M., percebe-se que S. L. S. não se coloca como responsável pelas intervenções familiares. Ele chega a afirmar que tal função é responsabilidade do CRAS, considerando-o como uma instituição separada do programa. No decorrer da entrevista, ele afirmou ainda:

> Pesquisadora: Hum... E essas famílias tem relação com as famílias do ProJovem? Ou não necessariamente?
> S. L. S. : Todo adolescente do ProJovem ele vem de uma família cadastrada né?! Que é um... Recebe bolsa-família, e as famílias quase todas recebem uma visita periódica da equipe pra tá dentro da condição sócio comunitário. (ENTREVISTA COM S. L. S.).

As visitas a que o orientador social se refere são as visitas para verificação das condicionalidades do Programa Bolsa Família. Estas visitas não costumam ter relação com o ProJovem Adolescente e o orientador social não é responsável por acompanhá-las. Notamos, assim, que nesta instituição, a família não é trabalhada pelo orientador social com a mesma

importância que na anteriormente vista. Ainda assim o grupo atribui à família uma importância ideológica, como se nota nas falas e dados apresentados. “Toda *refração ideológica do ser em processo de formação*, seja qual for a natureza do seu material significante, *é acompanhada de uma refração ideológica verbal*, como fenômeno obrigatoriamente concomitante” (BAKHTIN, 1995, p. 38). À medida que os adolescentes falaram da importância de suas famílias, eles refrataram uma ideologia grupal. Eles acolheram a ideologia do grupo, acrescentaram a ela características e argumentos pessoais e individuais e através da linguagem expressaram uma ideologia que passou a compor suas consciências individuais.

6.4 Sobre o futuro no CRAS Rio Vermelho

Nos planos para o futuro dos jovens que frequentam o ProJovem no CRAS Rio Vermelho pode-se perceber um apontamento de seus sonhos voltados para a ascensão social. “O contexto está sempre vinculado à pessoa (diálogo infinito em que não há nem a primeira nem a última palavra)” (BAKHTIN, 1992, p. 411). Portanto, os planos para o futuro dos sujeitos entrevistados estão vinculados a suas histórias. A condição de sujeitos marginalizados e em situação de vulnerabilidade social, as crenças familiares e o contexto do programa apresentam influência em seus planos para o futuro. Aparecem em suas falas como tentativa de melhorar a qualidade de vida familiar. A jovem F. M. L. afirma que seus planos para o futuro são:

> Curto prazo: trabalhar. Trabalhar assim, não igual no salão, porque no salão é... Menos... Tipo no salão eu só quero aprender só pra preencher aquele espaço que antes eu poderia estar dormindo ou estar fazendo qualquer coisa. Quero trabalhar em curto prazo. Em longo prazo eu quero... Ter... Tipo eu já quero manter minha família. (ENTREVISTA COM F. M. L.).

L. P. G. revela planos diferentes dos acima apresentado. A jovem afirma:

> L. P. G.: Ah! Os meus planos é sempre estudar, né?! Porque a gente pode ter a idade que for, os estudos nunca vão acabar então eu procuro sempre estudar, fazer uma faculdade pra medicina que é meu sonho, né?! Geriatria. E seguir em frente com meus estudos, trabalhar, batalhar pra eu conseguir me manter.
> Pesquisadora: Hum... E o que você tem feito pra alcançar isso?
> L. P. G.: Estudado, estudado muito.
> Pesquisadora: É? E o ProJovem ajuda você a atingir esses objetivos?
> L. P. G.: Sim, psicólogas, orientadoras, sempre ajuda porque as a gente chega aqui no baixo astral, vocês conversam com a gente “não desanima, vocês tem que seguir a vida, vocês são tão jovens, tão adolescentes e vão querer parar a vida por coisas simples e tal”? (ENTREVISTA COM L. P. G.).

As duas jovens acima mencionadas apresentam seus planos para o futuro. No primeiro trecho de entrevista apresentado, a jovem F. M. L. não demonstra ter planos concretos para o futuro, ela afirma querer, em longo prazo, ter condições de manter a sua família. Como fará para concretizar este plano não está claro na fala da jovem. Já L. P. G. tem planos concretos de formar-se em medicina e especializar-se em geriatria. Para esta garota os planos para o futuro parecem palpáveis e a jovem acredita estar fazendo o possível para concretizar seu sonho. Ainda que ela não alcance o seu objetivo, sabe que para ser médica é preciso estudar muito e afirma fazê-lo.

O garoto M. A. C. também apresenta seu planos para o futuro, mas em uma categoria diferente das duas acima apresentadas. Ele diz que para o futuro pensa o seguinte:

> M. A. C.: Eu penso em fazer uma faculdade, me formar em piloto, e ter uma vida melhor.
> Pesquisadora: Você quer ser piloto de avião?
> M. A. C.: É.
> Pesquisadora: E em curto prazo você tem objetivo?
> M. A. C.: Tenho. Conseguir um serviço como menor aprendiz.
> Pesquisadora: E o que você tem feito para alcançar isso? Para ser um piloto, para conseguir um emprego...
> M. A. C.: Eu vou entregando currículo para ver se tem alguma empresa que me chama e quando eu já tiver maior eu vou fazer o curso de piloto, aí eu faço faculdade e me formo.
> Pesquisadora: Hum... E o ProJovem ajuda você nisso?
> M. A. C.: Ajuda.
> Pesquisadora: Como?
> M. A. C.: A L. O. G. M. mostrou pra gente como que faz um currículo. Ela arruma oportunidade pra gente no mercado de trabalho. (ENTREVISTA COM M. A. C.).

O jovem M. A. C. apresenta ainda uma terceira categoria de planos para o futuro, o jovem afirma saber o que quer, mas parece pouco informado acerca do caminho a seguir para alcançar seus planos para o futuro. Nas entrevistas foram observadas estas três categorias de planos para o futuro no discurso dos jovens. A primeira categoria é a dos jovens que não têm planos concretos para o futuro; a segunda categoria é a dos jovens que, embora tenham planos para o futuro não sabem ao certo o que fazer para alcançá-los; já a terceira categoria é a dos adolescentes que têm planos para o futuro e sabem como proceder para alcançar seu objetivo.

> Futilidade da atitude do homem para com o futuro (o desejo, a esperança, o medo); fica-se insensível ao inesperado, ao indeciso, à “surpresa”, poder-se-ia dizer, à novidade absoluta do milagre, etc. Particularidades da atitude profética para o futuro. A abstração de si mesmo numa representação do futuro (BAKHTIN, 1992, p. 410).

Para além da concretização dos planos para o futuro que aparecem no discurso dos adolescentes, cabe-nos dar vozes a este sujeito para que as análises possam escavar as

ligações e contradições que perpassam o programa. Nota-se que os jovens apresentam suas expectativas não apenas na pergunta direta, mas também quando questionados sobre o que consideram uma vida feliz. Segue abaixo o trecho da entrevista de W. A. O. referente à esta indagação:

> Pesquisadora: É. O que é uma vida feliz?
> W. A. O.: Vida feliz é você fazer aquilo que você gosta.
> Pesquisadora: Como assim fazer aquilo que gosta?
> W. A. O.: Ah! Sei lá... Você... Se você, gosta de jogar bola e você tem uma condição boa de... Que nem entrar em alguma escolinha de futebol... Você entra, faz o que você gosta. Não vai pela cabeça dos outros, vai pela sua.
> Pesquisadora: E você acha que o programa ajuda, tornar a vida das pessoas mais felizes?
> W. A. O.: Não, assim... Felizes sim. Mais fáceis, né?! De...
> Pesquisadora: Porque?
> W. A. O.: Porque aqui você aprende varias coisas. Você faz curso, se qualifica... Você se prepara, dentre outras coisas... Ai que... Não me vem a cabeça.
> Pesquisadora: É, e isso torna a vida mais fácil?
> W. A. O.: Torna sim. Torna um pouco. Você já... Ah! Já... Ah! Sei lá... Se qualificar para o mercado pra você ver como que é a vida lá fora. (ENTREVISTA COM W. A. O.).

Nesta fala W. A. O. afirma que uma situação financeira estável torna a vida mais fácil e aumenta o acesso ao lazer. T. E. O. apresenta resposta semelhante à do colega e responde a indagação da pesquisadora da seguinte maneira:

> Pesquisadora: O que você acha que é preciso pra ser feliz, ter uma vida feliz?
> T. E. O.: Precisa ter união e também poder construir uma família e fazer o que você gosta.
> Pesquisadora: É, e o programa ajuda você nisso? Ajuda a tornar sua vida feliz?
> T. E. O.: Ajuda com certeza.
> Pesquisadora: Como que o programa ajuda?
> T. E. O.: Incentivando os estudos, fazendo palestras sobre sexualidade, incentivando os programas de cursos... (ENTREVISTA COM T. E. O.).

Os valores morais aparecem na fala de T. E. O., mas, desta vez, acompanhados pelo desejo de ter estabilidade financeira. A contribuição para a inserção no mercado de trabalho aparece na fala do jovem como a ajuda do programa para tornar a vida de seus frequentadores melhor, e vai ao encontro dos planos para o futuro dos adolescentes. Como “o enunciado é repleto de reações-respostas a outros enunciados numa dada esfera da comunicação verbal” (BAKHTIN, 1992, p. 316), é preciso ouvir outras vozes para tecer análises acerca das concepções de futuro dos frequentadores do programa. A orientadora social L. O. G. M. responde da seguinte maneira ao ser indagada sobre o trabalho realizado com os jovens até o momento:

> L. O. G. M.: Já são seis meses, foram palestras relacionadas para a faixa etária deles de quinze a dezessete e a partir de agosto, nos vamos tá... É ministrando aqui no CRAS cursos e palestras sobre primeiro emprego.
> Pesquisadora: E isso foi uma iniciativa de vocês? Ou iniciativa do programa? A nível federal?
> L. O. G. M.: É iniciativa do programa. (ENTREVISTA COM L. O. G. M.).

Ela afirma que o trabalho com os adolescentes segue uma padronização do governo com relação aos temas a serem trabalhados. Em contrapartida a orientadora acredita que a relevância do programa é:

> L. O. G. M.: Esse projeto educativo ai, ele seria, mas pra... Pra... Socialização deles com a família, com o bairro onde eles moram, né?! Pra atender os problemas do bairro, conhecer as politicas publica do bairro. Pra idade deles... Tem um monte de coisa pra falar...
> (riso)
> Pesquisadora: E esses objetivos que você falou. Porque esses objetivos?
> L. O. G. M.: Porque eles estão na faixa etária que... Com dezesseis anos eles já podem votar, já pode escolher os seus representantes, né?! E como eles fazem muita critica dos nossos governantes... É... Seria importante eles também aprenderem o porquê muitas vezes das coisas não acontecem do jeito que os governantes querem, né?! O porquê que não acontece? E muitos deles criticam a nossa politica. Fala que "ah adolescente não tem prioridade". Porque que não tem prioridade? Porque eles estão acomodados, eles não lutam pelos direitos deles. Então dentro do ProJovem que eles vão apreender justamente isso, a lutar pelos direitos. (ENTREVISTA COM L. O. G. M.).

A orientadora social fala de uma formação para a cidadania como importante para o futuro dos adolescentes, formação esta que não foi observada nas atividades práticas do CRAS. Ao ser questionada acerca de atividades para o desenvolvimento da cidadania ela respondeu: "Esse ano por tá muito corrido, nós não desenvolvemos projetos" (ENTREVISTA COM L. O. G. M). Embora ela individualmente considere a formação para a cidadania algo importante, isso não aparece em sua prática e o que caracteriza esta instituição é a busca pela profissionalização dos adolescentes.

Assim, com relação aos planos para o futuro dos adolescentes que frequentam o programa, nota-se que há uma contradição entre o que a orientadora acredita ser importante, o que o programa acredita ser importante e o que os jovens querem para si. O programa fala de uma formação voltada para o desenvolvimento social do país, no entanto, não oferece estrutura ou recursos adequados para esta formação. Os adolescentes, em sua maioria, voltam seus planos para o desenvolvimento econômico, considerando o poder de consumo como relevante para uma vida feliz e a empregabilidade é um recurso para isso. E a orientadora social, por sua vez, acredita em uma formação para a cidadania – que não é priorizada nas atividades com os adolescentes.

Esta diferença de ideologias demonstra a distribuição hierárquica do programa ProJovem Adolescente na qual o Estado ocupa o lugar de primeira importância pela distância que o separa dos sujeitos que compõem o programa. O programa não está em consonância com as vozes dos adolescentes que o frequentam e com as vozes dos orientadores sociais. Aquele que idealizou o programa – o Estado –, não se preocupou em dar voz àqueles que fariam parte do seu cotidiano. O programa caracteriza-se como uma estratégia de disciplina.

> O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto mais útil, e inversamente. Forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, desarticula e o recompõe. (FOUCAULT, 2004, p. 119).

O programa coloca-se como um dispositivo disciplinar que tem o objetivo de esquadrinhar o comportamento dos jovens. A desarticulação dos interesses não é desintencionada, mas é um recurso para a efetivação do objetivo disciplinar, já que tira a subjetividade daqueles que estão na ponta e sofrem as consequências diretas das ordens do Estado. Como uma submissão altamente controlada, os sujeitos ligados ao programa entram em uma padronização na qual as funções são divididas e o objetivo do todo não aparece com clareza para aqueles que estão submetidos às ordens.

6.4.1 Sobre o futuro no CRAS Ana Carla

Ao dar prosseguimento à análise dos dados acerca do ProJovem Adolescente no CRAS Ana Carla, assim como no CRAS Rio Vermelho, foram investigadas as aspirações para o futuro nas declarações dos jovens. Nesta instituição os jovens apresentam seus planos para o futuro de maneira diferente da apresentada no CRAS Rio Vermelho. A seguir serão apresentados trechos de entrevistas com os adolescentes que frequentam a instituição.

> Pesquisadora: E o que você pensa para o seu futuro?
> A. E. O.: Bem, eu não sei muito bem do meu futuro, mas acho que eu vou ser uma pessoa meio quieta.
> Pesquisadora: Sim, mas o que você planeja pro seu futuro? Você tem planos de alguma profissão?
> A. E. O.: Tenho, eu quero fazer curso de Agronomia pra... Sei lá... Comprar minha casa, comprar meu carro, ser independente.
> Pesquisadora: E em curto prazo? Você tem objetivo?
> A. E. O.: Não, por enquanto ainda não.
> Pesquisadora: O que você tem feito pra chegar a esse ponto que você falou?

> A. E. O.: Tentado ser uma pessoa não muito extravagante, mas tentar controlar... Essas coisas.
> Pesquisadora: Extravagante? Como assim?
> A. E. O.: Ah! Sei lá. Eu sou meio explodido. Essas coisas assim tem que ser até mais quieta, tentar levar as coisa da maneira certa. Não tão rápido demais porque se correr lá na frente tropeça e acaba fazendo besteira.
> Pesquisadora: E como o ProJovem te ajuda a atingir esse seu objetivo?
> A. E. O.: Os conselhos que eles dão.
> Pesquisadora: É?E que tipo de conselho?
> A. E. O.: Não ser tão... Como eu posso dizer isso? É... Nossa! Não sei como é. Cara, na verdade eu não sei como ele me ajuda.
> Pesquisadora: (Risos) Calma! (risos) Fica tranquilo. Você não sabe como o ProJovem ajuda você a alcançar o seu objetivo? Você falou que quer ser um profissional de agronomia, quer ter uma vida financeira instável, ter uma casa... Como que o ProJovem te ajuda nisso?
> A. E. O.: Ensinando a gente a fazer as coisas. Como eles tem curso, ai eles falam tudo como vai ser lá na frente, como que é... E dá tipo uma experiência pra gente, como fazer certo. (ENTREVISTA COM A. E. O.).

O jovem A. E. O. relata o plano de ser agrônomo, no entanto, ele se perde ao tentar elucidar para a pesquisadora como o programa o ajuda a alcançar seu objetivo. Esta situação é consequência da falta de informação do jovem acerca dos caminhos a serem percorridos para alcançá-lo. Assim, ele representa a categoria dos jovens que fazem planos para o futuro, mas não conhecem o caminho para atingir seus objetivos. No trecho abaixo veremos outra categoria analisada nas entrevistas com os adolescentes.

> Pesquisadora: E o que... Você pensa alguma coisa pro seu futuro? Você tem objetivo pro futuro?
> E. S.: Não ainda não.
> Pesquisadora: Não tem? Você não pensa em se formar? Ou em trabalhar?
> E. S.: Aí eu penso.
> Pesquisadora: E o que você gostaria de fazer? Tem uma ideia de alguma coisa que você gostaria de fazer?
> E. S.: Ai dança.
> Pesquisadora: Dança? E você faz alguma coisa pra isso? Pra alcançar isso?
> E. S.: Não.
> Pesquisadora: Não faz? E você acha que o ProJovem te ajuda a alcançar esse seu objetivo de dança?
> E. S.: Ah aí eu não sei.
> Pesquisadora: Ajuda ou não ajuda?
> E. S.: Ah eu acho que sim.
> Pesquisadora: Como?
> E. S.: Ah porque aqui também tem é... A gente pode dançar, pode fazer um monte de coisa e a gente pode apresentar. (ENTREVISTA COM E. S.).

Nesta entrevista com a jovem E. S. notamos uma categoria de análise que não foi identificada nas entrevistas com os adolescentes do CRAS Rio Vermelho: a ausência de planos para o futuro. A garota afirma não fazer planos para o futuro. Quando questionada novamente pela pesquisadora ela fala do interesse na dança, mas deixa a entender que é um

interesse distante que a jovem não alimenta de maneira alguma. Em outra entrevista percebe-se outra categoria de análise.

> Pesquisadora: E eu queria que você me falasse agora sobre seus planos de vida. Sobre o que você pensa para o futuro? Mas eu quero que você fale em longo prazo? E em curto prazo? O que você espera daqui alguns meses? O que você espera daqui alguns anos?
> L. M. M. S.: Bom, na verdade eu já queria tá trabalhando, e eu tô correndo atrás disso ultimamente. E daqui alguns anos eu quero tá na faculdade e eu tenho toda certeza que eu vou querer fazer psicologia.
> Pesquisadora: É.
> L. M. M. S.: Uhum.
> Pesquisadora: Porque?
> L. M. M. S.: Ah eu não sei... Comecei... Eu não sabia de nada, eu comecei a conhecer um pouco da profissão, é uma área bem versátil, você pode trabalhar em vários lugares. E o foco principal, sabe? É entender as pessoas é disso que eu gosto. Quer dizer eu comecei a gostar disso depois que eu comecei a frequentar o ProJovem.
> Pesquisadora: Antes você não gostava?
> L. M. M. S.: Não. Sei lá era fechada antes, e agora não, agora ficou tudo mais fácil pra mim.
> Pesquisadora: E o que você tem feito? Você falou que tem corrido atrás pra conseguir um emprego, que você tem feito pra alcançar esses objetivos? A curto e em longo prazo?
> L. M. M. S.: Bom, eu me informo bastante com as pessoas. Pois eu ando, eu vou ao balcão de emprego, só que pra mim tudo é mais difícil porque a minha idade... Tem que ter aquela pessoa que te indica, sabe? E eu não conheço quase ninguém, por isso que pra mim é mais difícil.
> Pesquisadora: E nos seus objetivos, em longo prazo, o que você tem feito pra alcançar?
> L. M. M. S.: Eu acho que o estudo, né?! Conhecimento, estudando muito.
> Pesquisadora: E como o ProJovem te ajuda? Com tanto com os objetivos em curto prazo, como os objetivos em longo prazo?
> L. M. M. S.: Bom, o ProJovem, ele sempre me ajudou na minha vida. Ele me auxilia muito assim: quando eu preciso de fazer algum trabalho, de... Ajudam-me fazer um monte de coisa. Meus objetivos, assim, eles não tão ainda... É... Fixo ainda. Eu ainda tô pensando o que eu quero fazer daqui a dez anos, acho que é isso. (ENTREVISTA COM L. M. M. S.).

L. M. M. S. apresenta em sua fala suas metas para o futuro e, pelo que diz, a jovem sabe o que deve fazer para alcançar seus objetivos e, usando as palavras da jovem, ela está "correndo atrás" e fazendo o que está ao seu alcance. Ela apresenta as limitações de suas estratégias, no entanto, a garota não cogita a hipótese de desfazer os seus planos, no máximo ela afirma poder modificá-los.

Nesta instituição apareceram três categorias de análises nas falas sobre os planos para o futuro dos adolescentes que frequentam o ProJovem. Apareceu a categoria do adolescente que planeja o futuro, mas não sabe como concretizar os planos; a categoria do adolescente que traça metas para o futuro e sabe como alcançar estes objetivos; e, por fim, uma categoria que não havia aparecido no CRAS Rio Vermelho, a categoria do jovem que não traça planos para o futuro. Certamente esta última categoria denuncia uma situação importante na estrutura do

programa na instituição. Ainda que os jovens não tenham planos, como os que o Estado tem para a adolescência, a existência de planos para o futuro mostra expectativa de melhoria na qualidade de vida. A ausência de planos traz à tona a acomodação na situação vivenciada e revela, neste grupo, uma influência cultural, já que é um posicionamento comum.

> À medida que explicamos nossas próprias ações e os eventos humanos que acontecem a nossa volta, principalmente em termos de narrativa, história, drama, é concebível que nossa sensibilidade à narrativa constitua a principal ligação entre nosso próprio sentido de *self* e nosso sentido de outros mundos sociais a nossa volta. A moeda comum pode ser fornecida pelas formas de narrativa que a cultura nos oferece (BRUNER, 2010, p. 74, grifo do autor).

A não preocupação com o futuro é uma característica cultural que fica clara nas narrativas dos jovens. O contexto em que estão inseridos não os estimula a preocuparem-se com o futuro e a fazer planos para ele. A segunda questão que trouxe análises referentes aos planos para o futuro chamou a atenção pela diferença nas respostas às mesmas questões entre os dois CRAS envolvidos nesta pesquisa. Os jovem elaboraram discurso acerca do que definem como uma vida feliz. A esta questão o jovem F. C. S. respondeu:

> F. C. S.: Pra ter uma vida feliz... É preciso... Ah! você ter saúde, você ter amigos, você ter paz, né?! Porque não adianta nada você ter muito dinheiro mas você não ter paz, não ter saúde.
> Pesquisadora: E o ProJovem ajuda tornar a sua vida mais feliz?
> F. C. S.: Eu acho que sim.
> Pesquisadora: Como?
> F. C. S.: Ah! Ele ajuda porque a gente faz novas amizades e também a gente sempre se sente melhor. Assim... Como a gente conversa com as pessoas, como a gente trata as pessoas. (ENTREVISTA COM F. C. S.).

Algo que chama atenção na fala de F. C. S. sobre o que é importante para ter uma vida feliz é a maneira como o adolescente menciona o dinheiro. O dinheiro aparece em sua fala com conotação desvantajosa. As virtudes aparecem com ênfase maior que o dinheiro e como condições necessárias para a felicidade. A jovem L. M. M. S. apresenta outra resposta a tal indagação.

> Pesquisadora: E o que você acha que é uma vida feliz?
> L. M. M. S.: Bom, feliz é você ter liberdade de ir e vir. É as pessoas te respeitar, é você ser um cidadão dentro da sociedade, é isso é... É você ser feliz, é você ter uma boa educação, é você conviver com pessoas agradáveis, é você fazer tudo que você gosta de fazer.
> Pesquisadora: E o que o ProJovem faz que você acredita que torna a vida de vocês mais felizes? A sua vida mais feliz?
> L. M. M. S.: Bom, na minha opinião, o ProJovem ele...Me deixa mais feliz porque eu convivo com inúmeros jovens assim, na minha idade. Eu faço coisas que um adolescente normal faz, a gente pratica esporte, o ProJovem ele é muito legal pra deixar as pessoas que tão... Que fica em casa sem fazer nada. Aqui a gente tem uma

> composição a gente pode ajudar a auxiliar de serviços geral aqui na cozinha pra fazer nosso lanche, aqui é bem legal. (ENTREVISTA COM L. M. M. S.).

O discurso de L. M. M. S., assim como o de F. C. S., mostra-se cheio de virtudes e valores morais. Todavia, o que chama atenção na fala da garota é a relação da condição social com o direito de ser adolescente. Ela afirma que quando está no ProJovem Adolescente faz coisa que "um adolescente normal" faz. Está clara a distinção de classe na fala da jovem. A adolescência é, para L. M. M. S., um privilégio de alguns, não um direito de todos. E suas aspirações para o futuro estão relacionadas a este desejo de reconhecimento como uma cidadã de direitos. Por fim, segue abaixo a opinião de J. D. S acerca do que é preciso para ter uma vida feliz.

> Pesquisadora: E o que é preciso pra ter uma vida feliz?
> J. D. S.: O que é preciso? É acreditar em si mesmo e saber que a vida é cheia de altos e baixos. Mas pra você mudar a sua vida, só basta você crer em si mesmo.
> Pesquisadora: E você acha que o ProJovem ajuda tornar as pessoas mais felizes?
> J. D. S.: Ajuda sim. Porque tem novos conhecimentos. É... Às vezes, eles mesmos com as próprias palavras deles, simples palavras, ajudam muita coisa. (ENTREVISTA COM J. D. S.).

J. D. S. faz referência em sua fala à atenção que os adolescentes recebem no programa. Ela afirma que a atenção que recebem no programa é apoio para o enfrentamento das situações cotidianas vivenciadas por ela. A superação e a determinação também estão presentes na fala da menina. Mas não há reflexões a respeito do futuro e de como melhorar aquilo que não a satisfaz no presente.

Assim, pode-se notar que os planos para o futuro nos dois CRAS pesquisados divergem grandemente um do outro. Enquanto os planos para o futuro dos adolescentes do CRAS Rio Vermelho aproximam-se dos objetivos para o futuro propostos pelo Estado, os planos nos discursos dos adolescentes do CRAS Ana Carla limitam-se ao convívio social. Vejamos a concepção que o orientador social S. L. S., desta instituição, tem acerca dos objetivos do programa.

> Pesquisadora: Qual é o objetivo educativo do ProJovem?
> S. L. S.: Primeiro é torna-los... É... É criar uma consciência crítica.
> Pesquisadora: E porque isso?
> S. L. S.: Por serem adolescentes estarem em fase de formação, né?! Então como nós estamos... A principio... Hoje por exemplo nós estamos no... Pré- eleição, né?! Começa agora a campanha eleitoral e muitos desses jovens vão votar pela primeira vez, muitos tem o titulo, e não tem conhecimento de que o voto dele não é obrigatório e... Ainda acabam buscando, conforme feita a pesquisa na sala, acabam buscando... Já começam agora a buscar nomes conhecidos. Como "essa competição eu quero ganhara, né?!" E quer dizer que isso é inerente ao ser humano, eles já começam por aí. "Vou votar pra ganhar, votar no prefeito que ganha, eu vou votar

> no vereador que... Que vai ganhar a eleição." Da mesma forma é o esporte na prática esportiva. Da mesma forma é nossa relação no dia a dia na sociedade em comunidade. Nenhuma ação deve ficar oculta, né?! Nenhum gesto deve ficar oculto. "Eu tenho que falar alto pra que outros escutem" e assim por diante, então... Quando há algum obstáculo eles não sabem lidar com ele. Então o ProJovem, pelo menos eu S. L. S., o que pretendo dentro desse eixo no ProJovem é que os adolescentes criem uma consciência crítica. Às vezes eu vou falar mal de algo, depois que eu conhecer, né?! Como que eu faço pra transpor esse obstáculo que surgiu no meu caminho? O meu colega pisou no meu pé, ou me xingou de qualquer nome, como eu faço pra enfrentar essa situação? A minha casa, lá em casa meu pai ou a minha mãe é... O meu pai é alcóolatra ou há uma briga constante entre os pais, como eu enfrento essa situação? Então este é o objetivo, vamos resolver colocar tudo isso na cabeça do jovem. Pelo menos dar a ele uma noção de cidadania, uma noção de civismo, uma noção de ser social. (ENTREVISTA COM S. L. S.).

Assim, o orientador social baseia suas ações do programa naquilo que ele acredita ser correto e coloca isso acima da adequação às indicações do Estado. Com relação ao uso das publicações do ProJovem Adolescente para orientar a sua prática no programa, o orientador social afirma que:

> Nós temos o livro que te dá uma orientação básica. Claro que é do laboratório. Então isso você tem que trazer pra realidade. Eu quero tirar algumas ideias e do livro a gente pega muito pouco. Então tem que ser mesmo dos eixos que você acaba pesquisando, buscando material que você tem. Em biblioteca. Uso a biblioteca virtual que traz isso pros adolescentes. (ENTREVISTA COM S. L. S.).

O orientador relata que, das publicações referentes ao ProJovem Adolescente, ele aproveita, em sua prática com os adolescentes, apenas os eixos, mas a metodologia e as orientações aplicadas são originárias de outras buscas. Diferentemente da prática da orientadora social do CRAS Rio Vermelho, para S. L. S. a palavra do Estado não é uma palavra autoritária e a opinião do orientador coloca-se acima das orientações vindas para a ênfase do trabalho com os adolescentes.

A indicação de como deve funcionar as atividades com os frequentadores do programa "é mais do que um ritmo obrigatório, imposto do exterior; é um 'programa'; ele realiza a elaboração do próprio ato; controla do interior seu desenrolar e suas fases" (FOUCAULT, 2004, p. 129). O Estado tenta exercer este controle, no entanto, o orientador social sabota os objetivos ao desconsiderar as publicações e priorizar os conhecimento pessoais. O estado tenta esquadrinhar os planos para o futuro dos sujeitos que participam do programa, e o orientador social, com uma postura de resistência, confere roupagem diferente à cultura do grupo.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa pretendeu dar voz aos adolescentes que são atendidos pelo programa ProJovem Adolescente em diálogo com os discursos dos orientadores sociais, para conhecer, em suas narrativas, a influência do programa nas suas biografias. O conhecimento aprofundado na cultura das instituições pesquisadas permitiu um olhar para além do que era dito nas narrativas dos sujeitos entrevistados, uma vez que seus significados misturam-se com a história e a vida social dos locutores.

Os dados apresentados não dizem respeito apenas ao que se buscava conhecer na pesquisa, mas apresentam a realidade de uma adolescência socialmente marginalizada e excluída. As informações elucidam que a adolescência em situação de vulnerabilidade é reconhecida como oportunidade de investimento para o desenvolvimento social na visão dos profissionais, dos jovens e dos idealizadores do ProJovem Adolescente.

Outra característica compartilhada pelas três visões mencionadas – frequentadores do programa, funcionários do programa e idealizadores do programa – é de que a adolescência corresponde a um tempo de vida perigoso. Para eles, esta é uma fase de risco que, portanto, precisa ser orientada e estar sob os cuidados de adultos responsáveis. Neste sentido, os jovens entrevistados demonstram gratidão pela existência do programa e, embora reconheçam as limitações do mesmo, afirmam estar em maior segurança frequentando as atividades do ProJovem Adolescente que estando sem orientação e supervisão adulta.

Os jovens reproduzem em suas falas o discurso de uma sociedade capitalista globalizada, ao afirmarem que o tempo do programa deveria ser aproveitado para atividades consideradas mais produtivas. Além do mais, os jovens depositam no ProJovem grande expectativa com relação à inserção no mercado de trabalho, já que, para eles, este é o meio de alcançarem a melhoria na qualidade de vida, sua e de suas famílias. Uma questão que chama atenção nas entrevistas é a quase unânime importância que os adolescentes dão às suas famílias.

O paradoxo que é percebido na comparação entre as falas dos jovens que frequentam o programa e o discurso presente nas publicações que orientam o trabalho com o mesmo é que o valor da cidadania aparece com a mesma intensidade que o valor econômico. Os jovens afirmam sentirem falta das ações voltadas para a cidadania, tanto quanto afirmam sentirem falta de ações mais pontuais de qualificação profissional. Aparece então a ideia do bom cidadão como sendo aquele que tem poder aquisitivo. Aliás, considerando que os jovens que frequentam o programa são sujeitos que vivem em lugares periféricos e, em sua maioria, suas

famílias são beneficiárias do Programa Bolsa Família, não parece exagero dizer que o perfil do bom cidadão é distante do dos adolescentes atendidos pelo ProJovem Adolescente.

Além do mais, o programa ProJovem Adolescente cumpre uma função social específica: disciplinar os jovens em situação de vulnerabilidade social para potencializar sua função enquanto futuro do país. Trata-se de uma visão de adolescência que não é pontual e específica do programa, mas que se constitui desde o surgimento do termo, quando "a juventude é vista, sobretudo, como iniciação ao trabalho e tomada de consciência" (PERROT, 1996, p. 90). E esta adolescência que foi constituída a partir do discurso médico higienista de perpetuação da espécie, passou a ser reconhecida como oportunidade de desenvolvimento econômico e como perigo iminente.

O medo da adolescência desassistida e dos perigos que a marginalidade juvenil poderia representar para a sociedade impulsionaram o poder público a investir na assistência à adolescência. Este investimento "caminhou no sentido do ajustamento do desviante ao meio" (RIZZINI, 1993, p. 98). O adolescente era aquele sujeito que era um perigo social em potencial e que precisava ser ajustado ao meio para que suas potencialidades fossem desenvolvidas.

Olhando para a estrutura do programa e as condicionalidades que precisam ser cumpridas para que os seus frequentadores estejam de acordo com as exigências do Estado, logo se vê que a imagem que o Governo tem da adolescência não difere daquela historicamente construída. A principal diferença entre o investimento atual na adolescência e o investimento historicamente descrito é que, de acordo com dados coletados pelo UNICEF (2011, p. 13) o Brasil tem a quantidade de 21.083.635 de adolescentes na nação, o equivalente a "11% de sua população".

Esta situação, chamada de "bônus demográfico" confere à adolescência mais do que o caráter de perigo, e sim uma imagem de oportunidade. Estes sujeitos são os futuros cidadãos trabalhadores do país, e deles dependerá a movimentação da economia. O investimento na juventude não é nem um pouco desinteressado. O programa elucida uma tentativa do governo de potencializar o desenvolvimento econômico, não se investe na adolescência pelo reconhecimento da importância desta fase da vida.

De toda maneira, nas entrevistas, os jovens denunciam que o investimento do programa não é condizente com as expectativas do mesmo. Apesar de o Estado afirmar quais os objetivos do ProJovem Adolescente em suas publicações, ele não oferece os recursos e a estrutura necessários para o efetivo alcance de suas metas, deixando que o programa tenha ações pontuais no nível ideológico.

Vimos que, em uma das instituições, no CRAS Ana Carla, a resistência à ideologia imposta pelo Estado acabou por caracterizar a cultura grupal do coletivo mais antigo na cidade de Rondonópolis. Mais do que não executar trabalhos voltados para a qualificação profissional, os profissionais da instituição não se percebem obrigados a trabalhar as metodologias ditadas pelo Estado, uma vez que este não oferece o respaldo estrutural suficiente, ainda que a preparação profissional seja também um desejo dos jovens. Para ir ao encontro às imposições do Governo, a equipe da instituição acaba por passar por cima dos interesses daqueles que compõem o grupo.

Enquanto que, no CRAS Rio Vermelho, a palavra vinda do Estado é uma palavra que chega com conotação de ordem, acata-se os ditames das publicações que orientam o trabalho com o ProJovem Adolescente acima daquilo que consideram importante para os jovens, como é o caso do valor da cidadania que a orientadora social afirma acreditar ser importante, mas não foi trabalhado por não ter sido priorizado na distribuição temporal das atividades. A ênfase dos jovens na busca por recursos de inserção no mercado de trabalho reflete a voz daquilo a que a orientadora social atribui importância.

Os dois CRAS apresentam diferenças marcantes que podem ser consequência da atuação dos orientadores sociais junto aos adolescentes que frequentam o programa. Enquanto no CRAS Rio Vermelho os adolescentes mostram-se mais obedientes e apresentam um discurso condizente com o do Estado, no CRAS Ana Carla os jovens têm maior iniciativa para proporem inovações e contestações. Uma sugestão oportuna para as duas instituições seria a troca de informações e atividades entre os dois grupos para aproveitar o melhor de cada uma.

Nos dois casos, as narrativas dos adolescentes confirmam o encaminhamento que os orientadores sociais dão às atividades grupais. Estes adolescentes apossam-se dos discursos que lhes são passados e tomam-nos para si, compondo parte da própria ideologia.

> A palavra do outro torna-se anônima, familiar (numa forma reestruturada, claro); a consciência de *monologiza.* Esqueceu-se completamente a relação dialógica original com a palavra do outro: esta relação parece incorporar-se, assimilar-se à palavra do outro tornada familiar (BAKHTIN, 1992, p. 406).

As vozes que soaram e ecoaram das narrativas dos sujeitos entrevistados nesta pesquisa confirmaram o caráter social da linguagem e o impacto que discursos autoritários e arbitrários podem ter sobre a constituição dos sujeitos. O programa confirma-se a cada discurso como um recurso disciplinar do Estado.

O interesse dos adolescentes na qualificação profissional transparece o medo de permanecerem na condição de excluídos, a tentativa de fazerem parte de uma camada social respeitada. Ao mesmo tempo, representam a responsabilidade individual pela situação social que ocupam. “No fundo dos esquemas disciplinares, a imagem da peste vale por todas as confusões e desordens; assim como a imagem da lepra, do contato a ser cortado, está no fundo do esquema de exclusão” (FOUCAULT, 2004, p. 165).

Os adolescentes do programa não se reconhecem como sujeitos de direitos, mas como privilegiados por investimentos governamentais pela condição que representam no desenvolvimento do país. E eles não querem continuar na condição de “lepra” da sociedade, não querem ser discriminados no bairro onde moram. Não querem ter medo de transitar livremente na comunidade que habitam. Não querem ter que se submeter às diferenças de oportunidades com relação a outros adolescentes pertencentes a outras camadas sociais. Mais do que isso, os adolescentes dos dois CRAS falam com tamanha importância dos vínculos familiares como uma perspectiva de melhoria de condições de vida, mesmo que seja para gerações futuras, como seus filhos.

As análises aqui apresentadas representam uma pequena parte das questões que foram suscitadas com o desenvolvimento da pesquisa. Ainda há uma infinidade de possibilidades de exploração de análises com os dados coletados. Devido ao recorte teórico-metodológico e pelo caráter desta pesquisa, enquanto dissertação de mestrado, a pesquisadora limitou seu olhar para as narrativas dos adolescentes e dos orientadores sociais acerca do programa ProJovem Adolescente. Esse recorte levou à conclusão que o programa exerce a função de disciplinar os sujeitos-adolescentes em situação de vulnerabilidade social a fim de aproveitar suas potencialidades para o desenvolvimento econômico do país, sem considerar, no entanto, que tipo de investimentos e em que aspectos os adolescentes gostariam de ser assistidos. O ProJovem Adolescente configura-se como mais uma política de adequação dos indivíduos ao meio social.

Para finalizar esta dissertação, deixo uma citação da fala da jovem L. P. G. que desperta inúmeras reflexões para pesquisas posteriores. No trecho, a jovem foi questionada a respeito de qual acreditava ser o motivo do investimento do Estado em um programa como o ProJovem. Ao que ela afirma: “O Brasil depende do adolescente” (ENTREVISTA COM L. P. G.). Deste modo, é preciso pensar acerca do lugar da adolescência em situação de vulnerabilidade social em nossa sociedade; o tipo de investimento que tem sido feito nesta adolescência; e os espaços que estes sujeitos têm encontrado na sociedade para fazerem-se

ouvir; qual a visão que os adolescentes têm da sociedade e, por fim, por que estes adolescentes em situação de vulnerabilidade acreditam merecer a atenção do Estado.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. **Infância e História:** destruição da experiência e origem da história. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

ANDRÉ, M. E. D. A. de. **Etnografia da Prática Escolar**. 17 ed. Campinas: Papirus, 2010.

ARAUJO, U. A dimensão afetiva da psique humana e a construção de valores. In: ARANTES, Valeria. **Afetividade na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 2003.

ARAUJO, U. A construção Social e a Psicológica dos Valores. In*:* ARANTES, V. A. (Org.). **Educação e Valores: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2007.

BAKHTIN, M. **A Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 7ed. São Paulo: Hucitec, 1995.

BAKHTIN, M. **Questões de literatura e de estética**: a teoria do romance. 4. ed. São Paulo: Unesp, 1998.

BENJAMIN, W. **Magia e Técnica, Arte e Política:** Ensaios sobre literatura e história da cultura. 4. ed. [S.l.]: Brasiliense, 1985.

BOLSA FAMÍLIA. Disponível em: http://www.mds.gov.br/bolsafamilia. Acesso em: 23 de outubro de 2012.

BRAIT, B. (Org.). **Bakhtin, dialogismo e construção do sentido.** Campinas, SP: UNICAMP, 1997.

BRASIL. **Adolescências, juventudes e socioeducativo:** concepções e fundamentos 1. ed., Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.

BRASIL. **Caderno do Orientador Social** : Ciclo I : Percurso Socioeducativo I: Criação do Coletivo, 1. ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009a.

BRASIL. **Caderno do Orientador Social**: Ciclo I: Percurso Socioeducativo II: Consolidação do coletivo. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009b.

BRASIL. **Caderno do Orientador Social**: Ciclo I: Percurso Socioeducativo III: Coletivo Pesquisador, 1. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009c.

BRASIL. **Caderno do Orientador Social**: Ciclo I: Percurso Socioeducativo IV: Coletivo Questionador. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009d.

BRASIL. **Caderno do Orientador Social** I: Percurso Socioeducativo V: "Coletivo Articulador-Realizador": Participação cidadã. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009e.

BRASIL. **Caderno do Orientador Social**: II: Percurso Socioeducativo V: "Coletivo Articulador-Realizador": Formação Técnica Geral. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009f.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil: 1988**. 17ed. Brasília, DF. de 1994.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**. Lei federal n° 8.060, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social PNAS/2004: Normas Operacionais Básicas NOB/SUAS.** Brasília, DF, nov. de 2005. (reimpresso em maio de 2009).

BRASIL. **Traçado Metodológico.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.

BRUNER, J. **Actos de Significado***:* Más allá de La revolución cognitiva. Madrid: Alianza Editorial, 1991.

BRUNER, J. **Realidade Mental, Mundo Possíveis**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

CARON, J-C: (1996) "Os Jovens na Escola: Alunos de colégios e Liceus na França e na Europa (Fim do séc. XVIII – Fim do séc. XIX)" In: LEVI, G.; SCHMITT, J. (org.) **História dos Jovens** - Vol. II - Da Antigüidade à Era Moderna, SP.: Companhia das Letras, [19--?].

CESAR, M. R. A. **A Invenção da "Adolescência" no Discurso Psicopedagógico. 1998. Dissertação. (Mestrado em Educação).** Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

DAMATTA, R. **Relativizando:** Uma introdução à antropologia social. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.

Desigualdades / Fundo das Nações Unidas para a Infância, **O direito de ser adolescente:** Oportunidade para reduzir vulnerabilidades e superar, Brasília, DF : UNICEF, 2011.

DOU. PORTARIA Nº 171, de 26 de maio de 2009.

ELIAS, N. **Sobre o Tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

FLICK, U. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir:** nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhete. 29 ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

GOUVÊA, M. C. S. e GERKEN, C. H. S. **Desenvolvimento Humano:** história, conceitos e polêmicas. São Paulo: Cortez, 2010.

KOHAN, W. O. **Devir-criança da Filosofia:** infância e educação. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

LLORET, C. As outras idades ou as idades do outro. In: LARROSA, J e LARA, N. P. (org.). **Imagens do Outros.** Petrópolis: Vozes, 1998.

MARCONI, M A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia Científica**. 4ª Edição. São Paulo: Atlas, 2006.

MARIANO, C. L. S. **Direitos da criança e do adolescente:** os marcos legais e a mídia. São Paulo, 2010. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

MORTATTI, M. do R. L**. Educação e Letramento.** São Paulo, Unesp: 2004.

OUTEIRAL, José. **Adolescer:** Estudos Revisados Sobre Adolescência. Rio de Janeiro, Revinter: 2003.

PERROT, M.: (1996) "A Juventude Operária. Da Oficina à Fabrica" *in* LEVI, G.; SCHMITT, J. (org.) **História dos Jovens** - *Vol. II* - Da Antiguidade à Era Moderna, SP, Companhia das Letras.

RIZZINI, Irma. **Assistência à Infância no Brasil**: Uma análise de sua construção. Rio de Janeiro, Editora Universitária Santa Úrsula: 1993.

ROSA, A., MARIANO, C. L.S., REIS, A. O. A. Adolescência e Maternidade: uma revisão das concepções. In: SOUZA, L. L. e SALGADO, R. G. (ORG) **Infância e juventude no contexto brasileiro**, 2012.

SAVIANI, Demerval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil.** 2ed. Campinas, Autores Associados: 2008.

SEVERINO, A.J. **Educação, Sujeito e História.** São Paulo, Olho d'Água:2001.

APÊNDICE A – Roteiro para as entrevistas semiestruturadas narrativas

Roteiro de Entrevista com Participante do ProJovem Adolescente

O que pretendo saber com esta entrevista:

- O que levou o jovem a buscar o programa;
- O que o/a jovem sabe a respeito da estrutura formal do programa;
- Como o/a jovem vê o programa e o que espera do programa;
- Como o programa influencia sua vida (discussão sobre valores);
- Como o/a jovem se sente no programa.

Questões:

1- Fale-me um pouco de você.

1.1- Você mora com quem?

1.2- Qual a sua idade?

1.3- Você estuda? Se sim, em que série está?

1.4- Como você soube do ProJovem Adolescente?

1.5- Por que você quis fazer parte do programa?

1.6- O que a sua família pensa sobre a sua participação no programa?

1.7- O que você fazia antes de frequentar o programa no período que agora ocupa com o ProJovem?

1.8- Que tipo de pessoa você é?

1.9- Com que tipo de pessoas costuma e/ou deseja se relacionar?

2- Fale-me sobre o que você sabe a respeito do programa.

2.1- Você pode me explicar o que é o ProJovem Adolescente?

2.2- O que é preciso para participar do ProJovem Adolescente?

2.3- Quais os objetivos do programa?

2.4- Você sabe se existe algum material que indica como deve funcionar o ProJovem Adolescente?

2.5- Quem é responsável por “cuidar” do ProJovem Adolescente?

2.6- Qual a relação do Programa com o CRAS?

2.7- O que você acha da faixa etária a qual se destina o programa (14 anos e 11 meses aos 17 anos e 11 meses)? É a que mais necessita deste tipo de intervenção do governo? Por quê?

3- Fale-me a sua opinião sobre o Programa.

3.1- Que atividades você costuma fazer no programa?

3.6- O que esperava encontrar no ProJovem quando decidiu participar do programa? Foi o que encontrou?

3.2 Quais você mais gosta? E quais menos gosta?

3.3- Qual o seu propósito ao participar do ProJovem Adolescente?

3.4- Você ajuda a escolher as atividades do Programa? Por quê?

4- Fale-me sobre como o programa influencia a sua vida.

4.1- O que você pensa para o seu futuro(objetivos em longo prazo ou em curto prazo)?

4.2-O que você faz para alcançar este futuro?

4.3- Como o ProJovem o ajuda a atingir seus objetivos para o futuro?

4.4- Quais os valores que você percebe que são trabalhados no ProJovem Adolescente? Como eles são abordados?

4.5 - Quais você acha que deveriam ser apresentados no ProJovem Adolescente? Por que?

4.6- O que deve ser feito/oferecido para que alguém se torne uma pessoa melhor? O ProJovem ajuda nisso?

4.7 – O que você acha que é uma vida feliz? O programa lhe ajuda para tornar a sua vida mais feliz? Por que?

4.8 –O que o programa oferece para que lhe ajuda a melhorar a comunidade em que vive? Por que?

4.9- O que você considera importante para o convívio em sociedade? Justifique.

4.10- O que você acha que é mais importante na sua vida? Quando e por que isso se tornou importante? Alguém o ajudou com isso? Se sim, quem e como?

4.11-Você acredita que mudou desde que entrou para o ProJovem Adolescente? Se sim, o que? Por que?

APÊNDICE B - Roteiro de Entrevista com Orientador Social

O que pretendo saber com esta entrevista:

- O que levou o/a profissional a trabalhar no programa;
- Quais os conhecimentos do/da profissional a respeito do programa;
- Foco principal Como ele/ela diz que executa a prática profissional no programa;

Questões:

1- Fale-me um pouco de você.

1.1- Você mora com quem?

1.2- Qual a sua idade?

1.3- Você é formado (a)?

1.4- Se sim, qual a sua formação? Se não, pretende fazer algum curso superior? Qual?

1.5- Qual a ligação da sua formação (ou pretensão de graduação) com o trabalho no programa?

1.6- Como soube da vaga de emprego no programa?

1.7- Já conhecia o programa antes de trabalhar nele?

1.8- Por que você está trabalhando no programa?

2- Fale-me dos participantes do programa.

2.1 – Como você descreveria o perfil do(s) coletivo(s) com que trabalha?(gênero, composição familiar, local de moradia, idade, escolaridade, etc.).

2.2- Quais as maiores vulnerabilidades que você percebe no(s) coletivo(s) que você atende?

2.3- Que tipo de atividades os jovens gostam de desenvolver?

2.4- No geral, qual costuma ser a principal intenção dos jovens ao frequentarem o programa?

2.5- O programa oferece o que eles buscam?

2.6- Como os jovens participam das escolhas das atividades propostas para eles?

2.7- O que acontece quando eles não gostam de uma atividade?

3-Vamos agora falar sobre sua prática com o ProJovem.

3.1- Qual sua função no Programa? Conte-me sobre ela.

3.2 – Descreva sua relação com os jovens? Pontos positivos e negativos (problemas enfrentados).

3.3 - Qual a rotina de atividades dos jovens do programa?

3.4- Que atividades você costuma propor aos participantes do programa? Quais os objetivos dela?

3.5- Como você prepara as atividades pelas quais é responsável?

3.6- Como é a relação do programa com a comunidade? (Escola, PSF, bairro)

3.7 – Qual o objetivo do ProJovem na educação dos jovens? Porque?

3.8- Você acha que é função do programa educar em valores?

Se sim:

3.8.1- Qual valor você acha mais importante que o programa trabalhe com estes jovens? Porque?

3.9 - Como você trabalha este valor? Descreva atividades em que ele(s) são/é trabalhado(s).

APÊNDICE C – Roteiro para as observações

1- Objetivos:

- Caracterizar as relações entre o Programa e outras instituições-lugares (CRAS, Secretarias);
- Caracterizar a relação orientador social-adolescentes que frequentam o programa;
- Identificar e mapear as relações entre os conteúdos das entrevistas com a aplicação do programa.

Observar:

- A rotina do programa em geral:
- Horários;
- Atividades desenvolvidas;
- Lanche servido;
- Material oferecido.

2- As relações que perpassam o programa:

2.1- Relações de hierarquia dos funcionários que trabalham para o programa;

2.2- A relação dos jovens com o orientador social e vice-versa;

2.3- A relação dos jovens com a equipe do CRAS e vice-versa;

2.4 – Relações entre os jovens.

3- As atividades propostas:

3.1- As atividades estão de acordo com o caderno metodológico do programa;

3.2- Como as atividades são desenvolvidas e como são as interações/relações;

3.4- Os objetivos das atividades estão claros;

3.5- Qual o objetivo predominante nas atividades.

APÊNDICE D - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE RONDONÓPOLIS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Adolescente)

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário(a), da pesquisa **"Narrativas de adolescentes e educadores sobre o PROJOVEM ADOLESCENTE: representações, valores e cotidiano".**

Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias, uma delas é sua e a outra é da pesquisadora responsável. Em caso de recusa, você não terá nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisadora ou com a instituição na qual estuda.

O objetivo deste estudo é investigar se a proposta do Programa Socioeducativo ProJovem Adolescente vivenciada por adolescentes com idade entre 15 anos e 17 anos, contempla uma educação moral e em valores.

Seu envolvimento nesta pesquisa consistirá em participar de entrevistas e observações a fim de responder questionamentos sobre os valores atuais, sobre o Programa ProJovem Adolescentes e sobre sua relação com o programa. Serão feitas gravações de áudio e fotografias e, por isso, é importante esclarecer que as gravações e imagens produzidas serão divulgadas apenas no contexto da pesquisa e, mesmo assim, somente se você permitir.

Não há riscos em sua participação na pesquisa.

Os benefícios para você enquanto participante da pesquisa são contribuir para uma melhor compreensão sobre a adolescência hoje e a formação moral nos programas socioeducativos, permitindo a construção de propostas socioeducativas que estejam mais adequadas aos modos de pensar, ser e agir dos adolescentes.

Os dados referentes à sua pessoa serão confidenciais e garantimos o sigilo de sua participação durante toda pesquisa, inclusive na sua divulgação. Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação. Para isso, na apresentação destes, serão informadas apenas as iniciais dos nomes.

Você receberá uma cópia deste termo onde tem o nome, telefone e endereço eletrônico da pesquisadora responsável, para que você possa localizá-la a qualquer tempo: **Amanda**

Jacinto Mendes, mestranda em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso, *Campus* de Rondonópolis, telefone residencial (3425-5318), celular (9613-9211), e-mail amandaj.mendes@yahoo.com.br. Orientador: Prof. Dr. Leonardo Lemos de Souza.

Considerando os dados acima, **CONFIRMO** estar sendo informado (a) por escrito e verbalmente dos objetivos desta pesquisa e em caso de divulgação **AUTORIZO** a publicação.

Eu (nome do participante)

.....

Idade:..... *Sexo:.....*

Naturalidade:.....

RG nº:....., declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Assinatura do participante:

_____

Assinatura da pesquisadora:

_____

Rondonópolis, ... de .....de 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE RONDONÓPOLIS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Pais dos adolescentes)

Seu filho (a) está sendo convidado(a) para participar, como voluntário, da pesquisa **"Narrativas de adolescentes e educadores sobre o PROJOVEM ADOLESCENTE: representações, valores e cotidiano".**

Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar que seu(sua) filho(a) faça parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias, uma delas é sua e a outra é do pesquisador. Caso você não aceite que ele (ela) participe, não terá nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição que seu(sua) filho(a) frequenta.

O objetivo desta pesquisa é investigar se a proposta do Programa Socioeducativo ProJovem Adolescente vivenciada por adolescentes com idade entre 15 anos e 17 anos, contempla uma educação moral e em valores.

Neste trabalho, seu (sua) filho(a) participará de entrevistas e observações a fim de responder questionamentos sobre os valores atuais, sobre o Programa ProJovem Adolescentes e sobre sua relação com o programa. Serão feitas gravações de áudio e fotografias e, por isso, é importante deixar claro que essas imagens não serão vistas por outras pessoas que não sejam os próprios adolescentes, os orientadores sociais e os pesquisadores que participam deste estudo, ou seja, as gravações e as filmagens não serão divulgadas para outras pessoas que estejam fora da pesquisa. Além disso, a imagem do adolescente só poderá ser vista pelas pessoas que participam da pesquisa se ela permitir.

Não há riscos na participação de seu (sua) filho (a) na pesquisa.

Os benefícios para você enquanto participante da pesquisa são contribuir para uma melhor compreensão sobre a adolescência hoje e a formação moral nos programas socioeducativos, permitindo a construção de propostas socioeducativas que estejam mais adequadas aos modos de pensar, ser e agir dos adolescentes.

Os dados de seu (sua) filho (a) serão confidenciais e garantimos o sigilo de sua participação durante toda pesquisa, inclusive quando for divulgada.

Os dados não serão divulgados com os nomes das crianças e dos professores, muito menos acompanhados por qualquer tipo de imagem dessas pessoas. Quando utilizados, serão informadas apenas as iniciais dos nomes.

Você receberá uma cópia deste termo onde tem o nome, telefone e endereço eletrônico da pesquisadora responsável, para que você possa localizá-la a qualquer momento: **Amanda Jacinto Mendes, mestranda em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso, *Campus* de Rondonópolis, telefone residencial (3425.5318), celular (9613-9211), e-mail amandaj.mendes@yahoo.com.br. Orientador: Prof. Dr. Leonardo Lemos de Souza.**

Considerando os dados acima, **CONFIRMO** estar sendo informado (a) por escrito e verbalmente dos objetivos desta pesquisa e em caso de divulgação, de acordo com o que foi apresentado, **AUTORIZO** a publicação.

Eu (nome do responsável pela criança), ...

Nome do (a) filho (a):.....

Idade:.....*Sexo:*.....

Naturalidade:.....

RG nº:....., *declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios da participação de meu (minha) filho (a) na pesquisa e concordo que ele (a) participe.*

Assinatura do responsável:

_____

Assinatura da pesquisadora:

_____

Rondonópolis, ... de ..... de 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE RONDONÓPOLIS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Orientador Social)

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário (a), da pesquisa **"Narrativas de adolescentes e educadores sobre o PROJOVEM ADOLESCENTE: representações, valores e cotidiano".**

Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias, uma delas é sua e a outra é da pesquisadora responsável. Em caso de recusa, você não terá nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisadora ou com a instituição na qual estuda.

O objetivo deste estudo é investigar se a proposta do Programa Socioeducativo ProJovem Adolescente vivenciada por adolescentes com idade entre 15 anos e 17 anos, contempla uma educação moral e em valores.

Seu envolvimento nesta pesquisa consistirá em participar de entrevistas e observações a fim de responder questionamentos sobre os valores atuais, sobre o Programa ProJovem Adolescentes e sobre sua relação com o programa. Serão feitas gravações de áudio e fotografias e, por isso, é importante esclarecer que as gravações e imagens produzidas serão divulgadas apenas no contexto da pesquisa e, mesmo assim, somente se você permitir.

Não há riscos em sua participação na pesquisa.

Os benefícios para você enquanto participante da pesquisa são contribuir para uma melhor compreensão sobre a adolescência hoje e a formação moral nos programas socioeducativos, permitindo a construção de propostas socioeducativas que estejam mais adequadas aos modos de pensar, ser e agir dos adolescentes.

Os dados referentes à sua pessoa serão confidenciais e garantimos o sigilo de sua participação durante toda pesquisa, inclusive na sua divulgação. Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação. Para isso, na apresentação destes, serão informadas apenas as iniciais dos nomes.

Você receberá uma cópia deste termo onde tem o nome, telefone e endereço eletrônico da pesquisadora responsável, para que você possa localizá-la a qualquer tempo: **Amanda Jacinto Mendes, mestranda em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso,**

***Campus* de Rondonópolis, telefone residencial (3425-5318), celular (9613-9211), e-mail amandaj.mendes@yahoo.com.br. Orientador: Prof. Dr. Leonardo Lemos de Souza.**

Considerando os dados acima, **CONFIRMO** estar sendo informado (a) por escrito e verbalmente dos objetivos desta pesquisa e em caso de divulgação **AUTORIZO** a publicação.

Eu (nome do participante)

.....

Idade:..... *Sexo:*.....

Naturalidade:.....

RG nº:....., *declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.*

Assinatura do participante:

_____

Assinatura da pesquisadora:

_____

Rondonópolis, ... de .....de 2012.

ANEXO A - PORTARIA No – 848 - sobre a Implantação do Sistema de Acompanhamento e Gestão do Projovem Adolescente.

PORTARIA No – 848 - sobre a Implantação do Sistema de Acompanhamento e Gestão do Projovem Adolescente

Nº 251, sexta-feira, 31 de dezembro de 2010146 ISSN 1677-7042

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html , pelo código 00012010123100146

Documento assinado digitalmente conforme MP no - 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA No - 848, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2010

Dispõe sobre a Implantação do Sistema de Acompanhamento e Gestão do Projovem Adolescente - Serviço Socioeducativo, altera a Portaria MDS nº 171, de 26 de maio de 2009, e dá outras providências.

A MINISTRA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 27, II da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, o art. 1º do Anexo I do Decreto nº 7.079, de 26 de janeiro de 2010, o art. 21 da Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008 e os art. 1º e 17, §1º, IV do Decreto nº 6.629, de 04 de novembro de 2008, CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 11.692, de 2008 e no Decreto nº 6.629, de 2008, CONSIDERANDO a Política Nacional de Assistência Social - PNAS, aprovada pela Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004, do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS; e CONSIDERANDO a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS, aprovada pela Resolução nº 130, de 15 de julho de 2005, do CNAS, resolve: Art. 1º Fixar a data de 1º de janeiro de 2011 para a efetiva implantação do Sistema de Acompanhamento e Gestão do Projovem Adolescente - SISJOVEM. Capítulo I DOS USUÁRIOS DO SISJOVEM Seção I Do Acesso ao Sistema Art. 2º São usuários do Sisjovem: I - o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, na condição de administrador do sistema; II - os estados, por meio das Secretarias Estaduais de As- assistência Social ou órgãos congêneres; III - o Distrito Federal, por meio da sua Secretaria de As- assistência Social ou órgão congênere; IV - os municípios, por meio das Secretarias Municipais de Assistência Social ou órgãos congêneres, bem como por meio dos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS; e V - os conselhos

municipais, estaduais, distrital e nacional de assistência social. §1º A critério do administrador do sistema, o rol de usuários do Sisjovem poderá ser acrescido ou alterado. §2º Para os fins desta Portaria considera-se usuário aquele que acessa o Sisjovem, não se confundindo com o usuário dos ser- viços e programas socioassistenciais.

Art. 3º O acesso ao Sisjovem será realizado por meio do Sistema de Autenticação e Autorização - SAA, no sítio institucional do MDS, na rede mundial de computadores. §1º Cada usuário do Sisjovem possuirá nível de acesso e permissões específicas no sistema, de acordo com o perfil de usuário ao qual estiver associado no SAA. §2º Cabe à Coordenação-Geral do Projovem Adolescente e Serviços para a Juventude, do MDS, definir os perfis de usuários do Sisjovem, que serão gerenciados pela Coordenação-Geral da rede do Sistema Único de Assistência Social - Rede SUAS, responsável pelo SAA. §3º Os gestores de assistência social de municípios cujas prefeituras não possuam acesso à rede mundial de computadores deverão comunicar este fato oficialmente às respectivas Secretarias Estaduais de Assistência Social e à Coordenação-Geral do Projovem Adolescente e Serviços para a Juventude do MDS, de forma a serem viabilizadas alternativas para a alimentação do sistema. Seção II Das Responsabilidades na Gestão do Sistema Art. 4º Cabe ao MDS: I - desenvolver, manter e administrar o Sisjovem; II - disponibilizar o sistema e gerenciar o acesso dos usuários ao mesmo; III - franquear aos usuários do sistema as instruções e in- formações necessárias à sua adequada utilização; IV - capacitar as equipes de trabalho estaduais e municipais do Projovem Adolescente para a utilização do sistema; e V - utilizar informações consolidadas do Sisjovem para: a) acompanhar e gerir o Projovem Adolescente, em conformidade com os seus instrumentos normativos; b) definir estratégias de capacitação e de apoio técnico aos estados, municípios e Distrito Federal; c) realizar estudos de avaliação do desempenho do serviço socioeducativo, de forma a subsidiar decisões visando ao aperfeiçoamento da modalidade; d) alimentar o Sistema de Informações do Projovem Integrado, de responsabilidade da Secretaria Nacional de Juventude, da Secretaria Geral da Presidência da República; e) produzir relatórios periódicos de gestão. Parágrafo único. A Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS fornecerá trimestralmente à Secretaria Nacional de Renda de Cidadania - SENARC relação dos jovens vinculados ao Projovem Adolescente - Serviço Socioeducativo que estejam frequentando a escola e cujas famílias tenham perfil de renda do Programa Bolsa Família - PBF. Art. 5º Cabe aos estados: I - em parceria com a União, capacitar e apoiar tecnicamente os municípios na utilização do Sisjovem; II - monitorar, com base em indicadores e outras informações fornecidas pelo sistema, a implantação e a execução do Projovem Adolescente nos municípios; III - utilizar as

informações oferecidas pelo Sisjovem para: a) identificar experiências exitosas e referenciais na oferta do Projovem Adolescente, com vistas à sistematização e à disseminação de boas práticas; b) definir e planejar ações de apoio técnico e financeiro aos municípios; c) priorizar ações de acompanhamento in loco; d) definir e planejar ações de capacitação de gestores e de formação continuada de profissionais que atuam no Projovem Adolescente; e) realizar estudos de avaliação do desempenho do serviço socioeducativo no âmbito do seu território. IV - orientar a elaboração, por parte dos municípios, de planos de providências relativos ao Projovem Adolescente, observadas as recomendações geradas automaticamente pelo sistema vi- sando à adequação da oferta do serviço; V - monitorar o cumprimento, por parte dos municípios, dos prazos estipulados para preenchimento das informações no sistema; e VI - com anuência do município, demonstrada a impossibilidade técnica deste fazê-lo, alimentar o sistema. Art. 6º Cabe aos municípios e ao Distrito Federal: I - alimentar regularmente o sistema, preenchendo as in- formações requeridas na periodicidade e nos prazos estipulados pelo MDS e atualizá-las sempre que necessário, observado o disposto no art. 17, §3º, VI do Decreto nº 6.629, de 2008; II - iniciar as atividades dos seus coletivos até o décimo dia do mês assinalado no sistema como a "data de início efetivo"; III - utilizar informações consolidadas do Sisjovem para a gestão e avaliação do Projovem Adolescente; e IV - realizar a gestão preventiva dos coletivos sob sua responsabilidade, independentemente da forma, direta ou indireta, de execução, observando as recomendações e sinalizações de alertas e pendências gerados automaticamente pelo sistema, com vistas ao acompanhamento e à adoção de medidas corretivas. Art. 7º Cabe aos Conselhos de Assistência Social utilizarem- se do Sisjovem para a realização do controle social e demais atribuições definidas em lei e nos instrumentos normativos aplicáveis do Sistema Único de Assistência Social - SUAS. Capítulo II DA BASE DE DADOS E DOS PROCEDIMENTOS PARA ALIMENTAÇÃO DO SISTEMA Seção I Das Informações Constantes do Sistema Art. 8º A base de dados do Sisjovem abrangerá informações sobre as seguintes dimensões e aspectos do Projovem Adolescente - Serviço Socioeducativo: I - coletivos; II - jovens;

III - infraestrutura; IV - atividades; V - profissionais; VI - frequência dos jovens ao serviço socioeducativo; e VII - frequência escolar dos jovens. Seção II Do Cadastro de Coletivos e da Renovação de Coletivos Concluídos

Art. 9º Os coletivos constituem a principal unidade de in- formação do Sisjovem e a eles estarão vinculadas as informações sobre jovens, infraestrutura, atividades e profissionais do Serviço Socioeducativo. §1º Os coletivos serão criados no sistema a partir de: I - informações importadas do Termo de Adesão e Compromisso do Projovem Adolescente; II -

funcionalidade específica do Sisjovem, para a geração de novos coletivos em substituição aos coletivos concluídos, denominada "sucessão/ referenciamento de coletivos", a ser disponibilizada anual- mente aos municípios e Distrito Federal que possuam coletivos concluintes naquele ano; ou III - outras formas que venham a ser instituídas pelo MDS. §2º Cada coletivo possuirá: I - um código identificador, gerado automaticamente pelo sistema, composto pelo código identificador do CRAS ao qual estiver referenciado e mais um número sequencial de três dígitos; e II - uma data de início prevista e uma data de término, importadas do Termo de Adesão e Compromisso ou geradas automaticamente pelo sistema, por meio da funcionalidade de que trata o inciso II do §1º. §3º A geração de novos coletivos no sistema, em substituição aos coletivos encerrados, estará condicionada à capacidade de atendimento do município ou Distrito Federal, definida como o somatório das capacidades de referenciamento dos seus CRAS elegíveis ao Projovem Adolescente, de acordo com a normativa vigente. §4º A elegibilidade de um CRAS ao referenciamento de coletivos do Projovem Adolescente observará, a cada etapa anual de referenciamento, as "metas de desenvolvimento dos CRAS", a serem aferidas com base nas informações do Censo SUAS - CRAS. §5º Serão considerados inelegíveis os CRAS que, de acordo com as informações disponíveis no Censo SUAS - CRAS em vigor, não tiverem alcançado as metas que deveriam ter sido alcançadas no Censo SUAS - CRAS imediatamente anterior. §6º Na hipótese do município ou do Distrito Federal não procederem à geração de novos coletivos, por meio da funcionalidade específica de que trata o inciso II do §1º, os novos coletivos serão gerados automaticamente pelo sistema, com data de início prevista para o mês imediatamente seguinte ao mês de encerramento do coletivo que o antecedeu, sem prejuízo do disposto nos §§ 3º e 4º. §7º Na hipótese de redução da capacidade de referencia- mento de um CRAS de um ano para outro e, estando a ele referenciados mais coletivos concluintes que a sua capacidade disponível, os coletivos que excedam a essa capacidade deverão ser obrigatoriamente referenciados a outro CRAS elegível, com capa- cidade disponível para absorvê-los. §8º Ocorrendo a situação prevista no §7º e não havendo no município ou Distrito Federal outro CRAS com capacidade disponível para referenciar os novos coletivos que excedem à capacidade daquele que teve sua capacidade reduzida, o município ou Distrito Federal perderão o direito ao cofinanciamento federal relativo aos coletivos excedentes e às suas respectivas vagas do Projovem Adolescente. §9º Na hipótese de novos coletivos serem gerados automaticamente pelo sistema, tal como disposto no §6º, e havendo a redução da capacidade de referenciamento de um CRAS de um ano para outro, estando a ele referenciados mais coletivos concluintes que a sua capacidade disponível, tal como disposto no §7º, o município ou o Distrito Federal

perderão o direito ao cofinanciamento federal relativamente aos coletivos excedentes e às suas respectivas vagas do Projovem Adolescente, independentemente de possuírem outro CRAS elegível com capacidade disponível para referenciá-los. Seção III Do Prazo Para o Início Efetivo das Atividades do Coletivo Art. 10. O sistema gerará automaticamente, para cada coletivo, uma data de início efetivo, no formato MM/AAAA, no momento da vinculação, pelo município ou Distrito Federal, do sétimo jovem ao coletivo. §1º Caso a vinculação do sétimo jovem ao coletivo se dê antes da sua data de início prevista, a data de início efetivo coincidirá com a data de início prevista. §2º Transcorrida a data de início prevista, se a vinculação do sétimo jovem ao coletivo se der até o décimo dia do mês, a data de início efetivo será o mesmo mês em que se vinculou o sétimo jovem ao coletivo. §3º Transcorrida a data de início prevista, se a vinculação do sétimo jovem ao coletivo se der após o décimo dia do mês, a data de início efetivo será o mês seguinte ao mês da vinculação do sétimo jovem ao coletivo. Art. 11. Os municípios e o Distrito Federal terão um prazo de cinco meses, a contar da data de início prevista, para vincular um mínimo de sete jovens ao coletivo e iniciar efetivamente as suas atividades. §1º Decorridos cinco meses após a data de início prevista e não havendo para o coletivo uma data de início efetivo, o mesmo será automaticamente cancelado pelo sistema. §2º O cancelamento de que trata o §1º implicará a perda, pelos municípios e Distrito Federal, do direito ao cofinanciamento federal relativo ao coletivo cancelado e às vagas correspondentes do Projovem Adolescente.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

CONSIDERANDO o parecer conclusivo dos setores técnicos desta Superintendência, consubstanciado nas legislações e normas pertinentes a matéria, devidamente acostado no Processo SR (30) - 54501.003159/2010-44, resolve: Art. 1º Reconhecer a Reserva Extrativista Renascer, código SIPRA SM0257000, localizada no município de Prainha, com área de 211741ha37a00ca(duzentos e onze mil, setecentos e quarenta e um hectares e trinta e sete ares), visando atender famílias de pequenos produtores rurais. Art. 2º Determinar que tal aprovação permita a Reserva Extrativista Renascer participar do Programa de Crédito Instalação e de Fortalecimento da Agricultura Familiar PRONAF, no Grupo "A", obedecidas às normas desta Autarquia.

CLEIDE ANTONIA DE SOUZA

PORTARIA Nº 78, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2010

A SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INCRA em Santarém, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 119, inciso VIII, do Regimento Interno do

INCRA, aprovado pela Portaria MDA/Nº20, de 08 de abril de 2010; CONSIDERANDO a Resolução/BACEN/Nº2.629, de 10 de agosto de 1999, que criou o PRONAF, inclusive criando linha especial denominado Grupo "A" voltado para os beneficiários de Re- forma Agrária; CONSIDERANDO a Norma de Execução/INCRA/Nº79 que dispõe sobre a concessão de Crédito Instalação aos beneficiários dos Projetos de Reforma Agrária; CONSIDERANDO que trata de Projeto de Assentamento Rural Sustentável no município de Santarém, no Estado do Pará, criado através do Decreto Nº. 2.296, de 27 de maio de 2010; CONSIDERANDO o parecer conclusivo dos setores técnicos desta Superintendência, consubstanciado nas legislações e normas pertinentes a matéria, devidamente acostado no Processo SR(30) - 54501.003108/2010-12, resolve: Art. 1º Reconhecer o do Projeto Estadual de Assentamento Sustentável PEAS REPARTIMENTO, código SIPRA SM0255000, criado pelo Governo do Estado do PARÁ, no município de Santarém, com área de 8.072ha27a94ca (oito mil, setenta e dois hectares e noventa e quatro centiares), visando atender 33 famílias de pequenos produtores rurais, administrado pelo ITERPA - Instituto de Terras do Pará, com sede em Belém/PA. Art. 2º Determinar que tal aprovação permita ao PEAS RE- PARTIMENTO participar do Programa de Crédito Instalação e de Fortalecimento da Agricultura Familiar PRONAF, no Grupo "A", obedecidas às normas desta Autarquia.

CLEIDE ANTONIA DE SOUZA

Nº 251, sexta-feira, 31 de dezembro de 2010 147 ISSN 1677-7042

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html , pelo código 00012010123100147

Documento assinado digitalmente conforme MP no - 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1

Seção IV Da Vinculação de Jovens ao Coletivo Art. 12. A vinculação de jovens a um coletivo dar-se-á a qualquer tempo, durante o período de atividade do coletivo no sistema. §1º A data de vinculação do jovem ao Projovem Adolescente será a data da sua vinculação ao coletivo, processada no Sisjovem. §2º A vinculação de um jovem que já tenha participado de um coletivo concluído a um novo coletivo só será permitida se a vinculação do mesmo ao coletivo encerrado tiver ocorrido dentro do período de cento e oitenta dias que antecederam a sua conclusão. Art. 13. O jovem será vinculado ao coletivo a partir de consulta à base de dados de jovens inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - Cadúnico, com idade com- patível para ingresso no Projovem Adolescente e residentes no município. Parágrafo único. O Sisjovem importará do Cadúnico e atua- lizará automática e

mensalmente no sistema a base de dados de jovens de que trata o caput, distinguindo os beneficiários do PBF dentro do grupo total. Art. 14. Caso o jovem que se queira vincular não conste da base de dados de jovens do Cadúnico disponível no sistema, o mesmo poderá ser vinculado provisoriamente, a partir do preenchimento, pelos usuários, no Cadastro Provisório do Sisjovem, das mesmas informações sobre o jovem que seriam importadas automaticamente do Cadúnico. Art. 15. O sistema permitirá, em cada coletivo, a vinculação ou a vinculação provisória de, no máximo, dez jovens da categoria de público da Proteção Social Especial - PSE, entendidos como aqueles que se enquadram nas situações previstas nos incisos II a V do art. 10 da Lei n.º 11.692, de 2008. Seção V Da Efetivação de Jovens Vinculados Provisoriamente Art. 16. Os jovens vinculados provisoriamente aos coletivos, e suas famílias, deverão ser previamente cadastrados no Cadúnico, para que possam ser efetivados no sistema, por meio de funcionalidade específica disponibilizada aos municípios e Distrito Federal. Seção VI Do Desligamento de Jovens Art. 17. O desligamento de jovens do Projovem Adolescente dar-se-á a partir da sua desvinculação, no Sisjovem, do coletivo ao qual esteve vinculado. §1º A data do desligamento do jovem será a data da sua desvinculação do coletivo ao qual esteve vinculado, processada no sistema. §2º Serão desligados automaticamente os jovens vinculados aos coletivos concluídos e cancelados. §3º À exceção da situação prevista no §2º, todos os demais desligamentos de jovens do Projovem Adolescente serão realizados, pelo município ou Distrito Federal, por meio de funcionalidade específica destinada à desvinculação de jovens do coletivo, observadas as hipóteses do art. 51 do Decreto nº 6.629, de 2008. §4º No ato da desvinculação, o usuário do sistema deverá prestar informações sobre a situação escolar atual do jovem e sobre o motivo do desligamento. Seção VII Das Informações sobre Infraestrutura dos Serviços Socioeducativos Art. 18. Informações sobre infraestrutura física e outros recursos materiais requeridos para a execução do Projovem Adolescente estarão incorporadas, no sistema, ao cadastro de atividades. Seção VIII Do Cadastro de Atividades Art. 19. As informações sobre as atividades do coletivo são obrigatórias e deverão ser preenchidas no sistema em conformidade com os prazos estabelecidos pelo MDS, os quais serão informados na tela inicial dos módulos "Atividades do Ciclo I" e "Atividades do Ciclo II" e no módulo de "Gestão Preventiva". Parágrafo único. Decorridos os prazos para o preenchimento das informações sobre as atividades do coletivo, e não tendo sido as mesmas fornecidas, o sistema bloqueará a funcionalidade de envio da frequência mensal do coletivo até que as informações sejam devidamente preenchidas no sistema. Seção IX Do Cadastro de Profissionais Art. 20. As informações sobre os profissionais que compõem a equipe de referência do Projovem Adolescente, tais como

definidas no art. 18 da Portaria nº 171, de 26 de maio de 2009, são obrigatórias e deverão ser preenchidas em conformidade com os prazos estabelecidos pelo MDS, os quais serão informados na tela inicial do módulo "Profissionais" e no módulo de "Gestão Preventiva". Parágrafo único. Decorridos os prazos para o preenchimento das informações sobre o profissional de nível superior do CRAS e o orientador social, e não tendo sido as mesmas fornecidas, o sistema bloqueará a funcionalidade de envio da frequência mensal do coletivo até que as informações sejam devidamente preenchidas no sistema. Art. 21. O cadastro de cada profissional que compõe a equipe de referência incluirá dados de identificação, escolaridade, for- mação, vínculo trabalhista e informações complementares relativas ao exercício funcional no Projovem Adolescente. §1º Os dados de identificação, escolaridade e formação do profissional serão obtidos pelo Sisjovem por meio de consulta e importação de dados da base do Sistema de Cadastro do SUAS - CADSUAS. §2º Caso o profissional consultado não conste da base de dados referida no §1º, o município ou o Distrito Federal deverá fazer a sua inserção, por meio de funcionalidade específica, que permitirá a atualização da base de profissionais do CADSUAS.

Seção X Do Registro e Envio da Frequência Mensal dos Jovens ao Serviço Socioeducativo Art. 22. A frequência diária dos jovens às atividades do serviço socioeducativo deverá ser registrada pelo orientador social em instrumental específico, gerado automaticamente pelo Sisjovem ou provido pelo município ou Distrito Federal, a partir da data de início efetivo do coletivo. §1º O instrumental para o registro da frequência dos jovens ao serviço deverá ser assinado pelo orientador social, responsável pelas informações, e pelo profissional de nível superior do CRAS, que dará ciência quanto aos registros realizados, devendo ser mantido em arquivo, em conformidade com o disposto no art. 17, §3º, inciso XIII, do Decreto n.º 6629, de 2008. §2º As informações do resumo de frequência de cada jovem deverão ser gravadas no Sisjovem e enviadas ao MDS, por meio de funcionalidades específicas do sistema, até o sétimo dia do mês seguinte ao mês a que se refere a frequência apurada, de modo a serem consideradas no processamento mensal do conjunto de informações que interferem na transferência regular e automática do Piso Básico Variável I - PBV-I, pelo Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS. §3º Caso o sétimo dia do mês coincida com dia não útil, considera-se prorrogado o prazo para o envio da frequência até o primeiro dia útil subsequente. §4º Caso haja disponibilidade financeira e viabilidade administrativa, fica autorizado o MDS a realizar um segundo processamento mensal para o pagamento de coletivos cuja frequência seja enviada entre o oitavo e o vigésimo primeiro dia do mês. §5º O dia do mês correspondente à data limite para envio da frequência, pelos municípios e Distrito

Federal, dos coletivos que entrarão no processamento mensal visando à transferência do PBV-I poderá ser prorrogado, a critério do MDS, devendo esta alteração ser amplamente divulgada junto aos usuários do sistema. §6º A funcionalidade para o registro do resumo da frequência mensal dos jovens ao serviço permitirá o apontamento de um mês de recesso, a cada ano, em que o município ou o Distrito Federal serão dispensados do registro da frequência dos jovens, e que deve coincidir com o período de férias escolares, conforme art. 30, §4º da Portaria nº 171, de 2009. §7º Após o seu envio ao MDS, não serão mais permitidas alterações das informações prestadas sobre a frequência mensal dos jovens às atividades do Projovem Adolescente. §8º A funcionalidade para o envio da frequência dos jovens ao serviço de um determinado mês só será habilitada se as frequências relativas aos meses anteriores, a partir da data de início efetivo do coletivo, tiverem sido previamente enviadas ao MDS por meio do sistema. Seção XI Do Acompanhamento da Frequência Escolar Art. 23. O acompanhamento do compromisso de matrícula e frequência escolar dos jovens vinculados ao Projovem Adolescente observará os mesmos procedimentos e fluxos do acompanhamento das condicionalidades de educação do PBF, regulados por meio da Portaria Interministerial MDS/MEC nº 3.789, de 17 de novembro de 2004. §1º A fim de efetivar o acompanhamento previsto no caput, o MDS garantirá a integração entre o Sisjovem e o Sistema de Gestão de Condicionalidades - Sicon, operado pela SENARC. §2º O acompanhamento periódico da frequência escolar realizado pelo Ministério da Educação - MEC dar-se-á para todos os jovens efetivamente vinculados ao Projovem Adolescente, independentemente da sua condição de integrante de família beneficiária do P B F. §3º As informações originadas do acompanhamento de que trata o §2º serão disponibilizadas pelo Sicon. §4º Os jovens vinculados provisoriamente ao Projovem Adolescente não terão a sua frequência escolar acompanhada. §5º Cada remessa de informações sobre frequência escolar, transmitidas pelo Sicon ao Sisjovem, constituirá um "aviso do Sicon", do qual constarão dados sobre o percentual de frequência alcançado pelos jovens em cada um dos meses abrangidos pelo "aviso" e o motivo da infrequência ou da baixa frequência, quando tais situações ocorrerem. §6º Para efeito de apuração das situações de descumprimento reiterado do compromisso de frequência escolar do Projovem Adolescente - Serviço Socioeducativo, de que trata o art. 35, §3º, incisos II e III da Portaria MDS n.º 171, de 2009, não será considerado o registro de infrequência ou baixa frequência: I - quando, de acordo com a norma de gestão das condicionalidades do PBF, o motivo da infrequência ou baixa frequência escolar não ensejar repercussão sobre os benefícios pagos às famílias; e II - quando o registro da infrequência ou baixa frequência escolar for acompanhado de informação complementar, fornecida pelo

Sicon, de que há uma interrupção da repercussão sobre o benefício pago à família do jovem, em virtude de esta estar sob acompanhamento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF ou do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI. Capítulo III DOS MÓDULOS E INFORMAÇÕES GERADAS PELO SISTEMA Seção I Da Gestão Preventiva Art. 24. O Sisjovem disponibilizará aos seus usuários um módulo para gestão preventiva do serviço socioeducativo. Parágrafo único. Compõem o módulo de gestão preventiva orientações e recomendações aos municípios e Distrito Federal, geradas automaticamente pelo sistema a partir das informações prestadas pelos usuários, visando à adoção de providências ou ações voltadas ao aperfeiçoamento do serviço, relacionadas: I - ao descumprimento pelos jovens de compromissos de frequência ao serviço e de frequência escolar, estabelecidos no art. 16 da Portaria MDS nº 171, de 2009; II - ao descumprimento de responsabilidades de gestão relativas à implantação do serviço e ao envio da frequência mensal dos coletivos; III - ao cadastramento obrigatório dos jovens e suas famílias no Cadúnico; e IV - às condições de infraestrutura, gestão do serviço, metodologia empregada e profissionais da equipe de referência. Seção II Da Geração das Informações para a Transferência do PBV- I Art. 25. O Sisjovem gerará automaticamente, a cada mês, no dia imediatamente posterior à data limite para o envio da frequência dos jovens ao serviço, conforme definido §2º do art. 22, o conjunto de informações cujo processamento orientará as transferências do PBV-I, de acordo com a normativa vigente. §1º Participarão do processamento de que trata o caput apenas os coletivos cuja frequência dos jovens ao serviço, relativa ao mês anterior, tenha sido registrada no sistema e enviada ao MDS, pelos municípios e Distrito Federal, dentro do prazo definido no §2º do art. 22. §2º Coletivos já iniciados, mas que não tiverem a frequência dos jovens relativa ao mês anterior informada no prazo estabelecido, terão bloqueadas automaticamente as transferências de recursos do PBV-I, relativas ao mês não informado. §3º O bloqueio a que se refere o §2º poderá ser mantido por até três meses, desde que neste período persista a ausência de in- formação sobre a frequência dos jovens ao serviço. §4º Para fins de cálculo do período de três meses a que se refere o §3º, não será contado o mês marcado no Sisjovem como recesso, nos termos definidos no §6º do art. 22 . §5º Uma vez enviada a frequência dos jovens ao serviço, referente a um mês de competência cuja transferência do PBV-I esteja bloqueada, e tendo esta informação sido prestada dentro do prazo de tolerância de três meses para o envio da frequência, o desbloqueio dar-se-á de forma automática e a transferência relativa àquele mês será realizada retroativamente, a partir de informação complementar gerada pelo sistema e encaminhada ao FNAS. §6º Esgotado o período de tolerância de três meses, sem que haja o envio da

frequência dos jovens às atividades de um dado coletivo, os recursos referentes ao mês de competência serão suspensos, perdendo o município ou o Distrito Federal o direito à transferência retroativa daquele mês. §7º É obrigatório o envio da frequência relativa ao(s) me- se(s) cujo pagamento foi suspenso para fins de desbloqueio dos meses subsequentes, conforme estabelecido no §8º do art. 22. §8º O MDS poderá, a seu critério, cancelar os coletivos cuja frequência dos jovens deixe de ser informada por seis meses consecutivos ou mais. Art. 26. O Sisjovem manterá, para cada coletivo, um histórico com registros mês a mês das transferências de recursos do PBV-I indicadas ao FNAS e dos parâmetros que justificaram os valores transferidos, o bloqueio ou a suspensão das transferências. Seção III Da Alteração pelo MDS de Informações Geradas Automaticamente pelo Sisjovem que Orientam a Transferência do PBV-I Art. 27. O MDS poderá, se e quando se apresentarem situações que caracterizem excepcionalidade, de forma justificada, decidir pela alteração dos comandos gerados automaticamente pelo sistema que orientam a transferência do PBV-I, recalcular valores, bloquear, desbloquear ou suspender transferências. §1º Constituem situações que caracterizam excepcionalidade, entre outras: I - decretação, pelos municípios ou Distrito Federal, de situação de emergência ou estado de calamidade pública; II - ausência ou interrupção das comunicações, que impeçam a alimentação do Sisjovem pelos municípios ou Distrito Federal; III - constatação de irregularidades na oferta do serviço e/ou na utilização de recursos transferidos pela União; e IV - erros pontuais de sistema, devidamente documentados. §2º As alterações de que trata o caput deverão ser previamente aprovadas pela SNAS. §3º Cada alteração realizada pelo MDS nos comandos gerados pelo Sisjovem para a transferência de recursos deverá ser acompanhada do registro do fato que a motivou e do agente institucional encarregado de sua realização no sistema. Art. 28. Na hipótese de ocorrência de falhas gerais no sistema que impeçam ou comprometam a geração de informações para a transferência do PBV-I, o MDS deverá gerá-las manualmente, considerando nestes casos as informações disponíveis no sistema, ou, em caso de indisponibilidade total, o valor de referência integral do PBV- I para o cofinanciamento de todos os coletivos em funcionamento. Parágrafo único. Nas ocorrências que trata o caput, os municípios deverão proceder à devolução de eventuais diferenças que venham a ser apuradas eletronicamente pelo Sistema, após a efetivação das transferências. Seção IV Da Emissão de Certificados de Participação e Conclusão Art. 29. O Sisjovem emitirá eletronicamente certificados de participação ou de conclusão aos jovens desligados do Projovem Adolescente. §1º Será concedido certificado de participação aos jovens que tiverem de um a onze meses,

consecutivos ou alternados, de frequência mensal às atividades maior ou igual a setenta por cento, independentemente do motivo e do momento do desligamento.

Nº 251, sexta-feira, 31 de dezembro de 2010148 ISSN 1677-7042

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html , pelo código 00012010123100148

Documento assinado digitalmente conforme MP no - 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1

§2º Será concedido certificado de conclusão aos jovens que tiverem pelo menos doze meses, consecutivos ou alternados, de frequência mensal às atividades maior ou igual a setenta por cento. §3º Os meses de recesso do coletivo, conforme definidos no §6º do art. 22, contarão para o cálculo do número de meses com frequência igual ou maior a setenta por cento para fins de concessão do certificado de conclusão. §4º No ato de emissão dos certificados de que trata o caput, os municípios e o Distrito Federal, caso ainda não o tenham feito, deverão informar, no sistema, a situação escolar do jovem na data do desligamento. §5º Os certificados de participação e conclusão do Projovem Adolescente serão emitidos e autenticados eletronicamente com base nas informações sobre a participação do jovem no serviço, sob responsabilidade do município ou do Distrito Federal. Capítulo IV DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS Art. 30. A verificação da elegibilidade dos CRAS ao referenciamento de coletivos do Projovem Adolescente de que trata o §4º do art. 9º observará, no ano de 2010, os critérios definidos na Resolução nº 04 da Comissão Intergestores Tripartite - CIT, de 10 de junho de 2009. Art. 31. Até que a integração entre os sistemas Sisjovem e Sicon esteja concluída, o Sisjovem não realizará o processamento de informações sobre a frequência escolar dos jovens. Art. 32. Nos casos em que a data de início prevista do coletivo for anterior à data fixada no art. 1º desta Portaria, o sistema considerará a data fixada no art. 1º para o início da contagem do prazo conferido aos municípios e ao Distrito Federal para o preenchimento das informações a que se referem os arts. 19 e 20. Art. 33. Os coletivos do Projovem Adolescente pré-existentes à data fixada no art. 1º, cujas informações vierem a ser cadastradas no sistema, pelos municípios ou Distrito Federal, após esta data, não farão jus à transferência retroativa de valores do PBV-I referentes aos meses em que permaneceram sem informação no Sisjovem. Art. 34. Para todos os coletivos cuja data de início prevista, importada do Termo de Adesão do Projovem Adolescente, seja anterior à data fixada no art. 1º desta Portaria, a contagem do prazo de cinco meses, de que trata o art. 11, será iniciada a partir da data definida no art. 1º. Art. 35. Os arts. 6º, 9º, 10, 16, 21 e 35 da

Portaria MDS nº 171, de 2009, passam a vigorar com a seguinte redação: "Art. 6º Fica instituído o Comitê Gestor do Projovem Adolescente - Serviço Socioeducativo, órgão colegiado de caráter consultivo, que será composto de doze membros e seus suplentes, quais sejam: ..... ." (NR) "Art. 9º Cabe ao Comitê Gestor do Projovem Adolescente - Serviço Socioeducativo, sem prejuízo do disposto no art. 9º, §1º do Decreto nº 6.629, de 2008: I - contribuir para o aprimoramento dos conteúdos propostos nos materiais de orientação do Projovem Adolescente - Serviço Socioeducativo; II - propor estratégias e garantir a articulação do Projovem Adolescente - Serviço Socioeducativo com as demais modalidades do Projovem, bem como com outras alternativas de inserção do jovem após a conclusão do Projovem Adolescente - Serviço Socioeducativo; III - contribuir para que o Projovem Adolescente - Serviço Socioeducativo se articule com os serviços e programas dos órgãos representados nos municípios, estimulando a intersetorialidade; e IV - outras competências que lhe forem atribuídas pelo Conselho Gestor do Projovem - COGEP. Parágrafo único. O Comitê Gestor poderá instituir grupos de trabalho, de caráter temporário, para analisar matérias específicas no âmbito de suas atribuições." (NR) "Art. 10. O Comitê Gestor do ProJovem Adolescente - Ser- viço Socioeducativo será assessorado por uma Comissão Técnica, coordenada pelo Coordenador Nacional do Projovem Adolescente - Serviço Socioeducativo e composta por representantes indicados pelos membros titulares que o compõem, a qual terá a finalidade de subsidiá-lo tecnicamente e auxiliá-lo no exercício de suas atribuições." (NR) "Art. 16. ..... I - matrícula e frequência escolar mínima de 85% (oitenta e cinco por cento) para os jovens com quinze anos de idade e de 75% (setenta e cinco por cento) para os jovens a partir dos dezesseis anos de idade, monitorada pelo Sistema de Gestão de Condicionalidades - Sicon, em conformidade com as normas de gestão de condicionalidades do PBF para a concessão de benefícios básico e variáveis; ..... ." (NR) "Art. 21. O cumprimento das disposições deste Capítulo constitui responsabilidade de aprimoramento da gestão do SUAS e qualidade na oferta de serviços socioassistenciais, devendo constar no Plano de Assistência Social do município ou do Distrito Federal." (NR) "Art. 35. O valor de referência da parcela mensal do cofinanciamento federal ao Projovem Adolescente - Serviço Socioeducativo, por meio do Piso Básico Variável I, será de R$ 1.256,25 (um mil, duzentos e cinquenta e seis reais e vinte e cinco centavos) para cada coletivo, conforme definido no art. 13.

§1º Coletivos em processos de formação ou recomposição, funcionando nos termos do §3º do art.13, serão cofinanciados com parcela de R$ 942,00 (novecentos e quarenta e dois reais) mensais, que corresponde à fração de três quartos do valor de referência do Piso Básico Variável I, desprezados os centavos, ressalvado o disposto no art. 35-A. §2° A composição de cada coletivo será aferida mensalmente pelo MDS, por meio do Sistema de Acompanhamento e Gestão do Projovem Adolescente - Sisjovem, considerando-se o número total de jovens com participação regular no serviço socioeducativo vinculados ao coletivo no último dia de cada mês. §3° Não será considerada regular, para fins do cofinanciamento federal do Projovem, a participação de jovens que não atendam às exigências de cadastramento do Projovem Adolescente - Serviço Socioeducativo ou em reiterado descumprimento dos compromissos definidos no art. 16, assim entendidos os: I - jovens com registro de frequência mensal ao serviço socioeducativo inferior a setenta por cento em, pelo menos, quatro meses consecutivos; II - jovens com quinze anos, com registro de frequência escolar inferior a oitenta e cinco por cento em, pelo menos, quatro avisos consecutivos do Sicon; III - jovens a partir de dezesseis anos, com registro de frequência escolar inferior a setenta e cinco por cento em, pelo menos, quatro avisos consecutivos do Sicon; e IV - jovens sem registro no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - Cadúnico, inscritos provisoriamente no Projovem Adolescente por período superior a seis meses. §4º O mês definido pelo município ou Distrito Federal para o recesso anual de que trata o §4º do art. 30 não será considerado no cômputo dos quatro meses consecutivos a que se refere o §3º, inciso I." (NR) Art. 36. A Portaria MDS nº 171, de 2009, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos: "Art. 35-A. Por um período de dois meses, a contar da data de início prevista de cada coletivo, o cofinanciamento federal será realizado com base no valor de referência do Piso Básico Variável I, independentemente da quantidade de jovens vinculados, de forma a viabilizar o desenvolvimento, pelo município ou Distrito Federal, de atividades relacionadas à implantação do coletivo. Parágrafo único. Entende-se por atividades relacionadas à implantação dos coletivos do Projovem Adolescente aquelas realizadas com o objetivo de: I - mobilização de jovens e famílias; II - seleção e inscrição de jovens; III - seleção de profissionais que comporão a equipe de referência; IV - identificação, mobilização e seleção de entidades para oferta indireta do Projovem Adolescente; e V - viabilização de espaços físicos e demais condições materiais para o funcionamento dos coletivos. Art. 35-B. O valor mensal total relativo ao cofinanciamento federal do Projovem Adolescente, a ser repassado aos municípios e Distrito Federal, será calculado pelo Sisjovem somando-se os produtos obtidos da multiplicação: I - do valor de referência do Piso Básico Variável I pelo número de

coletivos em fase de implantação, de acordo com o art. 35-A, existentes no município ou Distrito Federal no último dia do mês, conforme indicado pelo Sisjovem; II - do valor de referência do Piso Básico Variável I pelo número de coletivos implantados, de acordo com o art.13, §1°, existentes no município ou Distrito Federal no último dia do mês, conforme indicado pelo Sisjovem; e III - do valor estabelecido no §1º do art. 35, pelo número de coletivos em processo de formação ou recomposição, de acordo com o art. 13, §3º, e ressalvado o disposto no art. 35-A, existentes no município ou Distrito Federal no último dia do mês, conforme indicado pelo Sisjovem. Parágrafo único. Nenhum município, nem o Distrito Federal, que enviar ao MDS a frequência mensal de todos os seus coletivos dentro dos prazos estabelecidos em ato ministerial, receberá parcela mensal inferior a R$ 2.512,50 (dois mil, quinhentos e doze reais e cinquenta centavos), correspondente a dois valores de referência do Piso Básico Variável I, complementando-se para tanto, sempre que necessário, o valor resultante das operações estabelecidas no caput. Art. 37. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Art. 38. Fica revogado o parágrafo único do art. 8º da Portaria MDS n.º 171, de 2009.

MÁRCIA HELENA CARVALHO LOPES

CÂMARA INTERMINISTERIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

RESOLUÇÃO No - 4, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2010

Dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN, criada pelo Decreto nº. 6.273, de 23 de novembro de 2007.

A PRESIDENTA DA CÂMARA INTERMINISTERIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - CAISAN, no uso das atribuições que lhes conferem os arts. 1º, VIII e 3º do Decreto nº. 6.273, de 23 de novembro de 2007 c/c art. 9º, parágrafo único, do Decreto nº 6.272, de 23 de novembro de 2007, resolve:

Art. 1º Tornar público o Regimento Interno da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN, aprovado pelo seu Pleno Ministerial conforme deliberado em reunião ocorrida em 14 de dezembro de 2010, convocada pelo Aviso-Circular nº 11/MDS, de 25 de novembro de 2010. Capítulo I DA FINALIDADE Art. 2º A Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN, instituída pelo Decreto nº 6.273, de 23 de novembro de 2007, no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN, criado pela Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006, tem por finalidade promover a articulação e a integração dos órgãos e entidades da administração pública federal afetos à área de segurança alimentar e nutricional. Capítulo II DA ORGANIZAÇÃO Art. 3º A

CAISAN tem a seguinte estrutura organizacional: I - Presidência; II - Pleno Ministerial; III - Pleno Executivo; IV - Secretaria-Executiva; e V - Comitês Técnicos. Seção I Da Presidência Art. 4º A CAISAN é presidida pelo Secretário-Geral do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA, conforme previsto no art. 3º do Decreto 6.273, de 2007. Art. 5º São atribuições do Presidente da CAISAN: I - zelar pelo cumprimento dos objetivos de formulação e coordenação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e das ações de segurança alimentar e nutricional; II - encaminhar às instâncias responsáveis propostas para a consecução dos objetivos da PNSAN; III - consultar as autoridades competentes, sempre que necessário, sobre a possibilidade de apoio de servidores ou empregados públicos federais, que possuam conhecimentos especializados, para, sem prejuízo de suas atribuições funcionais, realizarem estudos, de modo a apoiar o cumprimento dos objetivos referidos no inciso I deste artigo; IV - expedir resoluções, após a deliberação do Pleno Ministerial; V - expedir resoluções, em casos de relevância e urgência, desde que previamente consultados os membros do Pleno Ministerial da CAISAN e obtida aprovação por consenso, as quais serão sub- metidas ao referendo do referido Pleno na reunião seguinte; VI - solicitar a qualquer entidade ou órgão público manifestação sobre matéria de interesse da CAISAN; VII - convidar a participar de reuniões do Pleno Ministerial da CAISAN titulares de outros órgãos e entidades da Administração Pública Federal, sempre que constar da pauta assuntos da área de atuação desses órgãos ou entidades, ou a seu juízo; VIII - convidar representantes de entidades ou especialistas em matérias afetas à segurança alimentar e nutricional a participar de reuniões do Pleno Ministerial; IX - convocar e conduzir as reuniões do Pleno Ministerial; X - definir a data e a pauta das reuniões do Pleno Ministerial; XI - definir, com a prerrogativa do voto de qualidade na hipótese em que houver empate nas deliberações do Pleno Ministerial, e no interesse do atendimento aos objetivos da PNSAN, sobre matérias propostas àquele Pleno que não tenham obtido maioria para decisão; e XII - convidar a participar de reuniões do Pleno Ministerial da CAISAN titulares de órgãos e entidades do Poder Legislativo, caso haja pertinência temática com o tema objeto da reunião, bem como promover a articulação necessária para que sejam encaminhados e acompanhados projetos de leis de interesse para a segurança alimentar e nutricional. Parágrafo único. Nas ausências e impedimentos do Presidente, exercerá suas atribuições, como substituto, o Secretário-Executivo da CAISAN. Seção II Do Pleno Ministerial Art. 6º O Pleno Ministerial é o órgão de deliberação superior e final da CAISAN. Art. 7º Compõem o Pleno Ministerial: I - os titulares dos Ministérios: a) do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que o presidirá;

b) da Casa Civil da Presidência da República; c) da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; d) das Cidades; e) do Desenvolvimento Agrário; f) da Educação; g) da Fazenda; h) do Meio Ambiente; i) do Planejamento, Orçamento e Gestão; j) da Saúde; l) do Trabalho e Emprego; m) da Integração Nacional; n) da Ciência e Tecnologia; o) das Relações Exteriores e p) da Pesca e Aquicultura. II - os titulares: a) da Secretaria Geral da Presidência da República; b) da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República; c) da Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República.